

Maria Lygia Quartim de Moraes

---

# Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro: tomo I



UNICAMP

IFCH

Coleção Trajetória 9

# TRAJETÓRIA

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

ISBN: 978-85-86572-62-3

**Reitor:** Prof. Dr. Marcelo Knobel

**Diretor:** Prof. Dr. Jorge Coli

**Diretor Associado:**

Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

**Comissão de Publicações**

**Coordenação Geral:**

Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

**Representantes Docentes**

Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

Prof. Dr. Márcio Augusto D. Custódio

Prof. Dr. Frederico N. R. de Almeida

Profa. Dra. Fátima Évora

Profa. Dra. Tírza Aidar

Profa. Dra. Mariana Chaguri

Doutoranda Flávia Paniz

**Colaboradora:**

Profa. Dra. Guita Grin Debert

**Representantes Docentes e Discentes**

Revista Temáticas, Revista RURIS, Revista  
CEMARX, Cadernos AEL, Revista RHAA,  
História Social, CPA, alunos de Pós-Graduação  
e Graduação

**Representantes de funcionários**

Maria Cimélia Garcia

Samuel Ferreira

**Projeto da Capa:** Cleo Nehring Dobberthin

**Produção Editorial, Finalização e Divulgação**

Sector de Publicações do IFCH/Unicamp

**Impressão**

Gráfica do IFCH /Unicamp

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau – CRB 8/3387

M791m Moraes, Maria Lygia Quartim de, 1943-  
Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro. /Maria Lygia  
Quartim de Moraes. -- Campinas, SP : UNICAMP/IFCH,  
2017.  
2 v. (Coleção Trajetória, 9)

1. Marxismo. 2. Psicanálise. 3. Feminismo. I. Título. II. Série.  
III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas.

CDD - 335.4  
- 150.195  
- 305.42

Para

Marta, Cleo e Sofia



## Agradecimentos

Cleo Maria Nehring Dobberthin  
Margareth Rago e Rubens Naves

Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq  
Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP  
Fundação Carlos Chagas de Pesquisa



## Apresentação

A Coleção **TRAJETÓRIA** mantém seu objetivo de estimular os professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP a reunir e submeter à crítica acadêmica escritos dispersos que expressem, a critério exclusivo do autor, os momentos fundamentais de sua formação intelectual.

A exemplo dos volumes publicados até agora, compete ao autor selecionar, organizar e apresentar textos, em obediência à sua versão original, transferindo para a introdução as observações que considerar necessárias para posicionar-se quanto ao estado atual de suas reflexões sobre a(s) unidade(s) temática(s) incluídas no volume.

Direção do IFCH





# TOMO I

## A CRÍTICA FEMINISTA ÀS TEORIAS SOBRE A FAMÍLIA E AO “ETERNO FEMININO”

### SUMÁRIO

1. Autobiografia intelectual .....	11
2. A questão feminina .....	59
3. Família e papéis femininos: uma crítica feminista .....	75
4. As revistas femininas da Editora Abril e seus modelos de mulher .....	159
5. Uma releitura das revistas femininas .....	253
6. A magia dos contos de amor .....	259
7. A “nova” moral sexual das revistas femininas .....	287
8. Marxismo e feminismo .....	305
9. Psicanálise e feminismo .....	341
10. Família e feminismo: o encontro homem/mulher como perspectiva .....	361



## AUTOBIOGRAFIA INTELECTUAL<sup>1</sup>

### Introdução

O marxismo e a psicanálise constituem os dois “continentes teóricos” que inspiram minha biografia intelectual. Com o marxismo, e sua insuperável análise do modo de produção capitalista, entendi os limites históricos de nossa existência ao mesmo tempo que a urgência em transformar e superar muitos desses limites. Com a psicanálise foi

---

<sup>1</sup> Apresentada como parte do memorial para concurso de professor titular UNICAMP – 2002. O concurso foi realizado em abril de 2005.

possível enfrentar as desilusões e perdas e acreditar nas possibilidades de transformações internas.

No entanto, como a maior parte das meninas de classe média nos anos 50, o catolicismo foi meu primeiro referencial moral. Estudei, do primário ao colegial, em um colégio de freiras exclusivamente para mulheres. O catolicismo desfrutava de incontestável hegemonia moral, ditando as regras do pode e do não pode (é pecado) nas minúcias do cotidiano. A moral cristã preconizava casamento indissolúvel, a intolerância religiosa e moral (não era permitido receber “pecadoras” como mães solteiras). A mesma religião que proclamava as virtudes do amor ao próximo expulsava do colégio filhos de famílias desfeitas.

Além da moral cristã, outra dimensão importante na construção do meu modo de pensar e nos valores que defendia foi a família que me coube. Relacionando-me especialmente com o matriarcado do lado materno, cresci num ambiente em que a inteligência e o conhecimento eram muito valorizados. O cristianismo de esquerda de minha tia materna, Nadir Gouvea Kfoury, influenciou-nos a todos, mas o ideal republicano do estado laico sempre foi mais forte.

O desconforto com a moral cristã – que respaldava a exigência do sexo para fins reprodutivos e a monogamia compulsória, base do estilo burguês de vida – levou-me a um rompimento com a instituição Igreja. O puritanismo e a dupla moral sexual foram meus primeiros embates, uma espécie de proto-feminismo.

A leitura do *Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir foi decisiva. Resolvi ter uma vida profissional e, como ela, percebi a importância de um projeto (alguns chamam de vocação). Assumi a perspectiva do existencialismo de Simone para a qual o ser humano se constrói a si mesmo através das relações interpessoais em situações sociais concretas.

Entrar no curso de Ciências Sociais da USP em março de 1963 correspondeu a um corte ao mesmo tempo simbólico e real em minha trajetória. O Brasil vivia um momento de ascensão dos movimentos

e projetos de esquerda e a escolha do curso correspondeu a um duplo projeto: preparar-me para a carreira universitária e atuar politicamente pelas bandeiras socialistas. No mesmo ano, casei-me.

## **1 – Maria Antonia, anos 1960**

### **Graduação em Ciências Sociais (1963/1966)**

Ingressei, em disputado concurso público, no Curso de Ciências Sociais, período noturno, em 1963. Foram os anos do auge da agitação e participação política estudantil. As condições históricas que produziram os movimentos de contestação no Brasil, como em outras partes do mundo, abrangem um amplo espectro de contradições, envolvendo a conjuntura da guerra fria, da hegemonia militar norte-americana, da redefinição do papel das mulheres.

O regime universitário era hierárquico, com o sistema de cátedras vitalícias, o que assegurava a hegemonia do “professor catedrático”, estatutariamente o chefe do departamento.

Os catedráticos, via de regra, não davam aulas para os primeiros anos de graduação deixando isso a cargo de seus jovens assistentes. Florestan Fernandes, catedrático da Cadeira de Sociologia, tinha como assistentes, entre outros, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Leôncio Martins Rodrigues e Sedi Hirano. Fui aluna deles todos.

A questão das classes sociais, do “desenvolvimento econômico” e o movimento operário estavam presentes nos trabalhos de sociologia I, enquanto o Brasil rural constituía o forte de Sociologia II com Maria Isaura Pereira de Queroz. Já o refinado Ruy Coelho era um especialista em sociologia da cultura e da arte.

O ano de 1964 começou cheio de promessas alvissareiras, com o nascimento de minha filha Marta no dia 20 de janeiro. Apesar das ruidosas manifestações da direita conservadora e dos visíveis sinais do

golpe, meu otimismo juvenil achava inevitável as reformas de base se delineando e a esperança da transformação pacífica do país.

O golpe de 1964 instaurou uma ditadura militar e os estudantes passaram ser vistos como inimigos potenciais.

### *Pós-graduação em Política (1967-68)*

Ao terminar minha graduação, no final de 1966, fui convidada pela professora Paula Beiguelman, catedrática em exercício da Cadeira de Política, para integrar o grupo que desenvolvia o estudo das Instituições Políticas Brasileiras. Nesse sentido, apresentei o projeto *A Atuação Política de Washington Luís de 1920/30*, fazendo jus a uma Bolsa de Especialização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de 1966 a 1969. Exerci, no mesmo período, as funções de “instrutor voluntário” da Cadeira de Política, ministrando aulas para o primeiro ano de Ciências Sociais durante o período letivo de 1969. Ao final desse ano, terminei minha pós-graduação em política (Instituições Políticas Brasileiras) sendo aprovada com nota 10,0 (dez). Proveitoso também foi um seminário sobre o *Anthropologie Structurale* de Lévi-Strauss, com os colegas Roberto Gambini, Albertina O. Costa, Ana Maria Amaral, entre outros.

A militância política – clandestina por força das leis de exceção imperantes – permitiu o aprofundamento de minha formação teórica por incluir cursos de marxismo com intelectuais do porte de Mário Schemberg. Os centros acadêmicos da Faculdade de Filosofia e de Economia eram ativos organizadores de ciclos de conferências e, entre todas, a mais marcante foi o curso “Desenvolvimento Latino-Americano”, promovido pelo Centro Acadêmico “Visconde de Cairu” da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, no período de 28 de outubro a 19 de

novembro de 1966, sob a responsabilidade de intelectuais da CEPAL e do BNDE. Neste momento, a nata da CEPAL, com figuras do expoente de um Carlos Lessa e de Maria da Conceição Tavares, afirmaram as famosas “teses estagnacionistas” para a América Latina.

Ao mesmo tempo, contemporânea de um intenso e renovador movimento cultural – na música (com os baianos, Caetano, Gil e Betânia), no teatro (com Augusto Boal e o Teatro de Arena), no cinema (com Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha) e na literatura (com Antonio Callado) – eu desfrutava das Bienais de Arte, dos inúmeros festivais de cinema francês e soviético, na Cinemateca; dos festivais de música popular. Frequentei, na linha de especialização, o seminário “Literatura e Cinema” (promovido pelo então recém inaugurado Espaço Cultural do SESC, à Rua Dr. Vila Nova, uma travessa da Rua Maria Antonia) em que o ponto alto foi o confronto livro-filme: *Vidas Secas* e *São Bernardo*, ambos de Graciliano Ramos – um dos escritores brasileiros que mais admiro.

Como muitos de minha geração, encontrei nos escritos de Herbert Marcuse, *Eros e Civilização* (1966) e *A ideologia da Sociedade Industrial: O homem Unidimensional* (1968), o questionamento à versão positivista do marxismo que impregnava o PCB. Crítico radical da cultura norte-americana, Marcuse questionava a capacidade revolucionária do seu operariado e ressaltava a importância dos novos movimentos sociais, como o feminismo, os movimentos negro e pacifista.

Andre Gunder Frank, que estive na USP, alertava sobre o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* e a política do imperialismo norte-americano. O sucesso de Louis Althusser devia-se tanto à sua rigorosa leitura do *Capital* como à suas apropriações teóricas da psicanálise, como “a leitura sintomal”; o “corte epistemológico” e a “sobredeterminação da contradição”. Ao incluir Lênin entre os clássicos do marxismo e absorver a teoria do elo mais fraco, Althusser nos ajudava a fundamentar teoricamente a revolução socialista no

Brasil. Opondo-se às teses do PC do B e de setores do PCB, Caio Prado Jr. (1966), com seu livro *A Revolução Brasileira* (que lhe valeu a prisão), rompeu com as concepções do feudalismo brasileiro afirmando a dominância do capitalismo.

*Marx & Althusser (e a pós-graduação em ciência política)*

O primeiro texto de Louis Althusser que li, *Marxismo segundo Althusser* (1967), impressionou-me profundamente pelo rigor teórico. Devo essa introdução ao curso sobre o jovem Marx que segui como aluna ouvinte no Curso de Pós Graduação de Filosofia com Rui Fausto. Esses foram anos de intensos estudos e militância política, com passeatas e manifestações de repúdio à ditadura militar. As circunstâncias históricas transformaram a *Maria Antonia* no quartel general da agitação estudantil, com discussões, cursos de férias sobre temas da revolução e a tomada do prédio pelos estudantes.

Esse período heroico do movimento estudantil, irremediavelmente condenado pelo endurecimento do regime militar, teve seu fim simbólico numa batalha desigual em que, a partir da Universidade de Mackenzie, estudantes de direita com a colaboração de elementos da polícia política incendiaram o prédio da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

A devastação na FFCL apressou a ida para a Cidade Universitária, isolando os estudantes do resto da população. Os piores prognósticos se cumpriram e a escalada das arbitrariedades culminou com a decretação do Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968. No dia 29 de abril de 1969 foram aposentados compulsoriamente 219 professores universitários e a Universidade de São Paulo nunca mais se recuperou do golpe.



### *A frustrada pós-graduação na França*

Antes da reforma no sistema de pós-graduação realizada nos moldes do modelo norte-americano, o “antigo regime” da pós-graduação possibilitava o ingresso imediato no doutorado, concluídos dois anos do curso de pós-graduação. Muitos estudantes aproveitavam do ensejo para continuar seus estudos no exterior. A França foi sempre meu local de destino e, por intermédio do professor Florestan Fernandes, recebi o convite do *Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine*, dirigido por Pierre Monbeig e do *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, dirigido por Alain Touraine.

A prisão do meu marido, a pressão da polícia política e o desejo de proteger minha filha e minha vida levaram-me a deixar o país em junho de 1969.

## **2 – Os anos de Exílio (1969-1975)** **La Habana, Cuba (1969-1970)**

### *Fazer a revolução e construir o socialismo*

Como para muitos de minha geração, Cuba era um mito e a revolução cubana um modelo a ser seguido. Nos anos 60 e 70 a *Ilha* era também um lugar de abrigo e apoio para os revolucionários latino-americanos. Passei com minha filha quase um ano na *Ilha* e essa permanência possibilitou um duplo aprofundamento. De um lado, aproveitei para ler as obras Mao, Lênin, e tudo sobre as revoluções latino-americanas. Por outro, a experiência das dificuldades cotidianas foram as mais marcantes: o problema da escassez, principalmente por causa do covarde embargo norte-americano, as tentativas de suprimir as relações mercantis e, em

poucas palavras, as dificuldades em se construir o socialismo num país agrícola monocultor; ao mesmo tempo, as indiscutíveis conquistas no campo da educação e da saúde.

Em Cuba, entrei em contato com movimentos revolucionários do mundo inteiro, especialmente latino-americanos. O 10º andar do *Habana Libre* abrigava militantes da América Latina, muitos dos quais permaneciam por muitos meses no Hotel. Já a maior parte dos outros quartos era ocupada pela população estável dos técnicos do mundo comunista, principalmente búlgaros que adoravam morar em Cuba. Como percebi, ser enviado ao exterior era uma grande aspiração profissional pois possibilitava viver bem numa bela ilha tropical. Conheci o privilégio relativo desses profissionais de nível médio, só superados pelos diplomatas e técnicos do mundo capitalista que faziam compras em dólar.

As restrições de consumo advinham da debilidade da economia cubana mas sua permanência comprova a inexperiência de seus dirigentes. A revolução cubana teve um forte componente nacionalista e democrática e foi feita à margem do Partido Comunista Cubano.

O fato é que Fidel, como aconteceu com Luís Carlos Prestes, aproximou-se do marxismo depois de ter encabeçado a revolução cubana. Construir o socialismo em Cuba era bem semelhante a fazê-lo na Bahia dos anos 50, dos coronéis e da cultura do cacau, pobre e bela.

Não consegui rever Cuba, mas acompanho o acirramento das dificuldades que debilitam o projeto revolucionário cubano. No entanto, os atuais dirigentes têm de reconhecer seus erros e limitações, pois os problemas do país não resultam exclusivamente do cerco imperialista – mas de equívocos na condução econômica e no “politicismo” que subestimava a necessidade de respostas concretas com respeito aos problemas de abastecimento, valorizando em demasia os grandes feitos heróicos e a vocação revolucionária.

*França (1970-1971)*

A experiência cubana foi determinante e me deu a dimensão justamente do contrário que o pós-modernismo mais rasteiro professa sobre as mudanças de identidades. Na verdade, o peso das tradições está inscrito na linguagem e na corporalidade. As crianças em Cuba faziam filas segundo *hembras y varones*; não obstante todos usarem uniformes da mesma cor. No Natal, os brinquedos também eram diferenciados por sexo, tendo sido um problema eu comprar uma metralhadora de brinquedo: segundo a vendedora, “*es juguete para varones*”. Superar a mediocridade, os preconceitos e outros defeitos humanos supõe mais do que uma geração. É isso que dá originalidade a cada processo histórico e impede as excessivas generalizações.

A França, inicialmente, seria apenas o lugar de passagem para o Chile, onde pretendia morar no retorno de Cuba. Em abril de 1970, meu marido retornara clandestino ao país, sendo a seguir preso e assassinado pelos órgãos encarregados da repressão política e extermínio dos opositores. Eu ainda estava em Paris, de retorno de Cuba, quando fui informada do assassinato de meu marido. Sem condições psicológicas para mais uma mudança de país, resolvi permanecer na França e dar sequência à minha formação teórica, tendo sido aceita no doutorado de terceiro ciclo do *Institut d'Etudes du Developpment Economique et Social*, da *Université de Paris I*. Optei pela Sociologia do Desenvolvimento, tendo sido aprovada ao final do ano escolar, em junho de 1971.

As atividades extracurriculares desse período extrapolam o nível das atividades acadêmicas dada a presença de muitos intelectuais de esquerda no exílio francês. Seminários e grupos de estudo aprofundavam questões relacionadas à análise marxista e sua aplicação à realidade brasileira. Com o propósito de entender a realidade brasileira, integrei um grupo de estudos sobre agricultura, que partiu dos clássicos do marxismo (da renda da terra de Marx até os

escritos de Lênin) e chegou aos especialistas brasileiros sobre questão agrária. Do seminário do ano letivo de 1970/1971, participaram, entre outros, João Quartim, José Ely da Veiga, Aloiso Nunes Ferreira, Paulo Sergio Pinheiro, Marise Farhi e Ana Maria Amaral. Também assisti o curso de Rui Fausto em Vincennes, em que ele retomava a problemática do rompimento de Marx com o antropologismo de Fuerbach e o idealismo de Hegel.

No entanto, acima de tudo, o grau de cidadania parisiense superou todas minhas expectativas. Aos poucos fui criando a “minha Paris”, que passava pela Cidade Universitária aonde tantos amigos moravam, da Avenue Reille e da Rue Saint Jacques e da banlieue como Vert Galant. Também foi a Paris revolucionária, com a faculdade de Vincennes e o feminismo.

Esses foram os anos de embate entre os partidos comunistas tradicionais e a nova esquerda: e o feminismo era uma dessas dimensões. Foi também o esforço do pacto entre socialistas e comunistas consubstanciados no Programa Comum de transição para o socialismo, envolvendo a nacionalização – estatização, como se dizia no Brasil – dos grandes grupos empresariais.

A vitória da Unidad Popular (socialistas, comunistas) nas eleições presidenciais do Chile, agiu como um forte polo de atração para as esquerdas latino-americanas, perseguidas pelas várias ditaduras que se instauraram na América do Sul. Para muitos dos exilados e perseguidos políticos brasileiros que se encontravam em Paris, vivendo um processo de intensa reavaliação da luta armada, a posse de Salvador Allende abria as perspectivas do socialismo por via eleitoral. Mudei-me para o Chile em julho de 1971, cheia de esperanças no futuro.

*Santiago, Chile (1971-1973)*

A política, a revolução e a transição para o socialismo estavam na ordem do dia. O endurecimento da ditadura militar brasileira deslocava para o Chile um número crescente de perseguidos políticos. O Chile também atraiu as várias colônias de exilados espalhados pela Europa (além da França, Inglaterra, Bélgica, Itália, Suécia, etc.). Meu interesse era acompanhar de perto o desenvolvimento do projeto de transformação socialista de Salvador Allende e estar mais perto do Brasil, de meus familiares e amigos.

Passei no Chile dois anos de intensa mobilização política, ao mesmo tempo em que estudava muito para acompanhar o Programa de Estudios Económicos Latino-Americanos para Graduados (ESCOLATINA), da Universidade de Chile, onde Maria da Conceição Tavares era professora ao lado de ilustres cepalinos, como Aníbal Pinto. A escola, de excelente nível, congregava alunos de toda a América Latina. José Valenzuela e Alberto Tassara foram os inspirados professores de Economia Política de nossa turma. Foi então que li, sistematicamente, os três tomos do *Capital*.

Mais do que o aprendizado nas ciências econômicas, acompanhar a implantação do radical programa de direitos novos aos trabalhadores, uma legislação das mais progressistas sobre a família, além da nacionalização de várias grandes empresas, tornaram os anos do governo Allende em um dos projetos mais democráticos de transição ao socialismo, dentro da legalidade institucional. O golpe militar no Chile constituiu uma violência inominável na mais ampla expressão da palavra. Além do sangue derramado e das infâmias cometidas contra militantes políticos e a população pobre, os golpistas chilenos, apoiados comprovadamente pelos Estados Unidos, submeteram o Chile a um regime de tutela militar que se prolonga até hoje. Para todos os latino-americanos que apoiavam o projeto socialista chileno, o golpe militar constitui uma das grandes tragédias do século XX. Fui obrigada a interromper meus estudos

e a reformular meus projetos. Dado clima geral de terror militar na América do Sul e o risco de vida caso retornasse ao Brasil, tomei a decisão de voltar para a França, em outubro de 1973.

*Em julho de 2003, trinta anos após o golpe de estado de Pinochet, retornei ao Chile por ocasião do 51º Congresso Internacional dos Americanistas. Tive a tristeza de constatar a consolidação do conservadorismo chileno e a mesma divisão do país entre direita e esquerda sob a hegemonia da direita e sua legalidade.*

### **3 – De volta à França (1973-1975)**

#### *Doutorado em Nanterre*

A derrubada de Allende foi muito mais violenta e mortífera do que o golpe militar brasileiro de 1964. No Chile, a luta de classes manifestou-se na forma “clássica” proposta pelo marxismo: proletários e pobres versus capitalistas e classe média. O atual confronto na Venezuela de Chávez lembra muito o fracionamento social no Chile de 30 atrás. Não obstante o fato de que o Partido Comunista e o Partido Socialista chilenos tivessem uma tradição de luta e organização muito mais consistentes do que encontramos na Venezuela, o presidente Chávez governa num contexto latino-americano mais à esquerda o que dificulta os golpismos e a intervenção militar norte-americana.

Os quarenta e poucos dias que passei no Chile dos golpistas do general Augusto Pinochet figuram entre os piores de minha vida, sentindo medo, indignação e uma infinita sensação de injustiça. Retornei amargurada, como centenas de outros exilados latino-americanos, para a França em outubro de 1973. O sonho do socialismo pelas vias pacíficas terminava sob o terrorismo de estado

que sepultou – sabe-se lá até quando – os movimentos sociais e a confiança no futuro vislumbrados nos anos Allende.

Tendo em vista a continuidade de minha conturbada pós-graduação, solicitei ingresso na Faculdade de Economia de Nanterre (Université de Paris X), tendo sido aceita para o doutorado de terceiro ciclo. Os estudos que fizera na Escolatina foram reconhecidos e, durante o ano letivo de 1973/1974, completei os outros créditos necessários, assim como dei início aos estudos e pesquisas relacionados com meu projeto de tese *O papel econômico do Estado e as multinacionais no Brasil*. Meu orientador era o professor doutor Charles Gutelman.

A bem da verdade, devo reconhecer que a pós-graduação em Economia em Nanterre era muito inferior em interesse e aprofundamento ao curso da ESCOLARINA chilena. Na prática, minha atividade teórica desenvolveu-se mais nos grupos de estudo de economia e política dos exilados brasileiros e nos grupos feministas em que participei do que propriamente nos limites da academia francesa.

### *O feminismo e a experiência do exílio*

O golpe de estado no Chile, o acirramento da repressão política na Argentina e a permanência da ditadura militar brasileira, em plena prosperidade do “milagre brasileiro”, concentraram em Paris centenas de fugitivos. Além dos exilados, o clima de terror e a repressão política reinantes no Cone Sul estimulavam a saída de universitários para pós-graduações europeias. A França tornou-se o epicentro do asilo político, reforçando os laços entre a esquerda francesa e os militantes políticos. À época, o Partido Comunista Francês era uma organização respeitada, com forte composição operária, presença sindical e atuação ideológica. Sua imprensa tinha,

por exemplo, excelentes revistas para crianças graças às quais, à diferença do Brasil, os heróis infantis nacionais não foram aplastados pela turma Disney (aqui aportada com o selo Abril).

Para mim, como para muitos outros que viveram em Paris nos anos 70/80, o sentido da palavra “republicano” ganhou um significado muito forte de educação, saúde e cultura para todos. Passamos a enxergar com outros olhos a experiência de uma bem sucedida medicina socializada; as crianças usufruíam boas escolas públicas. Com o crescimento eleitoral, a esquerda francesa estava no auge e a França tornou-se o grande centro irradiador do feminismo europeu. O país vivia uma ebulição social e a liberação do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas e socialistas. A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas. Dessa maneira, o feminismo brasileiro dos anos 70 desenvolveu-se no interior da esquerda militante. Foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborarem seu próprio feminismo.

### *As experiências do Debate e do Coletivo*

Os brasileiros exilados na França organizaram-se em vários grupos políticos, que acompanhavam as tendências da esquerda brasileira: leninistas, maoístas, etc. No final dos anos 60, surgiu, em Paris, o grupo *Debate*, em torno da liderança intelectual de João Quartim. O discurso da militância no exterior visava, inicialmente, o conjunto dos exilados. Disso não destoava a publicação do grupo *Debate*, que se posicionava a serviço da “reorganização dos comunistas” de forma geral e permaneceu ativo até 1982.



A partir de 1974, contribuiu com análises inovadoras sobre a questão da mulher e para o fortalecimento de uma corrente de que as feministas brasileiras ligadas ao pensamento marxista. Os artigos sobre o tema da opressão recorriam à literatura dos clássicos marxistas e se apropriavam das análises da *New Left Review* (1956). O empenho teórico do *Debate* gerou uma grande quantidade de textos que propunham uma análise marxista do trabalho feminino e da família, por exemplo, mas os textos sobre sexualidade eram descartados pelo grupo, que em sua maioria não considerava o tema importante nem passível de discussão.

Na perspectiva das militantes atraídas pelo feminismo, fez-se necessária a criação de grupos de discussão específicos sobre a questão da mulher. Assim surgiu o *Coletivo de Mulheres no Exterior* ou *Círculo de Mulheres Brasileiras*, cujas participantes haviam sido direta ou indiretamente ligadas à luta armada, eram muito jovens e não tinham filhos. Ao mesmo tempo, a liberdade oferecida pela cidade permitiu um estilo e vida que colocou as condições para o confronto de gênero. É importante frisar, mais uma vez, que as mudanças mais profundas proporcionadas pela experiência do exílio ocorreram no campo do cotidiano. Foi no exterior que as militantes começaram a desertar dos grupos políticos, partindo em direção aos grupos feministas. Aos poucos, o *Coletivo de Mulheres* transformou-se na mais dinâmica, atuante e influente dentre as organizações de brasileiros no exterior.

Na verdade, a grande diferença entre os grupos marxistas-feministas e os outros não era teórica, mas sim política. A adesão ao feminismo correspondeu, para muitas mulheres, à politização das relações de gênero. Assim, as feministas do grupo *Debate*, por exemplo, não abandonaram o campo da esquerda socialista e comunista, apesar do confronto com as posições dos Partidos Comunistas. O hoje extinto PCB reproduzia os preconceitos já apontados nas resoluções das Internacionais, era conservador do ponto de vista moral e continuava a se dirigir a um modelo de mulher alienada ou pouco politizada, que devia ser levada para a causa socialista sem maiores

contestações às relações de subordinação da mulher. A experiência francesa foi tão determinante, que mesmo militantes históricas como Zuleika d'Alambert, que no exílio chileno fazia uma defesa intransigente da linha do PC (o que significava privilegiar os termos econômicos em detrimento dos culturais e familiares), terminou por se converter ao feminismo após alguns anos em Paris.

Da mesma forma, o grupo de jovens que constituiu o núcleo inicial do trabalho com mulheres entre as exiladas brasileiras no Chile produziu, uma vez chegadas em Paris, após o golpe de 1973, um primeiro documento conjunto no qual reiteram a adesão à revolução socialista. No entanto, o contexto francês que estimulava o espírito revolucionário, também comprovou, na prática, a importância da solidariedade feminista. Aos poucos, o grupo adquiriu uma feição muito peculiar, com as mulheres organizando-se para discutir temas e compartilhar experiências. Foi então que a “guerra dos sexos” teve início e o machismo passou a ser um tema importante.

O início do processo de “distensão” política permitiu meu retorno ao Brasil e, com isso, inicia-se um novo período em minha vida.

#### **4 – O retorno ao Brasil**

##### *A parceria com Guido Mantega*

Conheci Guido Mantega no exílio e, a partir de então, estabelecemos uma sólida parceria intelectual e política. No Brasil do “ame-o ou deixe-o”, o debate econômico se tornara central, dado o fato de que a ditadura fazia do “sucesso” econômico seu grande trunfo político. De resto, o Brasil se distinguia pela repressão política e a insensibilidade social. Foi o milagre para os grandes grupos que

assumiram a hegemonia da economia brasileira, com o crescente poder do capital financeiro e especulativo, analisado de maneira contundente por Maria da Conceição Tavares.

Ao retornar ao Brasil, encontrei no Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP) o espaço para a discussão teórica, integrando um grupo de economia que, sob a coordenação de Francisco de Oliveira, desenvolveu o projeto “Estudos de Desenvolvimento Industrial” para a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S. A. (EMPLASA). Frederico Mazzuchelli e eu ficamos responsáveis pelo estudo do setor de bens de capital, tendo como eixo a participação do Estado – tema de minha tese.

Concomitantemente, Francisco de Oliveira, Guido Mântega e eu integrávamos a editoria de economia do jornal *Movimento* (de 1975 a 1977), escrevendo artigos e participando de conferências e mesas redondas. Posteriormente, Guido Mântega e eu saímos deste jornal para fundar, em conjunto com outros jornalistas e intelectuais da esquerda socialista, o *Em Tempo*, onde permaneci como editora da página nacional, colaboradora e membro da comissão editorial, de 1977 até 1979. Neste período, publiquei artigos e livros, principalmente em parceria com Guido Mântega. Nossa parceira se estendia para as teses que ambos preparávamos para doutorado, sobre a participação do Estado na economia, sobre a dinâmica do setor automobilístico e outros temas em que nos especializáramos.

### *A opção pelo feminismo*

Em 1977, iniciei meus estudos de pós-graduação tendo em vista um doutoramento em ciência política, ainda sobre o tema da intervenção do Estado na economia. Ao mesmo tempo, eu desenvolvia intensa militância feminista, publicando artigos, fazendo conferências em várias partes do país, uma das fundadoras e ativistas do jornal

feminista *Nós Mulheres*. A experiência no jornal despertou meu interesse pelo tema da reprodução da ideologia através da imprensa, especialmente esta das revistas especializadas para mulheres.

Conheci Cynthia Sarti em 1975 no CEBRAP onde ela, jovem estudante de sociologia, trabalhava como secretária de meu ex-professor Fernando Henrique Cardoso. Foi ela quem divulgou meu artigo *Considerações sobre a questão feminina*, escrito na França e que se propunha (timidamente, me parece hoje) romper com a falta de interesse da oposição brasileira sobre o tema.

Em 1978, a Fundação Ford patrocinou um concurso de pesquisas sobre a mulher. Apresentei, conjuntamente com Cynthia Sarti, um projeto sobre o tema da influência ideológica da imprensa dita “feminina”. A classificação do projeto permitiu a realização de uma pesquisa que terminou por se tornar o centro de minhas atividades intelectuais. Foi então que tomei a decisão de mudar de tema de tese de doutorado dedicando-me à questão da família, feminismo e grande imprensa. Quando o artigo *Aí a porca torce o rabo* ficou pronto, eu já tinha decidido ampliar a pesquisa sobre a imprensa para mulheres, incluindo um histórico do feminismo e da imprensa feminista, além da análise de conteúdo dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, e transformar o estudo comparativo da imprensa tradicional versus imprensa feminista em minha tese de doutoramento.

Neste sentido, preparei o projeto *Papéis femininos e transmissão de ideologias*, que foi aprovado pela FAPESP (processo 78/1459) valendo-me uma bolsa de doutorado I, posteriormente prorrogada para uma bolsa de doutorado II. O principal produto desta pesquisa foi a tese de doutoramento *Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*, apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1981, e defendida em novembro de 1982.

## *Transição*

Em agosto de 1981, após ter entregue minha tese à USP, resolvi me oferecer um ano sabático, recusando um convite para me tornar pesquisadora efetiva da Fundação Carlos Chagas. Passei meio ano em Paris, numa estada marcada pelo interesse e estudos de doutrinas e instituições religiosas do Oriente, especialmente o budismo e o hinduísmo, assistindo cursos ministrados no Museu Guimet – um dos mais preciosos museus de objetos da antiga Indochina e outras colônias francesas.

Antes de iniciar minhas atividades acadêmicas, participei como uma das organizadoras do Festival Nacional de Mulheres na Arte, de autoria de Ruth Escobar, com o apoio da revista NOVA, em 1982. Exerci funções novas relacionadas à organização de um festival de uma semana, das proporções do evento ocorrido em setembro de 1982.

## *O início da carreira acadêmica: Universidade Federal da Bahia (1983 – 1985)*

O retorno à carreira acadêmica ocorreu por vias transversas. De fato, estava preste a me mudar para Salvador por escolha pessoal quando recebi o convite de Guaracy Deodato, diretora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, para integrar a equipe, coordenada por ela, que desenvolvia um projeto e o Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Obtive bolsa de recém-doutor do CNPq com o projeto *Tendências e Padrões de Reprodução da População e da Força de Trabalho na Bahia: seus componentes sócio-econômicos e demográficos*, financiado pela FINEP e produzido pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

Coube-me a análise dos dados censitários sobre a organização do trabalho na agricultura baiana. Os resultados deste trabalho podem ser avaliados pelos relatórios 1 (*Considerações sobre o uso dos censos agropecuários*) e 2 (*A estrutura ocupacional na agropecuária na Bahia – principais tendências no período 1950/1980*).

Minhas atividades na UFBA incluíam cursos na pós-graduação e a participação em núcleos de pesquisa. Desta maneira, minhas atividades militantes passaram a ser exercida nos limites da Universidade: fui uma das fundadoras do Núcleo de Estudos sobre a Mulher da UFBA e sua vice-coordenadora, participando ativamente de sua consolidação.

No entanto, meu idílio com Salvador durou pouco. Costumo dizer que nunca me senti tão estrangeira em minha vida quanto nesses anos vividos em Itapuã. Daí nasceu o interesse pelo do cotidiano de famílias de diferentes camadas que eram meus vizinhos de bairro.

O resultado foi o projeto *Masculino e Feminino no Cotidiano Familiar: papéis sexuais e representações em Itapuã*, financiado pelo Programa de Dotações para Pesquisas em Ciências Sociais da ANPOCS/Fundação Ford em março de 1984/85, com ajudas suplementares do CNPq e da FAPESP. Dentro da temática das relações dos sexos e relações familiares escrevi uma série de trabalhos, discutidos no Grupo de Trabalho Família e Sociedade, do qual comecei a participar ativamente a partir de 1983, data do XIII Congresso, realizado em São Pedro, onde apresentei um de meus artigos favoritos: *Família e feminismo: o encontro homem/mulher como perspectiva*.

Durante a estada na Bahia, desenvolvi projetos relacionados à questão feminina ou temas correlatos, especialmente em conjunto com pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Carmem Barroso, Maria Malta Campos, Fulvia Rosemberg e Cristina Bruschini foram minhas companheiras em duas pesquisas realizadas em 1984/85: *Pais adolescentes: determinantes e conseqüências* (financiado pela UNICEF) e *Balanco da década da mulher* (financiado pelo Conselho da Condição Feminina). A experiência nordestina (que se iniciara em 1979, quando

percorri o Nordeste fazendo conferências e discutindo a questão da mulher, como jornalista do jornal *Movimento* e ativista do grupo *Nós Mulheres*), permitiu-me o aprofundamento do conhecimento das diferenças que marcam as regiões brasileiras.

### *A carreira universitária: UNESP (1985 – 1993)*

Em poucos lugares do mundo me senti tão estrangeira como em Salvador. Apesar da identidade linguística e apesar da lembrança infantil das férias na fazenda de meus tios avós em Ilhéus, a verdade é que Salvador foi uma experiência de muito confronto e desconforto. Ao mesmo tempo, foi o período de minha experiência psicanalítica com Emilio Rodrigué. Eu era já uma veterana leitora de Freud (as primeiras leituras se deram na França), mas só então entendi o sentido profundo da experiência da transferência e as possibilidades abertas pelo processo de elaboração das dores e afetos. Entendi que, de fato, eu não conseguia voltar para o Brasil e reorganizar um projeto permanente.

Em janeiro de 1985 tomei a decisão de retornar a São Paulo. A rápida experiência de docência em Salvador – digo rápida pelo fato das sucessivas greves na UFBA, que dificultavam a normalidade docente – despertou uma inesperada vocação. Através do professor Octávio Ianni, soube que o departamento de Sociologia da UNESP Araraquara buscava urgentemente um doutor para substituir uma professora que se transferira para a UNICAMP. Assim, em março de 1985, ingressei no Departamento de Sociologia do ILCES, UNESP/Araraquara, onde permaneci por quase nove anos, exercendo, então, a docência como atividade principal. Nos primeiros cinco anos estudei com afinco para poder dar conta de uma variada demanda que me levou das Teorias Sociológicas (durante todo o ano de 1985, no segundo ano diurno e noturno de Ciências Sociais) ao curso de

Sociologia da Educação para Pedagogia, no ano seguinte. Também em 1986, na pós-graduação, dividi o curso de Metodologia e Técnicas de Pesquisa no Brasil, ao mesmo tempo em que retomava um curso que dera na Bahia sobre “A família no Brasil”. Já em 1987, tive de preparar um curso que tratasse da sociologia da saúde, pois me coube o curso de Fundamentos da Sociologia para os quase noventa alunos de Odontologia – uma das faculdades de elite da UNESP/Araraquara. Também dei um curso de métodos e técnicas para os alunos de Ciências Sociais. Em 1988, ministrei a disciplina anual “Sociologia Diferencial” para os alunos do noturno de Ciências Sociais, o mesmo acontecendo em 1992 e 1993. Em 1989 e 1991, dei um curso que se transformou em um dos meus temas prediletos: pensamento sociológico contemporâneo (abrangendo a Escola da Frankfurt, o estruturalismo, Foucault e o que se costuma chamar de “marxismo ocidental”).

Mas meu tema principal continuou sendo Teorias Sociológicas, e foi nesta disciplina que concorri a um concurso de efetivação, em dezembro de 1990 – meu primeiro concurso público. Dediquei-me às teorias clássicas no curso que ministrei no Mestrado, respectivamente em 1991 e 1992.

Em 1993, minha participação no Mestrado se deu através da disciplina Seminários Temáticos, que organizei em torno do Pensamento Social Brasileiro, focalizando os “paradigmas” que norteiam as obras dos “inventores do Brasil”: Gilberto Freyre, Sergio Buarque e o Caio Prado Jr. Na verdade, através deste estudo, eu buscava compor uma análise das *bases sociais da democracia* no Brasil, inspirada no clássico *As origens sociais da democracia e da ditadura*, de Barrington Moore (1975).

O tema das raízes escravagistas apareceu como determinante na compreensão de nossa história: as discordâncias dizem respeito ao balanço e às dimensões da escravidão, pois ninguém nega sua marca constituinte na identidade nacional brasileira. Discutir as



várias versões sobre o Brasil implicou também em formar uma base de opinião a partir do trabalho com fontes da época. Aí, uma fonte demonstrou sua extraordinária força expressiva: os livros de viagens e as gravuras realizadas por viajantes estrangeiros, especialmente na primeira metade do século XIX.

Em julho/agosto de 1990, decidi conhecer uma universidade que admirava desde os anos sessenta: Berkeley, lugar e símbolo do melhor da juventude universitária norte-americana nos anos da luta do Vietnã e do apoio à Revolução Cubana. Eu a tinha escolhido para local de meu pós-doutorado e aproveitei a oportunidade de aperfeiçoar meu inglês seguindo o *English Language Program*, um curso de extensão da universidade no período das férias escolares.

#### *UNICAMP (1993-2004)*

Após nove anos exercendo as atividades de docência e pesquisa junto à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas do Campus da UNESP, participei, em abril de 1993, de concurso para professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Em dezembro do mesmo ano, integrei-me definitivamente à Unicamp, o que se comprovou uma sábia decisão. Foi na Unicamp que encontrei o ambiente intelectual, os núcleos de pesquisa, as bibliotecas e arquivos e, *at last but not least*, os estudantes que a caracterizam como um local privilegiado para pesquisadores e docentes.

Neste mesmo ano fui convidada a participar de uma mesa sobre as perspectivas e os limites do feminismo, na reunião da ANPOCS. Após um balanço da experiência feminista no Brasil, meu texto terminava com a conclusão de que era chegado o momento de colocarmos as crianças no centro do debate. Há muito eu defendia o aborto com o argumento de que as crianças têm de ser amadas e

uma mulher que não quer ter filhos não deve ser a isso obrigada por ela mesma e por sua prole.

A proposta de inverter as prioridades e, principalmente, de considerar a importância da maternidade assistida nos dois primeiros anos de vida, me foram muito criticadas por minhas companheiras de feminismo. A socialização precoce, através das creches, é defendida pela psicóloga e pesquisadora Fulvia Rosemberg, enquanto defendo o ponto de vista que a idade ideal para a socialização é a partir de dois anos e meio.

Por outro lado, nas condições concretas do Brasil, poucas mães podem exercer sua maternidade em tempo integral e, nesse caso, as creches constituem uma solução. No artigo *Infância e Cidadania*, publicado em 1994, desenvolvo esses argumentos. Costumo pensar que aquilo que eu considero o melhor para minhas netas também vale para todas as crianças. Outra evidência que qualquer pediatra sensível pode confirmar é que as crianças somatizam suas angústias de maneira que o serviço de saúde infantil, junto com as creches, constituem duas esferas determinantes no tocante às políticas sociais para a infância.

A entrada de Cynthia Sarti (minha parceira no projeto *Imprensa Feminista* em 1978) como professora na Escola Paulista de Medicina ajudou a alavancar os projetos *Rede de dados e pesquisas sobre a infância* e *Avaliação de políticas sociais aplicadas a criança* (Projeto Integrado, 1995 – 1999).

### *O reprimido retorna: a lei nº 9.140/95*

O envolvimento com o IFCH, que se iniciara com a docência e se reforçara com a pesquisa, também incluiu o exercício do cargo de chefe de departamento no período 99-01. Foram anos de mais proximidade com as instâncias do poder universitário e de preparação de um novo projeto, completamente desconectado com pesquisas

anteriores, mas profundamente relacionado a minha história de vida. A partir de então, me afastei (mas não para sempre) das questões da criança, da família e da subjetividade enquanto me aproximava dos movimentos sociais e da memória política.

A versão oficial da morte de Norberto Nehring, meu marido e pai de minha filha, era que ele se suicidara e fora enterrado com outro nome, no 24 de abril de 1970. As informações que eu tinha apontavam para a morte sob tortura nas mãos da equipe do delegado Fleury. Quando retornei ao Brasil, em 1975, a ditadura militar permanecia e os órgãos de repressão funcionavam com plenos poderes. Mesmo assim, foi possível estabelecer que não havia nenhum registro do pretense suicídio por asfixia e que o documento existente na delegacia não era acompanhado por nenhuma foto, obrigatória nos casos de morte violenta. Com o apoio decisivo da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos foi possível descobrir um outro laudo, no Instituto Médico Lega, apontando a causa da morte como “afogamento”.

A Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que ainda hoje persiste em seu trabalho de recuperação dos restos mortais dos militantes políticos mortos no Araguaia, desempenhou papel crucial na questão do reconhecimento dos crimes da ditadura militar – graças à sua dedicação no levantamento de provas dos crimes da ditadura, como no caso dos prontuários encontrados no IML com fotos e documentos que atestavam as sevícias sofrida pelos militantes, jovens em sua maioria, trucidados pela repressão político-militar. Não obstante a má vontade inicial do presidente Fernando Henrique Cardoso com o tema, pois “*não vamos tirar os cadáveres de dentro do armário*”, o crescimento da pressão dos setores mais diretamente ligados aos direitos humanos terminaram por levá-lo a assinar a lei nº 9.140/95.

A lei previa, inicialmente, somente aqueles casos de desaparecimento completo do corpo. Mas, como fruto de pressões e acordos, passou a incorporar também os casos em que os corpos

tinham sido descobertos sob falso nome, por exemplo. Uma vez aprovada, a lei tratava do julgamento de cada caso por uma comissão mista. A importância de divulgar a questão em suas múltiplas dimensões levou à idéia de organizarmos na Unicamp um evento de dimensões internacionais com o título de *A Revolução Possível: homenagem aos mortos e desaparecidos políticos*.

Em março de 1996, como forma de pressionar o Estado a acelerar a criação da Comissão Especial de Justiça, realizamos um amplo seminário na Unicamp, com a presença do secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., dos então deputados José Genoíno e Luiza Erundina, representantes de organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, entre outros.

A importância de documentos guardados no Arquivo Edgard Leuenroth – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – revelou-se, neste episódio, decisivo para a formulação do projeto em curso.

O grande interesse despertado nos alunos do IFCH levou à formação de um grupo de pesquisa sobre o tema, com alunos da graduação e da pós. Aos poucos, foi se delineando um projeto de registro da memória política e de organização dos processos de acusação na justiça militar. O importantíssimo arquivo do projeto Tortura Nunca Mais se encontra no AEL, o que facilitava enormemente a tarefa proposta de organizar as informações sobre os denunciados pela Justiça Militar.

### *Quais as perspectivas?*

Vivemos num período difícil da história da humanidade. O mal estar da civilização de Freud estava marcado pelas sombrias perspectivas do nazismo triunfante. O mal estar contemporâneo tem a ver com a hegemonia militar política e ideológica dos Estados Unidos e o final do Bloco Soviético que permitia algum equilíbrio

na política internacional. A história não se repete; no entanto, as lutas pela libertação nacional na Argélia e no Vietnã apresentam similitudes com a escala norte-americana no Iraque, após a destruição do Afeganistão. Se a disjunção era barbárie ou revolução socialista não resta dúvidas que estamos nos atolando na barbárie. O que fazer?

Defender as conquistas republicanas no campo da educação, o retorno a políticas ditas de bem estar social que promovam uma necessária redistribuição de renda, através de impostos sobre propriedades e sobre lucros financeiros e outros mecanismos de transferência de renda. Nesse sentido, a universidade tem um papel relevante a cumprir no seu papel de criação e difusão de conhecimento, independentemente das leis do mercado.

Completei 10 anos como professora da UNICAMP e, não obstante já ter adquirido o direito à aposentadoria como anistiada política, pretendo seguir na ativa. Os vínculos aqui criados e minha profunda identificação com a educação pública, especialmente a realizada com a qualidade da UNICAMP, não me animam a procurar outra instituição. Como todos os meus colegas, dou aulas na graduação (diurno e noturno) em dois semestres seguidos, alternando matérias obrigatórias para os primeiros anos, que implica em classes de cerca de 60 alunos, e matérias optativas. Como eles, desenvolvo pesquisas e me dedico às lides da orientação nas diversas categorias de bolsas: iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado.

Como instituição, tenho ainda a assinalar que a proximidade com História e Filosofia e a vizinhança com Letras e Artes propiciam a vida cultural e política, com debates, eventos, shows musicais, projeção de filmes. Há que ressaltar, ademais, a maravilhosa biblioteca do IFCH e a documentação do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL).

E, por fim – mas não por último –, o Núcleo de Estudos do Gênero/Pagu está localizado no IFCH. Nele encontrei as possibilidades de um trabalho inter e multidisciplinar com docentes e pesquisadoras da UNICAMP e um ambiente intelectual criativo e empreendedor.

*Estudos Sabáticos: o tema da reprodução da sujeição/subordinação*

Uma licença sabática, no segundo semestre de 2001, permitiu que eu me dedicasse em tempo integral à leitura da obra de Louis Althusser e de uma extensa bibliografia sobre o tema mulher/feminismo/psicanálise. Na verdade, quando submeti meu plano de trabalho ao Departamento de Sociologia, a possível relação entre os dois objetos de leitura me passou despercebida. Foi o próprio tempo quem se encarregou de mostrar o fio condutor de leituras aparentemente tão disparatadas. Ambas relacionam-se à *questão do significado psíquico e a dimensão sociológica dos processos de sujeição e das possibilidades de reconversão subjetiva*.

A questão da sujeição constitui uma das dimensões da relação desigual que se estabelece entre dois seres humanos tendo em vista a diferença de idade, de sexo, de etnia, de nacionalidade, de classe social, etc. Em um extraordinário texto intitulado *A violência da interpretação*, Piera Aulagnier (1975) estuda a violência inaugural que constitui a entrada no universo simbólico. O rebento humano é sempre uma coisa social cuja capacidade de sobrevivência está na completa dependência dos adultos. Somos desde o começo interpelados por uma voz que nos transmite o simbólico (o cultural) e de um corpo que nos acolhe segundo convenções sociais e afetos pessoais.

A dependência prolongada da criança é fonte dos sentimentos internos de fragilidade e angústia que povoam nossa vida psíquica. Ora, se a sociologia tem como objeto o estudo da sociedade, como não se interrogar sobre qual a boa sociedade? A sociedade do bem-estar social e psíquico, que possibilite o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, constitui o projeto subjacente à criação da sociologia como ciência. Essa preocupação é fortíssima em Durkheim, defensor do ensino universal e laico como fator de democratização da sociedade. O projeto marxista fala da necessária harmonia entre homem e natureza e entre os homens entre si. Para isso, é necessário que a sociedade já tenha atingido um grau de desenvolvimento

técnico e de produtividade do trabalho, liberando os humanos da luta pela sobrevivência. Essa é uma condição *sine qua non*. A segunda condição é a equidade nos critérios de divisão da riqueza material e a extinção da propriedade privada sobre as máquinas e instrumentos de produção social e sobre a terra.

A psicanálise vai nos dizer que as coisas são um pouco mais complicadas e que extrapolam a dimensão da riqueza material. Em um texto de maturidade, *O mal estar da civilização*, Freud (1930) põe em dúvida a capacidade da humanidade de construir um mundo harmonioso e alerta para os riscos de uma sociedade cujo *modus operandi* leva à repressão de pulsões fundamentais sem conseguir transformar a energia libidinal represada em impulsos superiores, através do processo de sublimação.

A crise social e o mal estar psíquico apontados por Marx e Freud persistem nos albores do século XXI. Mais ainda, após a dissolução do socialismo soviético e a quebra de um certo equilíbrio na política internacional, com a consolidação da hegemonia imperial norte-americana, não são poucos os que preconizam o fim da História e das perspectivas de transformação radical. Como acertar contas com os projetos e utopias que dividi com grande parte de minha geração?

## Questões em pauta

*Por que as revoluções do século XX não conseguiram criar sociedades socialistas?*

A questão das dificuldades em se romper com a ideologia dominante e os limites subjetivos criados por esses processos de sujeição à lógica do capitalismo, nesses anos de refluxo da esquerda e hegemonia ianque, obriga a uma reflexão mais aprofundada.

Se permanecermos fiéis aos textos de Marx e ao seu comunismo científico, veremos sua clara definição das condições de superação do capitalismo: o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, a autonomia dos produtores (esses que não são proprietários dos meios de produção) implica na gestão pública do setor produtivo e que a administração seja simplificada ao máximo (até uma cozinheira poderia fazê-lo, segundo Lênin). O socialismo sempre foi entendido como período de transição – que funcionaria na base de “a cada um segundo seu trabalho” – até chegarmos à sociedade comunista, onde cada qual receberia segundo sua necessidade. Sairíamos do reino da necessidade e atingiríamos o da liberdade, de pleno desenvolvimento pessoal numa sociedade madura, auto-regulada. Karl Marx também supôs a revolução como um processo universal que pusesse fim ao domínio de umas nações sobre outras.

As revoluções russa, chinesa e cubana, para ficarmos nas mais paradigmáticas, diferentemente do modelo idealizado por Marx, ocorreram em países atrasados do ponto de vista das forças produtivas, com uma população majoritariamente rural e que não tinham sido culturalmente afetados pelos ventos libertários do iluminismo, apesar de um(a) ou outro(a) déspota esclarecido(a). Nessas condições: como aplicar o modelo marxista? Portanto a questão correta não é saber por que o socialismo não sobreviveu e sim: *Como o socialismo poderia dar certo na contramão da História?*

Nunca me esqueci da resposta dada por Guevara em sua discussão com o economista Charles Bettelheim sobre a construção do socialismo, quando Guevara ponderou que “é preciso criar riqueza com consciência e não consciência com riqueza”. Mas como fazê-lo numa pequena ilha tropical de monocultura açucareira? Os fins do socialismo não poderiam ser contraditórios com seus meios: será que a relação dos trabalhadores cubanos com o processo produtivo se transformou nas últimas décadas? Cuba, nesse sentido,



é a comprovação das teses de Marx sobre as condições materiais de desenvolvimento capitalista e sobre a dimensão universal da revolução socialista.

Com respeito ao Bloco Soviético, o que vimos foram as deformações produzidas pela falta de liberdade política, o sectarismo e o *aparelhismo* que redundam em formas de sociabilidade de pequenas transgressões e de corrupção que corroeram tantas importantes experiências revolucionárias. O fracasso dessas tentativas deveu-se, em grande medida, às dificuldades em se criar formas superiores de sociabilidade.

Por um lado, ficou comprovado que a propriedade estatal dos meios de produção não é garantia de novas relações sociais de produção. Por outro, que o peso das tradições se inscreve nas práticas cotidianas, nas relações entre crianças e adultos, homens e mulheres, nas casas, ruas, locais de trabalho e de lazer.

### *Freud e o marxismo ocidental*

Meu primeiro contato com Sigmund Freud foi através do livro de Simone de Beauvoir, o *Segundo Sexo* (1949), que analisei em minha tese de livre-docência, escrita em 1996. Mas foi Louis Althusser quem – permanecendo no campo do marxismo – incorporou mais profundamente conceitos e pressupostos teóricos da psicanálise, não obstante a dimensão psicanalítica de muitos trabalhos da geração da Escola de Frankfurt. O interesse pelos fenômenos superestruturais, característicos da produção marxista dos anos 40/50, relaciona-se com a hecatombe nazista que marcou a vida e a obra de intelectuais judeus alemães como Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin.

Um dos denominadores comuns às teorias conhecidas como *marxismo ocidental* é a pergunta: como foi possível que os trabalhadores se voltassem contra seus companheiros e os governos nazistas tivessem apoio popular? Nos círculos marxistas, a questão era resolvida sob a forma da rubrica “condições subjetivas”, que explicariam, por exemplo, a inexistência de correntes socialistas e comunistas fortes no movimento operário norte-americano, diferentemente da Europa.

Assim, foi ficando cada vez mais difícil utilizar as antigas categorias da consciência de classe sem levar em consideração a dimensão psíquica, o processo de produção da subjetividade.

A psicanálise, como teoria da nossa constituição psíquica, tornou-se a grande interlocutora das ciências humanas e sociais. O diálogo que uma série de movimentos de contestação, como o feminismo e o movimento *gay*, mantiveram e mantém com a psicanálise foi essencial para o alargamento das concepções sobre os passos fundamentais do processo de subjetivação, introduzindo novas formas de conceber a homossexualidade e repensando a própria heterossexualidade.

### *Louis Althusser (1918/1990) e a renovação do marxismo*

O marxismo e a psicanálise revolucionaram o mundo moderno, permitindo uma visão mais abrangente das dimensões mais profundas da vida em sociedade e a das forças inconscientes que movem os indivíduos. Nas palavras de Louis Althusser:

Dois descobrimentos inesperados, totalmente imprevisíveis, provocaram um abalo no universo dos valores culturais da época clássica, o universo da burguesia ascendente e instalada no poder (do século XVI ao XIX). Esses descobrimentos são o Materialismo Histórico, ou teoria das condições, das formas e dos efeitos da luta de classes, obra de Marx, e o inconsciente, obra de Freud (Althusser, 1991, p. 75).

O interesse despertado pela obra Althusser tem a ver com o rigor teórico de suas formulações, respeito que se estende a vários expoentes do estruturalismo francês, como Claude Lévi-Strauss e seu paradigmático trabalho sobre família e parentesco e Jacques Lacan ao pensar o inconsciente como linguagem. Através da leitura inovadora que faz de Marx e Freud, Louis Althusser mostra as dimensões revolucionárias e a atualidade dessas duas teorias. As análises de Althusser sobre a reprodução das relações de produção e os “aparelhos ideológicos de Estado” são de extrema importância para as ciências sociais, especialmente para quem trabalha com a esfera da reprodução das relações pessoais/sociabilidade e com instituições como a família.

A completa publicação da obra de Althusser pela editora Stock, a partir de 1994, possibilitou o acesso a textos inéditos que ajudam a esclarecer muitas de suas propostas, especialmente no tocante à crítica do conceito de ideologia em Marx. No final de sua vida, Althusser preocupou-se em repensar os fundamentos do marxismo, propondo a substituição de um materialismo economicista e determinista por um materialismo do “aleatório”, a partir de uma releitura dos materialistas gregos, com ênfase em Epicuro. O texto *Les courants souterrain du matérialisme* (1982) comprova a dimensão sempre inovadora do pensamento de Althusser.

### *Processos de sujeição: Althusser*

A safra intelectual dos anos 60/70 incluiu uma plêiade de intelectuais que se tornaram conhecidos internacionalmente e cuja influência teórica ainda se faz presente, como Michel Foucault, Félix Guatari, Pierre Bourdieu, além de uma nova leva de intelectuais do sexo feminino, como Julia Kristeva e Luce Irigaray. Com o fortalecimento da corrente sex-pol, os filósofos e cientistas sociais enriqueceram o tema da “reprodução das relações sociais de

produção”. No texto *Idéologie et Appareils Idéologiques D’Etat*, publicado na revista *La Pensée* n. 151 (junho de 1970), Althusser comenta que qualquer criança sabe que a continuidade requer a reposição. No caso do modo de produção capitalista, trata-se da reprodução dos meios de produção e da força-de-trabalho. Assim, o sistema precisa re-produzir novos trabalhadores, isso é, mão de obra despossuída dos meios e instrumentos de produção. A produção dessa mão de obra implica em processo de sujeição ideológica, produzido pela ação das instituições e organismos de Estado (Escola, Igreja) e pelos aparelhos do Estado (Exército e Judiciário).

Althusser comenta que Gramsci já intuía que o poder de Estado não se reduz ao aparelho repressivo, mas que é constituído de algumas instituições da sociedade civil, Igreja, Escola, sindicatos. Infelizmente, Gramsci não pode aprofundar seu estudo sobre o tema e Althusser se propõe a dar continuidade, pois, acentua ele, “aucune classe ne peut durablement détenir le pouvoir d’État sans exercer en même temps son hégémonie sur et dans les Appareils Ideologiques d’État”<sup>2</sup> (1976, p. 86). Isso significa dizer que os Aparelhos Ideológicos não são somente o *enjeu* (o que está em jogo) como também o *lieu* (lugar) das lutas de classes. Pois é através dos aparelhos repressivos e dos ideológicos que uma classe (ou aliança de classe) mantém sua dominação.

Dessa maneira, Althusser rompe com o dualismo da “materialidade da infra-estrutura econômica” versus a “idealidade da supra-estrutura político, jurídico e ideológico” do marxismo esquemático. Afirma que a ideologia é material e que essa materialidade inscreve-se nas práticas e nas instituições. (Como não associar a Durkheim e seu suposto da “materialidade” dos fatos

---

<sup>2</sup> Tradução minha: “Nenhuma classe consegue deter o poder de Estado de forma duradoura sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado”.

sociais e sua ênfase na dimensão simbólica (social) e moral de toda a sociedade humana?).

### *Temas de Louis Althusser*

O conjunto de sua obra apresenta como traço marcante a extraordinária erudição de Althusser e a amplitude dos temas sobre os quais escreveu. Ademais do material já impresso, dezenas de cursos, conferências e aulas ainda permanecem de fora das compilações.

Meu interesse principal reside na questão da ideologia e dos aparelhos ideológicos de Estado. Ao reconceituar a ideologia como prática ademais de “idéias distorcidas”, Althusser proporcionou um instrumento valioso na análise dos processos de reprodução das classes sociais e outras desigualdades. O *habitus* de Bourdieu corresponde a uma tentativa semelhante de operacionalizar o marxismo como sociologia empírica.

Relacionados à questão da transmissão da cultura e do modo de produzir, os estudos de Althusser também oferecem uma das mais ricas sínteses entre as descobertas do marxismo e as da psicanálise. Althusser; 1) rompe com o conceito de “alienação”, dizendo que ele foi superado (pertence à primeira tópica marxista) – diferentemente de um ponderável setor da esquerda; 2) aperfeiçoa a contradição marxista e introduz o conceito de “sobredeterminação”; 3) também critica colocações de Marx sobre a ideologia, incorporando categorias da psicanálise.

### *Sobre a ideologia*

Uma das mais importantes revisões que Althusser realiza na teoria marxista diz respeito ao conceito de ideologia. Ele assinala

duas fraquezas básicas da teoria marxista. A primeira concerne à definição de ideologia como visão mistificada/deformada do processo real de produção. Nessa acepção de visão deformada, fica pressuposto que as ilusões da ideologia fazem sempre alusão a um real que lhe deu origem e que basta interpretar para reencontrar, sob sua representação imaginária, a verdadeira realidade do mundo. Ora, diz Althusser, isso significaria dizer que na ideologia os homens se representam sob forma imaginária suas condições reais de existência. Restaria, no entanto, esclarecer: por que os homens precisam dessa transposição imaginária para “se representar” suas condições reais de existência?

Para Althusser a ideologia constitui, na verdade, uma relação imaginária do sujeito com a sociedade (capitalista, de exploração, etc) em que vive. Diz ele em sua Tese Primeira: “Dans l'idéologie est donc représenté non pas le système des rapports réels qui gouverne l'existence des individus mais le rapport imaginaire de ces individus aux rapports réels sous lesquels ils vivent”<sup>33</sup> (1976, p. 101). A diferença reside, portanto, na dimensão de representação imaginária da ideologia. Com isso, Althusser nega a possibilidade de um mundo em que as relações fossem completamente transparentes e afirma mesmo que, como o inconsciente, a ideologia é eterna. Pode-se bem imaginar o escândalo causado por tais teses entre os marxistas positivistas para quem o inconsciente era uma questão (e uma ciência) burguesa.

Althusser destaca o fato de que eterno significa aqui onipresente, trans-histórico, e que a proximidade entre ideologia e inconsciente justifica-se teoricamente pelo fato de que “a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral”. Assim, por um lado, enquanto representação imaginária,

---

<sup>3</sup> Tradução minha: “Na ideologia o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos mas a relação imaginária desses indivíduos com respeito às relações reais sob as quais vivem”.

as ideologias variam de conteúdo, mas, por outro, são universais e onipresentes em todas sociedades humanas.

A segunda tese de Althusser afirma que a *ideologia tem uma existência material* e não pode ser reduzida a conjunto de idéias falsas. É claro que tal materialidade não é da mesma natureza de um fuzil ou uma calçada, ironiza Althusser. A ideologia tem a materialidade das práticas cotidianas, seja o ato assistir uma missa, jogar uma partida num clube esportista, um dia de aula e assim por diante. Todos nossos atos cotidianos – nossas práticas – inscrevem-se em aparelhos ideológicos. Os aparelhos ideológicos do Estado seriam a materialização das ideologias morais, religiosas, jurídicas e estéticas.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais de produção é a reprodução do *sujeitamento* através dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Mais do que isso, o processo de submissão à ideologia dominante constitui ao mesmo tempo o processo pelo qual o ser humano se socializa e se produz como sujeito (sujeitado).

### *O conceito de prática*

Em *Ideologie et appareils idéologique d'État*, escrita em 1970, Althusser propõe-se a repensar certas noções que tinham sido postas em circulação em textos anteriores. Inicialmente, distinguir *processo de produção de práticas*. Marx não nos legou um modelo teórico sobre a prática. Assim, as fontes mais apropriadas encontram-se nas obras políticas de Vladimir Lênin e Mao Tsé-Tung. A partir do empréstimo a obra desses dois marxistas, Althusser estabelece uma série de características gerais sobre as práticas: elas são concretas, elas ocorrem no concreto das formações e assim por diante.

Toute pratique est concrète. Il n'existe de pratique que dans le concret des formations (formations sociales, formations théoriques scientifiques, idéologiques).

Il n'existe pratique que sous les catégories définissant les formations en question (telle société, telle 'science', etc.) donc sous les catégories combinées dans l' 'existence' concrète de ces formations (modes de production sociaux, modes de production théoriques-scientifiques, etc.)<sup>4</sup>.

Para delimitar mais exatamente a diferença entre processo de produção e prática, Althusser afirma que “un procès n’a pas de ‘but’, une pratique a un ‘but’”<sup>5</sup>. Isso é, a existência de um objetivo ordena o conjunto de elementos (agentes e meios de ação) que constituem uma prática. Isso significa dizer que o objetivo visado, ao determinar a composição e a disposição dos elementos, também modifica o *objeto da prática* e a *relação da prática*. Althusser vai introduzir então a categoria *conjuntura*, que delimita as possibilidades da prática, tal como foi utilizada por Lênin ao falar da “situação concreta”.

A análise da conjuntura (que inclui a avaliação da relação de forças) possibilita o conhecimento dos limites e a possibilidade da ação política em cada situação histórica. Ao incluir a atividade teórica teoria no rol das práticas, Althusser reforça a síntese buscada pelo marxismo no conceito de *práxis*.

*Judith Butler, leitora de Althusser*

A subordinação, opressão e/ou discriminação da mulher constitui objeto de estudo e ação das feministas, em várias partes

---

<sup>4</sup> Tradução minha: “Toda prática é concreta. Não existe prática que não esteja inserida nas formações (formações sociais, formações teórico-científicas, ideológicas). Não existe prática a não ser nas categorias que definem as formações em questão (tal sociedade, tal ‘ciência’, etc.) logo nas categorias combinadas na ‘existência’ concreta de tais formações (modos de produção sociais, modos de produção técnico-científicos, etc.)”.

<sup>5</sup> Tradução minha: “um processo não tem um ‘objetivo’; uma prática tem um ‘objetivo’”.



do mundo ocidental, tendo originado uma extensa bibliografia conhecida como “estudos sobre a mulher” e “estudos de gênero”. Para efeitos do presente texto destacarei algumas das apropriações teóricas realizadas pelo feminismo. Nesse sentido, é inegável a enorme influência da obra de Foucault, cuja recepção nos Estados Unidos e no Brasil possibilitou o desenvolvimento de temáticas e perspectivas de análises centradas na questão do poder e da sujeição. Na mesma linha, há que destacar a contribuição de Judith Butler, professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Berkeley.

Os processos de sujeição constituem um de seus temas prioritários, pois, segundo ela, aprofundar as condições da sujeição é também entender quais são as perspectivas de superação. Butler enfatiza a dimensão de poder de qualquer projeto e questiona a própria imparcialidade do projeto de Habermas, reafirmando a dimensão de poder do discurso. Diz que prefere chamar de “pós-estruturalista” a seguinte assertiva: *o poder permeia o próprio aparato conceitual*.

Antes de entrarmos no texto de Butler, convém lembrar que no idioma português as definições de “sujeito” que aparecem no dicionário Novo Aurélio são quase todas sinônimas: 1. *Súdito*; 2. *Escravizado*; 3. *Obrigado*; 4. *Que se sujeita a vontade dos outros*; 5. *Dependente*; 6. *Exposto*; 7. *Indivíduo indeterminado*. Na acepção n. 9, “Sujeito” é Assunto, tema, e na n. 10, *Termo da proposição a respeito do qual se enuncia algumas coisa*; n. 11 é o *ser individual, real*. Já o verbo sujeitar concerne sempre ao ato de reduzir à sujeição, subjugar, dominar.

Em inglês, “to subject” é definido como “to defeat –people ore country – and then control them against their wishes and limit their freedom”. É nesse sentido que em *The Psychic Life of Power, Theories of subjection*, Butler comenta que o poder é sempre pensado como uma potência externa que nos oprime. Na tradição sociológica, temos a clássica definição de Weber (1994, p. 54), para o qual poder é “a probabilidade que tem um homem ou um agrupamento de homens de impor sua própria vontade em uma ação comunitária, inclusive contra a oposição dos demais membros”.

Butler argumenta que essa visão unilateral teria sido superada pelos textos de dois filósofos franceses que eram contemporâneos: Louis Althusser e Michel Foucault. Segundo Butler, Althusser privilegia a dimensão do discurso para repensar a teoria da sujeição. Tornar-se sujeito é um processo psíquico inconsciente de sujeitamento à Ordem vigente (patriarcal, capitalista). A ressalva que Judith Butler (1997, p. 6) faz é que Althusser “view, useful as it is, remains implicitly constrained by a notion of a centralized state apparatus”<sup>6</sup>.

Em outras palavras, ao reduzir sua análise sobre a reprodução ideológica aos aparelhos de Estado, Althusser estaria deixando de lado importantes dimensões do real permeadas pelo poder e pela dominação. Butler (1997, p. 6) insiste no fato de que o poder como subordinação implica num “set of conditions that precedes the subject, effecting and subordinating the subject from the outside”<sup>7</sup>. Mas que essa formulação não pode deixar de lado o fato de que não existe sujeito antes deste efeito, pois “Power not only acts on a subject but in a transitive sense, enacts the subject into being”<sup>8</sup>.

Sim, o poder atua não somente sobre o sujeito, mas, em sentido transitivo, permite que o sujeito possa ser. Mesmo aceitando a premissa de Butler, discordo das críticas que faz com respeito aos limites da abordagem de Althusser. Na verdade, no texto *Psychanalyse et Sciences Humaines* (1996), ele chama a atenção para a grande descoberta de Lacan de que “é o cultural que age sobre o biológico”, como condição de possibilidade de inserção do pequeno ser humano. Assim, trata-se de estudar a ação permanente da cultura que transforma a criança.

E, mais ainda, que “é a lei da cultura que determina a passagem à própria cultura”, pois:

<sup>6</sup> Tradução minha: “o ponto de vista de Althusser, não obstante sua utilidade, permanece implicitamente limitado pela noção de um aparelho de estado centralizado”.

<sup>7</sup> Tradução minha: “Implica num conjunto de condições que precedem o sujeito, afetando e subordinando o sujeito a partir do exterior”.

<sup>8</sup> Tradução minha: “O Poder não somente atua sobre o sujeito mas, num sentido transitivo, permite o sujeito ser.”

Ce qui est pensée comme antécédence de la culture par rapport à elle-même dans le devenir humain du petite être biologique, se trouve en fait situé à l'intérieur de la culture elle-même. Autrement dit, la précession de la culture par rapport à elle-même, qui se situe au niveau utérel dans la pratique psychanalytique (1996, p. 95).<sup>9</sup>

Ao afirmar o paradoxo da *précession de la culture par rapport à elle-même*, Althusser antecipa muitas das conclusões da própria Butler e, em especial, sua crítica ao conceito de gênero como inscrição social sobre o biológico. Opondo-se às categorias de identidade presentes no feminismo, Butler insiste na importância de se pensar a *identidade* como *feito*, isso é, como algo *produzido ou gerado*.

### *Afinidades inesperadas*

Toda essa argumentação, por paradoxal que pareça, encontra-se presente na obra de Durkheim, nas questões inaugurais da própria constituição da sociologia como ciência. Como sabemos, Durkheim sempre pensou o social como uma potência externa a nós mesmos e sempre se preocupou com o tema das “representações” sociais, num sentido muito próximo ao que Althusser utiliza ao falar da ideologia. Também é conhecida a influência durkheimiana na obra de Freud e Lacan.

Durkheim, diferentemente de Weber, praticou uma sociologia com vistas à intervenção na prática social. Na introdução ao *Sociologia e Filosofia* (1963), C. Bouglé comenta que “sua ambição suprema era a de chegar a conclusões práticas, fornecer diretrizes à ação social”. Mas o que queremos sublinhar aqui é a existência de uma mesma posição

---

<sup>9</sup> Tradução minha: “aquilo que é pensado como antecedendo a cultura em relação a ela mesma no tornar-se humano do pequeno ser biológico, encontra-se na verdade no interior da própria cultura. Dito de outra maneira, a precissão da cultura em relação ela mesma, que se situa ao nível cultural na prática psicanalítica.”

ontológica com respeito as possibilidades humanas. Durkheim pensa a determinação do social de uma maneira muito próxima de Lacan. Aliás, em seu texto mais sociológico, *A Família* (1978), Lacan usa social e simbólico como sinônimos e se apóia nos textos de Durkheim sobre a família. Em outras palavras, estou sugerindo que houve uma apropriação (inconsciente) e um encontro de Althusser com Durkheim, ambos rigorosos intelectuais iluministas.

Lacan forneceu a Althusser uma teoria dos processos de constituição do sujeito humano, cujo ponto de partida é o primeiro encontro entre mãe e filho num universo simbólico, isso é, da Ordem humana, da norma humana (incluindo os ritmos temporais da alimentação, da higiene, dos comportamentos, das atitudes concretas de reconhecimento – a aceitação, a recusa). Ao afirmar que a sociedade é uma ordem moral, Durkheim está se referindo a essa mesma presença da Norma humana, do social como uma dimensão fundante de nossa humanidade.

### *Qual o futuro da humanidade?*

Nos fragmentos que compõem o final do *Capital*, Marx resume as condições necessárias para o socialismo: “reino da liberdade começa somente a partir do momento no qual cessa o trabalho ditado pela necessidade (...). Ele (o reino da liberdade) se situa além da produção material propriamente dita” (1968, p. 1488). Marx diz que o homem contemporâneo, como já faziam seus ancestrais, continua tendo de dar duro para sobreviver. Além disso, o império da necessidade agrava-se ainda mais pelo aumento da demanda e com a diversificação do consumo. A liberdade então consistirá na possibilidade de “os produtores associados – o homem socializado – regularem de maneira racional suas trocas orgânicas com a natureza e as submeterem ao controle comum ao invés de serem dominados

pela potência cega do dessas trocas (do mercado, em linguagem de hoje)” (1968, p. 1488). Não só Marx confiava que a humanidade seria capaz de se entender sabiamente com a natureza como também que, a partir deste uso racional, fosse possível que todos “*dispensassem no trabalho a menor energia possível*”.

A questão que se coloca é a seguinte: equacionada nossa sobrevivência material, estariam resolvidos os problemas humanos e viveríamos felizes até o final de nossos dias? Freud vai dizer que não, que Marx era muito otimista e que o comunismo se baseava em premissas psicológicas com as quais não concordava. No *Mal estar da civilização* (1929, p. 30) ele escreve:

Não estou interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista: não posso investigar se a abolição da propriedade privada é conveniente ou vantajosa. Mas sou capaz de reconhecer que as premissas psicológicas em que o sistema se baseia são uma ilusão insustentável.

Freud diz que a agressividade humana não foi criada pela propriedade privada, logo que sua abolição não resolverá nosso problema. Provavelmente a agressividade persistiria e poderia se deslocar para outros segmentos da vida social, como os relacionamentos sexuais. Talvez aí esteja a mais radical diferença entre Marx e Freud. Enquanto Marx herda de Rousseau a idéia da *humanidade Benfazeja*, Freud aproxima-se mais da humanidade pensada por Hobbes ao afirmar que, em algumas circunstâncias favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, a agressividade “também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho” (1929, p. 69).

*Extraíndo as conseqüências*

Essas reflexões, que levaram a algumas viagens teóricas, têm uma conexão direta com o estudo das condições de possibilidade de movimentos contestadores e do âmbito de suas propostas. Marx acentua o fato de que os homens (e as mulheres) fazem a história em condições que não escolheram e que estão fora do seu domínio, isso é, estabelece o contexto que delimita nossas possibilidades, mas que não impedem que façamos história.

Althusser introduz questões e dimensões novas especialmente através da assimilação de conceitos de Freud e Lacan. Com isso, a visão mais otimista de Marx sobre as possibilidades humanas é suplantada por uma visão das dificuldades de superação das estruturas que nos moldam e nos interpelam como sujeitos. Levados a nos imaginar como sujeitos livres, atuando segundo nossa própria consciência, temos dificuldade em reconhecer nossa sujeição à ordem (e ao discurso) dominante.

Ora, o que acontece quando essas estruturas entram em crise? Quando nos encontramos no estado de anomia de Durkheim, vale dizer quando os problemas de integração social decorrem das próprias insuficiências sociais? Freud já nos alertara sobre o mal estar da civilização que sofremos contemporaneamente.

É interessante notar como o tema da desagregação social está presente nos textos de sociólogos marxistas como Atilio Borón (1986), que pergunta:

Que tipo de sociedade deixa como legado estes quinze anos de hegemonia ideológica do neoliberalismo? Uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo o tipo – classe, etnia, gênero, religião, etc – que foram exacerbadas com a aplicação das políticas neoliberais.

O mais grave desse retrato da anomia social prevalecente é o fato de que, graças ao extraordinário avanço das forças produtivas,

o sistema produtivo prescinde cada vez mais do trabalho vivo. Assim, as possibilidades materiais de uma verdadeira história e do reino de liberdade vislumbrados por Marx encontram-se já dadas. No entanto, o predomínio do capitalismo e a lógica das “leis do mercado” determinam que o aumento da produtividade do trabalho se transforme em desemprego, “extrema pobreza, em anomia, em desintegração social”.

*Por fim, mas não por último: a ruptura epistemológica de Althusser*

Nos anos em que o marxismo funcionalista e evolucionista predominou, o socialismo era considerado uma fatalidade, o resultado natural, por assim dizer, da marcha histórica da humanidade. Essa concepção mecanicista foi rejeitada no debate intelectual e político e, principalmente, pela força da realidade histórica. O abandono do determinismo por parte de Althusser implicará preliminarmente em colocar o acaso (o aleatório) como fundamento do materialismo.

É no texto *Le Courant Souterrain du Materialisme de la Rencontre*, escrito em 1982, que Althusser proporá a refundação do marxismo sobre a base daquilo que ele denomina de materialismo do encontro, herdeiro do materialismo da antiguidade, que ficou esquecido (e reprimido) enquanto o materialismo triunfante foi “o materialismo da tradição racionalista, um marxismo da necessidade e da teleologia, isto é, uma forma transformada e disfarçada de idealismo” (1994, p. 554). Tanto Marx, como Engels e Lênin, teriam permanecido nessa tradição idealista.

Após sua ruptura com esse materialismo teleológico, Althusser (1994, p. 554) defende aquilo que chama provisoriamente

de “*matérialisme de la rencontre, donc de l’aléatoire et de la contingence*”<sup>10</sup>. Utilizando a filosofia atomística de Epicuro, Althusser afirma que antes do mundo não havia nada, mas todos os elementos lá estavam, eternos. Isso implica *que não existia nem Causa, nem Fim, nem Razão, nem desrazão*. Ocorre então o *clinamem*, que é um desvio infinitamente pequeno que rompe com o paralelismo dos átomos provocando *um encontro e de encontro em encontro, de esbarrão em esbarrão nasce um mundo agregado*.

A adesão ao materialismo aleatório provocará uma série de deslocamentos nas concepções de Althusser. Agora, as sociedades humanas e sua história são pensadas no quadro das possibilidades em aberto. O encontro e o esbarrão poderiam se dar ou não, mas, uma vez produzido, os “homens vêm se desenvolver entre si relações de obrigação (contrainte) que são as relações de sociedade, rudimentares no início e que se tornam mais complexas pelas conseqüências desses encontros sobre a natureza dos homens” (1994, p. 554). Aos poucos, e ao longo do tempo, os contatos forçados produzem *a língua, as paixões e o comércio amoroso ou a luta entre os homens até o estado de guerra*:

La société est née, l’état de nature est né, la guerre aussi, et avec eux se développe un procès d’accumulation et changement qui littéralement crée la nature humaine socialisée<sup>11</sup> (1994, p. 572).

Althusser observa que, para que o *encontro* se mantenha, são necessárias pressões externas que impeçam as tendências à dispersão, impondo aos homens sua lei de aproximação, o que o leva à conclusão de *que a sociedade nasce nas costas dos homens, à sua revelia*. Reconhecer o peso da contingência implica no descrédito a toda teoria teleológica da história e, à maneira de Rousseau, estimula a pensar “*la contingence de*

---

<sup>10</sup> Tradução minha: “O materialismo do encontro, logo do aleatório e do contingente”.

<sup>11</sup> Tradução minha: “A sociedade nasce, o estado de natureza nasce, também a guerra, e com eles se desenvolve um processo de acumulação e mudança que literamente criam a natureza humana socializada”.



*la nécessité comme effet de la nécessité de la contingence*<sup>12</sup> (1994, p. 572). Mais adiante no texto, Althusser explica que, para pensar a contingência como uma modalidade ou exceção, é preciso pensar a necessidade como vir-a-ser necessário do encontro de contingências.

*A solidão de Maquiavel* (1977) trata da impossibilidade do encontro entre uma teoria que antecipava a edificação necessária do estado nacional na Itália e aqueles que poderiam realizá-la na prática. A questão de Maquiavel era, portanto, “*créer les conditions de une déviation et donc d’un rencontre*”<sup>13</sup>. Maquiavel acreditou na *virtú* de um Príncipe para garantir a conjuntura favorável ao encontro e, mais ainda, sua permanência. Como em outros textos, reaparece o tema da solidão do intelectual que entende teoricamente problemas cruciais sem que ainda estejam dadas as condições para que possam ser superados. A solidão de Maquiavel decorre do fato de saber que não estaria mais vivo quando ocorressem os efeitos históricos de sua teoria. Esse intelectual, afirma Althusser, *não acreditava que os intelectuais fizessem a história*. O texto conclui com a afirmação de que *só um* outro pensamento, por sua recusa e sua posição, poderia salvá-lo de sua solidão: o pensamento de Marx.

Impossível não conjecturar sobre a solidão do próprio Althusser, e de todos os intelectuais que – mesmo sabendo que não são eles que fazem a história – imaginam que seus esforços teóricos possam colidir com outros pontos de vista próximos e, como no universo de Epicuro, originarem um agregado. É verdade que no terreno do aleatório não temos garantias que os encontros acontecerão – como supunha o Marx do materialismo histórico –, mas tampouco estamos fadados a ser eternas bestas agressivas, como parece crer o Freud desiludido do *Mal estar da civilização*. Senhoras e senhores: joguem seus dados.

---

<sup>12</sup> Tradução minha: “a contingência da necessidade como efeito da necessidade da contingência”.

<sup>13</sup> Tradução minha: “criar as condições de um desvio e de um encontro”.

## Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. *Écrits philosophiques et politiques* – Tome 1. Livre de Poche. Paris: Éditions STOCK/IMEC, 1994.

\_\_\_\_\_. *Écrits philosophiques et politiques* – Tome 2. Livre de Poche. Paris: Éditions STOCK/IMEC, 1997.

\_\_\_\_\_. *Psychanalyse et Sciences Humaines* – Deux Conférences. Paris: Librairie Générale Française/IMEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pour Marx*. Paris: Petite Collection Maspero, 1977.

\_\_\_\_\_. *Lire le Capital*. Paris: Petite Collection Maspero, 1976.

\_\_\_\_\_. *Éléments d'auto-critique*. Paris: Hachete, 1974.

\_\_\_\_\_. Ideologie et appareils ideologique d'Etat e "Freud et Lacan". In: *Positions*. Paris: Editions Sociales, 1976.

\_\_\_\_\_. *Marxismo segundo Althusser*. São Paulo: Sinal Editora, Coleção Sinal n. 2, 1967.

BUTLER, Judith. *The Psychic Life of Power: Theories of subjection*. California: Stanford University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

## A QUESTÃO FEMININA<sup>1</sup>

### **Introdução: O difícil começo**

*A Questão Feminina*, artigo publicado no número 16 da revista *Estudos CEPRAB*, de 1976, merece uma apresentação. Foi escrito em Paris, cidade de acolhida das centenas de exilados e exiladas políticas brasileiras, sob a influência do feminismo europeu. Há que se lembrar que na primeira metade dos anos 60 a Europa Ocidental vivia o Estado de Bem Estar Social e o movimento de mulheres estava em seu apogeu, enquanto que a América Latina sofria as consequências do Terrorismo de Estado, com seu programa de disseminar o medo, o conservadorismo e a submissão. Nessas condições, os respectivos debates sobre a opressão de gênero, na arena pública, seguiram pautas distintas.

---

<sup>1</sup> Publicada inicialmente na revista *Estudos CEPRAB* n. 16, abril/junho 1976, p. 155-168.

Em 1974, a Itália aprovou o divórcio e depois a legalização do aborto após plebiscito em que os campos se dividiram entre os fundamentalistas católicos, representados especialmente pelo Partido Democrata Cristão e demais partidos de direita e os partidos que defendiam a completa separação entre igrejas e Estado, capitaneados pelo Partido Comunista Italiano em aliança com os socialistas e os republicanos. Na França, em que o divórcio já existia há muito, o embate foi em torno da legalização do aborto. As organizações de mulheres, especialmente o grupo *Choisir*, contaram com o apoio decisivo dos comunistas e socialistas. Assim, ainda em 1974, as mulheres francesas conquistaram o direito a interromper uma gravidez indesejada.

Para as brasileiras exiladas na França o contato e a vivência com as feministas européias foi de uma importância vital e ajudou no enfrentamento às limitações da própria esquerda brasileira, pouco sensibilizada para a opressão das mulheres que era reconhecida mas como questão subsidiária à luta de classes.

Nesse sentido, o artigo *A Questão Feminina* é uma espécie de exemplar típico dos textos feministas que circulavam entre os exilados em Paris. Sua publicação no Brasil, na então prestigiada revista *Estudos CEBRAP*, implicou em algumas negociações, quer seja pela falta de empatia dos intelectuais do CEBRAP com a questão; quer seja pela existência dos vigilantes órgão de censura da ditadura militar e, conseqüentemente pelo medo em publicar um artigo de uma ex-exilada, viúva de um “terrorista” e irmã de outro. Na época, meu nome completo era Maria Lygia Quartim de Moraes Nehring. E foi a partir daí que passei a assinar e ser conhecida pela abreviatura que já usava na França: Maria Moraes.

# ESTUDOS CEBRAP 16

ABRIL - MAIO - JUNHO 1976

FRANCISCO DE OLIVEIRA

GUIDO MÂTEGA

JUAN CARLOS TORRE

PHILIPPE FAUCHER

JOSÉ REGINALDO PRANDI

ELZA BERQUÓ

EDICÕES CEBRAP



EDITORA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS LTDA.



*"O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos". Art. 233 do Código Civil.*

As "sociedades conjugais" constituem as células das sociedades de classe e o código civil, sùmula das regras normativas e coercitivas que moldam o comportamento na vida social, reflete a concepção – as idéias dominantes – que a sociedade tem do papel da mulher no casamento. Enquanto as funções decorrentes de uma inserção direta na esfera social cabem ao marido (administração dos bens, manutenção material da família, direito de fixar residência, etc.) à mulher é outorgada a função de ser a "companheira, consorte e colaboradora" do chefe da família, "cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta" (Art. 240). Como a direção material de fato é uma prerrogativa masculina, desde que é dever do marido sustentar a família, a direção material própria à mulher deve se referir ao orçamento doméstico. Assim, a "direção moral da família", isto é, a tarefa eminentemente conservadora da transmissão dos valores estabelecidos aos filhos, a procriação e as tarefas relacionadas à esfera doméstica são o equivalente que a mulher dá em troca do sustento material que lhe proporciona o marido. Sua subordinação ao marido decorre portanto, fundamentalmente, de sua dependência econômica.

Neste sentido, diante da lei, todas as famílias são iguais, assim como são idênticas as funções que a mulher deve desempenhar no seu seio. Entretanto, se analisarmos mais cuidadosamente a relação da estrutura familiar com a esfera econômica, veremos que esta aparente identidade esconde diferenças substantivas quanto à função econômica da família para as duas classes fundamentais de nossa sociedade. Isto porque, de um lado, existem famílias em que a função econômica primordial reside na transmissão da herança (sob as diversas formas em que o capital se corporifica) e nas quais as mulheres não precisam exercer nenhum trabalho doméstico e, de outro lado, as famílias de não-proprietários para as quais a herança não tem importância alguma enquanto que o trabalho doméstico tem um peso econômico que tentaremos determinar.

Se a principal determinação econômica da família é dada pela função que ela desempenha no nível das classes dominantes (a transmissão da herança), é o trabalho doméstico que constitui a função econômica mais importante para as famílias das classes trabalhadoras. Com efeito, o trabalho doméstico aí realizado constitui um trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho desde que grande parcela dos bens comprados com o salário do trabalhador não pode ser consumida antes que um trabalho adicional a torne apta para o consumo final. A comida a ser preparada, a manutenção e limpeza da casa e das roupas, etc., constituem diferentes formas em que o trabalho doméstico se concretiza e que colaboram na

conservação da força de trabalho. Nesta medida, o trabalho doméstico torna-se parte do trabalho pretérito incorporado à força de trabalho. O salário sendo igual ao valor da reprodução da força de trabalho decorre que o trabalho doméstico, ao constituir um dos elementos necessários à reprodução desta força, está incluído neste salário, ou preço da força de trabalho. Entretanto, realizando-se na esfera do consumo e, fundamentalmente, não valorizando diretamente o capital, o trabalho doméstico apesar de ser um trabalho necessário não é produtivo. De qualquer maneira, o trabalho doméstico tem um valor que pode ser determinado como o de qualquer mercadoria: pelo valor da força de trabalho da mulher, ou seja, pelos gastos de produção desta força.<sup>1</sup>

O valor da força de trabalho, determinado pelo tempo socialmente necessário para sua produção (e que inclui não só os meios de subsistência exigidos para a manutenção da força de trabalho do trabalhador como para a reprodução física da próxima geração de trabalhadores – sua família) é fixado historicamente segundo as necessidades concretas das classes trabalhadoras em cada sociedade e período histórico. Mas o preço da força de trabalho, como o de todas as mercadorias, flutua em torno de seu valor podendo, pois, fixar-se abaixo deste.

A pauperização absoluta e/ou relativa da classe trabalhadora, grande conseqüência da queda dos salários abaixo do valor da força de trabalho, é uma das principais razões para a dupla jornada de trabalho da mulher (a jornada “doméstica” e a “produtiva” ou assalariada). Num dos estudos publicados pelo DIEESE<sup>2</sup> este fato é claramente constatável: a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores levou à incorporação das mulheres e crianças à esfera da produção, como desesperado recurso de compensação à queda dos salários reais dos chefes de família. Assim, a comparação da família-tipo da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, em 1958 e 1969, acusa as seguintes modificações:

	1958	1969
Números de membros	4,5	4,9
Membros ocupados	1,0	2,0
Renda mensal (preços correntes)	Cr\$ 10,15	Cr\$ 612,10
Renda real (a preço de 1958)	Cr\$ 10,15	Cr\$ 9,20
Salário mensal do chefe de família (preços correntes)	Cr\$ 8,54	Cr\$ 361,03
Salário real (a preço de 1958)	Cr\$ 8,54	Cr\$ 5,42

“A comparação dos resultados das duas pesquisas demonstra que ocorreu uma perda sensível no poder aquisitivo da família trabalhadora e do salário do seu chefe. A redução do salário real do chefe alcançou 36,5% no decorrer de 11 anos, enquanto a redução da renda real da família foi de ordem de 9,4%. Isto significa que, para compensar aquela considerável perda do poder aquisitivo do salário, a família do trabalhador foi compelida a colocar mais gente a trabalhar para o seu sustento, o que foi apenas em parte conseguido. A fim de manter a situação financeira de 1958 seria necessário que a renda familiar alcançasse o nível de Cr\$ 675,10 e que o salário do chefe fosse de Cr\$ 568,50 mensais”.<sup>3</sup>

O aumento da taxa de mais-valia, que é uma constante a partir de meados dos anos, agravou as já duras condições de vida da classe trabalhadora em geral e das mulheres trabalhadoras em particular. É difícil fazer o cálculo das horas de trabalho que as mulheres brasileiras realizam no âmbito de sua casa mas, não deve ser menor que o da norte-americana (cujo padrão mais elevado de vida permite a aquisição de uma maior gama de produtos eletrodomésticos) estimado, pelo Chase Manhattan Bank, em 99,6 horas semanais em média. É evidente que uma mulher que trabalha fora de casa uma média de 45 horas semanais (sem contar o tempo gasto em transportes) não pode realizar quase 100 horas de trabalho doméstico por semana (pois o dia tem só 24 horas. . .), mas, de qualquer forma, a média das horas de trabalho diário realizado pelas mulheres que acumulam trabalho doméstico e trabalho remunerado deve ser maior que 15 horas.<sup>4</sup>

A diferença existente entre a função econômica que caracteriza a família das classes proprietárias (a herança) e a das classes trabalhadoras (parte da reprodução da força de trabalho) implica em diferentes conteúdos para a opressão específica das mulheres destas duas classes. Ou seja, no primeiro caso a mulher é oprimida enquanto pertencente ao sexo feminino e, no segundo, existe uma dupla opressão, determinada pelo sexo e pela origem da classes. Nesta medida, é fácil entender porque a ideologia dominante prejudica muito às mulheres das classes trabalhadoras: a pretensa identidade da família com a natureza humana assim como a tipologia feminina prevalescente (a dona de casa, a mãe, a mulher do lar, etc.) constituem barreiras para o surgimento de uma verdadeira compreensão de sua situação de trabalhadora. É certo que tão pouco para os trabalhadores em seu conjunto a contradição própria à produção capitalista é um dado imediato, facilmente apreensível, mas no caso das mulheres das classes trabalhadoras a dificuldade se duplica pois, para entender o verdadeiro caráter de sua inserção na esfera produtiva, é preciso que compreenda também sua sujeição enquanto sexo feminino. Assim como o obscurecimento do caráter real da produção capitalista (que torna nebulosa a verdadeira origem da mais-valia) impregna a consciência dos agentes, de forma tal que o trabalhador não vê no salário o preço de sua *força de trabalho* (desde que a ideologia dominante proclama que o salário é o preço do *trabalho*), tampouco o trabalho doméstico é visto como elemento necessário à reprodução desta força de trabalho. Por isso, as mulheres das classes trabalhadoras consideram-se *sustentadas* pelo marido, apesar do trabalho doméstico que realizam e, quando impelidas a trabalhar como assalariadas, vêem sua atividade profissional e seu salário como *complementares* ao do marido desde que a "função natural" da mulher é ser esposa, mãe e dona de casa, enquanto ao homem cabe sustentar a família. Nesta medida, sua inserção na esfera pública é sempre medida por seu "papel" na família onde, "naturalmente", a mulher deve exercer suas atividades.

Assumindo as características que as ideologias dominantes, ao longo dos anos, vem assimilando ao sexo feminino (fragilidade, excesso de sensibilidade, raciocínio intuitivo, falta de agressividade, imaturidade, etc.), consi-



derando como “naturalmente” femininas as tarefas relacionadas com o âmbito doméstico, as mulheres das classes trabalhadoras sofrem o seguinte paradoxo: a inserção na esfera pública, através do trabalho assalariado, que é uma condição *sine qua non* de sua emancipação econômica, ao não liberá-las completamente das tarefas domésticas, significa também uma sobrecarga adicional, uma dupla jornada de trabalho. Portanto, para defender sua emancipação econômica, sem sofrer as cargas do trabalho doméstico, as mulheres deveriam exigir que a sociedade em seu conjunto se responsabilizasse por estas tarefas. E para isto é preciso que as próprias mulheres desfaçam-se dos preconceitos, oriundos de concepções anticientíficas, que atribuem à natureza o caráter privado em que são realizadas atualmente as tarefas ligadas à reprodução cotidiana da espécie humana (alimentação, limpeza das roupas, etc.)

O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por dois elementos qualitativamente distintos – seu sexo e sua origem de classe – explicam, portanto, as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres, enquanto tais, sofrem objetivamente a mesma discriminação sexual e têm, neste sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar estas reivindicações numa plataforma única, e de sensibilizar todas as mulheres em relação a esta plataforma, está dada pelas contradições ao nível das classes sociais. Desta maneira, os dois grandes problemas para um movimento feminino conseqüente podem ser assim resumidos: a) a dificuldade encontrada pelas mulheres em defender, ao mesmo tempo, as reivindicações de sua classe e as específicas de seu sexo quando sua emancipação completa exige a solução simultânea destas duas questões; b) a necessidade de elaborar uma teoria científica da opressão da mulher que leve em conta os diferentes níveis da realidade que dão origem e reproduzem continuamente esta desigualdade social.

Foge ao âmbito deste artigo o histórico das lutas femininas e de suas conquistas (a título de curiosidade, somente, vale a pena observar que as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1917 na Rússia e Holanda; em 1920 nos Estados Unidos; em 1945 na França e Itália e... em 1971 na Suíça, “o paraíso da democracia”, assim como de suas correntes atuais. Basta ressaltar que a análise das plataformas reivindicatórias de diversas correntes norte-americanas e européias mostra não somente concepções opostas no referente às causas da opressão da mulher mas, principalmente, que as reivindicações feitas dependem muito do grau de desenvolvimento econômico e social de cada sociedade concreta. As correntes femininas mais sérias apontam a necessidade de uma profunda transformação econômica na sociedade como condição necessária para a emancipação das mulheres. Mas, algumas destas correntes terminam por cair num certo economicismo que as impede de ver as múltiplas determinações da opressão feminina e termina por prejudicar sua capacidade de atuação. A transformação radical das relações sociais de produção constitui, na verdade, uma condição necessária mas não suficiente para a completa solução do problema feminino, dado o conjunto de

níveis que compõem a opressão da mulher. Nesta medida, é só no momento em que as tarefas domésticas estejam sob a responsabilidade do conjunto da sociedade (incluindo-se a educação das crianças); em que a divisão social do trabalho não implicar mais numa divisão sexual das tarefas; em que a educação e demais meios de transmissão de valores não se basear em estereótipos sexuais; em que a gestão econômica e política da sociedade for da alçada de todos os indivíduos, independentemente de seu sexo, neste momento as relações entre homens e mulheres terão um caráter novo, totalmente despojado de conveniências econômicas e sociais, a sexualidade se separará da reprodução biológica e a humanidade sairá da Pré-História. Estas são pois as condições as mais amplas para a completa libertação feminina e este será o resultado de um longo processo histórico.

### A situação da mulher brasileira: alguns aspectos

Qual a situação concreta da mulher brasileira em nossos dias? Em que medida ela pode fazer suas algumas das reivindicações já vitoriosas em países capitalistas adiantados? Sobre que bases organizar-se-ia hoje um movimento feminino conseqüente no Brasil? Estas são algumas das questões que as mulheres e as forças progressistas do país devem responder.

Em setembro de 1971, 350 mulheres (em sua maior parte indicadas pela Arena, que concedeu 5 mil cruzeiros de verba) reuniram-se na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para um encontro pomposamente entitulado de I Congresso Feminino de Participação da Mulher na Vida Pública.<sup>5</sup> Entre as participantes, elegantemente vestidas, as vozes que se fizeram ouvir propunham um "movimento feminino" (não confundir com o "movimento feminista" que "é formado por mulheres frustradas de atitudes suspeitas", no dizer de uma destas senhoras do Arena) que faça com que a mulher "desabroche como uma flor e exerça seu papel de esposa e mãe". A esposa do então ministro do Trabalho resumiu "*o papel da mulher do homem de vida pública*" (que esclarece bastante sobre a concepção que se tem da "*participação da mulher na vida pública*". . .) da seguinte maneira: "A garantia da felicidade do lar está nas nossas mãos, assim como a paz espiritual que vamos oferecer ao homem público, nosso marido, permitindo que ele encontre clima de tranqüilidade para desenvolver melhor seu raciocínio".<sup>6</sup> Infelizmente, a maioria das mulheres brasileiras, que compartilham das duras condições de vida das classes trabalhadoras, não podem oferecer nem a si mesmas nem a seus maridos um mínimo de tempo de lazer que permita, "num clima de tranqüilidade", "desenvolver melhor seu raciocínio".

Já vimos anteriormente como as sucessivas quedas do salário real levaram com que as mulheres e filhos dos trabalhadores fossem incorporados à força de trabalho ativa, principalmente a partir de meados da década passada. Para as mulheres das classes trabalhadoras isto significou uma dupla jornada de trabalho, que as desgastam e esgotam fisicamente. O trabalho remunerado

constitui, indiscutivelmente, uma das condições de emancipação da mulher e, nesta medida, o direito ao trabalho é uma exigência do movimento feminino conseqüente. Mas este direito não pode ser reivindicado isoladamente. Com efeito, as mulheres devem exigir iguais salários por trabalhos iguais, creches para as crianças nas empresas, ampliação da jornada escolar das crianças, acesso a cursos de especialização, etc. sob pena de constituírem-se na parcela mais explorada da classe trabalhadora. Quando, por exemplo, constata-se que "os homens ganham cerca de 57% a mais que as mulheres em todas as profissões exercidas na indústria paulista"<sup>7</sup> é preciso levar em conta a dupla conseqüência da superexploração da força de trabalho feminina. Isto é, ademais da mulher sofrer uma maior taxa de exploração (permitindo o aumento da taxa de lucro de seus empregadores) toda a classe operária se ressentia do efeito depressivo das baixas remunerações femininas, que exercem uma pressão para baixo sobre os salários reais. Neste sentido, as mulheres são parte do exército industrial de reserva que as classes proprietárias lançam mão quando querem aumentar a taxa de mais-valia global. Cria-se, então, um círculo vicioso que pode assim ser resumido: "pela queda da renda familiar dos trabalhadores nos últimos anos, muitas mulheres passaram a buscar emprego, aceitando por ele qualquer salário; isto ajudou a baixar mais ainda os salários masculinos; a queda dos salários masculinos, por sua vez, exerce uma ação de retorno sobre os salários femininos, pressionando-os ainda mais para baixo".<sup>8</sup> Diante deste fato caberia perguntar a quem serve a ideologia da mulher afeita ao lar, mãe e esposa que, impedindo-a de profissionalizar-se na mesma proporção e na mesma qualidade que os homens (isto é, como forma de garantir sua subsistência e não meramente como necessidade quando a renda familiar diminui), transforma a mulher na mão-de-obra mais desqualificada e explorada?

Em 1970 as mulheres brasileiras correspondiam a apenas 27,1% do total da população economicamente ativa e concentravam-se, fundamentalmente, no setor terciário (40,4%) e primário (31,8).<sup>9</sup> As mulheres trabalhando no setor industrial ocupavam somente 644,4 mil empregos (em comparação aos 4,5 milhões de homens empregados) e, em sua maioria (84,6%) exerciam sua atividade produtiva como operárias da indústria de vestuário e têxtil.<sup>10</sup> Outros dados significativos demonstram a existência de profissões "femininas" (isto é, dominadas pela mão-de-obra feminina) como o emprego de doméstica (que ocupa 16% do total das mulheres trabalhando), enfermeiras não diplomadas (1,7%) e professoras primárias (8%).

A constatação da relativa exclusão da mulher das atividades consideradas produtivas assim como a existência de setores "femininos", em que as exigências de qualificação aproximam-se mais das "características naturais da mulher", não correspondem, no entanto, a nenhuma particularidade da economia e sociedade brasileiras. Efetivamente, a comparação com a situação da mulher em países capitalistas avançados permite observar uma certa universalidade nas formas de expressão da inferioridade econômica e social do sexo feminino. Assim, em começos da década passada, as mulheres

constituíam 22,0% do total da população ativa na Holanda (em 1960); 22,0% na Noruega (1960); 28,9% na Itália (1963); 33,4% na França (1962); 33,3% na Alemanha (1963) e 33,3% nos Estados Unidos (1963).<sup>11</sup> Isto é, observa-se que as mulheres constituem de 22 a 36% do total da população ativa em países capitalistas adiantados.<sup>12</sup> É evidente que o ritmo da acumulação do capital, a maior ou menos hegemonia do capital na agricultura, a diminuição da população masculina em alguns países particularmente afetados pela II Guerra Mundial, entre outros fatores, explicam as diferenças nacionais observáveis no concernente à taxa de participação econômica da população feminina. Entretanto, a concentração das mulheres no terciário, principalmente nos empregos de escritório (datilógrafas, secretárias, telefonistas, etc.) — 80% das mulheres trabalhavam no setor terciário em 1965, nos Estados Unidos —; a existência de “guetos profissionais” femininos em todos os setores econômicos (no secundário, as mulheres concentram-se nos ramos “tradicionais”: vestuários, têxtil e, em menor medida, alimentício) são características observáveis, em maior ou menor medida, em todos os países capitalistas avançados. Nesta medida, a situação da mulher brasileira é bastante similar à média dos países capitalistas, sendo que algumas peculiaridades próprias a nosso país — como é o caso da grande massa de mulheres na agricultura — correspondem principalmente ao menor desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo e o peso importante das pequenas e médias propriedades em que os proprietários e suas famílias constituem a força de trabalho.

Se do ponto de vista da inserção na esfera produtiva a situação da mulher brasileira não se diferencia muito da européia no concernente aos direitos civis, políticos e sociais, o abismo é enorme. É certo que grande parte dos direitos conquistados pelas mulheres em países capitalistas avançados compreendem reivindicações que podem ser atendidas sem maiores problemas pelas classes dominantes e são, muitas vezes, concedidas de forma a privilegiar as mulheres de renda mais elevada. Com efeito, trâmites demorados e caros para o divórcio; liberalização do aborto sem a cobertura da previdência social que o possa tornar acessível às mulheres das classes trabalhadoras; liberalização de anticonceptivos sem a necessária informação e divulgação, etc., são medidas de caráter indiscutivelmente progressista mas cuja aplicação prática pode ser restrita. Por outro lado, a igualização dos direitos e deveres de maridos e mulheres no casamento, a conquista de escolas e creches funcionando das 8 às 18 horas, e inúmeras outras formas de tornar sociais o cuidado e a educação das crianças constituem efetivamente medidas que beneficiam a totalidade das mulheres, notadamente às que trabalham como assalariadas. Finalmente, a existência de uma imprensa livre, onde as diversas correntes do movimento das mulheres podem se expressar e travar um debate ideológico, conjuntamente com a possibilidade concreta de organizar-se para defender suas reivindicações, caracterizam outras tantas diferenças entre a situação da mulher brasileira e de suas congêneres em países capitalistas avançados.

O caráter coletivo da atividade produtiva que faz com que milhares de indivíduos compartilham de uma mesma experiência diária de trabalho, sob as leis que regem a produção capitalista, permite a confraternização, a consciência de interesses comuns. Nesta medida, a inserção da mulher na esfera produtiva significa um importante passo adiante na tomada de consciência de sua inferioridade econômica e social. Mas é também neste momento que a adaptação ideológica da mulher (seu "condicionamento social") à mística do "sexo frágil", imposta por nossa sociedade, põe a descoberto os entraves existentes à própria solidariedade das classes trabalhadoras. Isto é, assimilando a esfera doméstica como própria a seu sexo, as mulheres enfrentam a esfera produtiva (e a pública em geral) a partir da perspectiva de sua família, de seus maridos e filhos que constituem os meios e os fins socialmente estabelecidos de sua realização como indivíduo. O trabalho assalariado (ou qualquer trabalho remunerado) é visto pelas mulheres não como um meio de garantir sua sobrevivência material, como se coloca para os homens, mas como necessidade de ajudar financeiramente sua família. É certo que esta ótica tem uma base material: do ponto de vista da divisão social do trabalho na sociedade capitalista o trabalho doméstico realizado pela mulher é socialmente necessário, como vimos anteriormente. Mas a determinação econômica do trabalho doméstico está camuflada pela identificação que é feita entre os resultados objetivos deste trabalho (parte da reprodução da força de trabalho) e as atividades "naturais" dos indivíduos pertencentes ao sexo feminino (como se as atividades domésticas decorressem de atributos biológicos). Isto é, a inversão do processo real leva com que uma suposta determinação biológica (mulher = esposa e mãe = tarefas domésticas e maternais) esvazie o trabalho doméstico de toda conotação econômica. Logo, apesar de objetivamente a mulher exercer um trabalho necessário — que ao subordinar-se diretamente ao capital transforma-se em trabalho produtivo, como é o caso das empresas de comida preparada, por exemplo —, o fato deste trabalho realizar-se na esfera privada e ser considerado como uma decorrência da estrutura biológica da mulher, implica em que subjetivamente ele seja, ao mesmo tempo, avaliado como "natural" e "privado". Desta maneira, as mulheres das classes trabalhadoras consideram que seu "dever natural" concerne à esfera familiar e doméstica e sua passagem ao trabalho assalariado só pode ser sentida como o resultado de circunstâncias conjunturais, que a obrigam a trabalhar para a renda familiar.

Duas conseqüências desta concepção merecem uma atenção especial: a primeira diz respeito à racionalização feita sobre o trabalho assalariado feminino e a segunda às suas conseqüências políticas. Uma pesquisa realizada na França<sup>13</sup> mostra que as mulheres de diferentes níveis econômicos (classificados como "meio operário", "meio intermediário" e "meio de folgora econômica") estavam de acordo (95%) em classificar como a principal razão para o trabalho remunerado da mulher a necessidade de "melhorar o orçamento doméstico"... Outras razões como: "permitir às crianças de continuar a estudar" são comuns a mulheres operárias e de

“meios intermediários”, enquanto o trabalho pelo interesse da própria atividade profissional era visto como o segundo motivo para as mulheres trabalharem, no caso das entrevistas pertencerem às classes de rendas elevadas, contrariamente às opiniões das mulheres das classes operárias que praticamente não consideravam esta justificativa para o trabalho feminino. Ou seja, enquanto as mulheres da classe operária, no conjunto de suas respostas, indicavam ver na pressão econômica a principal razão do trabalho feminino, as mulheres das classes economicamente privilegiadas apontavam o “aborrecimento de ficar em casa” ou “a vontade de tornar-se independente” (duas razões que eram apresentadas ora como críticas às mulheres que trabalham, ora como valorização deste trabalho) como motivos também importantes para explicar o trabalho da mulher fora de sua casa. Esta pesquisa revela, ademais, uma grande discrepância na atitude dos homens e das mulheres frente ao trabalho feminino. Enquanto 56,7% das mulheres respondiam favoravelmente ao trabalho da mulher em geral, só 26,7% dos homens tinham a mesma opinião. Da mesma forma, 56,1% dos homens opunham-se categoricamente ao trabalho feminino em geral, contra apenas 26,7% de mulheres com opinião semelhante. Podemos concluir, a partir do conjunto das respostas, que as mulheres operárias, cuja origem de classe impediu o acesso a estudos que possibilitassem o exercício de uma atividade profissional que não implicasse no puro desgaste físico, só podem considerar a vida profissional como um meio de sobrevivência financeira, enquanto que, para as mulheres das classes economicamente superiores, a realização pessoal e a independência financeira relativamente ao marido já passam a ter um sentido concreto. A atitude negativa demonstrada pela maior parte dos homens entrevistados tanto se explica por um comportamento conservador (no caso das classes dominantes) quanto pelo medo da concorrência do trabalho feminino (no caso dos operários que justificavam sua oposição dizendo que “elas tomam o lugar dos homens e enquanto houver desemprego as mulheres não devem trabalhar”).

Uma generalização apressada poderia nos levar a dizer que é uma falsa apreensão da realidade o que explica a imputação de que “as mulheres tomam o lugar dos homens” quando, na maior parte dos casos, o trabalho feminino realiza-se como meio de manter a renda familiar, ameaçada pela baixa dos salários reais dos “chefes de família”. Entretanto, não se trata de uma pura inversão do movimento objetivo dos fatos: se a causa primeira é a necessidade de suprir a queda do salário real masculino, a consequência – a disposição de uma parcela da força de trabalho em vender sua força de trabalho ainda mais abaixo de seu valor, aviltando desta maneira o nível dos salários reais – é que se cria um círculo vicioso. Ou seja, na medida em que a escassez da mão-de-obra num dado setor leva ao recrutamento de trabalho feminino, o fato dos salários serem inferiores ao dos homens terminará por rebaixar o nível salarial desta categoria profissional, como bem o exemplifica o seguinte fato: “no caso das primeiras 42 mulheres empregadas pela Concursan de Brasília o salário estipulado foi de Cr\$ 1,50 a hora, enquanto o salário

pago aos homens pela mesma função (servente) é de 1,70 a hora".<sup>14</sup> Neste sentido, as mulheres objetivamente desempenham o mesmo papel que a força de trabalho imigrante na Europa: constituem uma parcela do exército industrial de reserva que as classes proprietárias utilizam para aumentar a taxa de mais-valia.

O confinamento da mulher na esfera privada tem como contrapartida lógica sua exclusão da esfera pública: as mulheres, ocupando postos importantes na estrutura jurídica e política, constituem uma pequena exceção que confirma a regra. Da vida econômica à vida política — aonde quer que se estabeleça uma hierarquia de postos — as mulheres ocuparão os de menor importância de forma que, quando mais se suba na hierarquia, menor será a proporção de mulheres aí exercendo sua atividade. É claro que, para todas as mulheres, cuja única atividade na vida é o exercício das tarefas domésticas (assumidas como seu dever natural), a participação na vida social (em qualquer tipo de atividade que não se relacione diretamente com a família) é objetiva e subjetivamente pouco viável desde que até mesmo as atividades que não dependem de uma qualificação profissional precisa, como a política, por exemplo, exigem sempre uma certa experiência de reflexão coletiva. Mas mesmo entre as mulheres economicamente ativas o peso das "atribuições naturais da mulher" significa uma barreira para o pleno exercício de seus direitos como cidadã e trabalhadora. Tal fato pode ser observado ao nível da defesa dos interesses mais imediatos da classe trabalhadora, isto é, aos concernentes às condições de venda de sua força de trabalho: as mulheres trabalhadoras, em geral, demonstram menor capacidade em mobilizar-se e atuar coletivamente do que seus congêneres de sexo masculino. Assim, uma pesquisa realizada entre operárias de Araraquara constata que:

*"A pertinência a sindicatos tem sido uma prática extremamente rara entre as operárias em toda sua vida de trabalhadoras. Em seus empregos anteriores apenas 5,4% eram filiadas ao sindicato de sua categoria ocupacional, a quase totalidade das que não o eram alegando não ter conhecimento da existência de tal organização, outras declarando ter sido impedidas pelos pais de se filiarem a tais organismos. Em seus empregos atuais, 12,2% das operárias pertencem ao sindicato de sua categoria ocupacional, apenas 2,0% concebendo-o como uma organização de luta pelos direitos das operárias ou, em sua expressão, como "a única arma que o operário tem para defender seus interesses." As outras, membros de sindicatos, percebem-no como uma entidade assistencial e apolítica. Os 87,8% que não pertenciam a sindicatos alegam não ter conhecimento de sua existência (...). A filiação a sindicatos não é, pois, percebida como necessária ou mesmo conveniente, uma vez que as operárias estudadas jamais assumem atitudes reivindicatórias. Ao contrário, seu comportamento tem sido o de aceitar as condições oferecidas por seu emprego ou abandoná-lo, visando encontrar um mais satisfatório. A mobilidade ocupacional*

*representa, assim, um substituto da reivindicação, já que as trabalhadoras não responsabilizam o sistema produtivo da sociedade brasileira pela baixa remuneração que auferem de seu trabalho, mas a empresa ou sua personificação no patrão (...). A ausência de tradição sindical pode ter atuado como importante fator do comportamento pacato e cordato das operárias entrevistadas em todos os empregos por que passaram, pois, em nenhum deles jamais desencadeou-se qualquer greve. (...) Embora não vinculem sua incapacidade reivindicatória diretamente à sua condição de mulher, 91,8% das operárias admitem, em abstrato, que as empresas que empregam mulheres recorrem à greve com muito menos frequência que aquelas que empregam preponderantemente homens. Justificam tal afirmativa do seguinte modo: os homens precisam ganhar mais: 22,4%; os homens são mais corajosos: 26,5%; as mulheres são mais acomodadas, menos revoltadas: 42,9%".<sup>15</sup>*

A função específica que a mulher desempenha na esfera da produção (tanto do ponto de vista de sua exclusão, pelo exercício em tempo integral das tarefas domésticas, quanto de sua inserção, geralmente em setores produtivos "femininos" e sem que se desobriguem do trabalho doméstico em suas casas) é, portanto, o principal determinante da posição que ocupa a mulher na sociedade e do conjunto de representações que ela faz sobre esta mesma sociedade. A característica mais notável destas representações é o caráter a-histórico e atemporal que envolvem as atividades domésticas, uma vez que são vistas como decorrentes de funções naturais, biologicamente impostas ao sexo feminino, e não como o resultado histórico do desenvolvimento das forças produtivas sobre a base da propriedade privada dos meios de produção. Entretanto, é preciso acentuar que a opressão da mulher não se reduz exclusivamente à esfera econômica: ela é, em cada momento da história e em cada formação social precisa, um processo complexo, uma unidade contraditória de diversas determinações. Assim como as relações de produção constituem uma condição de existência do sistema econômico e não apenas uma mera projeção superestrutural, também a opressão da mulher não resulta unicamente de suas funções econômicas mas do conjunto das "atribuições femininas" que dizem respeito, ademais da esfera econômica, à reprodução biológica, à sexualidade, à socialização das crianças, etc.. Ou seja, grande parte das esferas sociais em que a mulher desempenha suas "funções naturais" constituem elementos importantes para a própria reprodução das relações sociais de produção. Nesta medida, só a transformação da economia e das relações sociais de produção pode levar à resolução da questão feminina.

#### NOTAS

- (1) A este respeito ver o artigo de Wally Secombe "Housework under capitalism", in *New Left Review* nº 83.



- (2) *Família assalariada: Padrão e Custo de Vida* DIEESE, janeiro de 1974.
- (3) DIEESE, *op. cit.* págs. 25/26.
- (4) Um estudo de Claude Javeau ("Les 24 heures du Belge" - *Etudes du Centre National du Sociologie du Travail* - citado em "Faire le ménage c'est aussi travailler" - *Cahiers du Griff*, nº 2, fevereiro de 1974) demonstra que o tempo gasto no trabalho doméstico (cozinha, limpeza, roupa lavada e compras, isto é, excluindo-se as tarefas ligadas à maternidade) é, para a média das mulheres belgas, de 5:06 h para as mulheres casadas que trabalham fora de casa (o que dá uma jornada completa de 13:06 h, supondo-se 8 horas de trabalho fora de casa) e de 3:36 h para as solteiras (11:36 h de jornada diária, excluindo-se o tempo gasto em transportes). Para as mulheres que se dedicam exclusivamente às tarefas domésticas estas tomam 7:54 h, para as casadas e 5:48 h para as solteiras. Quando existem crianças, as tarefas estritamente maternas podem tomar de 1 a 3 horas diárias (dependendo do número e da idade das crianças) para as mulheres sem profissão e de 1 a 2 horas diárias para as que trabalham fora de casa. Dado o fato que a pesquisa constatou profundas diferenças no tempo gasto no trabalho doméstico segundo a categoria social que pertença a mulher (mais eletrodomésticos, etc) é possível supor que uma mulher da classe trabalhadora belga, com 2 filhos e exercendo uma profissão, tem uma jornada total de trabalho de aproximadamente 16 horas.
- (5) *Visão*, 15/1/1973, pág. 24.
- (6) *Visão*, *op. cit.*
- (7) *Opinião*, 11 de março de 1974, pág. 7.
- (8) *Opinião*, nº 4, 27/11 a 4/12 de 1972, pág. 7.
- (9) Felicia Madeira e Paul Singer - "Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil" - *Cadernos Cibrap* - Tabela 2-5, p. 25)
- (10) *Opinião*, nº 70, 11/3/74.
- (11) Anuário de estatísticas do trabalho - AIT - in *Notes et Etudes Documentaires* nº 3410 - Secrétariat Général du Gouvernement - Paris - 1967.
- (12) *Banes* de 24/2 a 2/3 de 1975: divulga que a média mundial atual é de 35%.
- (13) Chombart de Lawe e outros: "*La femme dans la société, son image dans différents milieux sociaux*" - C.N.R.S. - citado por Eveyle Sullerot in *Histoire et Sociologie du Travail Féminin* - Editions Ghontier, Paris, 1968.
- (14) *Opinião*, 11/3/74.
- (15) Heleieth L.B. Saffioti: *Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias* - Faculdade de F.C.L. de Araraquara, 1969. (mim.)

composição e  
artes

Realizações gráficas Itala

rua martiniano de carvalho, 358 - são paulo  
fone: 285-4995



Impresso por  
W. Roth & Cia. Ltda.



## FAMÍLIA E *PAPÉIS* SOCIAIS: UMA CRÍTICA FEMINISTA

### I – Família e Opressão Feminina

Nenhuma lei humana poderia apagar de qualquer forma o direito natural e primordial de todo o homem ao casamento, nem circunscrever o fim principal para que ele foi concebido desde a origem: ‘crescei e multiplicai-vos’ (Leão XII, *Rerum Novarum*, 1961, p. 128).

A natureza não impõe somente ao pai de família o dever de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos refletem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento de sua pessoa, a natureza inspira-lhe cuidado do seu futuro e a criação de um patrimônio que as ajude a defender-se, na perigosa

jornada da vida, contra as surpresas da má fortuna. Mas esse patrimônio poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes que possa transmitir-lhe por via da herança? (Leão XII, *Rerum Novarum*, 1961, p. 17-18).

A família, na sua forma atual, não é outra coisa senão uma das ruínas do passado (KOLLONTAI, 1979, p. 49).

### *Introdução*

Impossível pensar a problemática dos papéis femininos em nossa sociedade – entre eles o de socializadora e transmissora de ideologias – sem fazer referência à questão da família. De fato, ao longo da história da humanidade, assim como nos sucessivos e diferenciados discursos sobre o processo histórico, a mulher tem sido relacionada à família – à esfera do privado – enquanto que o homem parece pertencer à esfera pública, à sociedade. Desta maneira, Aristóteles em *A Política* distingue o “político” como governo da cidade, utilizando o termo “econômico” para caracterizar o governo da casa: a cidade e governada por homens livres, cidadãos por natureza livres e iguais, ao passo que a casa é o lugar em que o poder é exercido pelo homem sobre a mulher, os filhos (que são livres mas desiguais por natureza) e os escravos que, por natureza, não são livres nem iguais (MERCIER-JOSA, 1978, p. 304). A cisão entre “econômico” e “político”, neste caso, reflete a própria cisão entre vida pública e vida privada, entre direitos e deveres do marido e da mulher.

É interessante notar que a antropologia aristotélica impregna toda a teologia escolástica medieval que define as mulheres como “homens defeituosos” (REAUTHER, 1977, p. 88), identificando a divisão entre a carne e o espírito com a feminilidade e a masculinidade (NOVINSKY, 1979, p. 10). Para os contratualistas, como Rousseau, a família monogâmica e patriarcal (ou seja, a mulher submetida ao marido) constituía o princípio da sociedade humana e a crença na

instituição familiar como uma entidade natural e permanente, prévia a qualquer sociedade organizada, continua influenciando importantes segmentos da produção sociológica, como bem o demonstram as análises realizadas por Adorno e Horkheimer (1969, p. 130-148).

A leitura de textos filosóficos acerca da questão da família, como os de Kant e Hegel, remete-nos constantemente a esta dicotomia: a desigualdade entre homens e mulheres no interior da família e da sociedade – por mais que ideologicamente apresentada como constitutiva de uma comunidade de interesses e fundamentada no amor. Esta concepção idealista foi criticada por Marx (1968, p. 45) ao comentar, referindo-se a Fuerbach e aos jovens hegelianos, que, no desenvolvimento históricos, os homens:

Renovam cada dia sua própria vida, põem-se a criar outros homens, a reproduzir-se: é a relação entre o homem e a mulher, pais e filhos, é a família, Esta família, que no começo era a única relação social, torna-se em seguida uma relação subalterna (...) logo que novas necessidades engendram novas relações sociais e que o crescimento da população engendra novas necessidades. Consequentemente, devemos tratar e desenvolver o tema da família a partir dos fatos empíricos e não do “conceito de família”, tal como se costuma fazer na Alemanha.

E quais seriam estes fatos empíricos senão os elementos, historicamente determinados, que moldam os diversos tipos de sociedade que a humanidade tem conhecido? Algo muito diferente, por tanto, das leis imutáveis, dos princípios eternos, das categorias ideais (MARX, 1965, p. 84) com que trata a filosofia idealista: o concreto é concreto porque é a síntese de inúmeras determinações, logo, unidade da diversidade (MARX, 1965, I, p. 225). E o concreto, nas sociedades primitivas, é tão distinto do existente na sociedade inglesa contemporânea, como o são as relações familiares e o status da mulher em cada uma destas sociedades. Assim, Evans–Pritchard (1971, p. 47) comenta a relativa pouca intensidade das relações familiares entre os povos primitivos, para os quais a sociedade é uma extensão das relações familiares, levando com que a diferenciação

entre vida privada e vida pública apresente um caráter muito menos marcante que o imperante na família nuclear monogâmica de nossos dias.

Em outras palavras: a possibilidade de “historicizar” as relações familiares está determinada pela própria necessidade do homem ser um animal que não pode se individualizar a não ser dentro das sociedades (MARX, 1965, I, p. 236), na medida em que a ideia de uma produção realizada por um indivíduo isolado, vivendo fora da sociedade (...) não é menos absurda do que a ideia de um desenvolvimento da linguagem sem que existam indivíduos que vivam e falem em conjunto. Na verdade, quanto mais retrocedemos cronologicamente na história mais visível se torna a dependência do indivíduo a um conjunto maior, no seio e por o intermédio do qual sua sobrevivência é garantida. A existência biológica do homem, portanto, encontra-se profundamente marcada por sua existência cultural/social: a produção da subsistência material e a reprodução da espécie realizando-se e definindo-se dentro de um espaço social bastante delimitado. O que equivale dizer que se a união da mulher e do homem é um dado da Natureza, as regras que ela obedece para consubstanciar-se dizem respeito à Cultura.

### *1 – Cultura e Subordinação da Mulher: a proibição do incesto*

A passagem da Natureza para a Cultura, segundo a grande maioria dos autores, processa-se simultaneamente à subordinação da mulher ao homem (quando não é já um suposto “natural” que nem exige explicações), o que equivale a dizer que a opressão da mulher funciona como uma espécie de princípio civilizador. Para Freud (1973, III, p. 1838) a origem da sociedade relaciona-se à passagem da horda paterna à associação fraterna e, em ambos os momentos a mulher já esta subordinada ao homem; mais ainda, ela é o próprio objeto da disputa entre o violento e tirânico pai e a

horda fraterna. Os irmãos odiavam o pai que tão violentamente se opunha às suas necessidades de poderio e às suas exigências sexuais. A necessidade de colaboração entre os homens, pondera Freud, surgiu quando o homem primitivo descobriu que poderia melhorar seu destino na Terra através do trabalho. Aliás, em períodos ainda mais remotos – em sua pré-história de antropóide – já havia adotado o habito de constituir famílias, de modo que os membros destas foram provavelmente seus primeiros auxiliares. Além disso, *a família primitiva constitui-se vinculada a uma certa evolução sofrida pela necessidade de satisfação genital* (grifo meu):

Este, ao invés de apresentar-se como um hóspede ocasional, que se instala na casa de alguém para não dar depois sinais de vida por muito tempo e converteu-se, contrariamente, em um inquilino permanente do indivíduo. Com isto, o macho encontrou motivos para conservar junto de si a fêmea, ou, em termos mais gerais, os objetos sexuais; as fêmeas, por sua vez, não querendo se separar de sua prole inerme, também se viram obrigadas a permanecer, no interesse desta última, junto ao macho mais forte (FREUD, 1973, III, p. 3038).

O argumento, portanto, é de ordem biológica: o macho “naturalmente mais forte (força esta, diga -se de passagem, contestada por muitos antropólogos para os quais não faz sentido pensar as sociedades primitivas a partir de modelos de homem e de mulher das sociedades contemporâneas) entra em contradição com outros machos – sua prole – por causa da posse sexual da gêmea/esposa/objeto sexual. Desta maneira, a passagem da “família primitiva” para a “família cultural”, na expressão de Freud, diz respeito à luta *entre homens* pela apropriação das fêmeas:

Nesta família primitiva ainda falta um elemento essencial da cultura, pois a vontade do chefe e pai era limitada. Em *Totem e Tabu*, tratei de mostrar o caminho que conduzia desta família primitiva à fase seguinte da vida em sociedade, isto é, as alianças fraternas. Os filhos, ao triunfarem sobre o pai, descobriram que uma associação pode ser mais poderosa do que o indivíduo isolado. A fase totêmica da cultura baseia-se em restrições que os irmãos

impuseram-se mutuamente para consolidar este novo sistema. Os preceitos do tabú constituíram, assim, a primeira lei. A vida em comum dos homens adquiriu, portanto, duplo fundamento: por um lado, a obrigação do trabalho imposta pelas necessidades exteriores; de outro, o poderio do amor, que impedia ao homem de prescindir de seu objeto sexual, a mulher, e a esta, desta parte separada de seu seio que é o filho, desta maneira, Eros y Ananke (amor e necessidade) convertam-se nos pais da cultura humana, cujo primeiro resultado foi o de facilitar a vida em comum a um maior número de seres (1973, 111, p. 3039).

A assimetria com que Freud pensa o “destino” da mulher e do homem, a partir do desvendamento dos mitos sobre a origem da civilização, não poderia deixar de ser mais reveladora: supõe-se uma relação privilegiada do macho em relação a fêmea que não é correspondida por esta, uma vez que o “instinto materno” determina a escolha do objeto afetivo da mulher. Assim, no mito e na análise de Freud, o homem é o macho e a mulher a fêmea-mãe; objeto cobiçado pelos machos que instituem as regras (o princípio civilizador) a partir da necessidade de organizar a partilha das mulheres, tal como a antropologia estruturalista veio a colocar posteriormente, assumindo a mesma hipótese da universalidade da proibição do incesto. Lévi-Strauss, muito provavelmente, subscreveria a afirmação de Freud (1973, II, p. 1847) de que podemos deduzir que no complexo de Édipo coincidem os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte, coincidência que se mostra perfeitamente de acordo com a demonstração trazida pela psicanálise de que este complexo constitui a nódulo de todas as neuroses. Em síntese, submissão da mulher ao homem e proibição do incesto: eis os parceiros da civilização.

Lévi-Strauss reforça a posição freudiana quando comenta que o instinto sexual, por ser ele natural, não constitui o passo da natureza à cultura, mas explica uma das razões pelas quais o terreno da vida sexual, antes de qualquer outro, é onde pode e deve operar, forçosamente, o trânsito entre as duas ordens (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 45).



Enraizada na natureza mas projetando-se para a cultura, a proibição do incesto é o eixo em torno do qual se articulam os sistemas de parentesco que, segundo Lévi-Strauss, correspondem a um meio de comunicação entre os homens. Verdade que se trata de uma comunicação muito especial pois as mulheres – diferentemente das palavras, que também implicam na comunicação entre homens, mas que não podem ser senão signos – são objetos com desejo próprio. A grande questão persiste, então, em se saber o porquê desta utilização do sexo feminino como uma espécie de meio circulante do sistema de parentesco.

Poucas correntes teóricas receberam tamanha aceitação como o estruturalismo, talvez exatamente pela ambição de seus propósitos: a resposta aos mistérios do “começo dos começos”. Eis que, a partir de estruturas orientadas por uma mesma lógica (no caso, a necessidade de trocar mulheres), o complexo de Édipo – o pecado original do freudianismo e do estruturalismo – possibilita explicar o universal, vale dizer, o princípio regulador das relações entre homens. Em um dos trabalhos mais interessantes acerca do caráter da “produção doméstica”, Claude Meillassoux (1975) comenta que tanto para os funcionalistas como para os estruturalistas a exogamia e a “troca de mulheres” constituem a base da teoria do parentesco, criticando Levi-Strauss pela ambiguidade que deixa pairar quanto às razões da proibição do incesto:

Lévi-Strauss supõe que esta proibição do incesto, ‘cuja raiz está na natureza’ – como explicar de outra maneira sua suposta universalidade? poderia, não obstante, ter uma causa sociológica; a necessidade da troca de mulheres. De forma que não “fica claro se, no espírito do autor, esta proibição se relaciona ao direito e à moral (produzidos pelas condições gerais da sociedade) – e neste caso eu estaria de acordo com ele – ou se é um dado natural que escapa aos homens (MEILLASSOUX, 1975, p. 26).

A universalidade da proibição do incesto, ademais, permanece duvidosa se o objetivo é que ela sirva de elemento comum à toda a

teoria do parentesco. Neste sentido, Meillassoux apoia-se no trabalho de R. Middleton “A Deviant-Case: Brother and Sister and Father Daughter Marriage in Ancient Egypte”, in *American Sociological Review*, (XXVII, 5 oct 1962) que demonstra a frequência dos casamentos entre irmão e irmã no Egito ocupado pelos romanos, para a preservação do patrimônio familiar, negando a universalidade da referida proibição. Assim, afirma Meillassoux:

(...) Se entendemos por ‘incesto’ a cópula entre rebentos dos mesmos genitores e entre genitores e rebentos, sem nem sequer estender esta noção aos parentes classificatórios, constata-se que se trata de uma prática muito conhecida e mesmo institucionalizada em um certo número de sociedades (1975, p. 26).

Lembrando os exemplos dos irmãos e irmãs no Hawaí; o pai e a filha *azande*; a mãe e o filho entre os *Mbuti*, Meillassoux conclui que:

Longe de estar inscrito na natureza a proibição do incesto é a transformação cultural de proibições sexuais (isto é ‘naturais’ ou morais) a partir do momento em que o controle matrimonial torna-se um dos elementos do poder político (1975, p. 26).

A luta pela sobrevivência material, a tentativa de garantir o usufruto ou a posse das mulheres, enfim, a necessidade de assegurar a presença de um dado número de representantes do sexo feminino e com isto a reprodução mais harmônica dos grupos sociais, exigiu o estabelecimento de regras (entre elas a proibição do incesto) que controlassem a enorme margem de arbítrio deixada pela natureza. Voltaremos, mais adiante, a discutir a questão do porquê o sexo feminino aparece como elemento estratégico a ser regulado. Por ora, ficamos no registro das considerações de Meillassoux, enquanto apresentamos a perspectiva antropológica feminista de orientação marxista.

## 2 – Evelyn Reed e a reintrodução contemporânea do tema do matriarcado

A oposição à clássica explicação da proibição do incesto como regra de origem “natural” recebeu um forte impulso com a apresentação dos trabalhos e conclusões de Evelyn Reed. Esta autora pensa o estabelecimento das regras sociais a partir da questão do *tabu* e das relações específicas entre a esfera da vida sexual (proibição do incesto e/ou de determinadas categorias de práticas sexuais) e a alimentação (tabu do canibalismo). Em outras palavras, apontando as necessidades básicas para a sobrevivência da espécie (animal ou humana), à alimentação e sexo, Reed pondera que a proibição de ingerir determinados alimentos, especialmente do reino animal, relaciona-se à separação que os primitivos faziam do “nós” e os “outros”, ou seja, diz respeito a aquilo que deve ser preservado e o que pode ser destruído. Uma determinada categoria do reino animal poderia ser considerada como “nós” e preservada da mesma maneira que os homens pertencentes a um mesmo grupo tribal. A possibilidade que no momento da caçada, por exemplo; alguém utilizasse de sua arma para ferir um companheiro, constituía motivo de profunda tensão grupal, de quebra de solidariedade. É por isto, argumenta Reed, que “nada além de um absoluto e inviolável tabu poderia impedir tal desastre e este foi o papel do totemismo, a mais antiga instituição social” (1975, p. 37). Esta prática de prevenção social, por assim dizer, estende-se às outras esferas da vida em comum, sempre com a mesma finalidade de socializar a interação grupal e a relação homem-natureza.

Convencida de que o totemismo e o tabu representam a mais antiga forma de regular as necessidades humanas, a questão que se coloca para Reed é saber quem o instituiu, porquê e como. Os homens se impuseram a proibição de comer certos animais e de ter relações sexuais com certas mulheres ou, contrariamente, foram as mulheres que criaram tais instituições para protegerem-se e à sua prole? Já vimos como Lévi-Strauss e seus seguidores respondem a

esta questão. Reed, entretanto, chega a uma resposta bem diversa: aprofundando a análise de Engels relativa ao matriarcado primitivo, reintroduz o argumento naturista agora para corroborar a tese da superioridade inata do sexo feminino, sua “capacidade civilizadora”. Reed atribui esta capacidade à maior propensão desenvolvida pelas mulheres no que diz respeito à práticas de cooperação mútua, dada sua ligação privilegiada – enquanto mãe biológica – com a prole. Em outras palavras, a autora estabelece para o sexo feminino uma relação de causa e efeito entre *função biológica* (natural) – procriação e aleitamento – e *função social* – cooperação. Neste aspecto sua análise converge com a de Freud (que fala da ligação da mulher à prole) mas as consequências que tira deste fato são bem distintas ao afirmar que a sociedade (a cultura) começa tendo como unidade o clã materno e não a família paterna. Em outras palavras, as mulheres têm o domínio na medida em que são socializadoras; os instrumentos e as porta-vozes da cultura. A partir de sua relação íntima com a prole se estabelece um determinado tipo de relação com o meio ambiente: o cultivo de alguns alimentos, a domesticação de pequenos animais e pássaros, os primeiros passos na tecelagem, na medicina e nas artes constituem, segundo o material apresentado por Reed, obras do sexo feminino. Além disso, explica a importância do tabu relacionado à menstruação como mais uma manifestação da preocupação social em proteger a mulher, pois, em sua origem, ele não estaria referido a ideia de impureza do sangue menstrual e sim ao fato de que o sangue era visto como sinal de fermento. Assim, estar perto de uma mulher menstruada poderia significar o risco, para o homem, de ser confundido com um agressor.

As primeiras regras sociais, portanto, visam a proteção do sexo feminino em função do papel que ocupa na reprodução da espécie. Não é, pois, a proibição do incesto o passo para a cultura; a subordinação da mulher ao homem tampouco e sua condição universal. O trabalho social e a mãe social: eis as chaves para o rompimento com a esfera natural. Desta maneira, a autora,

que critica a projeção de instituições e valores contemporâneos para as sociedades do passado (tal como é realizado por muitos estudos antropológicos), termina por inverter a ordem das razões, propondo sempre determinações femininas como explicação de conhecidos tabus sexuais. Partindo da premissa de uma sexualidade diferenciada entre os dois sexos, ela afirma que os longos períodos de segregação da mulher (durante a menstruação, o ciclo maternal, as expedições de guerra e caça, etc.) ao fato da mulher sentir menor desejo sexual e de precisar se proteger da volúpia masculina. Em tempos históricos posteriores as necessidades sexuais femininas teriam aumentado, mas a razão desta mudança permanece obscura para Reed. Cumpre notar, aliás, que a defasagem no apetite sexual de cada um dos dois sexos é também um pressuposto da análise de Freud, que insiste nos laços preferenciais da mãe com a prole. Mas a utilização que Reed faz deste argumento é bem distinta da freudiana: para ela trata-se da impossibilidade do casamento e da figura do pai na época da selvageria. Mulher e prole encontram-se unidos contra muitos perigos, entre os quais a presença masculina. Assim, os dois sexos estariam segregados nos primórdios da civilização e as mulheres, através da organização matriarcal da vida em sociedade, foram capazes de desenvolver formas de solidariedade muito abrangentes, não conhecendo a propriedade privada nem formas de exploração do trabalho alheio.

Neste aspecto a análise de Reed retoma as clássicas colocações de Engels para quem a opressão da mulher só começa quando a propriedade privada é introduzida. Para ela esta instituição surge, primeiramente, com a “propriedade móvel”, ou seja, objetos que podem passar de um possuidor a outro, e com a acumulação tornada possível por um incremento de produtividade na agricultura. A autora em questão supõe que esta acumulação tenha se processado com os estoques de grãos, (Engels aponta o gado como primeira riqueza acumulada), e que a abundância alimentar tenha permitido uma

maior concentração populacional e o aprofundamento da divisão do trabalho. Os passos seguintes são conhecidos: a acumulação realizada traz o problema de sua utilização. Primeiramente, supõe Reed, os mais velhos receberam os benefícios do excedente alimentar mas, pouco a pouco alguns homens:

Elevaram-se à categoria de sacerdotes, nobres, proprietários de terra, colocando-se acima do povo comum, recebendo produtos alimentares, gado e artesanatos como tributos e, mais tarde, como taxas. A riqueza privada começou a acumular-se nas mãos de uma elite, a classe dominante (REED, 1975, p. 412).

A passagem é um pouco rápida, na verdade. Ao se referir à acumulação na agricultura, Reed aponta para a redefinição da divisão social do trabalho, argumentando que os antigos caçadores – os homens – passam a realizar tarefas antes especificamente femininas sem que haja qualquer explicação para tal mudança. Eis que os homens “elevam-se” – este é o termo empregado – à condição de classe dominante, permanecendo obscuras as condições que propiciaram a exploração do trabalho alheio por esta “classe dominante”. Somos jogados a sociedade de classes e a uma nova ordem social com um embrião de exército permanente, escravos e a mulher destituída de sua antiga posição social.

A indiscutível importância da obra de Evelyn Reed e o seu esforço para analisar, do ponto de vista marxista, as origens da opressão da mulher, justificam o espaço concedido à apresentação de suas teses. Vimos como ela reintroduz a problemática da passagem da natureza à cultura, lançando algumas hipóteses interessantes mas sem conseguir escapar a uma argumentação de ordem biológica bastante discutível. Sua análise deixa sem resposta alguns pontos nevrálgicos, entre os quais a questão do como as mulheres perderam a supremacia social que o matriarcado lhes garantia. Em poucas palavras, não chega a estabelecer uma teoria completa e coerente sobre a vida social nas sociedades iletradas do passado da humanidade.

### 3 – *Assimetria sexual e monopólio da violência: a questão do poder masculino*

A relação entre a vida familiar e a vida social, ou seja, a maior ou menor integração das relações de parentesco no conjunto das atividades de determinada sociedade, apresenta profundas diferenças ao longo da história humana. A separação entre público e privado, tal como nossa sociedade conhece, constitui o resultado de profundas transformações sócio-econômicas, entre elas a passagem da unidade produtiva do lar para a fábrica. Nesta medida, falar de papéis sociais da mulher supõe o conhecimento da qualidade da participação feminina em dada formação sócio-econômica. O que hoje é uma tarefa sem aparente valor econômico, como o trabalho doméstico, por exemplo, pode ter sido, há poucos séculos, uma função social (e não familiar) de máxima importância para a reprodução das condições de sobrevivência de uma determinada comunidade.

Neste sentido, Lévi-Strauss aponta para um aspecto essencial da manutenção do equilíbrio demográfico entre os dois sexos, que é a cooperação laboral tendo em vista a produção econômica/de subsistência, tal como podemos observar no trecho seguinte:

Considerações extraídas, de modo exclusivo, do estudo das relações entre os sexos em nossa sociedade não permitem compreender o caráter verdadeiramente trágico deste desequilíbrio no seio das sociedades primitivas. Suas implicações sexuais são secundárias. Com efeito, à sociedade primitiva dispõe, ainda mais do que a nossa, de múltiplos recursos para resolver este problema. A homossexualidade em certos grupos, em outros, a poliandria e o empréstimo de mulheres e, por fim, quase em todas as partes, a extrema liberdade das relações pré maritais, permitiriam aos adolescentes esperar comodamente encontrar uma esposa, se a função desta se limitasse às gratificações sexuais. Mas, como se assinalou várias vezes, na maioria das sociedades primitivas [como também, ainda que em menor grau, nas classes rurais de nossa sociedade], o matrimônio apresenta

uma importância totalmente distinta, não erótica e sim econômica. A diferença entre o *status* econômico do solteiro e do homem casado, em nossa sociedade, se reduz quase que exclusivamente ao fato de que o primeiro deve renovar com maior frequência seu guarda-roupa. A situação difere completamente nos grupos nos quais a satisfação das necessidades econômicas descansa totalmente sobre a sociedade conjugal e na divisão do trabalho entre os sexos. O homem e a mulher não somente não têm a mesma especialização técnica e, portanto, dependem um do outro para a fabricação dos objetos necessários para as tarefas cotidianas, como também se consagram à produção de tipos diferentes de alimentos. Por isto, uma alimentação completa e, sobretudo, regular, depende desta verdadeira “cooperativa de produção” que constitui um par. “Quanto mais mulheres, mais se tem para comer”, dizem os pigmeus que consideram “as mulheres e as crianças como a parte mais preciosa do capital do grupo familiar (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 75-76).

A problemática da mulher enquanto “capital familiar” ganha, nesta análise de Lévi-Strauss nova faceta, completando de alguma maneira a proposta teórica de Reed. Esta, como vimos, ressalta menos o aspecto da cooperação necessária entre os sexos e chega a propor, como maneira de contornar o problema da “abstinência sexual” das mulheres, uma modificação na sexualidade feminina que, nos primórdios, seria menos “sexualizada” vindo a se modificar posteriormente. O ponto de vista de Lévi-Strauss, neste particular, é bem mais flexível: ao invés de propor uma sempre duvidosa mudança de ordem psico-fisiológica, este autor coloca a possibilidade de uma sexualidade “polimórfica perversa”, nas palavras de Freud. Mas, por outro lado, insiste no aspecto da colaboração tendo em vista a reprodução cotidiana. O “valor econômico”, por assim dizer, do sexo feminino passa a constituir, então, a principal razão para a política de alianças que o sistema de parentesco estabelece.

A integração das funções econômicas (da esfera da economia e do modo de produzir) nas relações de parentesco (estas expressando normas de relação sexual/de filiação) constituirá, por estas mesmas



razões que Lévi-Strauss expõe acerca da “cooperação produtiva”, o específico das sociedades primitivas. Mais ainda, é através do parentesco que as próprias relações de poder – políticas e religiosas – são determinadas. Como assinala (GODELIER, 1970, p. 139), “neste tipo de sociedade as relações de parentesco funcionam como relações de produção, relações políticas, esquema ideológico”. O parentesco, neste caso, e ao mesmo tempo *infra* e *supra* estrutura. Além disso, as próprias relações de produção funcionam no interior das relações de parentesco, fazendo com que estas últimas determinem “os direitos do indivíduo sobre o solo e seus produtos, suas obrigações de receber, dar, cooperar. Elas determinam igualmente a autoridade sobre outros em matéria política e religiosa”.

As relações de parentesco, ou mais especificamente, a posição ocupada por cada um dos sexos (na idade adulta/produtiva) na hierarquia familiar e na vida social de modo amplo revela, à sua maneira, as relações de poder entre ambos os sexos. Ao falar da imperiosidade da “cooperativa de produção” Lévi-Strauss, com o apoio de Godelier, lança alguma luz sobre a questão da opressão da mulher. E os trabalhos antropológicos de Meillassoux acentuaram o valor econômico da mulher, sua capacidade de produção econômica aliada ao papel estratégico que desenha na procriação, ou seja, na reprodução da força de trabalho. Desta maneira, as razões pelas quais os homens, nas sociedades primitivas, tinham interesse na subordinação do sexo feminino são apontadas como sendo as seguintes:

A subordinação da mulher torna-a suscetível a duas formas de exploração de seu trabalho: tanto porque seu produto – entregue ao marido que assume sua gestão ou a transmissão ao filho mais velho – não lhe retorna integralmente como, principalmente, através da exploração de suas capacidades procriadoras pois a filiação, isto é, os direitos sobre a progeneritura, se estabelece entre os homens (MEILLASSOUX, 1975, p. 199).

Ao despojar a mulher de sua progenitura (garantindo o controle da futura geração de produtores) o homem a deixa incapaz de criar relações de filiação, ao mesmo tempo que não tem condições de adquirir um *status* a partir de sua contribuição produtiva. Assim, argumenta Meillassoux, apesar da mulher ocupar um lugar predominante:

Tanto na agricultura como nos trabalhos domésticos ela não desfruta do status de produtora. Estando submetida à relações conjugais que superam suas relações de filiação, o produto de seu trabalho só entra no circuito doméstico através de um homem (1975, p. 120).

A semente da contradição encontra-se, pois, lançada no próprio seio da sociedade primitiva, dada a assimetria sexual imperante. E, apesar da inexistência de estudos mais precisos sobre os meios utilizados pelo sexo masculino para submeter o feminino, é interessante observar como o antropólogo Pierre Clastres faz apologia da qualidade de vida nas sociedades primitivas (no exemplo a seguir trata-se das sociedades tribais brasileiras) sem maiores considerações sobre a condição feminina. Ele comenta que a vida econômica deste índio se fundamentava principalmente sobre a agricultura e, acessoriamente, sobre a caça, a pesca e a coleta. O grosso do trabalho, efetuado pelos homens, consistia em limpar, com machados de pedra e pelo fogo, a superfície necessária. Esta tarefa, realizada ao final das estações de chuva, mobilizava os homens durante um ou dois meses. Quase todo o resto do processo agrícola – plantar, capinar e colher –, em conformidade com a divisão do trabalho, era assumido pelas mulheres. Daí resulta esta feliz conclusão:

*os homens, isto é, a metade da população, trabalhava cerca de dois meses todos os quatro anos!* O resto do tempo era dedicado a ocupações consideradas não como pena mas como prazer: caça, pesca, festas e à satisfazer seu gosto apaixonado pela Guerra (CLASTRES, 1974, p. 165, grifo meu).

A alegria com que Clastres saúda a metade masculina é bem significativa da pouca importância que concede ao restante da população, isto é, as mulheres. Nem mesmo chega a calcular as horas de trabalho feminino, para que pudessemos avaliar o tempo que dispõe para o lazer. Sem entrar, mais uma vez, na discussão sobre a análise de sociedades diferentes a partir de critérios muito europeus e capitalistas – como é o caso da separação entre trabalho e lazer, cumpre ressaltar que a análise de Clastres pode não ser o melhor retrato das sociedades tribais mas é extremamente sugestiva da maneira pela qual a antropologia trata a questão feminina. Neste sentido, sua preocupação em definir as condições necessárias para que tais sociedades não conhecessem classes (nem o Estado) leva-o a inverter a proposição do materialismo histórico (que aponta a determinação, em última instância, do econômico) “antes de ser econômica, a alienação é política, o poder existe antes do trabalho, o econômico é um derivado do político, a emergência do Estado determina a aparição das classes” (CLASTRES, 1974, p. 169). Para que as sociedades tribais continuem sem conhecer o Estado – e as classes – é necessário, entretanto, o controle do tamanho demográfico e a reprodução de um mesmo controle social que impeça os deslocamentos do poder. Assim, ele assinala que:

A propriedade essencial (isto é, que toca na essência da sociedade primitiva) é de exercer um poder absoluto e completo sobre tudo que a compõe; é de proibir a autonomia de qualquer um dos sub conjuntos que a constituem; é de manter todos os movimentos internos, conscientes e inconscientes, que alimentam a vida social, nos limites e na direção desejadas pela sociedade (p. 180).

Já sabemos, portanto, que as sociedades primitivas não poderiam dar origem às sociedades de classe (desde que sua especificidade é justamente a de ser uma sociedade sem Estado); que os homens trabalhavam na agricultura dois meses cada quatro anos; que as mulheres ocupavam-se de praticamente todas as tarefas

produtivas e que o controle demográfico impedia situações de rompimento do equilíbrio homem-natureza. Mas, quando Clastres nos descreve as regalias do chefe – não obstante garantir que a sociedade sempre dispunha de meios de impedir os excessos do poder – a questão da opressão feminina mais uma vez se coloca pois o chefe é o homem que têm “o direito sobre um número anormal de mulheres do grupo; este em troca, tem o direito de exigir de seu chefe generosidade de bens e talento de oratória” (1974, p. 32). Em outras palavras, as mulheres participam da vida social também como valores de troca, ao estarem incluídas no conjunto de prestações e contra prestações que os homens mantêm com seu chefe. Elas são uma espécie de repouso do guerreiro e a poligamia é um prêmio para os caçadores mais eficazes.

A questão que se impõe, mais uma vez, é a de como as mulheres tornaram-se o objeto de troca em uma sociedade onde os sujeitos ativos são os homens. As explicações acerca das vantagens que o sexo masculino conquistou com a opressão da mulher são abundantes, como bem prova o recente exemplo das regalias dos chefes indígenas sul-americanos. Mas o meio utilizado é que permanece obscuro. E como toda teoria sobre a dominação supõe, necessariamente, uma referência à violência, não poderíamos deixar de pesquisá-la quando colocarmos a questão de como as mulheres foram submetidas.

Além das constantes referências de Clastres à paixão pela guerra demonstrada pelos homens dessas sociedades primitivas – Godelier também assinala a presença masculina na guerra e na religião, nas atividades simbólicas de modo geral – os estudos de Meillassoux confirmam a hipótese de que, a partir de dotes guerreiros especiais, um indivíduo pode alçar-se a uma posição de predomínio social. Cumpre notar, ademais, que existe uma relação direta entre o que poderíamos chamar de uma “taxa de guerra” – o índice guerreiro de dada sociedade – e a emergência do autoritarismo, baseado exatamente na violência. Basta lembrar que a própria manutenção dos guerreiros - nos períodos bélicos – se dá as custas do trabalho

dos não-guerreiros (as mulheres, em primeiro lugar). É por isto que a guerra favorece:

A emergência de uma autoridade vigorosa, brutal, muitas vezes cruel mas personalizada, arbitrária e obtusa (...) Se não existe um poder político institucionalizado, um Estado, aí se manifesta um poder pessoal, uma autoridade buscada, cobiçada, objeto de rivalidade. Esta autoridade (...) apoia-se sobre a Guerra, isto é, sobre a violência, a força, a astúcia, a exploração e muito frequentemente sobre a morte, como é a característica de todos os poderes de essência guerreira ou militar (MEILLASSOUX, 1975, p. 53).

É pelo monopólio da violência, afirma Meillassoux, que o sexo masculino, nestas sociedades, submeteu o feminino, explorando sua força de trabalho e sua capacidade reprodutiva. Outras categorias sociais, os velhos e os jovens, também serão submetido posteriormente. Logo, as contradições sociais internas são fruto, em grande medida, do extravasamento das artes bélicas, levando ao estabelecimento de um círculo vicioso na medida em que a guerra constitui um momento importante da afirmação da pretensa superioridade masculina:

A fonte mais apta a saciar a sede de prestígio de um guerreiro é a guerra. Ao mesmo tempo, um chefe cujo prestígio está relacionado à guerra não pode conservá-lo e reforçá-lo a não ser na guerra (...). Enquanto seu desejo de guerra corresponde à vontade geral da tribo, em particular dos jovens para os quais a guerra também é o principal meio de adquirir prestígio, enquanto que a vontade do chefe não ultrapassa a da sociedade as relações habituais entre a segunda e o primeiro se mantêm inalteradas. Mas o risco de um transbordamento do desejo da sociedade pelo de seu chefe, o risco – para este – de ir mais longe do que deveria, de sair dos limites impostos à sua função, este risco é permanente (CLASTRES, 1974, p. 178).

Tratar, pois, o “gosto apaixonado pela guerra” como uma espécie de impulso natural, análogo ao gosto pelo esporte, não pode ser o melhor caminho para discernir as consequências da violência institucionalizada. Qualquer sociedade que abrigue a guerra como

uma de suas atividades favorecidas arrisca – a todo o momento – não somente sucumbir pela força do inimigo externo como, também, ver voltadas para seus membros as armas que deveriam apontar somente para os de fora. E a “propensão masculina” à guerra – a menos de ser explicada como inerente a psicologia do homem – merece maiores reflexões do que sua simples constatação. Deixar, por tanto, de lado a desigualdade aonde ela aparece – recordemo-nos como Clastres se congratula pelo fato de metade da sociedade não necessitar dispendir energias em tarefas penosas pois a outra metade o faz – é tomar como dado natural o exercício da violência – qualquer que seja a forma sob a qual ela irrompe na vida social – não parece ser o melhor caminho para a compreensão da dinâmica das sociedades primitivas e, concomitantemente, das relações sociais nelas imperantes.

Cumprir relacionar a submissão da mulher ao valor econômico, por assim dizer, que sua função maternal (a reprodutora da força de trabalho) e os seus papéis na divisão social do trabalho garantem o desvendamento dos interesses que uma fração da sociedade possa ter na subordinação de outra fração não é o bastante. Resta esclarecer como um certo tipo de dominação pode manter-se por tão longo período histórico e de maneira tão universal (pois a regra e a opressão do sexo feminino na grande maioria das sociedades passadas e contemporâneas). Não podemos descartar a questão da violência – a parteira da história – quando se trata de entender a posição social da mulher. Não nos propomos porém a defender a tese de uma continuidade lógica (de um evolucionismo vulgar) da opressão/dominação do sexo feminino para a exploração/dominação de classe pois a qualidade da dominação é distinta, em cada um destes casos. Mas a necessidade de pensarmos a realidade com categorias mais amplas – e mais criativas do que a redução de toda a contradição social a uma oposição binária, é evidente.

Dentro desta perspectiva, que coloca novas questões teóricas, destacam-se alguns trabalhos, como os de Mitchell (1971, p. 101/6),

que acentua o fato de que a pretensa menor capacidade feminina para certos tipos de trabalhos pesados, tem menos a ver com sua opressão, que com sua menor capacidade para a violência. As mulheres, em sua perspectiva, são coagidas a fazer o trabalho doméstico (o trabalho de “mulher”) mesmo quando poderiam desincumbir-se das tarefas ao cuidado dos homens. A coerção (que subentende a violência coatora) precisa, portanto, ser entendida em todas suas consequências para que a situação da mulher – seus papéis na família e na sociedade – possa efetivamente ser transformada.

## II – “Família” ou “Famílias”?

Sobre o que repousa a família de nosso tempo, a família burguesa? Sobre o capital, sobre a aquisição privada. A família plenamente desenvolvida só é conhecida pela burguesia; mas ela encontra sua contrapartida na ausência de uma vida de família entre o proletariado e na prostituição pública.

Esta contrapartida, uma vez desaparecida, a família burguesa desaparecerá simultaneamente: uma e outra desaparecem com o capital. Seremos acusados de querer abolir a exploração das crianças pelos pais? Este crime: nós o confessamos.

Mas, então, dizem vocês, quereis quebrar as relações mais íntimas, colocando no lugar da educação familiar a educação social?

E vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é ela obra das condições sociais nas quais praticais a educação, a consequência da intervenção direta ou indireta da sociedade por intermédio da escola, etc.? (...)

Os discursos dos burgueses sobre a família e a educação, sobre a doçura dos laços entre pais e filhos são tão mais repugnantes quando a grande indústria

destrói todo o laço familiar para o proletariado e transforma as crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho. (...)

Aos olhos do burguês, a mulher não é senão um instrumento de produção. Ele ouviu dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum e isto lhe bastou, é claro, para pensar que o destino da mulher será pertencer a todos.

Não lhe veio a ideia de que se trata precisamente de acabar com um estado de coisas onde as mulheres ocupam o lugar de simples instrumento de produção? (MARX, I, 1965, p. 178/9).

### *Introdução*

O artigo 233 do Código Civil Brasileiro estabelece que o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Tal princípio reflete a concepção dominante que a sociedade elabora acerca dos papéis femininos, notadamente os relacionados à posição que a mulher ocupa na família.

Enquanto as funções decorrentes de uma inserção direta na esfera pública cabem ao marido (administração dos bens, manutenção material da família, direito de fixar residência, etc.) à mulher se outorga a função de ser a companheira, consorte e colabora do chefe de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta. (Art. 240). A direção material de fato pertence ao marido pois é seu dever sustentar a família; à esposa cabe a gestão (bastante limitada pela possibilidade de interferência do marido) do orçamento doméstico (cujo montante a mulher é incompetente / impossibilitada de fixar). Dessa maneira, a direção moral da família, entendida como a tarefa de transmissão de valores (os já consagrados, conservadores), conjuntamente com a procriação, a maternidade e as tarefas relacionadas à esfera



doméstica constituem o equivalente que a mulher dá em troca do sustento material proporcionado pelo marido. Também aqui temos o caso de uma subordinação diretamente relacionada à dependência financeira, pois a mulher – dedicando-se ao trabalho “invisível” – está incapacitada de prover (em termos de recursos monetários) seu próprio sustento. A dona-de-casa é uma não profissional que trabalha muito mas continua sendo considerada como pessoa inativa.

Perante a lei, todas as famílias são iguais, da mesma maneira que iguais são as funções que a mulher deve desempenhar em seu interior. Mas, se nos detivermos mais cuidadosamente na análise da relação entre estrutura familiar e esfera econômica, veremos como essa pretensa identidade esconde diferenças substantivas quanto às funções econômicas das famílias para as duas classes fundamentais da sociedade capitalista. Na classe dominante a principal função econômica da família concerne à transmissão da propriedade privada (dos meios de produção) através da herança e a mulher – neste tipo de família – está desobrigada do trabalho doméstico propriamente dito, cabendo-lhe mais a coordenação/direção das empregadas domésticas. No caso das famílias não proprietárias (a grande maioria da população que vende sua força de trabalho para poder sobreviver), a herança não tem nenhuma importância, contrariamente ao peso fundamental do trabalho doméstico.

Se a principal determinação econômica da família é dada pela função que ela exerce aos níveis dos dominadores – a transmissão da herança, significando a reprodução/continuidade do poder econômico para uma mesma família –, para a grande maioria das famílias do país o trabalho doméstico continua sendo a função econômica mais importante.

A abordagem histórica da instituição familiar e sua relação com o processo de produção da subsistência material foi realizada por Marx, ao assinalar que a divisão social do trabalho, primitivamente, não era outra coisa senão a divisão natural do trabalho na família.

O que equivale a dizer que aquelas contradições que configurarão a história humana encontram-se já em germe na família, pois a divisão do trabalho que prevalece em seu interior:

Conduz ao mesmo tempo à repartição do trabalho e de seus produtos – distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade –, conduz portanto à propriedade, cujo o germe reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX, 1968, p. 47).

As teses antropológicas de Morgan influenciaram decisivamente a abordagem materialista, levando Engels, na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a assentar as bases de uma teoria marxista da família. Enquanto os socialistas utópicos, como Proudhon, definem o pacto conjugal como primeiro momento da jurisdição social, concebendo a relação entre os sexos de maneira idealista – pela afirmação de que “o homem e a mulher formam, tanto moral como fisicamente, um todo orgânico do qual as partes são complementares (...) este organismo tem por objetivo criar a Justiça (...), isto é, a civilização e todas as suas maravilhas” (MITCHELL, 1972, p. 25) – Engels relaciona o aparecimento da família nuclear monogâmica ao advento da propriedade privada e de sua transmissão através da herança. E é, pois, esta função econômica que dá a base material da estrutura familiar dominante, ou seja, a família burguesa.

A necessidade de se pensar a especificidade da família das classes dominadas (cuja função econômica, por assim dizer, não poderia ser idêntica a da família dominante) fez com que, posteriormente, os estudos de inspiração marxista se detivessem na questão do trabalho doméstico e na sua importância para a reprodução da força de trabalho. Trataremos dessa questão mais adiante. Outra vertente analítica, dentro da corrente marxista, dedicou-se principalmente à integração da teoria psicanalítica ao estudo da instituição familiar enquanto viveiro/instrumental da repressão sexual e da educação autoritária. Nesta medida, os papéis desempenhados pela mulher têm sua ênfase deslocada da esfera do trabalho doméstico (da produção

econômica, *tout court*) para a esfera ideológica da conservação/transmissão de valores conservadores, ou seja, da socialização da nova geração.

Estudos históricos mais recentes – desenvolvidos principalmente na França a partir do agora clássico *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime* de Ariés – enfatizam o caráter socialmente determinado da família moderna (burguesa), assinalando a privatização da instituição familiar ao longo da passagem do regime medieval para o sistema capitalista; o incremento das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do “lar” burguês; a ampliação das atribuições de ordem psicológica decorrentes da maternidade e, finalmente, a estruturação da relação triangular – pai/mãe/filhos – com nítida divisão de papéis, como elementos constitutivos da família monogâmica, nuclear e patriarcal que conhecemos hoje e que é o padrão familiar socialmente dominante.

Dessa maneira, apesar da permanência de correntes que consideram a família moderna como o protótipo de instituição familiar – uma única e mesma instituição através dos séculos – a grande maioria dos estudiosos da questão está de acordo em afirmar que as funções que a família exerce são estreitamente dependentes do lugar que a família ocupa na organização social e na economia (MITCHELL, 1972, p. 72). E os papéis femininos, determinados, por sua vez, pelas funções desempenhadas pelas mulheres no interior da família, refletem esta dependência da instituição familiar à dinâmica social mais ampla.

Nesse sentido, longe estamos das sociedades sem classes, caracterizadas por uma divisão do trabalho pouco complexa e pelo entrelaçamento das diversas esferas em que se processa a vida social. A família moderna é esta da transformação das relações de produção, da passagem da agricultura para a indústria e da perda de autonomia da unidade doméstica enquanto unidade de produção. Mas é, também, o veículo transmissor das concepções dominantes; o *locus* institucionalizado das relações sexuais; o universo privado que

se contrapõe à esfera pública. Síntese de determinações oriundas de esferas tão distintas como a econômica, a afetiva, a política e a social, a família moderna corresponde a um dos eixos nevrálgicos do processo de reprodução do indivíduo, da espécie e da sociedade. E dada a separação do público e do privado e a ligação privilegiada do sexo feminino com esta última esfera, o estudo dos papéis femininos – a realidade e suas representações – necessariamente prende-se à análise da unidade familiar. O destino social da mulher, em síntese, vincula-se de forma estreita aos rumos tomados pela instituição familiar.

### *1 - Maternidade e Sexualidade: Mãe versus “A Outra”*

Para a mulher, ser mãe é sentir-se reconhecida como útil neste papel, correspondendo às expectativas do seu companheiro. É um desejo de ver-se “realizada” perante si e perante o outro nesse papel. Ela tem necessidade de se firmar no papel, de mãe, de mostrar a sua feminilidade (ser carinhosa, orientadora, etc.) e com isso garantir a sua imagem diante desse papel através do bom desempenho do mesmo. Mostrar ao marido que foi capaz de lhe dar filhos e fazer com que ele veja sua vida e seu nome continuando de modo que ele sempre desejou. É nesse fato que nos parece estar a razão do modo de viver esse papel, e com isso consegue assegurar a sua felicidade como mulher, mãe e esposa, considerando este último o papel principal da sua vida (GUIMARÃES, 1978, p. 74).

O Deus é do sexo masculino. Quanto ao catolicismo, Jesus feito homem nunca possuiu uma mulher. “A ética fraternal da religião da salvação está em tensão profunda com a maior força irracional da vida: o amor sexual”, explica Weber (MISSE, 1979, p. 13/4).

Se procuras saber por que Deus criou a mulher, só se encontra uma razão plausível; a procriação dos filhos (AGOSTINHO, De Gen. ad. lit. XX, 3).

As maneiras pelas quais as mulheres representam sua sexualidade – como pensam seu corpo à luz da função natural da procriação e do instinto sexual (libido), são temas fundamentais para a compreensão dos papéis femininos. E, entre todos, é o papel de mãe o mais valorizado conscientemente; valorização esta que incorpora a ideologia dominante acerca da maternidade, entendida como razão suprema da própria existência da mulher, uma mulher sem filhos, por definição, é uma frustrada. Mas a paternidade, por sua vez, não inclui, entre suas características socialmente definidas, um juízo de valor sobre o destino masculino: é possível não ser pai e “realizar-se” enquanto profissional, por exemplo.

A dicotomia dos papéis femininos e masculinos no interior da família reflete, ademais, uma oposição em termos da possibilidade de integração dos diferentes papéis que cada sexo deve desempenhar em nossa sociedade. Em outras palavras, enquanto o homem desempenha o papel ativo, do provedor da subsistência, do lutador dentro da esfera pública – o “lá fora” que se opõe ao “aqui dentro” do lar – de ativo sexualmente (sinônimo de macho), de pai (encarnando a autoridade) e esposo (ao qual esta submetida a mulher). A mulher divide-se em funções que são consideradas opostas, contraditórias: para ser a esposa casta e a mãe ideal pede-se que abdique de sua sexualidade, ou melhor, que reduza sua feminilidade à passividade do amor maternal. O corpo a ser utilizado para fins reprodutivos: o sexo como atividade subordinada ao destino fisiológico, “natural” da mulher: ser mãe.

Os trechos acima citados poderiam ser classificados sob a rubrica “mitos e representações” acerca da maternidade/sexualidade. De fato, o primeiro deles resume as representações, de alunas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, acerca dos papéis da mulher casada. E é o papel de mãe – o eixo em torno do qual se articula a inserção da mulher na sociedade, como se, realmente, o ser mulher fosse sinônimo de “ser

mãe” ou, nas palavras de Ercy Parreira Guimarães (1978, p. 191/2) dois pontos se destacam nas concepções elaboradas: o primeiro é que o papel de mãe é centrípeto, e para ele tendem a convergir as imagens que se constroem sobre os papéis de esposa, dona-de-casa e profissional; o segundo ponto é que o fato de assumir um novo papel não descentraliza o de mãe. Este é o mais enfatizado.

A valorização do papel de mãe – que atinge o paroxismo na frase de Santo Agostinho – assegura a aceitação social da mulher; legitima sua presença no mundo. Mas, em contrapartida, exige a renúncia dos prazeres carnis: o ventre é para gerar e o seio para amamentar. É por isto que, no começo do século, uma tese de ginecologia e obstetrícia, intitulada *Educação Sexual da Mulher* contém a afirmação de que “com a exceção das nymphomanas, as mulheres são sem exaltação erótica, que as tornam essencialmente monogamas” (Vasconcelos, 1915, p. 47). E se as mulheres são por natureza avessas aos prazeres sexuais – o que equivale a dizer que o acoplamento é um sacrifício necessário para a procriação – os homens, devendo também sujeitar seu instinto à reprodução biológica, podem usufruir do amplexo matrimonial, unindo assim o útil ao agradável:

Qual a razão de se fragmentar a libido feminina? Por que as mulheres têm de viver com sentimento de culpa de sua sexualidade, negando-a mesmo, para poderem ser dignas de usufruir os privilégios da maternidade? E por que o adultério feminino é crime grave? “Das chagas do organismo social é a mais aviltante” (Vasconcelos, 1915, p. 49). A resposta à necessidade de uma dupla moral sexual (pois a satisfação do “macho” supõe uma parceria que seria indecente propor à mãe/esposa casta) só poderia ser a prostituição. Esta “chaga social”; este “mal necessário”, como consagra a hipocrisia oficial. E a não possibilidade de mútua satisfação sexual no casamento está intimamente relacionada à exigência da filiação legítima/legitimada. Ou seja, somente garantindo a exclusividade sobre o corpo de uma mulher é que o homem poderá estar mais seguro da paternidade da criança. Por isto a lei, até hoje, garante ao marido a primazia, anulando

o casamento se for constatado, em prazo hábil, o desvirginamento prévio da esposa. E, com mais razão, dentro da ótica dominante, e por isto que se exige de fato a monogamia por parte da mulher, fechando-se os olhos com cumplicidade para as “puladas de muro” do homem.

Espera-se que a mulher realize-se enquanto mãe; que viva aí seus momentos de triunfo: as delícias da amamentação, o prazer de abdicar, de entregar-se com dedicação a satisfação das necessidades do rebento. E as mulheres respondem à expectativa dominante realizando-se na maternidade. Suas representações acerca desta função são de caráter valorativo; sua autoestima cresce do momento em que podem responder à exigência social de procriar um herdeiro, de dar ao homem o seu sucessor em nome e patrimônio. O interesse na repressão sexual, portanto, está diretamente relacionado ao controle da mulher e de sua prole “legítima”. Porque, como argumentava Reich (1972, p. 141), só a forma de empresa privada da sociedade é que tem interesse na repressão sexual da sociedade e dela precisa para a manutenção de duas Instituições que lhes são básicas: o casamento monogâmico permanente e a família patriarcal. Com o advento dos anticoncepcionais de massa, como nota De Beauvoir, estão preenchidas as condições para a separação de fato entre procriação e sexualidade, ou dito de outra maneira, entre ato sexual para fins reprodutivos e para fins exclusivamente sensuais. Nesse sentido, criam-se as bases para uma reintegração da sexualidade feminina ao corpo monopolizado pela função procriativa: as mulheres podem praticar o sexo sem correr o risco (em princípio) de gerar e/ou engravidar um filho ilegítimo. As chamadas “consequências fatais” para o sexo feminino – do ato sexual – estão agora sobre o controle dos anticoncepcionais. É o que explica, em grande medida, a relativa desculpabilização – a anistia parcial – que o sexo vem sofrendo também para as “mães de família”; a dessublimação repressiva, para utilizar a fórmula de Marcuse, da sexualidade feminina.

E a questão da utilização social do corpo feminino e do masculino – a fixação do campo de ação e das condições em que o indivíduo faz um determinado tipo de uso do seu corpo – adiciona-se esta da qualidade do discurso sobre os corpos e de sua utilização permitida e/ou estimulada pela sociedade. Pois o discurso é sempre revelador de um dado *status quo*, mesmo quando não passa de um não discurso, de silêncio sobre um dado tema. E o sexo tem sido objeto de diferentes níveis de discurso a partir, principalmente, do século passado, segundo Foucault:

Assim, processou-se a *histerização do corpo da mulher*: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser o elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir), através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação: a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1977, p. 99).

A análise de Foucault é extremamente rica por incorporar o conhecimento – e o reconhecimento – das práticas médicas, cada vez mais especializadas em torno de “saberes científicos” específicos: a infância (o pediatra; o psicólogo infantil, etc.); a procriação (o obstetra, o ginecologista) etc., ao estudo da teoria e da prática que nossa sociedade vem desenvolvendo acerca do corpo humano, em geral, e da sexualidade, em particular. Nesse sentido, dá continuidade ao estudo de Boltansky (1977) acerca do sentido histórico do aparecimento de algumas Ciências – ou para ciências – como, por exemplo, a “puericultura”. Por volta do fim do século passado, ressalta Boltansky, aparece este *savoir-faire* específico, que termina por se organizar em torno de alguns princípios fundamentais – formando



um corpo coerente de conhecimentos teóricos e de regras práticas enfim, constituindo-se em um saber autônomo cuja presença, entretanto, responde principalmente a uma lógica de dominação de classe, a um novo campo através do qual o capital vai subordinar o trabalho.

Normas higiênicas e médicas, disciplinamento do corpo e da mente, regras prontas para as diversas situações e fases da vida: transformação e passagem de um discurso normativo baseado na moral, como, por exemplo, a católica que culpabilizava o sexo não reprodutivo, para um discurso que se apoia no saber e na experiência de caráter médico/científica. A domesticação da classe operária – e da mulher no seu interior – constitui o objetivo, o projeto comum que esta por trás da instituição escolar e da instituição médica, solidárias com “toda uma ideologia da ordem e da desordem, da civilização e da selvageria, e por isto mesmo de uma representação particular das classes populares e de seu destino” (BOLTANSKY, 1977, p. 15).

A redução da família ao triângulo pai/mãe/filhos, a perda da autonomia da produção doméstica, a privatização da vida familiar, em uma palavra, constituem momentos da passagem a família burguesa como modelo dominante. Essas modificações espelham-se na própria arquitetura das cidades, com a “individualização” do espaço dentro das casas e com o levantamento de muros que isolem estas últimas do “mundo externo”. Ariès (1973, p. XVI) comenta que é ao final do século XVII – segundo fontes francesas – que se situa a retirada da família da rua, da praça, da vida coletiva e seu recolhimento no interior de uma casa melhor defendida contra os intrusos, melhor preparada para a intimidade. Esta nova organização do espaço privado foi obtida pela independência das peças que se comunicavam entre si através de um corredor (no lugar de abrir sobre a outra, em fileira) e pela especialização funcional (sala de visita, sala de jantar, quarto...)”.

Ademais dessas transformações – da estrutura da casa à estrutura da família – que privatizam e domesticam a unidade

familiar (agora, cada vez mais seguindo o padrão nuclear) outras processam-se em sentido diverso. Em outras, palavras, a separação que se processa entre o público e o privado, com a passagem das atividades produtivas para as grandes unidades manufatureiras, expropriando a casa de sua antiga função de unidade de produção refere-se à penetração do capital em todos os poros da sociedade: ele transforma a economia e a sociedade a sua imagem e semelhança. Mas a privatização, a individualização, por assim dizer, da vida familiar (o paraíso do lar contrapondo-se ao inferno do mundo externo...) não caminha no sentido de aumentar a margem de autonomia individual. De fato, observa-se um processo bem distinto que diz respeito à crescente influência dos “saberes” de ordem médica, psicológica, etc. e de novas instituições – “aparelhos ideológicos do Estado”, para utilizar a fórmula de Gramsci, retomada por Althusser, sobre um número cada vez maior de esferas da vida cotidiana. A própria amamentação – e temos aí um bom índice do grau de intervencionismo na vida privada – deixa de ser um ato natural, “o dar o peito”, para ser submetida à prescrições, normas e discursos cada vez mais complexos.

Privatização da vida familiar e universalização das normas de conduta doméstica: eis dois processos simultâneos. A sociedade burguesa não acirra a dicotomia público/privado visando preservar a autonomia do indivíduo, mas, sim, de disciplinar todo o corpo social à lógica da acumulação capitalista, ao império da taxa de lucro. É isto que o estudo de Jurandir Freire Costa, sobre a introdução da medicina social, revela:

A partir da terceira década do século passado, a família passou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida das crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos

aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais. Retrospectivamente, no entanto, nota-se que a ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alternava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos. Converteu, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regalada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa. Mediante esta tática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras historicamente inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais (COSTA, 1979, p. 12/3).

Eis alguns elementos da gênese da família burguesa; fatos que dizem respeito às condições necessárias para a completa transformação da sociedade à racionalidade burguesa. Neste sentido, a maternidade, assim como o espaço socialmente legitimado em que se processa a satisfação das necessidades sexuais, não deixa de ser uma criação cultural: a forma pela qual a sociedade burguesa pensa e representa a função biológica da procriação, envolvendo-a de preceitos, desdobramentos (a mãe como educadora) e conseqüências (a fixação – na figura materna de um determinado comportamento pisco-afetivo) absolutamente desvinculadas do ato fisiológico mas que, por efeito da ideologia dominante, passam a integrar o papel de mãe.

“Ser mãe,” portanto, é uma noção culturalmente construída que envolve muito mais do que o simples ato biológico da reprodução

e está diretamente relacionada ao espaço que a mulher ocupa – os papéis que desempenha – dentro da atual estrutura familiar. Assim, por um lado, a reprodução constitui para a mulher aquilo que o trabalho é para o homem: uma atividade criadora, levando Mitchell (1967, p. 20) a assinalar que a maternidade se torna uma espécie de substitutivo para o trabalho, uma atividade em que a criança é vista como um objetivo criado pela mãe, da mesma maneira que um bem é criado por um operário. Por outro lado, como o “ser mãe” engloba a socialização primeira/educação das crianças, a relação privilegiada da mulher com a prole influi decisivamente na reprodução da assimetria sexual e nos padrões de estrutura afetiva diferenciados segundo o sexo:

O papel da mulher na família centrou-se no cuidado das crianças e do homem. Esse papel envolve mais do que o trabalho físico (...) O período inicial do capitalismo nos Estados Unidos produziu a Ideologia da “mãe e moral”. As mães burguesas deveriam atuar como modelos morais nutrizes para soas crianças e como apoios e galas morais para os maridos, em seu retorno do imoral e competitivo mundo do trabalho. (...) Atualmente, espera-se que as mulheres de todas as classes atuem como nutrizes e como apoio para os maridos, além de fornecer-lhes a comida feita e a casa limpa. (...) O maternar (Women’s mothering) se reproduz ciclicamente. As mulheres, enquanto mães, produzem filhas com capacidade de “maternar (mothering capacities) e o desejo de sê-lo (desire to mother). Essa capacidade e necessidade são construídas e desenvolvem-se dentro da própria relação mãe-filha. Contratualmente, as mulheres, enquanto mães (e os homens enquanto não-mães) produzem filhos cujas necessidades e capacidades nutrientes têm sido sistematicamente cortada e reprimida. Isso prepara o homem para seu futuro papel menos afetivo na família e para sua participação fundamentalmente impessoal e extra-familiar na divisão do trabalho, na qual as mulheres são mães e estão mais envolvidas nas relações interpessoais do que os homens, o que produz nos filhos e nas filhas uma divisão em suas capacidades psicológicas, conduzindo a reprodução desta divisão sexual e familiar do trabalho (CHODOROW, 1978, p. 5 e 7).

A importância da “carga psicológica” que a mulher carrega, tornando-a uma espécie de doadora universal de “calor humano”, tem sido também descrita em romances – diríamos até que melhor descrita, se pensarmos nas personagens de Virginia Woolf e Dóris Lessing, por exemplo. Arakcy Martins Rodrigues (1978, p. 95) observa o processo de recíprocos jogos de projeções e introjeções que impede que as mulheres vivam sua “masculinidade e os homens sua feminilidade”. Cita Sônia Azambuja que afirma: “na vida mental não ha sexo”. Na realidade, só pode haver esta dicotomia entre masculino e feminino no mundo social, na medida em que o Ser humano se parte. E a mulher, quando penetra no mundo masculino do trabalho extrafamiliar, tende a transferir a relação sexual/social entre homem e mulher que vive cotidianamente em casa (filha versus pai; irmã versus irmão; mulher versus marido) para a fábrica ou qualquer que seja seu local de trabalho. Assim, aparece a “docilidade da mulher no trabalho” – a maior autoridade patronal exercendo-se sobre a mão de obra feminina – detectada nas pesquisas de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Jessita Martins Rodrigues e outras.

A grande prescrição social relativamente aos papéis femininos situa-se, portanto, no “ser mãe”, o eixo da posição social da mulher e sua relação com o ato procriativo. Por isto a conquista de uma identidade feminina é uma tarefa tão árdua e demorada, “olha, eu acho que a mulher é uma coisa tão difícil de explicar...”. (Neusa, 40 anos, enfermeira) é uma das frases selecionadas no trabalho de Branca Moreira Alves et alii (1979, p. 172) no capítulo que trata da identidade feminina. Ela chega à conclusão de que a identidade feminina se constrói num processo onde há pouca diferenciação entre ela mesma e as diferentes figuras de sua vida, com as quais se confunde. A história que uma mulher relata é a história de sua mãe, de seu marido, da sua casa, do seu trabalho. Representa-se, de forma fragmentada, sendo difícil para ela ter um sentimento claro da sua própria identidade.

O resultado das entrevistas que realizamos com mulheres de um clube de mães de Osasco, em São Paulo (no segundo semestre de 1978), buscando aferir o impacto das revistas femininas e das telenovelas nas representações femininas e com mulheres de classe média dos bairros residenciais da cidade de São Paulo, permite a comprovação da dificuldade da mulher em entender assumir sua identidade; o mal estar denunciado por Betty Friedman (1971, p. 27): “esta voz interior que repete dentro de cada mulher: ‘um marido, filhos e uma casa não bastam. Tenho necessidade de outra coisa’”.

As mulheres que entrevistamos – vivendo situações sociais muito distintas – eram todas casadas e compartilhavam, em sua esmagadora maioria, de um estado de espírito que poderia ser definido na seguinte expressão: frustração frente à vida. O mal estar indefinível de Friedman aparece no discurso das jovens sob a forma de angustiada e pouco otimista perspectiva para o futuro (quase como uma intuição daquilo que para as mais velhas é uma certeza). Nas mulheres de mais de 30 anos – aquelas mesmas às quais Freud se referia como possuidoras de uma extrema rigidez psíquica, comparativamente muito maior do que a dos homens da mesma idade, rigidez esta que ele atribuía ao pesado tributo que a mulher tem de pagar para alcançar a normalidade sexual – enfim, nas mulheres que atingiram 30 anos, a amargura e o ressentimento mesclam-se à generosidade e ao desprendimento, próprios às “doadoras de calor humano”. Os discursos são sempre acompanhados pela tenebrosa e simbólica confissão: “sou nervosa”; “não sei porque choro à toa”; “sofro dos nervos”.

O depoimento de Lindonéia da Silva, então com 28 anos (*Nós Mulheres*, n. 1, 1976), internada pela terceira vez no Hospital Psiquiátrico de São Paulo, é eloquente na comprovação do “feminino” de certos problemas psíquicos. Ela, classificada como “psicótica maníaco-depressiva”, conta que:

Eu acho que fiquei doente assim foi de remorso porque estava grávida da Amparo, eu desprezava muito o meu marido na cama, rejeitava ele toda noite, ele que é tão bom para mim (...) Disse até que vai comprar um carro para nós passear quando eu ficar boa. Agora eu não rejeito mais ele, que eu sou a esposa e cumpro o que se deve fazer, toda vez que ele quer. Mas gostar não gosto não. Tenho medo de pegar outro filho, e de medo fico constrangida, e depois não gosto muito de fazer estas coisas, tenho até nojo, só aceito mesmo por dever, eu expliquei isto para as enfermeiras – o que eu sinto é pena dele, então é só por fingimento que to gostando e pronto, ele fica feliz. Só que acho que ele é demais, não precisava tantas vezes assim. Uma noite antes de eu ficar ruim dessa última vez, ele me procurou três vezes, eu tive de voltar para cá. Agora fica as outras me dizendo que é pra eu deixar o Dito e eu fico contente, mas isso eu não tenho coragem de fazer não.

A pobreza da vida afetiva – quando não a violência sexual, sofrida por Lindonéia e outras companheiras de sexo – soma-se à aridez das tarefas daquelas que se dedicam em tempo integral ao lar. Freud, na sugestiva análise que faz do caso Dora, refere-se à “psicose da dona-de-casa”, normal (para ele) e sempre presente nas mulheres que se dedicam a este mister e, outras vezes, anormal (segundo ele) quando se transforma em “neurose obsessiva”.

Lavar, arrumar, limpar, fazer comida, sentir-se impotente para melhorar a vida da família, pois é o marido quem “traz o salário”; casar “iludida”; não ter prazer no ato sexual ou mesmo odiá-lo (depoimentos colhidos por ocasião do 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado nos dias 3 e 4 de março de 1979, comprovam eloquentemente a frequência deste tipo de discurso) por temor a uma gravidez indesejada, por preconceito, moralismo, parceiro inadequado, quarto compartilhado com outros membros da família além do casal; cuidar das crianças, projetar-se no futuro dos filhos; abdicar de gratificações pessoais; sonhar de olhos abertos; ficar nervosa; sofrer de palpitações e “daquele sufoco aqui na garganta”; também por este prisma pode ser resumido o cotidiano de uma dona-de-casa.

O discurso difícil, as vezes incoerente, reflete as dificuldades de uma realidade ainda mais fragmentada, contraditória e nebulosa.

Nas já citadas entrevistas de Aracky Martins Rodrigues (1979, p. 111/12) com alguns operários em São Paulo, a autora formula as seguintes observações, que nos parecem válidas para sintetizar o ponto de vista de muitos dos que vivem situação análoga a de migrantes aspirando melhoria social:

Seus recursos cognitivos não lhes permite analisar a viabilidade das metas de maneira mais ou menos eficiente; um cálculo mais correto da situação levaria, de resto, ao desespero. Relutam em perceber algum engano que possam ter cometido: migraram para melhorar, logo as coisas estão melhorando, logo vão melhorar ainda mais no futuro. O universo objetivo e o cognitivo não oferecem alternativas de solução. Mais uma vez, é a nível emocional e inconsciente, no inter jogo de atribuições, apropriações e doações, que todas as alternativas irão se realizar.

As mulheres referem-se à felicidade de maneira ambígua, ou seja, apontam ao mesmo tempo em que negam sua existência. O silêncio oficial acerca do assunto (afora seu tratamento do ponto de vista medico) dentro das quatro paredes do lar, somado à rigidez religiosa quanto ao sexo e os preconceitos secularmente acumulados, não deixa de ser o índice da ideologia dominante, o discurso da moral dominante, “Meu casamento foi uma decepção, mas é porque todo o casamento é assim mesmo, eu é que era ingênua e iludida quando me casei”. O amor? “Coisa de jovem, ilusão da gente. Com o tempo a gente vê que isto também não importa, hoje, eu rezo e para ter saúde”. Como é a relação do casal, perguntamos a D. Ana. “Mais ou menos. Agora que os filhos estão criados a gente acaba de carregar a cruz” e explica que “casei para fugir, e encontrei uma realidade ainda mais dura”. Ela diz que o marido a maltrata e que a coisa mais importante para o casamento “é o amor, em primeiro lugar. Mas os homens são egoístas no ato sexual. A coisa que eu mais queria é que meu marido não me procurasse mais.” Mais adiante, suspira: “Ah!



Eu gostaria de conhecer o diferente, descobrir coisas que não sei. O que a gente conhece vira rotina”. Pecado? “É uma mulher que trai o marido”.

A maneira pela qual as mulheres vivem seu papel de mãe não encontra ressonância ou semelhança na vivência masculina da paternidade: “ser mãe é uma criação social que associa, transfigurando, um ato fisiológico/natural a um papel, tão absorvente e totalizador (a maternidade), que tem o poder de sobredeterminar toda a ação/inserção da mulher na sociedade. A paternidade, no entanto, é uma opção psicológica: uma emoção a mais que o homem pode conhecer. Nossa sociedade, assim, asfixia, quando não deforma ou paralisa, a afetividade/sexualidade de ambos os sexos, privando o homem do desenvolvimento de sentimentos amorosos em relação aos filhos, ao mesmo tempo em que reprime a sexualidade feminina, tentando contê-la nos limites do ato procriativo. A mãe, desta maneira, projeta para sua prole os sonhos e projetos não vividos, deixados de lado em nome das tarefas materno-domésticas; a esposa não consegue corresponder a expectativa do marido, na medida que enfrenta, na prática, uma contradição entre as regras morais que lhe ensinaram e seus próprios meios, não sabendo mais agir em um mundo que rapidamente se transforma, reformulando a própria concepção de maternidade.

## *2 – Trabalho Doméstico, produção doméstica: a dona-de-casa*

Lavar, passar, varrer, descobrir os flocos de poeira escondidos sob a noite dos armários, é recusar a vida, embora detendo a morte: pois num só movimento o tempo cria e destrói; a dona de casa só apreende o aspecto negativo. Sua atitude é maniqueísta. A característica do maniqueísmo não é somente reconhecer dois princípios, um bom e outro mal: é afirmar que o bem se alcança pela abolição do mal e não através de um movimento positivo; nesse sentido, o cristianismo é muito pouco maniqueísta apesar do diabo, porque

é dedicando-se a Deus que melhor se combate o demônio e não se ocupando deste para vencê-lo. Toda doutrina da transcendência e da liberdade subordina a derrota do mal ao progresso para o bem. Mas a mulher não é chamada a edificar um mundo melhor; à casa, o quarto, a roupa suja, o assoalho são coisas inatas: a única coisa que ela pode é expulsar os princípios maus que nela se introduzem; ela ataca a poeira, as manchas, a lama, a imundície; combate o pecado, luta contra Satã. Mas é um triste destino ter de rechaçar continuamente o inimigo, ao invés de se voltar para metas positivas; amiúde, a dona de casa suporta-o com ódio (DE BEAUVOIR, 1960, p. 20).

Em todo o meu desbunde sempre tinha um lado que eu tinha que segurar assim coisas objetivas: casa, empregada, babá, colégio (...) Mesmo nas maiores pirações, minhas: fase de drogas, fase de tudo (...) sempre tinha que ficar lúcida, lavar a cara e levar as crianças para o colégio, sabe? Quer dizer, nesse nível, eu dei assistência, embora a minha cabeça não desse para eu dar muito mais do que isso, mas, sabe? Segurar a barra mesmo, no sentido de não despirocar mesmo. Tinha o negócio de voltar para casa, saca? Voltar para casa, segurar a cabeça e aí ver se a vida tá indo, e voltar, sabe? Eu fiquei meio dividida, sabe (...) (MOREIRA ALVES et alii, 1979, p. 154).

Frente a esses relatos conclui-se que os serviços domésticos continuem ainda segregados, apesar de serem desempenhados de um modo diferente por parte das mulheres. Embora os maridos declarem ajudar as esposas ‘quando faltam empregadas’, ‘quando ela está sobrecarregada de serviços’, ‘quando solicitados’, etc., esses serviços não deixaram de ser vistos como ‘próprios das mulheres’ e, sendo assim, eles, ao contribuírem para o seu desempenho, o fazem com certa tensão, e sempre demonstrando um certo grau de insatisfação (GUIMARÃES, 1978, p. 159/60).

Assim, o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrada à existências que se ultrapassam para a sociedade na produção ou na ação: isto significa que, longe de libertar a matrona, ele a coloca na dependência do marido e dos filhos; e através deles que ela se justifica: em sua vida;

ela é apenas mediação inessencial (De Beauvoir, 196, II, p. 210).

Enfim, deve-se lembrar que nas sociedades primitivas a mulher tem uma importância decisiva na manutenção das comunidades por suas funções reprodutivas e econômicas, e, essa importância impõe à sociedade o controle do acesso às mulheres. Mas tal controle é sempre exercido pelos homens. A relação entre os sexos nas sociedades primitivas é por conseguinte fundamentalmente assimétrica e não-recíproca. A reciprocidade existe apenas entre os homens (GODELIER, 1970, p. 173).

A situação entre os Lele (e entre os Mbuti) é a mesma da grande maioria das tradicionais sociedades africanas: o trabalho realizado pela mulher é essencial para a sobrevivência econômica da sociedade. A despeito da alocação ritual de algumas tarefas aos homens e outras para as mulheres, o trabalho é igual em status e importância. O trabalho das mulheres afasta-as do vilarejo tanto quanto o trabalho dos homens obriga-os a permanecer no seu interior. Não é possível traçar, uma linha demarcatória entre trabalho doméstico e trabalho economicamente produtivo: “trabalho” e “casa” estão integrados à vida total da cultura (OAKLEY, 1976, p. 13).

Esta seleção de textos é indicada as dificuldades em se estabelecer verdades absolutas quanto à situação da mulher nas diversas sociedades contemporâneas. Se a oposição trabalho doméstico versus trabalho remunerado constitui, hoje, a principal característica da relação da mulher com o trabalho (refletindo também, ao mesmo tempo, a dicotomia entre trabalho e unidade doméstica e entre público e privado) esta realidade está longe de constituir regra universal, como bem demonstram os exemplos de sociedades africanas (os Mbuti e os Lele). Mesmo a clássica explicação, de que a mulher permanece nos limites do lar por uma fatalidade biológica (gravidez e amamentação), torna-se bastante relativa quando deparamos com situações onde é o homem que

permanece trabalhando dentro do espaço domesticado, enquanto a mulher exerce suas atividades fora dos limites da comunidade.

Com o predomínio da família nuclear e da divisão do trabalho capitalista a vivência do papel de dona-de-casa passa a representar uma experiência quase que universal para as mulheres. Já fizemos referência às consequências psicológicas do isolamento dentro de casa sofrido pela dona-de-casa. Através dos depoimentos colhidos em 1978, junto à operárias do setor de eletrodomésticos de São Paulo, entendi como, em alguns casos, permanecer mais de oito horas diárias numa fábrica, repetindo os mesmos gestos mecânicos, frente a um tear ou a uma máquina, pode parecer uma ocupação razoável. Ela permite, ao menos, que o valor da força de trabalho seja reconhecido, diferentemente da descaracterização do esforço realizado com as tarefas domésticas. As operárias demonstram orgulho de sua condição laboral, enquanto as empregadas domésticas ainda enfrentam relações semi servis de trabalho. E são estas considerações que explicam a importância atribuída à incorporação da mulher ao trabalho remunerado assim como ao reconhecimento social do trabalho doméstico, tal como aparece em todas as plataformas feministas.

Assim, as funções desempenhadas pela mulher no interior da família – relacionadas à maternidade e à produção de bens e serviços – conferem universalidade a situação vivida pelo sexo feminino em diferentes sociedades do mundo capitalista. Pois no momento em que é rompida a unidade entre família e unidade de produção – com a emergência da produção mercantil e a progressiva industrialização de todos os ramos produtivos – processa-se também o divórcio entre “privado” e “público”. Mais ainda, redefine-se – tanto ao nível das leis econômicas quanto ao nível da representação social – a própria questão do “trabalho”. Confirmando o ponto de vista daqueles que entendem ser mais importante, para a caracterização de uma dada sociedade, o conhecimento do modo como são produzidos os bens econômicos do que propriamente conhecer o que é produzido, sob

o capitalismo vemos a mesma espécie de produção – quanto ao seu valor de uso – ser contabilizada como “trabalho” ou “não trabalho”, segundo seja realizada remuneradamente ou não.

A transferência da unidade produtiva da casa (da família) para a empresa levou, portanto, à transformação progressiva do caráter da família nas sociedades industriais. Ao mesmo tempo, determinou modificações nas relações das mulheres com as atividades criadoras de riqueza material. Pois desde que os produtos da atividade humana passaram a ser mercadorias, valorizadas segundo uma escala de preços monetários, as atividades que permaneceram como “trabalho doméstico” ou “produção doméstica” – variando em extensão segundo o grau de desenvolvimento industrial, as relações de produção dominantes, as tradições culturais, etc. – foram perdendo sua conotação econômica, terminando por serem vistas como uma espécie de prolongamento “biológico” do sexo feminino. Como o “ser mulher” incluísse necessariamente o “ser dona-de-casa”.

A importância da determinação do caráter do trabalho doméstico diz respeito, ademais da caracterização de um papel feminino fundamental, à própria definição das funções econômicas da família em nossa sociedade. O fato da herança favorecer um número muito limitado de pessoas levou com que muitos estudiosos buscassem as razões de existência da instituição familiar em outras esferas da realidade. Juliet Mitchell, uma das pioneiras do feminismo da década dos 60, termina por afirmar que a família relaciona-se com a esfera da produção através de sua função de produzir “um setor de consumo de massa”, reduzindo a unidade familiar ao espaço do consumo. Ao mesmo tempo, a autora privilegia a função ideológica da família, de maneira análoga a Reich, ao defini-la como “encarnação das noções as mais conservadoras possíveis” desde que sua “função verdadeira é impedir toda a transformação” (MITCHELL, 1974, p. 198):

É interessante notar, neste sentido, as oscilações sofridas pelos estudos de inspiração marxista no tocante as funções da família, em

torno destes dois polos: empresa econômica ou empresa ideológica. A própria definição das funções econômicas da família privilegia ora as características econômicas da unidade familiar camponesa – quando se pode falar adequadamente de “modo de produção doméstico”-; ora restringe-se à transmissão da propriedade privada através da herança, ou, finalmente, focaliza sua importância estratégica no processo de reprodução da força de trabalho.

A análise da família realizada no Manifesto Comunista deixa bem claro como os fundadores do materialismo histórico não viam condições de desenvolvimento de uma vida familiar estável para a classe operária, dadas as condições miseráveis de vida e de trabalho sofridas pelo proletariado inglês ao final do século passado. Assim, quando apregoavam o “fim da família” estavam, principalmente, atacando a moral sexual burguesa, a monogamia imposta e a herança pois a família operária já estaria em extinção. Reich, o primeiro psicanalista a pensar o inconsciente do ponto de vista marxista, combateu o economicismo e o politicismo imperante no movimento comunista internacional através de estudos sobre a psicologia de massas e as formas autoritárias de governo, mostrando como a ideologia conservadora e a moral sexual repressiva criam indivíduos psicologicamente deformados e sempre prontos a se comportarem com a mesma violência e intolerância de seus líderes, tal como sucedeu com o nazismo. Afirmando que o capitalismo foi acompanhado por modificações na função da família, pois a mulher incorporou-se à produção social, Reich acentua “sua, função cardinal, mantida e defendida pela ciência e pelo direito conservadores: trata-se de seu papel de fábrica de ideologias autoritárias e de estrutura mentais conservadoras” (1970, p. 132).

Frente à evidência de que o trabalho doméstico e a família operária continuavam existindo, que a jornada de trabalho de oito horas permitia que as mulheres pudessem servir ao capital sem descuidar dos serviços da família, as principais interessadas na questão – as mulheres- voltaram-se para o estudo deste aparente enigma:

não obstante o predomínio das relações capitalistas de produção, outros tipos de relações econômicas persistiam sem darem mostras de disposição à extinção. Foi assim que a teoria marxista da família voltou-se para o estudo do trabalho doméstico não remunerado. Em artigo intitulado *Para uma economia política da libertação da mulher*, Margaret Benston colocou em questão a marginalidade do trabalho doméstico. Além de defendermos a incorporação da mulher ao mercado de trabalho remunerado é preciso também, acentua, acabar com a mistificação de que o trabalho doméstico é uma obsolescência no capitalismo. Utilizando-se da famosa distinção realizada por Marx a propósito do trabalho produtivo e do improdutivo, Benston (1975, p. 2) argumenta que “em quantidades absolutas, o trabalho doméstico, que inclui a educação das crianças, constitui uma parcela enorme da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é considerado comumente como ‘um trabalho real’ porque ele está fora da troca e do mercado, ele é pré capitalista no sentido exato da palavra. A atribuição do trabalho doméstico como função de uma categoria especial, ‘as mulheres’, significa que esse grupo tem em realidade uma relação com a produção, mas uma relação diversa do grupo ‘homens’. Tentaremos então definir as mulheres como “um grupo responsável pela produção de valores de uso simples nas atividades ligadas à casa e à família”.

A integração da problemática do trabalho doméstico à da reprodução da força de trabalho permitiu, por sua vez, uma compreensão mais clara das características assumidas pela opressão da mulher no capitalismo. Em outras palavras, o fato do salário não garantir a compra de todos os bens e serviços necessários para a reposição da classe operária, exigindo além da jornada remunerada outros dispêndios de energia para garantir viva sua força de trabalho, terminou por levar não somente à nomeação do trabalho doméstico (ele tornou-se um pouco mais visível) como à redefinição das funções da família operária. Meillassoux, por exemplo, critica os estudos

que desconsideram a questão da base econômica da família, por relacioná-la exclusivamente a herança, argumentando que:

Nos meios populares a família perpetua-se segundo o modelo ético e no quadro ideológico e jurídico imposto pela classe dominante pois ela permanece a instituição no interior da qual nascem, se alimentam e se educam as crianças, graças ao trabalho gratuito dos pais, sobretudo o da mãe. Ela permanece o lugar de produção e reprodução da força de trabalho. Apesar de privada de qualquer outra função produtiva encontramos na família conjugal o mesmo paradoxo de uma associação orgânica de relações domésticas de reprodução e de relações capitalistas de produção ( 1975, p. 214).

Assim, o trabalho doméstico começa a ter desvendada sua lógica e o segredo de sua persistência (por mais que uma certa tecnologia e novos hábitos de consumo possam implicar na modificação de certas tarefas sua natureza essencial permanece a mesma), e com o artigo de Seccombe (1973) coloca-se mesmo a questão de quantificá-lo. Este autor, partindo da definição marxista de salário, argumenta que o salário do operário é composto por duas parcelas: a primeira concerne à reposição de sua própria força de trabalho e a segunda é o pagamento da esposa pelo trabalho doméstico que ela realizou, tornando possível a reprodução da força de trabalho masculina. E sugere que a determinação do preço da força de trabalho da mulher, por sua vez, seja realizada como para qualquer outra mercadoria, isto é, pelos gastos de produção desta força. A crítica que se pode fazer à Seccombe no entanto, é de desconsiderar as categorias centrais do capitalismo que impedem, justamente, que se possa comparar produtos produzidos de modo tão distinto. Em outras palavras, para se falar em mercadoria é preciso falar em preço e lucro médio, em concorrência entre as diversas parcelas em que se constitui o capital social total (que permite a manifestação da equalização da taxa de lucro) e, finalmente, em aumento da produtividade do trabalho (nunca é demais esquecer que a maneira capitalista de se extrair excedente é através da mais-valia relativa).



Ora, todas estas características não existem na produção doméstica em que a executora controla o processo de trabalho, não estando diretamente submetida ao regime de trabalho capitalista.

Desta maneira, a questão – do ponto de vista do materialismo histórico – não se resume ao exclusivo aspecto (ressaltado principalmente pelas norte-americanas, cuja formação teórica não incorpora de maneira rigorosa a dialética) do processo de circulação das mercadorias (ou seja, sua entrada no mercado) mas, fundamentalmente da lógica que obedeceu sua produção; do modo em que foi criado. Impossível, portanto, comparar a determinação do valor da força de trabalho da dona-de-casa com a do operário. Mais profícuo do que isto talvez seja entender a dinâmica que o relaciona ao processo de produção capitalista. Mas, por outro lado, entende-se as razões que levaram Seccombe e outras a privilegiarem uma teoria do trabalho doméstico que tenta reduzir ao mesmo denominador comum – a exploração pelo capital através do salário – todas as formas de trabalho criadas pela vida real. Só igualando a exploração da mulher pelo homem à exploração do trabalho pelo capital é que as intelectuais feministas abriram espaço para o trabalho doméstico enquanto problematização de uma realidade importante para o conjunto da sociedade.

### 3 – Mulher e Trabalho

A referência constante à vida familiar impregna todas as atribuições e alternativas profissionais que se apresentam para as mulheres. Já a edição comemorativa da abertura de cursos para mulher no liceu de Artes e Ofícios, em 1881, justificava a necessidade de instrução feminina “para que a filha seja obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar” (*POLYANTHEIA*, 1881, p. 19). Posteriormente, a lei de 1911, que criava as escolas profissionais, determinava que o ensino de artes e ofícios fosse dado aos alunos do sexo masculino,

reservando o ensino de “economia doméstica e prendas manuais às alunas do sexo feminino”. Desta maneira, as mulheres praticamente só tinham acesso às pouco valorizadas categorias profissionais “femininas” que, não por coincidência, permaneciam à margem das necessidades de mão de obra diretamente vinculadas aos setores de ponta do processo de acumulação industrial. O quadro abaixo expõe, sinteticamente, a concentração que prevalece atualmente em termos da presença feminina em algumas poucas ocupações:

**Quadro A**  
**Distribuição da população economicamente ativa Feminina**  
**por algumas ocupações específicas no Brasil, 1970**

OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS	NÚMERO ABSOLUTO	PER- CENTA- GEM
Empregadas Domésticas Lavadeiras	1 898 545	30,9
Camponesas	1 134 546	18,4
Professoras Primárias	535 494	8,7
Funções Burocráticas de Escritório	489 395	7,9
Costureiras e Bordadeiras	364 304	6,5
Balconistas e Entregadoras	193 187	3,1
Serventes	143 883	2,3
Enfermeiras não Diplomadas	107 906	1,8
Tecelãs	62 308	1,0
Outras Ocupações	1 200 187	19,5
TOTAL	6 165 447	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico-Brasil, 1970. Apud Saffioti, o trabalho Fe-minino Sob o Capitalismo Dependente, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.

É neste sentido que podemos afirmar que as mulheres constituem a parcela mais homogênea da classe trabalhadora, na esmagadora maioria dos países do mundo, pela similitude

de características de sua integração à esfera econômica. De fato, não obstante a história diversa que possa ter seguido o desenvolvimento das forças produtivas em cada sociedade concreta, o fato é que as mulheres representam, internacionalmente, a fração mais explorada da força de trabalho. E a análise das discriminações de vários tipos que a trabalhadora sofre tem sido realizada por autoras da qualidade de Sullerot (1968), Blay (1978), Rott (1979), Ribeiro de Souza (1979), cujos trabalhos utilizaremos em seguida.

### Quadro B

Percentagem de Mulheres em relação ao numero total de trabalhadores,  
por faixa de remuneração em relação ao Salário Mínimo

Regiões	Total	Até 1/4	1/4/1/2	1/2/1	1/2	2/5	5/10	10/20	+20
I	29,5	75,3	70,1	43,1	29,5	17,8	17,7	13,2	5,3
II	29,2	60,6	66,0	49,7	33,8	19,2	15,6	9,0	4,4
III	30,9	57,6	60,4	35,6	38,7	14,0	10,6	8,1	4,2
IV	24,7	75,3	53,5	25,8	19,1	12,0	9,6	6,7	3,8
V	28,2	74,0	47,0	48,0	13,1	12,8	14,7	11,6	3,8

Fonte: PNAD 1976 (Apud Saffioti, op. cit., 1978).

As chamadas características gerais do trabalho feminino poderiam, assim, ser resumidas nos seguintes tópicos: *a)* nas faixas de menor salário as mulheres são a maioria expressiva, acontecendo o inverso nas faixas mais altas, como bem serve de exemplo o Brasil. Como se observa no Quadro B, as mulheres constituem mais da metade dos trabalhadores que ganham até um quarto de salário mínimo, ao passo que ocupam uma percentagem irrisória nas faixas de mais alta remuneração; *b)* as mulheres são nitidamente discriminadas com respeito aos salários que recebem, proporcionalmente menores do que os dos homens.

**Quadro C**

**Salário das Mulheres em relação ao Salário dos Homens, por nível de instrução, segundo as Regiões (Salário dos Homens igual a 1) Brasil – 1970**

REGIÕES/ESTADOS	TOTAL	ANALFABETO	ELEMENTAR	MÉDIO 1º CICLO	MÉDIO 2º CICLO	SUPERIOR
Rio de Janeiro	0,80	0,79	0,72	0,79	0,69	0,79
São Paulo	0,82	0,86	0,77	0,70	0,78	0,77
SUL	0,79	0,84	0,77	0,67	0,67	0,77
Minas Gerais e Espírito Santo	0,85	0,93	0,77	0,79	0,58	0,58
NORDESTE	0,96	0,96	0,88	0,48	0,51	0,36

Fonte: IPEA/CHRH, ad Saffioti, op. cit., 1978.

Comentando os dados do Quadro C, Saffioti (1978, p. 416) diz que se constata, no setor moderno da economia uma diferença significativa entre os salários masculinos e femininos em detrimento das mulheres. Nem sempre este fenômeno é atenuado por uma escolarização mais longa. Na verdade, mesmo entre os que possuem a mesma qualificação o salário feminino será inferior ao masculino, sendo que em média, a remuneração percebida por mulheres situa-se em torno de 60% da recebida por homens, podendo atingir níveis absurdos, como é o caso do Nordeste, dentre o pessoal ocupado de educação superior, onde a remuneração da mulher representa apenas 36% da masculina (SAFFIOTI, 1978, p. 417); *c*) as mulheres apresentam uma qualificação profissional inferior (em termos de procura no mercado de trabalho) à masculina o que se explica entre outras razões, pela discriminação que sofrem quando ingressam em cursos profissionais, como conclui estudo da Cinterfor (OIT), de 1977; *d*) as mulheres concentram-se em alguns pouco setores econômicos, normalmente do estilo de prolongamento de tarefas domésticas (alimentícia, têxtil, serviços de escritório, empregadas do

mestiças, etc.), como se observa nos dados da Tabela I. Neste sentido, é interessante observar uma profunda analogia entre a composição majoritária da mão de obra feminina nos setores ditos “tradicionalistas” (as acima citadas indústrias) e a dos homens nos setores “dinâmicos”, situação que ocorre em países como o Brasil e outros como o do Japão, Filipinas, etc. aonde a força de trabalho feminina representa 66,8 e 72,3% da indústria têxtil (CINTERFOR, 37/38, 1975, p. 67); e) a extrema dificuldade para a mulher conquistar postos de chefias – o que faz com que apareçam sempre nas posições mais subalternas do processo de trabalho; f) a influência do estado civil – ou seja do fato de ter ou não de prestar serviços domésticos, cuidar de crianças, etc. – na curva de oferta de força de trabalho feminina.

No Brasil, as mulheres solteiras constituem 55,3% da população economicamente ativa feminina, segundo dados da PNAD; g) é na faixa dos 20/24 anos que a participação feminina atinge seu máximo, pois nesta fase, que sucede ao período escolar e antecede o casamento, sua participação é de 41,35%, demonstrando a: importância da situação que a mulher vive no interior da família; h) na relação entre trabalho feminino e diversas fases da vida familiar é mais do que significativa a importância – para a análise das consequências dos critérios de sexo e classe para a consciência operária – do papel desempenhado pelo processo de reprodução (biológica) na atividade econômica feminina, pois no período que antecede o casamento a futura esposa, ajudaria o marido para reunir condições de formar nova unidade, libertando-se dos deveres de filha na sua família de origem; na fase inicial do casamento, a mulher manteria uma situação de emprego, porém transitória, e, com o nascimento dos filhos, retira-se do mercado de trabalho (MARTINS RODRIGUES, 1979).

A tese da semelhança de características, na participação laboral, entre mulheres de países sob a dominação do capital é defendida por Rott, a partir de uma análise comparativa sobre o mercado de trabalho feminino:

Na história europeia pode-se distinguir dois movimentos diferentes na composição da mão de obra feminina, pelas origens de classe. As mulheres de classe baixa nunca tiveram opção livre, seu destino coletivo sempre foi o trabalho, seja doméstico, no setor subsidiário (a reprodução da força de trabalho), seja no trabalho [emprego] assalariado. Durante as primeiras etapas da industrialização a PEA (População Economicamente Ativa Feminina) até em alta porcentagem composta por empregadas domésticas, lavradoras, etc. O setor industrial ofereceu à princípio emprego nas “ocupações clássicas” como na indústria têxtil, alimentícia e outros. A taxa de participação elevada, nos países capitalistas desenvolvidos, a partir do século XX, é uma consequência da oferta mais ampla ocasionada pelo crescimento econômico; a falta de mão de obra masculina em tempos especiais (guerra e pós guerra) e um crescimento amplo nas categorias mais baixas das ocupações de “colarinhos brancos”, especialmente no serviço público e particular (secretárias, enfermeiras, professoras primárias, etc.), que na sua maioria, foram recrutadas da classe média/classe média baixa, setores que também ofereceram uma certa mobilidade ocupacional para as mulheres proletárias. Geralmente, existe até hoje uma clara tendência ao prolongamento dos trabalhos considerados classicamente “femininos” também no setor industrial. Entretanto, o emprego feminino prevalece nas pequenas e médias empresas, com problemas estruturais permanentes, um investimento limitado de capital e um uso de tecnologia relativamente baixo, no começo dos anos setenta, o salário (médio) da operária no setor Industrial, nos países do Mercado Comum Europeu era quase 30% mais baixo em comparação aos operários (ROTT, 1979 p. 1 e 2).

A integração da força de trabalho feminina na produção e no mercado de trabalho capitalista obedece, como vimos, tendências muito particulares – muito especificamente sexualizadas – em comparação ao comportamento dos trabalhadores do sexo masculino, ao mesmo tempo em que muito generalizadas, dada a similitude de situação e história que encontramos. Neste sentido, os países mais desenvolvidos, no bloco capitalista, apontam – para os de menor desenvolvimento das forças produtivas – as regras gerais de incorporação da mão de obra feminina ao trabalho remunerado,

extra-doméstico. E este é um processo contraditório na medida em que o aumento na taxa de participação econômica da mulher não tem se processado no sentido de eliminar as discriminações que a trabalhadora sofre. Mas, concomitantemente, as modificações são evidentes e indicam a possibilidade do acirramento das contradições. Em outras palavras, a integração da mulher é discriminatória mas constitui a única maneira de dar origem a novas condições que possibilitem o fim do sexismo laboral. Pois é trabalhando – e pouco a pouco tomando consciência das condições diferenciadas em que este trabalho se realiza – que a mulher terá condições de exigir igualdade de direitos já que os deveres são os mesmos.

Neste sentido, os analistas da relação mulher e trabalho dividem-se quanto às consequências do processo de industrialização para a situação da mulher. Alguns negam a melhoria, argumentando que o sexo feminino tem sido posto a margem do “mercado formal”, o que equivale a dizer que o desenvolvimento tecnológico não foi capaz de propiciar uma integração mais igualitária. Outros indicam a tendência oposta, principalmente nos últimos anos que (provavelmente como resultado da ampliação do poder sindical, por um lado, e da luta pelos direitos da mulher, por outro) marcaram notáveis progressos na infraestrutura de serviços públicos – tendo em vista liberar as trabalhadoras dos encargos domésticos – e na conquista de novos direitos laborais, tanto nos Estados Unidos como em países europeus.

A complexidade da questão, no entanto, não permite conclusões muito definitivas pois se os dados mais recentes registram uma notável expansão da taxa de participação feminina, os índices dos primeiros setenta anos do presente século comprovam a reprodução do esquema de segregação sexual no mercado de trabalho, ademais da participação relativamente superior da mulher nas faixas de desemprego disfarçado; maior vulnerabilidade às crises econômicas pois as trabalhadoras do sexo feminino são as primeiras a sofrerem dispensa, etc. A situação da norte-americana, dada a importância

de seu país no sistema capitalista internacional, apresenta um dado interessante que talvez se repita nos demais países capitalistas que é a taxa de participação ultrapassando os 50%. De fato, estatísticas do U. S. Department of Labor (WAGENVOORD, 1979, p. 267) demonstram a seguinte evolução na porcentagem de mulheres na população economicamente ativa:

**Quadro D**  
**Taxa de participação econômica feminina EUA**

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS	PORCENTAGEM
1978	42 300 000	50,4
1970	31 300 000	43,2
1960	23 000 000	37,4
1950	17 900 000	33,0
1940	13 800 000	28,9

Singer (1976) trabalha com estatísticas distintas, que subestimam – em termos dos dados acima – a taxa de participação feminina, se comparamos os valores que apresenta para os Estados Unidos. Em todo o caso, a conclusão a que chega, na comparação de 12 países industrializados do mundo capitalista, no período 1960 a 1970, é que fora dois países (Áustria e Alemanha) que acusam ligeiro decréscimo, nos 10 países restantes as taxas de participação feminina aumentaram, sendo o aumento maior nos países em que a taxa inicialmente era menor, como na Noruega, na Bélgica e nos Estados Unidos. Na Itália e na Espanha, o baixo nível de participação feminina deve refletir seu relativo atraso industrial. Nos demais países, há uma confluência das taxas ao redor do nível de 30% em 1970/2, o que parece indicar que as peculiaridades históricas, que diferenciavam fortemente estes países, estão sendo superadas pela tendência comum, que aponta



nitidamente na direção de um aumento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho. (SINGER, 1976, p. 64/5).

#### 4 – *Famílias no Brasil Contemporâneo*

O interesse recente que o tema família tem recebido da comunidade acadêmica, no Brasil, concerne, seguramente, à justa preocupação em retratar as condições concretas de existência de amplas camadas da população cuja luta pela sobrevivência encontra na unidade familiar o *locus* privilegiado. De fato, é sobejamente reconhecida a importância da família no processo cotidiano de reprodução da força de trabalho. Mais ainda, famílias de classes sociais distintas desenvolvem formas de atuação (as chamadas estratégias de sobrevivência) diferenciadas, no seu enfrentamento com as variáveis que determinam o mercado de trabalho, na própria medida em que quanto mais despojado for o trabalhador de fontes adicionais de recursos vitais (a horta; a pequena oficina de reparos etc.) maior será sua dependência relativamente ao salário monetário.

E se uma das consequências mais visíveis da expansão capitalista da economia é a contínua passagem da produção artesanal/ de subsistência para a esfera da produção industrial em larga escala – ou seja, a subordinação da produção de bens e serviços à lógica e forma capitalista – tal proposição não liquida a questão do trabalho doméstico a um mero problema de tempo. Na verdade, a evolução histórica das unidades domésticas tem apresentado um saldo contraditório na medida em que, não obstante a diminuição do peso mais propriamente econômico da produção doméstica e a passagem de parcela das funções relacionadas à socialização das crianças para as mãos do Estado, como observamos em países capitalistas avançados, a persistência do trabalho doméstico privado e das relações familiares é uma evidência gritante.

As unidades domésticas continuam, portanto, desempenhando um papel crucial na reprodução da força de trabalho, tanto no sentido da procriação e incorporação de novos membros, como no sentido da reprodução cotidiana da capacidade de trabalho dos membros ativos da sociedade. Ao mesmo tempo, a posição da mulher nesta mesma sociedade é caracterizada pelo fato de sua participação na vida pública não a isentar da responsabilidade central na organização da vida doméstica.

E é exatamente esta particularidade da situação feminina – aparecer como suporte natural, dentro da divisão social do trabalho, das tarefas domésticas (entre as quais se inclui o cuidar da nova geração) – que terminou por trazer uma nova ordem de motivações aos estudos sobre a família. A consciência da unidade socialmente imposta entre mulher e família, dito de outra maneira, a consciência de que pensar/estudar a mulher implica necessariamente em entender a lógica da instituição familiar, está na base daquilo que poderíamos denominar de “nova produção” sobre a questão da família.

Assim, no mais sistemático trabalho de levantamento bibliográfico sobre a mulher brasileira (Fundação Carlos Chagas, 1979, p. 150), a avaliação do material resumido levou a responsável pelo tema família a proferir a consideração de que “em suma, excetuando-se algumas colocações breves sobre o trabalho da mulher na família, tem-se a nítida impressão de que os autores, ao tratar do tema, não saem dos estereótipos e dos modelos presentes na ideologia dominante”.

Ora, a bibliografia contém obras editadas até 1976 e, esta data marca uma conjugação de fatores de ordem sociopolíticos; entre os quais se inclui o impressionante desenvolvimento do movimento de mulheres no Brasil, um momento de ruptura ideológico/metodológica no tocante à produção teórica sobre o tema família. Em resumo, não somente nota-se uma expansão de trabalhos sobre o tema como, principalmente, uma profunda modificação no conteúdo e nos termos nos quais ele vem sendo colocado (MORAES, 1976;

JELIN, 1974; BILAC, 1978; MADEIRA RODRIGUES, 1978A, 1978B; OLIVEIRA, 1978; LEITE LOPES et alii, 1979; RIBEIRO DE SOUZA, 1979; MACEDO, 1979).

### *A família trabalhadora*

A participação da família trabalhadora concerne, primeiramente, ao que poderíamos definir como função econômica da unidade familiar: para a classe dominante a instituição familiar é o instrumento de transmissão do capital acumulado sob diferentes formas; para as classes dominadas o trabalho doméstico constitui a função econômica mais importante (MORAES, 1976). Não obstante tal diferença – que diz respeito aos traços mais fundamentais da reprodução do sistema capitalista: a propriedade privada dos meios de produção versus a força de trabalho livre para ser vendida no mercado – a divisão de papéis dentro da unidade familiar, assim como a família enquanto espaço da reprodução geracional/socialização da criança, constituem características comuns a todos os tipos de família em questão.

Entretanto, na medida em que a família é uma instituição histórica – sociedades distintas conhecem diferentes sistemas de parentesco – esta flexibilidade de forma também caracteriza as relações familiares segundo as classes sociais existentes, o que não impede o predomínio de um dado modelo familiar. Esta “família ideal” é o modelo ideologicamente dominante; é aquela centrada na autoridade paterna; no mito da maternidade que transforma o “ser mãe” em condição *sine qua non* da “realização” feminina; nos filhos entendidos como propriedade privada dos pais e como corpos que devem ser objeto de intensa ação educativa em vistas a formação de cidadãos honestos e trabalhadores. Esta é a família louvada nos livros escolares, no catecismo, nas histórias infantis, nos contos de amor, nas revistas femininas, nas telenovelas, enfim, nos meios de comunicação de massa. É aquela que todos aspiram mesmo que, objetivamente,

ela não possa se realizar para todos pois a sociedade esta dividida em classes. Basta recordar, neste sentido, a formação da família operária.

A família operária nasce, historicamente, sob o signo da contradição. Naqueles países em que o capitalismo industrial desenvolveu-se primeiramente, como a Inglaterra, a formação do operariado implicou na destruição da economia familiar de amplas camadas da população expulsas de campo, no processo de separação entre o produtor e os meios de produção. Ademais, dada a dependência da sobrevivência familiar ao trabalho assalariado e a introdução da maquinaria, o emprego de mulheres e crianças foi uma primeira consequência do capitalismo industrial. Assim, “não cabe dúvida, que nesta primeira fase do capitalismo industrial, a família proletária foi seriamente minada pela grande extensão do trabalho feminino e do trabalho infantil, a ponto de impossibilitar serviços domésticos essenciais à reprodução do trabalhador” (SINGER, 1976, p. 32):

A formação do proletariado fabril implicou, na verdade, na destruição da economia familiar do trabalhador. Atraídos à cidade, os operários eram obrigados a abandonar não apenas a aldeia e a ligação com a terra, mas também a possibilidade de combinar a atividade de todos os membros da família tanto na produção social quanto na de subsistência. Todos eles - homens, mulheres, crianças - foram obrigados a se dedicar à produção para o capital e por jornadas tão longas que quase não sobrava tempo para qualquer atividade doméstica, isto é, para auto-consumo (SINGER, 1976, p. 27).

Sabemos como, através da resistência organizada dos trabalhadores, conquistando melhores condições de trabalho e de vida, (redução da jornada de trabalho; da fixação de salário mínimo, etc.) e da própria intervenção estatal na gestão da força de trabalho, a família operária pode sobreviver, ocorrendo, muito frequentemente, não somente a retirada dos menores como a da mulher das atividades fabris. O retorno das mulheres se fará, posteriormente, acompanhado de instalações como berçários e creches, enfim, em condições que

evitam o esbanjar de vida humana que a conjugação da miséria com o abandono da casa pela mulher em função do trabalho na fábrica.

Apesar da indiscutível melhoria nas condições de vida da classe operária, comparativamente ao século passado, a manutenção da família operária se realiza principalmente mediante a super exploração do trabalho feminino. Ou seja, o equilíbrio dos papéis na família operária (homem = trabalho remunerado fora de casa; mulher = trabalho doméstico dentro de casa) se rompe do momento em que determinadas condições sócio-econômicas obrigam a mulher a procurar também um trabalho remunerado. Pela simples e direta razão de que, diferentemente de mulheres de outras classes que podem contratar serviços domésticos remunerados, a operária passará a executar uma dupla jornada de trabalho.

Dessa maneira, a manutenção da submissão da mulher ao homem, própria do patriarcalismo, serve muito bem ao capitalismo, pois impede que se questione a naturalidade da equação trabalho doméstico = trabalho de mulher, barateando o custo de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, se a existência da família tivesse como base, tão exclusivamente; suas funções econômicas a própria vivência da dupla jornada levaria a mulher a uma tomada de consciência da mistificação de suas “funções naturais”. Mas o problema torna-se mais complexo desde que a manutenção da família interessa não somente ao capital (rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho; estruturação das estereotípias sexuais através do processo de socialização; estruturação autoritária, etc.) mas é também pensada/entendida como forma de resistência dos indivíduos ao isolamento social imposto pelo capitalismo (que se expressa na oposição vida pública/vida privada). Os indivíduos concebem a possibilidade de uma redoma protetora – de uma instituição supra histórica – revivendo no mito da vida familiar a segurança do útero materno. A família como a única tábua de salvação é algo que aparece muito concretamente no caso de migrantes, como descreve Durhan (1978, p. 215):

É a família que se vê obrigada a assumir a função de intermediária entre o indivíduo e a sociedade mais ampla, recolhendo os fragmentos da experiência individual, tentando transformá-los numa interpretação coerente do universo social, desaparece a comunidade, tal como existia na vida rural e tendem a se contrapor, como modos diferentes de participação social, a família e o grupo de parentes, de um lado, e a sociedade complexa e diferenciada de outro.

Assim, a passagem do mundo rural para o urbano implica em transformações referentes tanto aos padrões de consumo (e à obtenção dos recursos, ou seja, as receitas) quanto aos padrões culturais. Aliás, os estudos dos orçamentos familiares por regiões distintas do país, para grupos diferenciados de renda, demonstra, por exemplo, o peso da produção para auto-subsistência no orçamento de grande parte das famílias do nordeste (chefiadas por pequenos produtores independentes) em contraposição à situação de dependência majoritária dos ingressos monetários, existentes entre famílias de São Paulo. O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) de 1978, publicado pelo IBGE, demonstra, por exemplo, que cerca de 93% das despesas com alimentação, entre famílias da área metropolitana de São Paulo, eram monetárias, em comparação aos 74,4% da área rural. E se as famílias metropolitanas tinham de comprar no mercado a esmagadora maioria de seus bens de consumo, as famílias de áreas rurais não metropolitanas ainda obtinham através de recursos não monetários mais de 36% de seus gastos globais.

Esta diferença – entre condições “urbanas” e rurais” de reprodução da unidade familiar – e as transformações impostas pelo desenvolvimento capitalista (que vai submetendo a produção rural a lógica do lucro) levaram Oliveira (1978, p. 398) a comentar que se:

De um ponto de vista o processo de individualização da força de trabalho tende a desarticular a família enquanto unidade de produção, nas condições de vida do trabalhador rural hoje, a família constitui um grupo de cooperação fundamental na base do qual se efetivam as possibilidades de sobrevivência.

Em outras palavras, o caráter produtivo da unidade doméstico modifica-se mas as estratégias de sobrevivência familiar passam incorporar arranjos novos “em que a cooperação se estabelece pela soma dos ganhos de seus membros”.

### *Vida familiar e condições de reprodução da força de trabalho na última década*

Comentando a dinâmica da acumulação em cada um dos setores da indústria brasileira, no sentido de fornecer subsídios para a compreensão do caráter da atual crise brasileira, Maria da Conceição Tavares afirma que a indústria de bens de consumo não duráveis (têxtil, alimentos, etc.), diferentemente do que acontece com a de duráveis (eletrodomésticos; carros, etc.), possui ampla base de mercado de massas, ainda que de baixo poder de compra unitário (1980, p. 11). Em outras palavras, do momento em que a incorporação ao trabalho assalariado industrial se processa concomitantemente com a perda das possibilidades de autosuficiência (como o pequeno proprietário agrícola), o mercado propriamente capitalista tem parte de sua demanda efetiva garantida pela presença de uma massa enorme de assalariados que, mesmo pouco podendo consumir em termos pessoais, pesa decisivamente do ponto de vista do volume de negócios.

Ganhar novos setores para a lógica do capital constitui, pois, processo que exige a presença dos consumidores, a qual por sua vez, só poderá ser garantida se não existirem meios/métodos alternativos

de reprodução da força vital. Daí a presença dupla (pelo lado da produção e o do consumo) e essencial (dada sua função no processo de valorização do capital) para o capitalismo, que é a força de trabalho assalariado.

O crescimento da indústria de bens não duráveis depende, assim, em grande medida, “do ritmo do emprego e da elevação da taxa salarial que só mostram um dinamismo acentuado no auge da acumulação: de capital” (TAVARES, 1980, p. 11). Em outras palavras, este setor obedece a regras de comportamento reflexas, dependendo da lógica própria a um estilo de desenvolvimento capitalista historicamente determinado. Neste sentido, se a passagem pela esfera da circulação de mercadorias realiza-se mediante o desenvolvimento exagerado do setor terciário (com dispendiosos gastos em propaganda e toda a classe de gastos improdutivos), serão os trabalhadores deste setor (a massa salarial aí gerada), outros consumidores, igualmente bem vistos pela indústria de “bens-salário”.

O estilo menos ou mais predatório do avanço do capitalismo sobre toda a economia – as vias que seguirá a consolidação da hegemonia da subordinação real do trabalho ao capital –, em outras palavras, o maior ou menor desperdício envolvidos na criação da riqueza, não influencia, portanto, a capacidade de realização das mercadorias “populares”: não importa quanto segmentado ou ‘informal’ seja este mercado de trabalho, nem quão pequena seja a porção diretamente produtiva porque, apesar do baixo poder de compra, a massa de consumidores aumenta inexoravelmente. Esse é o caso da população urbana que, apesar de tender a se transformar em ‘improdutiva’ e de viver de modo miserável, se torna forçosamente consumidora de produtos industriais porque não dispõe de meios para retornar à produção e ao consumo de subsistência” (TAVARES, 1980, p. 11).

Nestas condições, não podemos separar a problemática da família das condições objetivas que enfrenta no processo de garantir sua sobrevivência. Isto significa captar as possibilidades oferecidas



pelo “mundo externo” (o modo de produzir) frente a uma certa divisão interna de tarefas, papéis, funções e atribuições de poderes que concernem à determinações culturais anteriores ao próprio capitalismo, obedecendo a mecanismos de caráter extra-econômico tal como sucede na relação entre os dois sexos. Além disso, entender que modificações do papel feminino no interior da família – relacionadas principalmente com a saída da mulher da casa para o trabalho remunerado extra doméstico – repercutirão em grande medida sobre os hábitos “culturais” e os valores ideológicos.

O processo de urbanização e a “modernização”, simbolizada pelo acesso aos produtos industriais (incluindo neste rol as mercadorias de consumo propriamente ideológicos, como são os produtos dos meios de comunicação de massa) seguem, ao mesmo tempo que estimulam, a industrialização capitalista e a submissão de toda a economia/sociedade ao império do lucro.

Desta maneira, ao fazermos o inventário das principais características hoje apresentadas pelas famílias em nosso país, estamos também qualificando com maior rigor o “estilo brasileiro de desenvolvimento” que, além de atuar socialmente (beneficiando/oprimindo alguns segmentos/classes sociais em detrimento de outros/as) leva em consideração as hierarquias sexuais.

As repercussões que o estilo de desenvolvimento econômico do país sobre a estrutura familiar, na última década, podem então, ser avaliados pelos seguintes dados: *a)* incremento da concentração familiar nas áreas urbanas, pois se em 1970, mais da metade das famílias (58,88) residiam nas cidades, segundo o Censo, em 1978 esta proporção eleva-se para 69,1% (PNAD 78); *b)* e esta concentração acarreta, como acabamos de analisar, modificações na estrutura dos rendimentos (e dos gastos) familiares, dado o incremento das rendas monetárias frente as não monetárias que a passagem do campo para a cidade, via de regra, implica; *c)* além disso, diminui o tamanho médio da família. De fato, tomando as três primeiras faixas de maior incidência de casos, temos que 53,1% do total das famílias do Brasil

possuem de 2 a 4 membros, proporção, na área urbana, é de 56,5% (PNAD 78); *d*) observa-se uma melhoria em termos dos rendimentos familiares, com o decréscimo do número de famílias que ganham até 1 salário mínimo, que representavam 41,6% (7.721 famílias) em 1970 para 19,5% (4.833,9 mil famílias), oito anos depois. Da mesma maneira, diminui em termos relativos a percentagem da famílias que ganham de menos de 1 até 5 salários mínimos (87,9% em 1970 e 73,5% em 1978) para os intervalos inferiores, incrementando-se a proporção de famílias no intervalo superior (mais de 2 a 5 salários), ao passaram de 23,5% em 1970 para 30,9% oito anos depois, segundo os dados do Censo 70 e do PNAD 78. Esta melhoria, evidentemente, não pode obscurecer o fato de corresponder a um período de decréscimo do salário real (como já assinalamos anteriormente), e de aumento do número de pessoas exercendo atividades remuneradas no interior da unidade familiar. Assim, a tendência ascendente da taxa de participação da mulher na população econômica mente ativa, de 21% no Censo de 70 para 28,7% em 1976 e 31,4% em 78 (PNADS 76 e 78), relaciona-se também com estas modificações na atribuição de papéis dentro da unidade familiar.

Esses dados demonstram a reprodução de esquema bastante segregacionista, no sentido de manter a grande massa da população excluída dos benefícios do desenvolvimento econômico, como já se demonstrara no estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (DIEESE), denominado Análise da Evolução Orçamentária Familiar na Cidade de São Paulo, de dezembro de 1977. Entre seus resultados e conclusões destacaremos as seguintes:

- a*) que tanto a renda familiar como a renda per capita tenderam a maior concentração durante o período (1934 a 1972). Contudo, nota-se que a concentração da renda familiar tende a níveis de concentração menos acentuados que a renda per capita; *b*) quando se considera todas as pesquisas nota-se uma tendência para uma elevação da renda familiar média até a década de 50 e um declínio na década de 60; *c*) a distribuição das famílias por faixas

de renda aproximadas permite verificar que houve um aumento da proporção de famílias na faixa mais baixa no período de 1961/62 e 1971/72; *d*) esta conclusão – relativo equilíbrio da renda familiar entre 1961/62 e 1971/72, somente possível pela incorporação de mais pessoas em atividades remuneradas – possibilita supor que a estrutura orçamentária não deve ter se alterado de forma significativa no decorrer deste período.

Do ponto de vista das repercussões sobre a força de trabalho feminina, temos que a crescente incorporação às atividades remuneradas aproxima-a da posição ocupacional masculina, aumentando a proporção de empregadas frente a de “membros não remunerados da família”. Assim, em São Paulo, eixo geográfico da população economicamente ativa (62,6 % e a cifra correspondente ao total do Brasil), a proporção de mulheres nesta categoria ocupacional (85,3% da PEA) chega a superar a masculina (78%), segundo os dados do PNAD 77.

Outra consequência dos rumos tomados pelo desenvolvimento das forças produtivas do país, em termos da situação da mulher, concerne ao aumento na proporção das mulheres chefes de família, que hoje são responsáveis por 15,7% do total das famílias (PNAD78), encontrando-se a maior porcentagem na zona urbana. Quanto ao caráter da incorporação da mulher ao mercado de trabalho assalariado, temos ainda a grande preponderância dos trabalhos domésticos remunerados, absorvendo 18% da PEA (PNAD 76). Ademais, as mulheres predominam nas faixas de menor remuneração mensal, como se observa pela tabela II (p. 118, Indicadores...), com 23% auferindo até meio salário mínimo; 23,7% de meio a um salário mínimo, sem se falar dos 17,9% de mulheres que não recebem remuneração alguma. Enquanto isto, 40% dos grupos ocupacionais masculinos encontravam-se na faixa de mais de um a dois salários mínimos mensais.

A mulher constitui, assim, a parcela mais explorada e discriminada da força de trabalho do país. Situação que é ainda mais

desfavorável – em termos da carga diária de desperdício de energias – quando lembramos a existência do trabalho doméstico a ser realizado por cada uma das trabalhadoras antes de saírem e ao chegarem do trabalho fora de casa. A velha e tendenciosa afirmativa de que as mulheres exploram outras, quando saem para exercer trabalho remunerado, não encontra ressonância nem na vida real nem nas estatísticas a respeito. De fato, como bem demonstra Ribeiro de Souza (1979, p. 17) a proporção de famílias que conta com este auxílio não chega a 4%, proporção que poderia aumentar para 9%, no caso de famílias que contam com qualquer outro tipo de serviço doméstico. Isso significa que o enorme esforço dispendido por todas as mulheres que se dedicam à prestação de serviços domésticos beneficia apenas à uma ínfima minoria de família. A grande maioria tem que assumir as tarefas necessárias à sua subsistência sem nenhuma ajuda externa.

### III – Ideologia e a Divisão de Trabalho no Interior das Famílias

Chamamos de ideologia ao sistema mais ou menos coerente de imagens, ideias, princípios éticos, representações globais e, também de gestos coletivos, de rituais religiosos, de estruturas de parentesco, de técnicas de sobrevivência [e de desenvolvimento], de expressões que chamamos agora de artísticas, de discursos míticos ou filosóficos, de organização dos poderes, de instituições e de enunciados e forças que estes últimos colocam em jogo; sistema tendo por finalidade regulamentar, no seio de uma coletividade, de um povo, de uma nação, de um Estado, as relações que os indivíduos mantêm com os seus, com os homens estrangeiros, com a natureza, com o Simbólico, os deuses, as esperanças, a vida e a morte. Este sentido corresponde, aproximadamente, aquilo que designamos, na língua alemã por *weltanschauung*, por visão ou concepção de mundo ficando bem entendido que esta implica não somente no conhecimento, mas também nos desejos, nas paixões, e nas práticas (CHÂTELET, 1978, p. 10/11).

*Transmissão de ideologias: a entrada no universo simbólico*

As representações da sexualidade desenvolvem-se no quadro de ideologias que, por sua vez, determinam e orientam a prática sexual e as relações entre os sexos. Esta codificação ideológica é identificável nas diferentes formas de socialização da sexualidade ocasionando, de forma geral, uma demarcação intensa e complexa das capacidades reprodutivas da mulher. Assim, a mulher é definida como um ser cuja existência estrutura-se sobre a sexualidade, o que a diferencia sem ambiguidade dos homens, “pessoas” sociais, cuja vida apresenta finalidades mais complexas (ECHARD e BONTE, 1978, p. 73).

A constituição de uma ideologia se dá concomitantemente ao nascimento de uma certa concepção sobre a sexualidade; em outras palavras, trata-se de um mesmo processo de pensar o mundo, incluindo sua dimensão sexual. Neste sentido, o discurso que sustenta o homem como “o” representante da espécie humana é o mesmo que tenta comprovar suas teses lançando mão da biologia. Ou, ainda, tentando colocar como *causa efficiens* fenômenos que são, justamente, consequências de uma determinada ordem hierárquica, como trataremos a seguir.

Atualmente, não provoca maiores discussões a afirmativa de que o processo de socialização da criança envolve uma gama de circunstâncias em que a importância relativa da rede oficial de ensino é bem pequena. Em compensação, as experiências/situações protótipos vividas pela criança no ambiente familiar são verdadeiramente educativas, pois ensinam a criança através do peso fundamental do real. Aí intervém dois aspectos distintos: primeiro, destacar em cada papel sexual da atual sociedade aquele que detém maior poder no tocante a transmissão do legado cultural a nova geração e conhecer a qualidade do papel-definidor da qualidade do “feminino”: a maternidade.

Descrevendo o processo de estruturação do ego – e o da internalização da repressão social – Aulagnier (1979) argumenta que se

tivéssemos de definir o *fatum* do homem por uma única característica, recorreríamos ao efeito de antecipação, pois o próprio do seu destino é de confrontar-se a uma experiência, um discurso, uma realidade que, na maioria das vezes, se antecipam às suas possibilidades de resposta ao que ele pode saber e prever quanto às razões, ao sentido e às consequências das experiências as quais ele é confrontado de maneira contínua (p. 35). Esta antecipação é muito mais violenta para os *infans*, aproveitando a expressão utilizada por Aulagnier, cuja possibilidade de resposta está continuamente demonstrando-se aquém da solicitação do meio ambiente. E a importância estratégica do poder materno reside, justamente, neste papel transmissor. É a mulher que transmitirá a “ordem” (o *status quo*). Ele sujeitará o *infans* às regras que este não poderia nunca antecipar: “no nosso sistema cultural, a mãe possui o privilégio de ser para o *infans* o enunciador e o mediador privilegiado do “discurso ambiente”. De uma forma pré-digerida e pré-moldada pela sua própria psique, ela transmite as injunções, a interdições deste discurso e indica os limites do possível e do lícito. E por esta razão que a mãe será chamada porta-voz, termo que indica adequadamente o que é o fundamento de sua relação com a criança (p. 35/6).

Mas, seria ingênuo imaginar que a porta-voz produzisse um discurso autônomo. Como bem acentua Aulagnier, a ordem que rege os enunciados da voz materna nada tem de aleatório e revela a sujeição do *Eu* que fala a três condições: o sistema de parentesco, a estrutura linguística e os efeitos que exercem sobre o discurso os afetos operando sobre a outra coisa. Trinômio que é causa da primeira violência, radical e necessária, que a psique do *infans* suportará quando do seu encontro com a voz materna”, pois uma radical diferença os distingue – o espaço psíquico mãe já foi “domesticado” (absorvido pelas leis da Norma), enquanto que o do *infans* é impotente para poder conter esta invasão representada pela voz materna.

A mãe, neste estrito sentido, representaria a intermediação cultural – uma boca que pronunciará palavras criadas por um

“primeiro” e que são dirigidas a um “terceiro”. Uma psique marcada pela ação da repressão pois o espaço psíquico materno já é um produto social. Está nas mãos, ou melhor, na voz da mãe, a possibilidade de instaurar uma “ordem” na psique do *infans*. Tal possibilidade, diga-se de passagem, é a base da violência originária que envolve o encontro da mãe com o *infans*. Pois como explica Aulagnier:

Chamaremos de violência a primária a ação psíquica pela qual se impõe à psique de um outro uma escolha, um pensamento ou ação, motivado pelo desejo daquele que impõe, mas são, entretanto, apoiados num objeto que para o outro corresponde à categoria do necessário (1979, p. 38).

A categoria do necessário, por sua vez, remete a questão das opções, por assim dizer, libidinais que o *infans* encontrará, pois a violência assegura sua meta, unindo o registro do desejo de um ao registro da necessidade do outro: ao instrumentalizar o desejo sobre o objeto de uma necessidade, a violência primária alcança seu objetivo, que é o de converter a realidade do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre.” (1979, p. 38).

A entrada no universo humano, portanto, constitui necessariamente uma entrada no universo simbólico. Pois, quando a boca, encontra o seio ela também encontrará” – e absorverá – um primeiro gole do mundo. “Afeto, sentido, cultura estão copresentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que o *infans* toma. A oferta alimentar se acompanha sempre da absorção de uma oferta de sentido” (AULAGNIER, 1979, p. 40). A importância da linguagem, cujo aprendizado é concomitante à constituição de um terceiro lugar psíquico – que obriga todo o que existe a ter um status de “pensável “ para que o atributo possa ser “dizível” – marca a passagem do estado de *infans* ao de criança”. A coisa falada, portanto, sempre precede o surgimento do Eu, desde que a nomeação, à medida em que ela concerne o afeito é, *ipso facto*, nomeação do objeto e da relação que liga ao sujeito: nomear o outro com o termo “amado” significa designar o sujeito que nomeia pelo termo de “amante” (1979, p. 135).

São estes processos mentais que não podem ser esquecidos quando falamos de ideologias ou, então, de processos de transmissão de valores/signos culturais. Por isso mesmo, é preciso ponderar bem o resultado das pesquisas e “surveys” sobre a opinião de certos sujeitos e/ou sobre o impacto de certas práticas. Pois, como ressalta Chauí, as baterias de testes e questionários, tão a gosto dos cientistas sociais, parecem pedir aos “objetos” que se manifestem. Todavia, se falam, é para responder à fala do outro e não para exprimir a realidade de sua existência. Falam para que o cientista imagine tirar conclusões novas, quando desde o princípio já sabia o que iria acontecer (1980, p. 18).

A internalização do universo cultural – das leis que regem as relações entre os diversos elementos – processa-se por intermédio do “parentesco” que edita e engendra a lei relacional presente entre a totalidade dos termos do sistema. Logo, se a função simbólica dos signos é uma propriedade inerente ao seu conjunto, se esta função tem sempre como objetivo a passagem ao universal, encontramos no campo do discurso um fragmento composto de uma série particular pela denominação que define o lugar e a função do seu sujeito na sua rede familiar. Os termos pai, filho, mãe, antepassados, designam uma função que só tem sentido em função da relação que ela estabelece entre um termo e o conjunto dos termos do sistema de parentesco (AULAGNIER, 1979, p. 163).

A estruturação do sistema de parentesco, vale dizer, a família, historicamente determinada, é, enquanto uma certa organização das relações (cujos critérios de existência podem se apoiar em diferentes fenômenos: da faixa etária ao sexo, passando pela organização da vida produtiva), pré-existente ao próprio nascimento do infans. A cena familiar, que marcou para todo o sempre a psique do indivíduo, pode ser sintetizada como um conjunto de relações fixas, oriundas da dinâmica especificada a cada um dos papéis (ou funções) familiares, cuja existência supõe o conjunto em “abstrato” pois, na prática, os sujeitos ocuparão de maneira transitória cada um dos espaços da cena. A função, dentro do sistema de parentesco, independe, assim, do sujeito que a encarna no breve período de sua existência. A mobilidade das



ocupantes se opõe à fixidez e a identidade do conceito da função definida pelo símbolo (AULAGNIER, 1979, p. 163).

Colocada a questão dos processos de internalização da ordem/norma, cumpre perguntar, então, sobre sua qualidade: de que ordem se trata, afinal?

A instauração da Ordem masculina, que é a ordem em questão, realiza-se mediante a atribuição do poder aos indivíduos do sexo masculino, a partir de um ritual que obriga o “projeto” de homem, por assim dizer (a criança), a submeter-se a suas condições para que, amanhã, possa desfrutar dos privilégios que hoje lhe são incômodos. É por isso que Aulagnier considera de secundária importância a rivalidade entre a criança e o pai – na fase edípiana – em torno da posse da mãe. Antes de ocupar o lugar do rival edípiano, o pai se apresentou à psique como a encarnação do não eu, da causa da impotência infantil em preservar sem falhas e de maneira autônoma, um estado de prazer (...) Na cena do Real aparece aquele que se impõe, conjuntamente, como o primeiro representante dos outros e como o primeiro representante de uma lei que traz desprazer, uma experiência à qual não se pode escapar (1979, p. 142).

Em outras palavras, antes mesmo que o desejo de assassinar o pai (ou, numa maneira menos carregada, de desaparecimento do algo ligado à esfera do “não eu”) tenha surgido pelo desejo de garantir o monopólio da fonte de prazer da primeira referência (o seio materno), a criança já sentiu este desejo pela experiência direta com o pai, representante de uma lei desprazerosa. A morte será, então, duplamente presente na relação pai-filho: o pai do pai é aquele que, num passado longínquo, ele desejou matar e seu próprio filho, aquele que desejará sua morte. Este duplo desejo de morte só pode ser reprimido graças à ligação que se estabelece entre morte e sucessão e entre transmissão da lei e aceitação da morte (...) O que o pai oferece pela mediação de seu nome, de sua lei, de sua autoridade, de seu papel referente é um direito de herança destes dons, a fim

de que eles sejam legados a um outro filho (AULAGNIER, 1979, p. 143).

A transmissão da ordem masculina se faz, assim, de forma dolorosa para o herdeiro a quem, não obstante, ficarão garantidos os privilégios decorrentes da ocupação da função paterna. O discurso da passagem, ademais, tem como sujeito o sexo masculino: a história do filho do pai é, indiscutivelmente, bastante diversa da estória da filha da mãe (e o duplo sentido da expressão “filha da mãe” já mostra a natureza da ordem reinante). Logo, cumpre conhecer estas duas ordens de realidade psíquica – estas duas especificidades – em sua trajetória própria. Mas, uma proposição tão desprezível não encontra eco nem na própria psicanálise, em consequência do falocratismo com que esta ciência, até muito pouco tempo, tratou a sexualidade feminina que ganhou, inclusive, foros de “enigma”.

O espaço feminino define-se, então, por exclusão ou complementação da ordem masculina. A menina é um pequeno homem, na fórmula de Freud, cuja evolução psíquica será idêntica até o complexo de Édipo. Este, por sua vez, passa a ser considerado como um fenômeno metafísico: válido para todos por todos os tempos. Freud apresentar o produto (a lei masculina) como o processo (tornar-se homem/tornar-se mulher). Assim, o processo, essencialmente cultural, ganha uma conotação atemporal, sendo mesmo remetido à comprovação da biologia. Mais ainda, transforma-se em lei universal (uma espécie de lei da gravidade), levando Irigaray (1974, p. 47) a observar que Freud elude esta questão da heterogeneidade sexual “ao afirmar que a menina é um menino e que sua feminilidade caracteriza-se pela “inveja do pênis”. É sem dúvida seu ponto de vista de homem que ele defende, assim como seu desejo de perpetuar a homogeneidade sexual: um não sexo, um sexo “castrado”, ou “a inveja do pênis” não constituindo uma heterogeneidade sexual e sim a representação de um tipo de negatividade que sustenta, confirmando, a homogeneidade do desejo masculino”.

No espaço sexual – tal como encontra-se definido em nossa sociedade – a dualidade impera; aos papéis são contraditórios entre si e uma metade da humanidade (a masculina) tem garantida o papel ativo. Em outras palavras, no campo do Desejo o homem ocupa o espaço de desejante cabendo a mulher o de desejada/objeto de desejo. Este segundo papel leva com que a identidade feminina (a qualidade do seu desejo) subordine-se aos limites impostos pelo desejante. De que desejo ele me deseja? – eis a pergunta da mulher. Nunca se coloca, assim, a indagação: o quê desejo? E, quando se coloca, a resposta já vem pronta: desejo ser desejada.

Desvendar o “enigma” da sexualidade feminina pode, portanto, significar uma extrema subversão na ordem falocrática, como bem denuncia Irigaray (1974, p. 67), ao colocar em questão a “inveja do pênis”, o caráter primitivo desta “inveja” – a importância que lhe dá Freud – é muito mais uma questão de coerência teórica, por assim dizer, do que de realidade. Com efeito, depois de ter afirmado que a menina é um menino (logo, para ela existe um clitóris/pênis) na fase predipiana, Freud, em obra posterior, critica os analistas que tentam minimizar a importância da “inveja do pênis” nesta fase do desenvolvimento libidinal feminino. Ao que Irigaray contrapõe:

Este caráter primitivo, o mais primitivo, da “inveja do pênis” não é uma exigência da primazia do órgão masculino? Do fato de que o falo deve ser arquétipo do sexo? O sexo originário? E o pênis a mais adequada representação da Ideia de sexo? Não pode existir aí outro “desejo” se não o de assegurar sua dominação, mesmo que seja por cobiça, apetite de apropriação. Qualquer coisa que contradissem – como os prazeres da menina – tal crença obrigaria à reinterpretação da economia dos afetos e das afeições sexuais. E é difícil prever até onde pode ir um remanejamento das atribuições dos poderes libidinais: desconhecimento necessário para a manutenção da ordem estabelecida nos leva a conjecturar que esta operação poderia levar longe (1974, p. 67).

A radicalidade da questão torna-se ainda mais patente no discurso dominante, vale dizer, da psicanálise a serviço da ordem

falocrática. A defesa do patriarcalismo, do autoritarismo e da inferioridade biossocial da mulher encontra-se perfeitamente exemplificada no discurso “científico” de Georges Mauco – médico/psico/pedagógico – ao defender sua proposta educacional para um programa a ser difundido em toda a França (a escola de pais e educadores): se falamos em primeiro lugar do pai, uma vez que ele parece surgir depois da mãe dos sentimentos da criança é porque na realidade:

O pai simboliza o interdito e a força disciplinante que permite, através do domínio dos desejos, a construção psíquica do ser humano. Por outro lado, o pai é um dos elementos constitutivos da sensibilidade materna. A mãe não será verdadeiramente mulher senão na medida em que o pai é aceito e amado. Através do pai, é a criança, produto do falo paterno, que é igualmente admitida e assegurada pela sensibilidade materna. O filho do pai torna-se o prolongamento de uma feminidade realizada (p. 41).

A operação ideológica não é nada sutil: como um passe de mágica a criança se torna produto do falo e, além de expropriarem o filho, tentam convencer a mulher de que ela só é capaz de amar adequadamente seu filho através do pai. Se o pai não for aceito e ama do: a criança não será normal. Nada como uma fórmula destas para mexer com o sentimento de culpa. da mulher: se seu marido não estiver feliz a culpa é dela – e o castigo virá na figura da criança que, então, impedirá sua feminilidade de se realizar. Confundindo universo simbólico com universo biológico, Mauco atribui ao homem o papel civilizador – e a autoridade “natural” advindo de sua virilidade.

O pai, nas relações pai-filho, representa a força fecundante do genitor. Socialmente é ele que lhe dá o nome. O pai é e deve ser sentido como autoridade que impõe as necessárias disciplinas que regulam as relações na vida coletiva (...). É essa razão pela qual é tão importante que o pai passa afirmar a sua natureza viril e que a mãe e os filhos o aceitem na sua função simbólica de força disciplinante sem a qual não existe renúncias nem domínio. Se a mãe, por exemplo, se substitui ao papel do pai, toda a relação

familiar fica alterada, que a mãe desvaloriza o pai como incapaz e ocupa o seu lugar, que o pai se ausente ou abdique de sua função – quer ainda a mãe, num aparente entendimento com o seu marido, não aceite plenamente a virilidade de seu cônjuge (p. 41/2).

Em síntese: fora da família nuclear falocrática não existe salvação. A cultura, melhor a “civilização” só se mantém graças à aceitação da “virilidade como princípio de autoridade. E a mulher, por sua vez, só alcança a maturidade quando aceita o seu papel subalterno, quando entende que não pode colocar em questão a autoridade marital para não perturbar o desenvolvimento psíquico normal do filho (...). Pobres mulheres abandonadas, mães sozinhas, mulheres chefes de família: vossos filhos nunca serão normais pois não conheceram as delícias da família organizada ‘comme il faut’”. Olhando para a violência de nossa sociedade – e, principalmente, a violência cometida no interior da família e contra a criança – fica a perplexidade diante de uma postura que se supõe científica ao mesmo tempo que defende dogmas metafísicos. Associar cultura a família nuclear equivale transformá-la em forma universal de relação entre pais biológicos e criança ou, então, negar que outros povos tenham conhecido a civilização. Trata-se, verdadeiramente, de uma demonstração inequívoca da onipotência de todos os que falam a voz do *status quo*.

A proposta de mulher “normal” que a psicopedagogia oferece reduz aquelas que aceitam ao destino que Adélia Prado (1976, p. 23) retratou em Resumo:

Gerou os filhos, os netos,  
Deu à casa o ar de sua graça  
E vai morrer de câncer.  
O modo com pousa a cabeça para um retrato  
É o da que aceita, afinal, aceitou ser dispensável.  
Espera, sem uivos, a campa, a tampa, a inscrição:  
1906 – 1970  
SAUDADES DOS SEUS, LEONOR

É por todas essas razões que a frase mais oportuna sobre a condição feminina foi pronunciada por Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, torna-se...”. Pois, o testemunho clínico de Azambuja (1979, p. 10) confirma que “no nosso trabalho como analista podemos verificar muito de perto a anulação dessas diferenças entre homem e mulher. Na análise, nós ultrapassamos essa diferença biológica. Na vida mental não há sexo. Tomamos aos olhos dos pacientes os mais variados papéis e ambos os sexos. O problema que se coloca, a meu ver, é de natureza ontológica. Na realidade, só pode haver essa dicotomia entre masculino e feminino, no mundo social, na medida em que o ser humano se parte.” Quando é difícil pensar sobre o feminismo sem paixão, é porque estamos pensando sobre a própria mente humana no que ela tem de mais profundamente dividido. E esta divisão manifesta-se culturalmente através dos tabus que separam os sexos.

Essa separação processa-se por todos os mecanismos da vida social: da linguagem ao modo de acalantar a criança, a dicotomia masculino/feminino tornou-se um dos eixos mais permanentes da desigualdade e da opressão. Guillaumin (1972), trabalhando com as categorias mais profundas do problema do racismo, argumenta que a “biologização da percepção, quando é associada à percepção da diferença social, forma o nó da organização racista” (p. 67). Vale dizer, a atribuição/categorização de diferenças físicas como base explicativa para as “raças” constitui um processo ideológico, logo, histórico, que assumiu em nosso século formas muito elaboradas. Tomada em si mesmo “uma diferença física real não existe senão quando ela é assim designada, enquanto significativa, por uma cultural qualquer” (p. 67). Do momento em que alguns traços – no processo de categorização dos participantes da vida social – passam a ser símbolos fixos de determinada qualidade, ao mesmo tempo em que são legitimados pela ciência (biológica, no caso), esta completada a “operação” racista. Pois na verdade:

O racismo não depende, em momento algum, da “realidade” ou da não realidade de um critério biológico concreto: é a associação consciente ou inconsciente deste critério às categorias, (na forma simbólica, não objetiva), que torna alguns grupos concretos objetos de racismo (p. 67).

Não obstante, conhecer o *modo faciendi* do racismo (entendido como biologização da opressão social) é de pouca eficácia se não adotamos uma postura crítica em relação a todas as produções categoriais. Na medida em que categorizar, é, concomitantemente, conhecer, pronunciar um juízo de valor:

Quando eu digo judeu ou negra (negro), mulher ou operário, ao mesmo tempo em que designo o real, eu movimento o fio imaginário com que o majoritário envolve o real (...) Esta atividade de categorização, que é uma atividade de redução, o que pode ela nos dar, quando ela reduziu toda complexidade e generalidade de um grupo? Ela pronuncia a ‘coisa julgada’. A atividade de nomear, a primeira da relação com “ao outro” é uma atividade de liquidação (GUILLAUMIN, 1972, p. 183/4).

No universo das categorias existem duas que são as fundamentais: masculino e feminino. A própria estrutura de nossa língua obriga a sexualidade de toda a informação mas a grande diferença, entre os dois gêneros categoriais, uma categoria designa e a outra passa ser uma categoria diferencial: “quando ‘homem’ designa a categoria sexual masculina, não deixa de designar a espécie humana, a totalidade humana. Mais ainda a generalidade humana só é aplicável à mulher através do termo homem, que é o termo genérico. Também neste caso, como no caso das categorias por idade, uma categoria designa: a categoria diferencial é mulher. O homem que sustenta o conjunto do sentido não é categorizante: ele é o não dito, o implícito das categorias sexuais, assim como o adulto é o não dito das categorias de idade (GUILLAUMIN, 1972, p. 164 /5).

Eis o quadro de referências para nossa análise de conteúdo: o sexismo concerne o conjunto da vida e das representações

que a sociedade realiza. O ocidental, homem e adulto simboliza a humanidade; é o eixo do universal humano. As mulheres, biologicamente fixadas à função reprodutora, constituirão o “outro” a quem falta o  $n$  ou  $n + 1$  atributos da espécie (= a sexo masculino). São as mães, esposas, donas-de-casa as quais tentam delimitar até mesmo o espaço do imaginário; do sonho e da evasão. Nossas horas de lazer deverão ser preenchidas com o “específico feminino”: receitas, conselhos e contos de amor. Coisas de mulher, como é dito com um misto de desprezo e condescendência.

## Bibliografia

ALVES, Branca Moreira et alii. *O espelho de Vênus*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1979. Mimeo.

ARIES, Philippe. *L'enfant e la vie familiale sous L'ancien regime*. Paris, Seuil, 1973.

AULAGNIER, Piera. *A violência de interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. *Le désir et la perversion*. Paris, Seuil, 1967.

\_\_\_\_\_. *Les destins du plaisir*. Paris, Presses Université de France, 1978.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1960.

BESTON, Margaret. *The political economy of Women's liberation*. *Monthey Review*, 21(4) set. 1969.



- BILAC, Elizabeth Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- BLAY, Eva Alterman. *Mulher, escola e profissão*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1969 mimeo. Tese de Mestrado.
- BOLETIN CINTERFOR, *Montevideo* (37/38) jan/abr. 1975.
- BOLTANSKY, Luc. *Prime éducation et morale de classe*. Paris, Mouton, 1977.
- CHÂTELET, François. *Historie des idéologies*. Paris, Hachete, 1978
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley, University of California, 1978.
- CLASTRES, Pierre. *La société contre l'Etat*. Paris, Les Editions de Minuit, 1974,
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- COULSON, Margaret et alli. *The housewife and her labour under capitalism, a critique*. New Left Review; Londres, (89) 1975.
- DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *La mujer en las sociedades primitivas*. Barcelona, Ediciones Península, 1971.
- FIGES, Eva. *Patriarchal attitudes*. Londres, Faber, 1970.
- FIRESTONE, Shulamith. *La dialectique du sexe*. Paris. Editions Stock, 1972.

FLANDRIN, Jean Louis. *Familles* (parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société) Hachete, 1976.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* (I). Rio de Janeiro. Graal, 1977.

FREUD, Sigmund. La feminidad. *In: Obras completas*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. Tomo III.

\_\_\_\_\_. *El malestar en la cultura*. Tomo I.

\_\_\_\_\_. *La moral sexual cultural y la nerviosidad moderna*. Tomo III.

\_\_\_\_\_. *Totem y tabu*. Tomo II.

FRIEDAN, Betty. *La femme mystifiée*. Paris, Editions Gonthier, 1964.

GODELIER, Maurice. *Rationalité et irrationalité en économie* (II). Paris, Petite Collection Máspero, 1969 .

\_\_\_\_\_. Le sexe comme fondamente ultime de l'ordre social et cosmique chez les Baruya de Nouvelle Guinée. *In: VERDIGLIONE*. ed. Sexualité et pouvoir. Paris, Payot, 1976.

\_\_\_\_\_. *Sur les sociétés pré capitalistes*. Paris, C.E.R.M. Editions Sociales, 1970.

GUILLAUMIN, Colette. *L'idéologie raciste, genèse el langage actuel*. Paris, Mouton, 1972.

IRIGARAY, Luce. *Speculum de L 1 autre femme*. Paris, Minuit, 1974.

KOLLONTAI, Alexandra. A família e o Estado Socialista. *In: A Libertação da mulher*. São Paulo, Global, 1979.

- LEVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas Elementares do Parentesco*. São Paulo, Vozes, 1978.
- MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- MARX, Karl. Critique de l'économie politique. *In: Oeuvres II*. Paris, Gallimard, 1968.
- \_\_\_\_\_. Le manifeste communiste. *In: Oeuvres*, Tome I, 1965.
- \_\_\_\_\_. Matériaux pour l'économie. *In: Oeuvres*, Tome II.
- \_\_\_\_\_. Misère de la philosophie. *In: Oeuvres*, Tome II.
- \_\_\_\_\_. Salaire, prix et profit. *In: Oeuvres*, Tome I.
- \_\_\_\_\_. & Engels, Friedrich. *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1968.
- MARTINS RODRIGUES, Arakcy. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- MAUCO, Georges. *Psicanálise e educação*. Lisboa, Moraes Editores, s.d.
- MEAD, Margareth. *L'un et l'autre sexe*. Paris, Denoel/Gonthier, 1966.
- MEILLASSOUX, Claude. *Femmes, greniers & capitaux*. Paris, Maspéro, 1971.
- MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*. Rio de Janeiro, Achiamé 1979.
- MITCHELL, Juliet. *L'âge de femme*. Paris, Editions de Femmes, 1974.
- OAKLEY, Ann. *Woman's work*. New York, Vintage Books, 1976.

- OLIVEIRA, Francisco. *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. Estudo CEBRAP, São Paulo (16) 1976.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras - São Paulo. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais*, 1978.
- POLHYANTHEIA. *Comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do imperial*. Lyceo de Artes e Ofícios. Rio de Janeiro, 1981.
- PRADO, Adélia. *Bagagem*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- REED, Evelyn. *Woman's Evolution*. 1975.
- REICH, William. *La Révolution sexuelle*. Paris, Payot, 1970.
- \_\_\_\_\_. *O que é a consciência de classe?* Textos Exemplares, Porto, (6) 1976.
- ROTT, Renate. Mercado de trabalho feminino: uma análise comparada. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. Anais*. Belo Horizonte, 1979. mimeo.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Conscience de femmes, monde de l'homme*. Paris, Editions des femmes, 1974.
- SAFFIOTI, Heleieth. O trabalho feminino sob o capitalismo dependente. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. Anais*, São Paulo, ABEP, 1978.
- SECCOMBE, Wally. *Housework under capitalism*. New left Review, (83) 1973.
- SIMOES, Celso Cardoso da Silva et alii. Algumas características da

participação dos membros da família na força de trabalho: 1950 - 1970. In: *Encontro brasileiro de estudos populacionais*. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.

SINGER, Paul Israel. *Emprego, produção e reprodução da força de trabalho*. CEBRAP, 1976. mimeo.

SOUZA, Lúcia Ribeiro de. O trabalho feminino e a estrutura familiar. In: *Encontro da associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais*. Belo Horizonte, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *La dinámica ciclica de la industrialización reciente del Brasil*. El Trimestre Economico, México, 47(185) ene/mar. 1980.

VASCONCELOS, Francisco Figueira de Mello e. *Educação sexual da mulher*. Rio de Janeiro, 1915.



## **AS REVISTAS FEMININAS DA EDITORA ABRIL E SEUS MODELOS DE MULHER**

Na contraposição entre cultura do povo e autoritarismo das elites torna-se possível perceber o caminho percorrido pela ideologia dominante e pelo poder, isto é, o percurso pelo qual podem tornar-se invisíveis. Sua invisibilidade nasce quando, em lugar de empregarem os recursos imediatos da dominação, passam a empregar o recurso sutil do prestígio do conhecimento. Assim, o homem passa a relacionar-se com o trabalho pelo médium da tecnologia, a relacionar-se com o desejo pelo médium da sexologia, com a alimentação pelo médium da dietética, com a criança por meio da pedagogia, com o lactente por meio da nutrição racional, com a natureza pelo médium da ecologia, de uma maneira geral passa a relacionar-se com seu corpo, com sua vida e com a dos outros por meio de mil pequenos modelos científico-psicológicos ou sociológicos. Um fantástico projeto de

intimidação sustenta esse discurso do conhecimento que constrange a maioria a submeter-se às representações dos especialistas, ou melhor, interiorizá-las, sob pena de não ser ninguém, de perceber-se a si mesmo como o desviante ou lixo. Neste contexto compreende-se que a indústria cultural, a cultura de massa, os meios de comunicação e o desvario da informação não são formas limites de um mundo alucinado e destrutivo, mas a realização cabal da cultura dominante. Sob esse aspecto, a barbárie define não só a cultura das elites, mas também a forma de sua transmissão, como dissera Benjamin (CHAUI, 1980, p. 133).

## Introdução

Confrontadas à riqueza dos elementos – e à rapidez de suas transformações/mutações – oferecidos pela vida social em urna sociedade como a nossa, pode-se afirmar que as revistas femininas não têm história. Greves, golpes de estado, ascensão ou diminuição no ritmo do confronto de classes, enfim, o próprio processo do cotidiano político-social, tudo isto desaparece quando estamos imersas na leitura das páginas coloridas de *Cláudia*, *Desfile*, *Carícia*, etc.

Não obstante a deliberada omissão com que tratam do “público” – a realidade extra muros domésticos – e a inexistência de quaisquer informações de caráter conjuntural (o que permite, alias, que uma revista possa ser preparada com meses de antecedência), na própria medida em que são produtos destinados especialmente ao público feminino, vale dizer, às guardiãs do lar, às eternas sonhadoras românticas, às vestais da domesticidade – as revistas femininas têm uma história: são produtos históricos, refletindo histórias particulares. Em outras palavras, produtos/mercadorias capitalistas, as revistas femininas contam, à sua maneira, a história do desenvolvimento capitalista de nossa economia, do processo de monopolização da produção e comercialização dentro do setor editorial e estórias no



estilo. Além disto, falam dos papéis sexuais, da família e da “mulher” – a adolescente, a dona de casa, a profissional, etc.. E é nesta medida, que as revistas femininas veiculam concepções históricas sobre a sociedade e as funções dos homens e das mulheres. Assim, podem ignorar completamente as condições concretas de trabalho das metalúrgicas ou das tecelãs – e este silêncio/omissão também “fala”, revelando o caráter de classe destas publicações – mas saberão sugerir toaletes charmosas para agradar ao patrão, transformando a trabalhadora na esposa/amante do escritório, como aparece em NOVA.

Em oposição à imprensa feminina – burguesa, colorida, de presença garantida nas bancas – surge, em meados dos anos setenta, uma imprensa de oposição, feminista ou para-feminista – a pequena imprensa anti-burguesa, em branco e preto, dificilmente encontrável nas bancas. As primeiras, vendendo cifras superiores aos 200 mil exemplares: as segundas, de periodicidade variada, nunca ultrapassando os 500 números, sob pena de acumular estoques invendáveis.

Sem negar a história – das lutas das mulheres contra sua opressão e dos instrumentos que forjaram para saírem do silêncio imposto pela sociedade patriarcal – acredito que a qualidade nova da imprensa feminista surgida nos últimos anos corresponde a um momento totalmente distinto das experiências anteriores, o que não implica em desconhecer a importância das lutas pretéritas e a necessidade de torná-las conhecidas. Mas, não obstante outras experiências no passado, a moderna imprensa para mulheres, no Brasil, tem seu ponto mais importante no nascimento de *Clandia* em 1961, do ponto de vista da grande imprensa e no aparecimento do *Nós Mulheres* em 1976, do ponto de vista da imprensa feminista.

Falar da imprensa para mulheres significa, portanto, levar em conta a grande produção e produção artesanal; os lucros da Abril e o rateio das perdas do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*; em resumo, conhecer as condições e o processo concreto de produção de tais

produtos – as produtoras; o ritmo de trabalho, etc. Ao mesmo tempo, conhecê-las em sua realidade específica: apesar de produzidas na mesma empresa uma revista como *Nova* é bem diferente de outra como *Claudia*. Ademais, talvez em muitos aspectos, a análise de conteúdo/forma da imprensa feminina versus imprensa feminista revele pontos de acordo que, a primeira vista, pareceriam impensáveis.

O universo em questão – revistas femininas e jornais feministas no Brasil contemporâneo – será estudado, portanto, a partir de uma tríplice ótica: *a)* o processo de produção das publicações; *b)* empresa, as produtoras, as redações; *c)* a estória de cada uma das publicações e *d)* a análise de conteúdo/forma das publicações, na qual a família e os papéis femininos constituem, concomitantemente, o eixo temático fundamental.

## 1 – As Origens

Com efeito, reconhecer e constatar que os investimentos dos capitais e a troca de mercadorias capitalistas reinam hoje sobre a arte de modo quase absoluto não significa, de maneira alguma, entender que o capitalismo proíba, reprima e condene ao silêncio toda forma de arte que não serve diretamente aos interesses imediatos de lucro capitalista (LUKÁCS, 1967, p. 168).

A moderna imprensa para mulheres, caracterizada pelas altas tiragens e pela produção industrializada, tem suas raízes no final do século passado, nos Estados Unidos. E seu surgimento relaciona-se à difusão de magazines contendo moldes de costura, iniciativa pioneira da empresa Butterick, em 1863. Além de serem enviados pelo correio, os moldes começam também a ser vendidos no comércio o que facilita a circulação, possibilitando que a Butterick Company vendesse, em 1871, 6 milhões de exemplares (*Notes et Documentaires* n. 3575). Gradativamente, os magazines diversificaram-se, passando

dos moldes e dos anúncios de medicamentos para os artigos sobre educação da criança; as regras de polidez e outros no gênero. Em 1870 aparece o *McCall's*, marcando a era dos grandes hebdomadários. Em 1978, esta revista apresentou tiragem de aproximadamente 9 milhões de exemplares mensais, uma das maiores em termos de imprensa feminina mundial, sem se falar de suas publicações conexas, como *McCall's Needlework and Crafts*; *McCall's Fashions e Home Decorating*; *McCall's Children's Merchandises e McCall's Sportwear and Dress Merchandise*.

É interessante observar, outrossim, a permanência de revistas criadas no fim do século passado nos Estados Unidos, como se observa no caso de *Ladies Home Journal*, de 1883, com aproximadamente 7 milhões de exemplares mensais e *Good Housekeeping*, de 1885, com cerca de 5,5 milhões de exemplares mensais. Entre as revistas femininas de maior circulação nos Estados Unidos, metade tem sua data de fundação no período 1867/1892 e outra metade nos anos 1936/1939, como se observa no quadro abaixo:

**Quadro A**  
A imprensa feminina Norte-Americana

REVISTAS	Tiragem (Mil)	DADOS DE 1968	
		PERIODICIDADE	DATA DA FUNDAÇÃO
McCall's	8567	mensal	1870
Ladies Home Journal	6805	mensal	1883
Woman's Day	6562	mensal	1937
Good Housekeeping	5519	mensal	1885
Vogue	442	quinzenal	1892
Harper's Bazaar	425	mensal	1867
Mademoiselle	664	mensal	1935
Glamour	1244	mensal	1939
Parent's Magazine	2032	mensal	1926
Family Circle	7051	mensal	1932

Na França, o *L'Echo de la Mode* inaugurou em 1879 um novo estilo de imprensa para mulheres, incorporando às páginas de moda, que constituíam a íntegra de outras publicações femininas, artigos e matérias no estilo de conselhos para a dona de casa pois “seu público será o grande público feminino que se preocupa não somente com a moda mas com tudo aquilo que concerne material e moralmente à família e a vida familiar” (*Notes et études documentaires n. 3575*). Em 1930, *l'Echo* atingia uma tiragem de 1 milhão e 130 mil exemplares (era uma revista barata), cifra que decairá posteriormente, dado o surgimento de novos títulos e a diversificação do conteúdo das revistas femininas. Observamos, através do quadro que se segue, o aparecimento de *Femmes d'Aujourd'hui*, em 1933, lançada com grande publicidade e com uma edição inicial de 800 mil exemplares e de *Confidences*, publicação voltada para o relato de “casos verdadeiros de amor”, muito em voga também nos jornais americanos (as “true stories”).

A estória do desenvolvimento da imprensa feminina em outros países europeus, como a Alemanha, a Bélgica, a Inglaterra e Itália, é bastante similar até primórdios da década dos anos 40. A guerra, entretanto, afetou seriamente a produção dos magazines de mulheres, na Europa enquanto que nos Estados Unidos a qualidade do produto continuou a melhorar, levando com que os velhos títulos passassem, de fato, a designar novos modelos editoriais. O papel, as ilustrações e as rubricas modificaram-se ao mesmo tempo em que se evidenciou uma tendência à especialização. Assim, surgiu uma imprensa para jovens de menos de 20 anos (*Glamour, Charm e Seventeen*); algumas revistas especializadas na família (*Parent's Magazine*); em noivas (*Brides*) e assim por diante.

**Quadro B**  
**A imprensa feminina na França**

TÍTULOS	TIRAGEM (média setem- bro 67)	PERIODICIDADE	DATA DE FUNDAÇÃO
Mode de Paris	1541	semanal	1948
Fammes d'aujourd'hui	980	mensal	1933
Jours de France	780	mensal	1955
Echo de la Mode	721	mensal	1879
Marie-Claire	648	mensal	1937/1954
Marie-France	665	mensal	1944
Elle	581	semanal	1945
Femme Pratique	550	mensal	
Bonnes Soirées	479	semanal	1922
Confidences	323	semanal	1937
Intimité du Foyer	584	semanal	1946
Nous Deux	991	semanal	1946

Fonte: *Notes et Etudes Documentaires* n° 3575.

O pós-Segunda Guerra apresenta duas novidades em termos de revistas de mulheres: primeiramente, a supremacia dos modelos norte-americanos, como se nota na França, por exemplo, através do aparecimento de *Elle*, em 1945, calcada no modelo de *Harper's Bazaar* pois sua redatora-chefe, Hélène Gordon-Lazareff, trabalhara neste magazine norte-americano no período da guerra. *Marie-Claire*, fechada no período da ocupação nazista, também renasce americanizada. Em segundo lugar, temos a criação de uma nova forma de literatura popular, a fotonovela. Se bem que a primeira experiência em fotonovela tenha sido realizada na França, em 1949, com a revista *Festival*, a popularização delas processou-se na Itália, onde, em 1959, já se editavam oito revistas de fotonovelas.

**Quadro C**  
**Grupos Econômicos na imprensa nos Estados Unidos**

TÍTULOS	GRUPOS ECONÔMICOS	OUTROS MAGAZINES DE PROPRIEDADE DO GRUPO
McCall's	McCall's Corporation	Redbook
Ladies Home Journal	Curtis Publishing Co.	Saturday Evening Post, American Home, Holiday
Woman's Day	FaWcette Publishing Co.	
Good HouseKeeping	Hearst Magazine	Harper's Bazaar, Comopolitan Popular Mechanics Mademoiselle, Glamour
Vogue	Conde Nast Publications	
Family Circle	Family Circle Inc. Publishers	

Finalmente, é importante assinalar uma outra característica da imprensa feminina contemporânea: o impressionante aumento de títulos vem acompanhado pela centralização da produção de revistas por um reduzido número de empresas, em cada país. As profundas modificações sofridas pela economia capitalista mundial no após guerras, principalmente o aumento nos índices de monopolização do capital e a liderança conquistada pelo capitalismo norte-americano, refletem-se nas tendências atuais da imprensa feminina, tanto através do altíssimo grau de concentração das publicações, como observamos pelo quadro que se segue, quanto pela exportação de estilos ou padrões de revistas para o mundo inteiro, algumas não mudando nem mesmo de nome (*Cosmopolitan*, do grupo Hearst).

**Quadro D**  
**Os Grupos Econômicos na imprensa Feminina na Inglaterra**

GRUPOS EDITORES	TÍTULOS	PERIODICIDADE
Odham's Press	Woman	semanal
	Woman's Realm	semanal
	Every Woman	mensal
	House Wife	mensal
	Mother	mensal
George News	Woman's Own	semanal
	Modern Woman	mensal
Fleetway Publications	Woman's Weekly	semanal
	Woman's Mirror	semanal
	Woman and Home	mensal
	My Home	mensal
	Woman's Journal	mensal
Condé Nast	Vogue	mensal
Strandbook Public.	Family Circle	mensal
Hearst Magazines	Good Housekeeping	mensal

Fonte: Dados obtidos no *Notes et Documentaires* n° 3575.

Na Itália, um dos países do mundo que apresenta maior profusão de títulos, a concentração é um pouco menor, destacando-se as empresas Mandadori (com *Grazia*, *Ariana* e *Confidenze*) e Rizzoli (*Annabela*, *La Donna* e *Bella*), o grande diário de Milão, *Le Corriere della Serra*, edita *Amica*; o grupo Del Duca controla *Intimitá* e *Confessioni* e Rusconi e Paolazzi são proprietários de *Gioia*, *Eva*, e *Belleza*. Já na Inglaterra, a imprensa feminina é dominada por três grandes grupos, Odham Press, George News e Fleetway, reunidos no super truste International Publishing Corporation (IPC). Além das revistas que aparecem no quadro a seguir, este truste ainda controla uma série de publicações de leitura, como *Fabulus*, *Valentine*, *Mirabelle*, *Marilyn*,

*Honey* (todas da Fleetway) e *Flair e True Magazine* (do grupo George News).

Na França, as revistas são principalmente da propriedade de grupos que também editam quotidianos e outras publicações, como é o caso do grupo Provost, com uma revista de interesse geral, *Paris-Match*; com cinquenta por cento de participação na propriedade do diário *Figaro* e com a publicação feminina *Marie-Claire*. Além das ligações que aparecem no quadro abaixo é interessante observar que as publicações de leitura são quase todas da propriedade das Éditions Mondiales, como *Nous Deux*, *Intimité*, *Modes de Paris* e *Pour Vous Madame*.

**Quadro E**  
**Grupos econômicos e a imprensa Feminina na França**

TÍTULOS	GRUPOS	OUTRAS PUBLICAÇÕES DO GRUPO
L'Echo de la Mode	Editions Montsouris	Mon Ouvrage Madame, Rustica, Lisette, Pierrot
Elle	France Editions et Publications	France-Soir, Paris-Press, France-Dimanche, Journal du Dimanche, Femmes Pratique, Tricots de Femmes d'Aujourd'hui
Femme d'Aujourd'hui	Editions du Hennin à Bruxelles, liées au groupe Hachette	
Jours de France	Société de Presse (filial do grupo Dassult)	
Marie-Claire	Editions du groupe Provost	Paris-Match, Télé 7 jours, Figaro (50%), Parisien Libéré, Courrier de l'Quest, Point de vue-Images du Monde, Carrefour, l'Equipe
Marie-France	Editions du group Amaury	



## 2 – As revistas femininas no Brasil

As publicações para mulheres, em todos os países do mundo capitalista, apresentam características comuns do ponto de vista de conteúdo editorial (incluindo neste último também as peculiaridades da linguagem escrita); da apresentação gráfica e das funções que assumem. Desta maneira, notamos que os discursos das publicações femininas podem ser: *a)* principalmente de evasão e sonho, através dos contos de amor, do correio sentimental, do horóscopo, etc.; *b)* versando sobre “serviços” – casa/cozinha/moda – com um maior ou menor propósito de incentivo ao consumo e *c)* de cunho informativo com regras sobre a vida sexual, educação dos filhos e outras atribuições “próprias” à mulher. Os diferentes discursos, por sua vez, podem ser apresentados na forma de fotonovelas; de textos ilustrados; de revistas com estórias de amor; de reportagens e, *last but not the least*, através da propaganda. A linguagem pode assumir um tom coloquial ou ser mais impessoal; as leitoras podem ser chamadas na segunda ou terceira página; a gíria e os modismos podem ou não ser utilizados. Em poucas palavras: nada é inocente em se tratando de publicações de massa.

As notórias diferenças entre as revistas correspondem à especialização que existe de fato na imprensa para mulheres, dadas as distintas situações sociais em que se encontram as leitoras; o preço de capa já é a primeira barreira. Além de dirigir-se à mulheres que estão em classes sociais distintas, a imprensa feminina leva em conta a faixa etária, a situação familiar, o nível de escolaridade, etc. Ou seja, respeita as inúmeras hierarquias que cruzam a vida social, terminando por se colocar ao serviço (e fazer uso, concomitantemente) de categorias muito precisas de mulheres, apesar da aparente universalidade de seu conteúdo.

O atual estágio de especialização constitui, de qualquer maneira, um momento de síntese entre a “velha” imprensa para mulheres

(quase que exclusivamente baseada nos romances de amor) e a “nova”, luxuosa, utilizando sofisticados recursos gráficos, tratando de temas ousados. Porque existe um público para todos estes temas, todas estas publicações convivem na mesma banca de jornais. Melhor ainda, estão em processo de rápida expansão.

Não se pode falar de revistas femininas, entretanto, sem fazer uma referência especial às fotonovelas que, ainda hoje, constituem um dos mercados editoriais mais promissores em nosso país. Tendo sido introduzidas pela Editora Vecchi, em julho de 1947, com a revista *Grande Hotel*, as fotonovelas eram, então, desenhadas com traços que faziam seus personagens parecerem aos artistas de sucesso, ao mesmo tempo que saíam ainda em capítulos, como na velha tradição dos folhetins. *Almas Acorrentadas*, em 50 capítulos, foi a primeira amostra daquilo que se tornou uma leitura tipicamente feminina e amplamente difundida.

Em 1951, a Artes Gráficas do Brasil, empresa situada em São Paulo, colocou no mercado a primeira fotonovela propriamente dita, ou seja, a narrativa romanesca realizada através da combinação de fotos e textos. Aproveitando-se desta iniciativa, a Editora Vecchi transformou os quadrinhos desenhados dos do *Grande Hotel* em fotonovela. Mas é a Editora Abril (até então uma simples agência de notícias que tinha os direitos de publicação do *Pato Donald*) quem maior proveito vai tirar da introdução da fotonovela. Utilizando-se dos modernos recursos da propaganda, a Editora Abril, com *jingles* e *slogans* através do rádio, jornais e revistas, cria uma grande expectativa em torno do seu primeiro lançamento na área das fotonovelas: *Capricho*. Nascida em julho de 1952, com uma tiragem de 30 mil exemplares.

Consolida-se, então, um público leitor sempre capaz de consumir novos títulos. Em 1958 a Editora Abril lançou *Ilusão* e a Bloch *Sétimo Céu*, iniciando a produção nacional de fotonovelas. A partir de então brotam os subprodutos, como o *Grande Hotel* mensal; a *Supernovelas de Capricho* e assim por diante. *Capricho*, no apogeu, bateu

o recorde de vendagem de fotonovelas na América Latina, com 502,6 mil exemplares (dados do IVC, 19 semestre de 1967). As principais revistas de fotonovelas, surgidas até 1971, podem ser observadas no quadro que se segue, aonde notamos uma certa concentração de títulos em alguns anos, como e o caso do período 1958/1963.

**Quadro F**  
**Fotonovelas no Brasil**

INICIO DE CIRCULAÇÃO	EDITORORA	TÍTULO	PERIODICIDADE
1947	Editora Vecchi	Grande Hotel	Semanal
1952	Editora Abril	Capricho	Mensal (quinzenal após 71)
1958	Bloch Editores Editora Abril	Sétimo Céu	Mensal
		Ilusão	Mensal
1959	Editora Vecchi Editora Abril	Sentimental	Mensal
		Noturno	Mensal
1960	Editora Vecchi	Romântica	Mensal
1961	Editora Vecchi	Fascinação	Mensal
1963	Editora Abril Editora Abril	Contigo	Mensal
		Supernovelas	Bimestral (mensal após 71)
1965	Editora Vecchi Editora Abril	Ternura	Mensal
		Grandes Romances	Bimestral
1966	Editora Vecchi	Sonho	Mensal
1967	Editora Vecchi	Jacques Douglas	Mensal
1970	Editora Vecchi Bloch Editores	Jennifer e Luck Martin	(ambas mensais)
		Amiga	Semanal
1971	Editora Vecchi Editora Abril	Nova Fascinação e Sonho	(ambas mensais)
		Nova Ilusão	Mensal

Fonte: Veículos Brasileiros de Publicidade (1967 e 1971).

As fotonovelas constituem, do ponto de vista das redações das empresas editoriais, uma espécie de “imprensa marrom”, um produto de baixíssima categoria. Neste sentido, os jornalistas que trabalham em revistas de fotonovelas, via de regra, falam do seu trabalho com um

misto de ironia e pouco caso: ou, então, tentando provar – naqueles casos em que a revista tem outras seções além das fotonovelas – a importância das demais matérias “sérias” publicadas. Da mesma maneira, nota-se sempre a preocupação em descaracterizar a leitora, ou seja, em afirmar, por exemplo, que não são empregadas domésticas (implícito está o julgamento de que “leitura de empregada” não é coisa que possa ser levada sério) e sim um público de extração social superior. A título de ilustração do que pensam e, no caso, do que declaram sobre as fotonovelas, selecionamos alguns pontos de vista dos produtores:

A revista precisa tocar a sensibilidade da leitora. Ela é a menina de 15 anos que mora em Cuiabá e é cheia de fantasias. Basta para isso ver o nosso clube de leitores, as Marias Gonçalves de Rosário do Sul, as Maria do Socorro de Altamira, os Joselitos Venancios da Silva de Senhor do Bonfim, as Ermelindas de Campina Grande, os Edmácios do Nascimento de Pedreiras. Não se pode pensar em termos de Rio e São Paulo. A leitora de *Sétimo Céu* ouve novela de rádio, sonha em encontrar e príncipe encantado (de preferência o seu ídolo da televisão), quer se casar com Francisco Cuoco e parecer com Regina Duarte. Vibra com o pôster seminu de um Ney Latorraca. É pra essa gente que se fazem as revistas de fotonovelas (Lea Penteadó, diretora de *Sétimo Céu*, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, 22/11/76).

Há detalhes importantes: a mulher boa é sempre mais bonitinha; a mãe nunca ri, tem o cabelo meio no rosto, é feia, antipática, isso é quase um princípio (Lélia de Oliveira, diretora do departamento de fotonovelas da Bloch Editores S. A., entrevistada publicada no *Jornal do Brasil*, 22/7/76).

*Sétimo Céu*, que existe há 17 anos, só trabalhava com cantores. Wanderley Cardoso, Vanusa, Rosemary, Francisco Carlos, Clara Nunes. Leva-se uma semana para fazer uma novela. Hoje, com a televisão – as leitoras – mulheres de 15 a 30 anos, de classe B e C – querem artistas de televisão. Procuramos os artistas em evidência na televisão. Isso sem falar nos criados por nós, como Mário Cardoso e Paulo Ramos, ou nas pessoas que

mandam toneladas de cartas pedindo para participar das fotonovelas.

A cada minuto chegam pessoas de fora, querendo fazer testes de fotografia. Ou contando sua vida, dramática, a novela do mês seguinte (Lea Penteadó, na já citada entrevista).

Em São Paulo, a fotonovela é mais lida por mulheres da classe B; no Rio, pelas de Classe C. O que se pretende com a revistas é entreter e também mostrar a realidade da vida dos leitores. Para isso, nos baseamos nas três mil cartas que recebemos mensalmente e nas pesquisas de mercado. Depois de entendermos a realidade dos leitores que nem sempre é bonita, procuramos mostrar um caminho a ser tomado. O que não é fácil. É mais difícil falar com quem sofre do que com quem ri (Regina Festa, diretora-geral das revistas de fotonovelas da Editora Abril, entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, 22/11/76).

Quem lê fotonovelas são as mulheres. Temos aqui duas revistas. Uma pública principalmente fotonovelas: é *Sétimo Céu*. A outra, *Amiga*, inclui uma fotonovela em cada número. (*Amiga*, em 1977; circulava com uma média de 150 mil exemplares semanais, com grande parte de suas páginas ocupadas com notícias sobre as telenovelas e fofocas dos artistas de sucesso). Em princípio, quem lê fotonovelas é quem vê novelas na televisão. Em vez de ser uma revistas só de fotografias, *Amiga* trata o fenômeno da televisão com mais aprofundamento, mais didaticamente. A fotonovela também teve de entrar neste caminho. O nosso alvo, que já foi a garotinha de 16 a 18 anos, hoje é um público muito mais amadurecido.

As fotonovelas têm de trabalhar em cima da emoção, em cima de surpresa, da expectativa e da aflição, em cima da angústia do ser humano enquanto pessoa em dúvida.

Na verdade, o que eu faço tem um final justo, um final conseqüente, que tem alguma coisa a ver com a expectativa gerada e o mistério que o ensejou. O ideal seria que no jogo dramático o leitor fosse surpreendido pelo final. Se pagamos um elenco de quatro ou cinco atores, dos quais dois são muito conhecidos, e de se esperar que depois de acontecer muita coisa tudo termine bem.

Temos problemas de mercado. Uma fotonovela brilhante, mas sem a menor possibilidade de empatia, de

envolvimento, de venda, não é boa. Pode ser boa para o autor, não para o público. Todo homem moderno é desconfiado, tem medo de todos e representa muito no dia-a-dia. É em cima disso que a fotonovela trabalha. É a pessoa que quer uma oportunidade na vida, na medida em que vivemos num sistema de oportunidades, de salve-se-quem-puder, do defendase, do ache e procure. A fotonovela pega o fato geral a partir do homem e seus problemas e trabalha com sua linguagem. Os problemas começam na carência econômica, passam por sua carência afetiva e terminam em sua mesquinhez pessoal, sua oposição à doação (Pedro Porfírio, da Central de Fotonovelas da Bloch, entrevistada publicada pelo *Jornal do Brasil*, 15/06/77).

O nível de escolaridade da população e a falta de meios para ter acesso a outros divertimentos garantem o mercado de revistas de fotonovelas. A fotonovela é alienante porque a realidade é violenta, mas ao mesmo tempo não é alienante, levando-se em conta que 94% da população brasileira não foram além de ex-ginásial. O que essa parcela da população vai ler? Sartre? Jorge Amado? (Odejaimé de Holanda, editor de *Sétimo Céu*, entrevista publicada pelo *Jornal do Brasil*, 15/06/77).

Setenta e cinco por cento de meus leitores são mulheres. *Grande Hotel* é dirigida a mulheres, mas homens também leem, assim como muitas mulheres também leem revistas dirigidas aos homens. Os homens que procuram as revistas o fazem através das seções de cartas ou porque querem conhecer mais a respeito das próprias mulheres. Basicamente nosso público é feminino, jovem é altamente concentrado na faixa dos 15 aos 30 anos de idade. Há uma margem de leitoras, talvez 30%, que representa o nosso consumidor tradicional. São leitoras de mais de 40 anos, que quando a revista surgiu eram jovens de 15. Os anos se passaram elas continuam fiéis à revista, embora esta continue dirigida sobretudo à juventude

O conteúdo é sempre romântico, o básico mesmo eu definiria como sendo uma situação de triângulo ou, quando não, duas pessoas e um destino, este representando uma terceira pessoa, uma doença, ou afastamento. Os obstáculos, depois de ultrapassados, levam ao final feliz. (...) A leitora procura na fotonovela uma situação que lhe permita projetar algumas coisa que ela queria que fosse verdade. Durante a leitura,

experimenta um certo tipo de felicidade. Não podendo viver sua realidade, vive naqueles momentos, através de seus ídolos, situações de catarse, idealismo e fantasias. Nosso público é constituído por pessoas que lutam duro pela sobrevivência. Não é preciso mostrar a elas como as coisas acontecem: elas sabem. Sua luta é pela sobrevivência, econômica e sentimental, a quando a situação aperta não lhe sobra tempo nem pra namorar. Minha visão particular é a de que a fotonovela é uma trégua na vida dessas pessoas. Não é justificável que depois de 11 meses de trabalho tenhamos férias? Assim como não é imoral nem alienante tirarmos férias, também não é alienante nem imoral a leitora aceitar a trégua que a revista lhe oferece (Lenira Alcure, editora de *Grande Hotel, Jornal do Brasil*, 15/06/77).

A fotonovela é um momento de sonho para a mulher (Roberto Barreira, diretor editorial da Bloch Editores, in: *Jornal do Brasil*, 11/01/76).

Fazer novela é um absurdo. Mas já fiz até novela de rádio. Precisava ganhar dinheiro, fotonovela é absolutamente indolor. De pouco que vi, sei que é a anti-interpretação. Mas foi indispensável. Para sobreviver, o artista tem de aproveitar todas as chances: fazer o Arena de São Paulo durante quatro anos e meio, Rei da Vela, Dorotéia vai à Guerra é também fotonovela. Já está na cabeça do ator a sua marginalidade. Por isso, faço até comercial. Defender o quê? A minha virgindade cultural? Pra que? E para quem? Ninguém quer saber dela (Dina Sfat, entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, 22/01/76).

Quanto ao conteúdo das fotonovelas muito já foi dito a respeito. Assim, aponta-se para o fato de ser escrita de maneira a exigir pouco esforço intelectual isto é, diálogos explícitos, vocabulário restrito, ademais de girar sempre em torno do triângulo amoroso/empecilhos para o amor/superação dos empecilhos e final feliz dentro de um universo maniqueísta em que o bom é belo e termina recompensado enquanto que o mau é irre recuperável e termina castigado. Como a ordem imperante é do Coração as estórias abstraem os problemas relacionados a existência de classes sociais pois o Amor tudo recupera, tudo pode. De qualquer maneira, evita-se os extremos; a miséria, assim como o universo dos milionários, não aparece. Um moralismo

extremo leva, concomitantemente, a excluir praticamente do Amor as relações sexuais explícitas; a punir rigorosamente aqueles que mantenham relações ilegítimas (e, sempre que a moça, “cai” e “peca”, precisara passar pela expiação do seu pecado – através do trabalho duro para sustentar o filho) e a evitar situações em que o divórcio é o único meio de unir os amorosos (o que reflete a importância do catolicismo e, ao mesmo tempo, o fato das novelas serem em sua maior parte importadas da Itália).

Como toda a estória desenvolve-se em função do casal amoroso, todos os problemas e conflitos originam-se e resolvem-se no interior das relações pessoais, não existindo referências à política, a luta sindical ou a quaisquer manifestações das contradições sociais concretas. Enfim, o retrato da sociedade, em que se inserem os personagens, é tão esquemático e simplista que não chega a reproduzir realmente as condições objetivas da vida social. Apenas alguns traços indicadores da situação de status mostram-se incapazes de reproduzir um espaço social e esclarecer o relacionamento entre os personagens. Essa esquematização da vida social permite a idealização do mundo em termos éticos e constitui condição para as projeções das leitoras em uma ficção social liberada dos constrangimentos da realidade. Nesse mundo de fantasia, vislumbra-se o sonho da sociedade aberta e da conquista honesta da felicidade, por meio do matrimônio, para as mocinhas que com sua beleza, persistência e bondade conseguem ingressar nas classes superiores (BEREZOUSKY e CAMARGO, 1978, p. 51).

Mediante discursos mais ou menos elaborados, de constatações realizadas com sofisticação teórica ou apenas com a força do impressionismo, a conclusão dos produtores, dos analistas e dos leitores é, entretanto, muito parecida: estamos tratando com o universo de fantasia, do imaginário, da evasão. Nenhuma leitora tem ilusões quanto a distância existente entre a fotonovela e sua vida real. Por isto, a definição mais contundente é a de Lenira Alcure “a fotonovela é uma trégua na vida das pessoas que lutam duro pela sobrevivência”. É o que a leitora pede e o que o produtor dá: ambos



são expressão do faz de conta que torna mais suportável, por um determinado tempo de leitura, o cotidiano pobre e sem perspectivas.

E é esta capacidade de responder a uma necessidade das mulheres – não importa ter sido ela criada justamente em função das deficiências visíveis do sistema em que vivemos – que torna tão lucrativa a indústria de fotonovelas. E, segundo alguns produtores e editores, na mesma linha romântica e histórica. Pois, “o público necessita dessa leitura com evasão. Já tentei a linha social na Europa, mas vi que não produz efeitos comerciais. Em 1968, no início da crise na Itália, uma editora que vinha vendendo bem fez uma experiência diferente com quatro fotonovelas. Além da trama de amar, usamos temas como o movimento estudantil francês, a ditadura na Espanha, a guerra entre árabes e judeus. As vendas caíram, não deu certo”, comentou Italo Sani, fotógrafo, editor e supervisor de fotonovelas, com vinte anos de experiência e contrata do pela Editora Vecchi para o lançamento de fotonovelas nacionais (até agora realizadas somente pela Bloch), em entrevista para o *Jornal do Brasil* (03/03/78).

O Brasil continua, pois, sendo um mercado promissor. Os dados divulgados por Italo Sani confirmam esta tese: no início do ano 1978 vendia-se 2,4 milhões de exemplares de revistas que contem fotonovelas e 600 mil de revistas exclusivamente de fotonovelas, considerando o total das vendas da Bloch, Vecchi e Abril. Enquanto isto, na Itália, França, Argentina, Espanha e África do Sul a fotonovela estaria em crise, segundo o mesmo Italo Sani. Na Itália, por exemplo, dos 130 títulos existentes em 1968, só restavam 35, dez anos depois, ao passo que o número dos jornais manteve-se estável com aumento das tiragens. o que se explicaria pelo desenvolvimento industrial. Após a Segunda Guerra Mundial, havia uma grande massa de consumidores de fotonovelas, mas à medida que o país se distanciava de uma economia agrícola, os leitores passaram a ter as necessidades próprias de uma sociedade de consumo: rádio, jornal, cinema, TV. Esta em especial tirou muito público da fotonovela. “Penso que na França houve o mesmo fenômeno. Grande consumo na fase de transição

para um país desenvolvido industrialmente, com a elevação do poder aquisitivo da população, tendo como fator básico a existência de novas opções para um público mais exigente” (Italo Sani, na já citada entrevista).

A análise é tentadora mas arrisca ser extremamente mecânica, ou melhor, peca pelo economicismo. De fato, existe uma relação entre cultura e desenvolvimento econômico, ninguém ousaria negar. O complicado é explicar, por exemplo, porque as fotonovelas proliferaram na França e na Itália e nunca foram do agrado das leitoras anglo-saxônicas. E não é por preferirem estas últimas uma leitura mais sofisticada: o sucesso dos romances água-com-açúcar (em prosa-idêntico a aquilo que a fotonovela realiza em prosa e foto) está aí para testemunhar. Mais ainda, a profusão dos romances de Corin Tellado que convivem e expandem-se junto às fotonovelas, nas bancas do país, e a recente introdução da formula Mills & Boom, pela Editora Abril com *Sabrina* e *Júlia*, como trataremos adiante demonstram como o comércio do Coração é rentável. Se a Itália é a mãe da fotonovela a Inglaterra é o pai dos romances vendidos em bancas de jornal.

E se observamos a evolução das fotonovelas, através das três revistas mais vendidas – *Grande Hotel*, *Capricho* e *Sétimo Céu* – notaremos que, de fato, sofreram uma queda de vendagem nos últimos dez anos. *Grande Hotel*, que vendia 161 mil exemplares em 1967 e 200 mil em 1970 tem sua edição reduzida para 68 mil em 1975, aumentando um pouco em 1977: em síntese de 67 para 76 sofreu uma redução de 54% na tiragem. Processo parecido verificou-se com *Capricho* que, dos 462 mil exemplares de 67 passa para 313 em 76, ou seja, redução de 34% (dados da IVC). Assim, apenas *Sétimo-Céu* aumentou sua tiragem de 127 mil exemplares para 206 mil, no mesmo período. Por outro lado, a queda nas tiragens de algumas das fotonovelas é acompanhada pelo aparecimento de novos títulos o que equivale a dizer que, em termos absolutos, a tendência é para a expansão do consumo. Da mesma maneira, é interessante observar que uma maior

demanda de assuntos sobre comportamento (especialmente no tocante à afetividade e ao sexo) vem acompanhada de uma resistência à fotonovela “engajada”. Píer Luigi Bracco, por exemplo, justifica a queda na vendagem de *Capricho* por não terem sido respeitadas as leitoras “cativas” que, segundo ele, tem uma expectativa muito definida em relação a sua revista predileta. E, como a revista, de 74 até 76, teria sido afetada pelo problema de libertação da mulher, a consequência foi a queda na vendagem. Após uma grande pesquisa de mercado, realizada em fins de 1978, a redação da *Capricho* acredita que a fórmula do sucesso seja fotonovelas mais informações sobre sexo/afetividade. É a própria leitora determinando o produto de seu consumo, ao separar a “evasão” (o puro sonho, a fantasia) do “real”: para satisfazer sua fantasia ela recorre as fotonovelas (e as quer sem problemas e conflitos), para satisfazer sua necessidade de comunicação e informação sobre a vida afetiva e sexual ela quer os especialistas.

A história de três revistas brasileiras, *Claudia*, *NOVA* e *Carícia*, que passaram a figurar nas bancas ao lado das fotonovelas clássicas, podem ajudar na ilustração de como se processa a dialética “produto versus leitora”, provando que existem diferentes mulheres e diferentes tipos de revistas para elas: as categorias classe social, sexo e idade definindo universos precisos e delimitados.

### 3 – Três Mitos de Mulher

#### *Claudia*

Colorida, brilhante, com 274 páginas, um rosto de mulher na capa e formato 30,4 x 23,6 cms. É *Claudia* de setembro de 1979, prestes a completar 18 anos de vida, com 380 mil exemplares de tiragem mensal.

Em fins de 1961, o mercado editorial feminino concentrava-se fundamentalmente na produção de fotonovelas, não existindo na prática um magazine para mulheres. Além das fotonovelas, outras opções de leitura eram revistas especializadas em filmes (roteiros e fotos dos últimos lançamentos norte-americanos), como *Filmelândia*, ou, então, na vida dos astros de Hollywood, como *Cinelândia*. Em outubro de 1961, com o primeiro número de *Claudia*, uma nova fase se inicia em termos de imprensa para mulheres: revistas de textos, falando do cotidiano e dos assuntos “femininos”, produzidas tendo em vista um público brasileiro. Daí o sucesso conhecido por *Claudia* desde o início (o primeiro número foi de 150 mil exemplares).

A *Claudia* das leitoras (poucas revistas foram lidas e relidas com tanta avidez), entretanto, tinha como contrapartida a *Claudia* dos anunciantes. Explico-me: a *Claudia* que vai às bancas em outubro já tinha seu projeto gráfico (seu “boneco”, no jargão jornalístico) pronto em julho. Milhares de empresas (enfim, os anunciantes, em geral) recebiam um projeto de revistas cujo editorial, entre outras coisas afirmava:

### *Por que Claudia?*

O Brasil está mudando rapidamente. A explosiva evolução da classe média torna necessária uma revista para orientar, informar e apoiar o crescente número de donas de casa que querem (e devem) adaptar-se ao ritmo da vida moderna. *Claudia* será dirigida a estas mulheres e dedicada a encontrar soluções para seus novos problemas. *Claudia* não esquecerá, porém, que a mulher tem mais interesse em polidores do que em política, mais em cozinhado que em contrabando, mais em seu próprio mundo do que, em outros planetas (...) *Claudia*, enfim, entenderá que o eixo do universo da mulher é o seu lar.

Precedida por estudos de viabilidade comercial, cada publicação é prevista para um certo público e seu sucesso dependerá, em grande medida, de sua capacidade em se tornar uma rotina na vida da leitora, *Claudia* foi concebida por um grupo editorial sensível às possibilidades que se abriam com a rápida urbanização do país. Na verdade, a expansão do capitalismo brasileiro se dava tanto extensivamente (submetendo novos ramos de produção à lógica do lucro) quanto intensivamente, com o aprofundamento da divisão social do trabalho. Assistia-se à diversificação das atividades ligadas ao comércio e serviços em geral, criando novos estratos das chamadas classes médias, ao mesmo tempo em que nas próprias empresas industriais aumentavam a proporção de assalariados “superiores” (ganhando mais do que dez vezes o salário mínimo), como consequência das exigências de inovações tecnológicas: são os engenheiros, químicos, físicos etc. com especialização na área industrial. Esta é a “explosiva evolução da classe média” a que se refere o editorial do número zero. E ao mesmo tempo a adaptação das donas-de-casa da classe média ao “ritmo da vida moderna” é concebida levando em conta um dado fundamental: “o eixo do universo da mulher é o seu lar”.

*Claudia será uma revista amiga que orienta suas leitoras em tudo, desde os filmes que não devem perder, até a saúde e educação dos seus filhos.*

E o que é este “tudo”? Enfim, quais são as atividades ou situações em que *Claudia* orientará suas leitoras? O editorial especifica que: “*Claudia* será uma guia prático para a economia doméstica” (...); “*Claudia* ajudará as suas leitoras a serem elegantes”(…) e, finalmente, “*Claudia* contribuirá para a felicidade das suas leitoras, através de artigos objetivos sobre obrigações e direitos da mulher no seu mundo Íntimo”.

Cada vez mais nos aproximamos da “mulher-*Claudia*”, modelo 1961: já sabemos que é de classe média, dona-de-casa, jovem, em processo de “modernização”. Ademais, como diz o editorial do número zero, “*Claudia* será nacional, em espírito e em penetração

geográfica, desde a esposa do médico sul-rio-grandense até a senhora do prefeito de Jacarepaguá, desde a mulher do engenheiro de Paulo Afonso à esposa do professor do Território do Acre: todas terão em Cláudia uma companheira constante e inteligente. Cláudia será a revista amiga moderna e feminina - que fará parte da vida de 150.000 famílias brasileiras”.

A linguagem também é significativa: mulher, esposa e senhora como sinônimos, expressando modos diferentes de se referir àquela que é conceituada como “a colaboradora” do marido, na “sociedade conjugal” (Art. 233 do Código Civil). Os manuais de etiqueta, no entanto, apontam como fórmula correta “mulher e marido”, ou seja, ela se refere a ele como “meu marido”, e ele se refere a ela como “minha mulher”. Repelindo formas mais popularescas – “patroa”, “cara-metade etc., – e evitando a formulação mais direta daqueles que leem manuais de bom tom, Cláudia se situa no juste milieu: senhora, esposa e mulher. Além disso, uma linguagem “urbana” apaulistada e coloquial. Afinal, 50% de sua tiragem irá para as bancas de São Paulo e Rio de Janeiro. É por isto que o tratamento é o “você”, e nunca a segunda pessoa.

A primeira página de Cláudia conserva-se igual até hoje. Um pequeno editorial (assinado pelo editor-chefe ou cargo equivalente) a as diferentes seções: o mundo de Cláudia; Moda, Beleza, Decoração, Cozinha e Variedades (onde se inclui o indefectível horóscopo). A revista foi planejada para dar lucros certos: assim, sempre foi a revista da propaganda (que atinge, em média, metade do espaço), de produtos que vão das roupas (camisolas, meias, etc.); aos perfumes e artigos de beleza, ao modess e aos produtos alimentares. Em resumo, Cláudia foi e continua sendo uma grande vendedora.

*Carícia*

Colorida, 130 páginas, um rosto jovem na capa e formato 13,4 x 20,8 cms. Com 348 mil exemplares de tiragem, mensal, *Carícia* é uma revista para adolescentes, apesar do aviso “desaconselhável para menores de 18 anos”, que obrigatoriamente sai estampado na capa (dados de setembro de 79).

*Carícia*, em comparação à *Claudia*, é uma revista sem muita história. Surgiu nas bancas em janeiro de 1975 e muitas são as circunstâncias que a diferenciam de *Claudia*. Em termos editoriais, uma revista como *Claudia* tem custos fixos muito mais elevados do que *Carícia*, sem falar da diferença que existe entre um projeto pioneiro nas áreas das revistas femininas (como foi o de *Claudia* de 1961), de um grupo empresarial ainda em processo de consolidação, e o lançamento de uma revista de menor custo para uma Editora com posição monopolista no mercado. *Claudia* era impensável sem a presença (fortíssima, diga-se de passagem) dos anunciantes. *Carícia*, em contraposição mantém-se, desde o início, pelas vendas de banca, dispensando os comerciais.

Se as diferenças são muitas, em termos de “produto editorial”, o que não dizer do momento histórico em que cada uma destas revistas vem a luz. *Claudia* é a revista de classe média em expansão, anunciava seu número zero. É a revista do Brasil de 73 milhões de habitantes (um pouco mais de 13 milhões no Estado de São Paulo) em comparação aos 100 milhões do ano de nascimento de *Carícia* (com aproximadamente 20 milhões de habitantes para o Estado de São Paulo). E das transformações na estrutura econômica, que diversificaram e sofisticaram o parque industrial, ao mesmo tempo que incrementavam a taxa de urbanização. Isto sem se falar da própria conjuntura política: *Claudia* é filha dos anos do populismo ao passo que *Carícia* nasce com o projeto de “distensão gradual” do governo Geisel.

O “modelo” *Carícia*

*Carícia*, como toda iniciativa pioneira, marcou um estilo novo dentro do quadro de revistas para a mulher no formato; na importância dada ao texto (isto é, uma grande variedade de artigos por número), na linha de abordagem (ousadia nos temas e, muitas vezes, na forma de tratá-lo) e no próprio fato, que também é consequência, é claro, do estilo da revista, de ter se especializado em um público jovem. Depois dela, surgiram outras parecidas: *Love Story* (também da Editora Abril); *Carinho* (da Editora Bloch) e *Romance*, uma revista especializada em contos de amor que, a partir da edição de agosto de 1978, passou por uma modificação no sentido de conter mais artigos e adotar o formato pequeno, (da Rio Gráfica S. A.) e *Ciúme* (da Editora Vecchi).

Para o leitor desavisado *Carícia* parece dever seu sucesso ao fato de ser uma revista relativamente barata (Cr\$15,00 a preços de setembro 79) com alguns textos convencionais e uma fotonovela como principal atração. Mas a realidade é um pouco mais complexa. Neste mesmo formato e preço as leitoras podem encontrar nas bancas revistas parecidas que apresentam: *a*) exclusivamente fotonovelas, como é o caso de *Sonho* (atualmente no n. 196, ano XVII, da Editora Vecchi, Cr\$12,00 de preço de capa) e *b*) uma porcentagem pequena de texto (moda, notícias sobre astros de televisão, colunas fixas sobre discos e cinema; horóscopos e moda) e duas fotonovelas, como é o caso de *Ternura* (n. 167, ano XIV, Cr\$ 15,00, da Editora Vecchi).

Nenhuma destas revistas conhece o sucesso de *Carícia*, com seus 350 mil exemplares em setembro de 79. E o que de nova a revista apresenta? Uma grande profusão de artigos voltados principalmente para questões relativas ao sexo e à afetividade. Tratando de temas que objetivamente interessam os adolescentes. *Carícia* descobriu, assim, uma fórmula de sucesso garantido: uma revista informativa como outras, só que tratando de assuntos estratégicos do ponto de vista da demanda dos leitores. O sumário



de *Carícia* mantêm-se praticamente inalterado, desde seu lançamento em 1974:

Seções (que são fixas).

Gente (uma foto e uma notícia de poucas linhas sobre astros e pessoas famosas).

Te contei? (as últimas novidades “do mundo do show”, isto é notas sobre TV principalmente).

Discoteca (notícias sobre cantores e discos).

Horóscopo.

Às suas ordens (condutas e respostas sobre etiqueta, moda, etc.).

Cantinho da Amizade (correspondência pelo correio).

Correio do Coração (consultas amorosas).

Escolha sua profissão (esclarecimentos sobre profissões: cursos, salários).

### **Serviço**

Moda (como exemplo de subtítulo: o branco e lindo e está de moda).

Cozinha) como exemplo de subtítulo: Saladíssima!).

Beleza (como exemplo de subtítulo: Vamos! É hora de cuidar das pernas).

### **Reportagens**

(no n. 44 ela foi: Ney Matogrosso, por trás da maquiagem, um mundo de ternura).

### **Artigos**

(os títulos são bem sugestivos do conteúdo, como pode se notar para o n. 44).

Ele diz que me ama, será verdade?

Vivo fugindo do sexo.

Não tenho sorte no amor.

Estou a ponto de ceder.

Namorar um rapaz feio? Nunca!

Ele gosta mais dele do que de mim.

Casando passa.

Sexto sentido.

### **Fotonovela**

(no n. 44: *Desencontro de amor*)

As fotonovelas são sempre traduzidas.

## NOVA

Brilhante e colorida, com sua marca registrada na foto de uma mulher NOVA (que pode ser Farrah-Fawcet ou Bruna Lombardi); 20,5 x 27 cms, 146 páginas, 200 mil exemplares, é a revista NOVA em

seu número 72, em setembro de 1979. Exatamente a seis anos atrás, o primeiro editorial trazia a proposta inovadora da revista: “ela nasceu da necessidade, de oferecer à mulher brasileira uma companheira útil e atualizada para permitir-lhe o ingresso no fechadíssimo clube das cabeças que pensam, julgam e decidem. Até ontem, este clube esteve reservado aos homens e só a eles. Hoje com NOVA estamos pretendendo fornecer-lhes as chaves deste clube. Coragem – abra a porta e entre. o mundo é seu! E o editorial termina com o desafio: “você também pode; mais ainda “você deve querer”.

NOVA traduzida/concebida à imagem e semelhança da *Cosmopolitan* norte-americana, corresponde bem à concepção da mulher moderna de seu país de origem. Agressiva, ela reclama por participação sem perder suas “características femininas”. É bem a “pantera” sentada na mesa de trabalho, com suas unhas vermelhas e aquele geral e superficial conhecimento dos assuntos do dia. É moderna pelo nível e qualidade de seu consumo: roupas, discos, perfumes e até motéis na moda são sempre apresentados para a leitora que acredita que “ser moderna” (liberada) é uma questão de vontade individual; consumo das “Ciências” (sexologia dietética, etc.) e dos produtos certos. E NOVA lhe serve de guia para que não fique por fora...

Frente à dona-de-casa bem comportada, representada pela mulher *Claudia*, a leitora de NOVA segundo o perfil da leitora traçado pela editora da revista, Fátima Ali, é uma mulher “que está em constante, conflito com os valores estabelecidos e busca novos padrões de comportamentos”. Porém como não se trata de transformação radical mas de adequação modernizadora, NOVA é para a mulher que luta contra seus próprios conceitos psicológicos e morais e embutidos por uma educação tradicional, mas “não deseja romper totalmente com padrões estabelecidos; deseja sim um equilíbrio entre suas aspirações e a sociedade”.

A observação do índice da revista deixa bem claro o seu papel didático/informativo, bem como o “tom” mais personalizado de sua

relação com a leitora. Assim, entre as matérias fixas, sobressai, pelo caráter editorial, *NOVA* na Redação, uma apresentação de Fátima Ali, na forma de comentários sintéticos sobre o conteúdo do número e detalhes da vida na redação. Outras seções fixas são: *NOVA* recebe sua carta; *NOVA* ouve os discos; *NOVA* lê os livros; Horóscopo; *NOVA* vai ao cinema; *NOVA* cuida da saúde; *NOVA* e o analista; *NOVA* usou e aprovou; *NOVA* conta tudo; *NOVA* e os endereços.

Moda, culinária (pouca coisa e sempre relacionada à vida afetiva, no estilo do jantar para os dois; pequeno lanche para o depois, e coisas no gênero), maquiagem e outras “dicas” ligadas a aparência constituem a rubrica Serviços. Além de um conto, *NOVA* a cada mês, apresenta ainda uma média de 14 artigos, a grande maioria girando em torno de questões sexo/afetivas. As chamadas de capa da revista n. 72 podem exemplificar bem o conteúdo de tais artigos.

*No Amor Sempre Há Um Escravo e Um Senhor: Qual dos dois você É?*

*A Liberação Sexual ; Do Marquês de Sade*

*A Masters & Johnson (Passando por Freud)*

*Oito mulheres que se Aventurem fora do Brasil. E Deu Certo!*

*Margaret Thatcher, o Pulso firme que Governa a Inglaterra*

*A Pão-Dura: o Jeito que Ela Lida com Dinheiro Revela Os Seus*

*Problemas Emocionais*

*Aborto, Os Métodos, Os perigos, As Opções*

*Casar de Novo: A Segunda Vez Pode ser Muito Melhor*

*Simone – Como Ela é Sexy!*

*Ivo Pitanguy Fala de Sua Vida, de Seu Trabalho e Responde à*

*Perguntas Sobre Cirurgia Plástica passo a Passo, A maquiagem da*

*Moda*

*Se Há Um Homem em Sua Vida...*

*A Mais Bonita Lingerie Para você!*

Assim, a leitora de *NOVA* é informada sobre o aborto, de maneira muito mais direta e bem colocada do que a leitora de *Claudia*, assim como pode discutir a questão de um segundo casamento

(e mesmo veladamente de uma segunda relação). Neste sentido, NOVA é uma revista mais atualizada e de melhor padrão informativo do que as congêneres. Por outro lado, em tudo aquilo que ela é cópia do modelo norte-americano, temos uma insuportável carga de conselheiros e conselhos predicando sobre tudo e transformando todos os problemas da vida real em questões corriqueiras que a leitora, com boa vontade e bem orientada, pode resolver sozinha.

#### **4 – Mais um Produto da Editora Abril**

Comenta-se, nos meios empresariais e jornalísticos, que o grupo Civita domina um dos mais poderosos aglomerados industriais de nosso país. Mais ainda, que o fechamento de qualquer de suas revistas - mesmo a mais rendosa – não alteraria praticamente as receitas do grupo pois elas advêm, em grande medida, de outros empreendimentos industriais, principalmente o de rótulos e embalagens. Aos Civita – ou, mais formalmente, a Abril S. A. Cultural e Industrial – as mulheres devem a introdução do padrão de modernidade editorial – as adaptações/aculturações das norte-americanas *Good Housekeeping*, *Cosmopolitan*, etc. – e a introdução dos contos de amor da Mills & Boom da Inglaterra. Às mulheres, por sua vez, os Civitas devem grande parte de seus lucros, feis e incansáveis consumidoras do amor em 3 mil/3 mil e quinhentas linhas cheias de magia.

A entrada da Editora Abril no fértil terreno do folhetim de tipo novo (o conto de amor vendido em bancas de jornais), que já imortalizou Corin Tellado como uma das escritoras mais lidas nos países de língua espanhola (e mesmo no Brasil), data de 1978. É importante nos determos primeiramente nesta autora na medida em que o padrão moral veiculado em suas estórias conserva a mesma atitude frente a questões como papéis sexuais, virgindade, casamento

e família, que os mais edulcorantes contos de Delly: vale dizer, a moral sexual católica de interdição de relações sexuais fora ou prévias ao casamento; da proeminência dos fins reprodutivos e a grande glorificação da maternidade como destino e vocação feminina. Os heróis destas estórias, ela – casta ele – já “homem”, provado no sexo - amam os ideais do trabalho, da mulher-em-casa-para-cuidar-do marido, da família monogâmica, do casamento indissolúvel e dos filhos como expressão máxima da santidade dos laços matrimoniais. Tudo isto sob a batuta de “o Amor”.

O impacto das estórias de Corin Tellado – que estão longe de apresentar o mesmo sabor narrativo e o aprimoramento das “tomadas externas” dos contos da Mills & Boom - é tão grande que, em meados de 1972, no Chile (e outros países da América Latina), a não publicação de um conto de Corin Tellado entre as matérias permanentes da revista *Vanidades* (muito semelhante, então, a *Claudia* brasileira e a *Claudia* argentina) provocou estrondosa revolta das leitoras. A revista, no número seguinte, foi obrigada a prometer que tal falha nunca mais repetir-se-ia e que haviam renovado o contrato com Corin Tellado. Esta última, diga-se de passagem, apesar do padrão moral tão rígido de suas heroínas, morava então na Espanha, em uma casa suntuosa, só com seu filho. Separada do marido e chefe de família, em completa oposição à situação típica vivida por suas sempre iguais e intermináveis heroínas.

Ademais, a produção da Mills & Boom apresenta características completamente distintas daquelas consubstanciadas no produto que leva o rótulo Corin Tellado. Em outras palavras, os contos de amor desta editora inglesa não são vendidos pela individualização da autora, como acontece no caso de Corin Tellado. Pouco importa que a leitora nunca lembre do nome da autora: fundamental é que saiba pertencer a coleção x que, dependendo da demanda, poderá expandir o ritmo de publicação.

Assim, de setembro de 78 a agosto de 80, a Editora Abril lançou três títulos – *Sabrina, Júlia e Bianca* – para vender as traduções brasileiras da Mills & Boom. Com 90 mil exemplares de tiragem,

*Sabrina* (a primeira a ser lançada, em setembro de 78), vende cerca de 60 mil, exemplares, *Júlia e Bianca* são produzidas na mesma proporção e o encalhe acumulado serve, muitas vezes, de brinde. A revista NOVA, há dois meses, deu como brinde o n. 35 da *Sabrina*, assim como exemplares de *Júlia* foram oferecidos de brinde às leitoras de *Sabrina*, o mesmo sucedendo com a recente *Bianca*: o brinde constitui método usual e eficiente de propaganda e indução ao consumo.

Os custos de publicação reduzem-se praticamente ao pagamento de direitos autorais: as fotos e os textos são importados da Inglaterra, restando a tradução (realizada através da contratação de free-lancers) e a revisão. O formato é de um pequeno livro, de 19 cms x 13 cms, 130 páginas, papel colorido e brilhante na capa e fosco, e de menor qualidade, no interior. As ilustrações, coloridas, apresentam invariavelmente um casal jovem – de pele branca, diga-se de passagem. Os homens são, no geral, mais morenos do que as mulheres, aparentando 25/30 anos, enquanto elas se situam na faixa dos 20/25 anos. A capa já é testemunha do estreitamento do universo amoroso, considerado da perspectiva de quem pode ser herói: brancos, jovens, pertencendo às classes dominantes ou privilegiadas. As roupas elegantes e caras; os cabelos e unhas impecáveis das heroínas são, entre outros, os sinais demonstrativos de prosperidade financeira. Operários, pequenos agricultores ou artesãos não figuram nestas capas em que o Amor e o eixo temático. Melhor, em que o Casal é o centro do universo.

Os números de *Sabrina* não contêm referências à data de publicação, distinguindo-se entre si apenas pela numeração. Eles são vendidos aos pares (“uma semana você lê *Sabrina*, na outra *Júlia*”, dizia a propaganda), custando Cr\$ 22,00 em setembro de 1979 (limite superior de nossa amostra de contos de amor), numa média de 4 exemplares por mês, cifra idêntica à de *Júlia* e que deverá se repetir com *Bianca*, recém lançada. Mas estamos ainda longe dos recordes da Mills & Boom na própria metrópole inglesa, onde são consumidos mais de 50 títulos mensais, como nos revelou Pier Luigi Bracco,

responsável pelo Grupo I de publicações femininas da Editora Abril (que inclui as revistas de contos de amor). O domínio editorial do grupo inglês iniciou-se por volta dos anos 30 e logo se estendeu para os Estados Unidos e Canadá. Atualmente, os contos de amor da Mills & Boom encontram-se em quase todas as bancas de revistas da Europa Ocidental.

O perfil da leitora, traçado por Pier Luigi Bracco, corresponde ao de uma jovem inglesa de 20/25 anos que vive em pequenas cidades do campo. A fórmula do sucesso, para tal leitora típica, consiste em uma heroína moça, no máximo até 29 anos, que é virgem, bonita – ou, ao menos, passível de tornar-se bonita ao longo da estória – que vive um caso de amor com homem mais velho, de passado nebuloso/misterioso que o faz ser tomado por mal por muitos, terminando-se o conto sempre antes da descrição da consumação do ato matrimonial. Ademais, a ambientação a sempre “exótica” – o exótico bem inglês, enquanto representação –, as aventuras passando-se na Grécia, Bahamas, Polinésia e lugares similares. O importante é que tudo sempre dê certo. Para o diretor/editor da Abril, trata-se de “alta literatura romântica”, pois os textos são de boa qualidade, comparativamente aos de Maria Teresa Sesse e Corin Tellado.

## 5 – O Perfil da Leitora

A leitora “típica” é uma abstração. Melhor ainda, uma criação das agencias especializadas em “opinião pública”. Nesta medida, não faz sentido tomar as referências da Marplan e congêneres em termos absolutos pois todo o interesse de suas estatísticas reside na comparação, dentro de um universo selecionado segundo um determinado (e sempre discutível) número de critérios. E o critério dominante é dado pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA),

que estabelece a classificação socioeconômica dos entrevistados segundo uma escala de pontos dados: *a)* à escolaridade do chefe da casa (o primário completo valendo 1 ponto e o superior completo 8 pontos) e *b)* a itens de conforto familiar (televisão, carro, etc.), tal como observamos na tabela abaixo:

**Quadro G**  
**Classificação Socioeconômica – Critério ABA**

<u>Escolaridade do chefe da casa</u>	<u>Pontos</u>
Analfabeto ou Primário Incompleto	0
Primário Completo ou Ginásial Incompleto	1
Ginásial Completo ou Colegial Incompleto	2
Colegial Completo ou Superior Incompleto	4
Superior Completo	8
1 TV preto/branco	1
2 ou mais TV preto/branco	5
1 TV a cores	3
2 ou mais TV a cores	8
Geladeira Comum	1
Geladeira com Freezer	1
Freezer	1
Enceradeira	1
Máquina de Lavar roupa	3
Batedeira de Bolos	3
Aspirador de Pó	3
Só uma Empregada	4
2 ou mais Empregadas	6
1 Automóvel de valor igual ou inferior ao sedan 1300 VW “0”Km	4
1 Automóvel de valor superior ao sedan 1300 VW “0”Km	6



A esmagadora maioria dos estudos de média utiliza a classificação ABA cuja precariedade é mais do que evidente. A aquisição ou não de um aparelho de TV pode levar o entrevistado que dormiu na classe B a acordar na A e vice-versa. Sem se dizer que as pesquisas realizadas pela Marplan cobrem exclusivamente as 7 principais capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador e Recife). O Brasileiro, nesta medida, termina por ser deduzido da “composição socioeconômica das 7 principais capitais brasileiras”, como aparece na tabela a seguir. Em outras palavras, as pesquisas da Marplan referem-se a uma porcentagem do público real (entendido como o que compra as revistas), maior ou menor segundo as próprias características de circulação de cada revista. Assim as 7 capitais da Marplan correspondem a 46% da circulação nacional de *Carícia*; 64% da de *NOVA*; 48% da circulação de *Capricho* e assim por diante.

**Quadro H**  
**Comparação: Itens de Conforto e Posse**

	Mulheres Classes AB1 Idade: 20/24		Donas de Casa Classes AB1 Idade: 20/24	
	Leitoras %	Não Leitoras %	Leitoras %	Não Leitoras %
Televisão	84	79	82	79
Geladeira com freezer	21	15	19	15
Maquina de lavar roupa	74	64	71	61
Radio AM/FM	75	61	73	58
Empregada doméstica	45	37	46	37
Casa de campo ou praia	26	15	21	14
Ações	15	9	17	10
Conta bancaria	66	55	70	58
Carro próprio e manutenção	25	16	23	16
Viagem ao exterior	18	11	17	10
Prod. hidratante para a pele	53	38	52	36

Fonte: Marplan/76 – Baseado no critério ABA.

A leitora de *Cláudia* é definida, para o anunciante, de maneira bem sintética: “Nossa leitora não sonha. Consome.” E é tal qualidade que agrada mais aos anunciantes. *Claudia*, como vimos anteriormente, é a segunda maior fonte de renda publicitária entre as revistas da Editora Abril. Na Carta ao anunciante (30/05/79), Nessa Furgler, gerente de serviços de marketing da Abril, a quem entrevistamos, sintetiza a situação de *Claudia* no mercado editorial: “Mensalmente a revista é lida por 1.494.000 pessoas, das quais 85% são mulheres, 29%, mulheres que trabalham fora e 56%, donas-de-casa”. Ademais, “a maior incidência de leitura e o maior índice de leitoras frequentes de *Claudia* (aquelas que, em 10 edições, leem 8 ou mais) ocorrem no segmento formado por mulheres Classe A com idade entre 25 e 39 anos”.

A leitora típica de *Claudia* é de São Paulo (42%) e, principalmente, da capital (28%) o que reforça a tendência da revista a ser uma espécie de guia de compras e serviços para as paulistas. A comparação de itens de conforto e posse demonstra o poder aquisitivo alto do público de *Claudia*, com sua televisão a cores, sua máquina de lavar roupa e seus gastos com produtos para pele. Como deixa claro a já citada gerente de serviços de marketing, “o mais importante é se observar que, em todos os itens (ver tabela), as mulheres leitoras tem mais posses e, portanto, consomem mais que as mulheres não leitoras da revista”.

Nossa leitora é fiel a uma revista que não é apenas um mostruário, mas um verdadeiro guia de compras, onde ela se informa sobre o que comprar, como usar, e principalmente onde encontrar o que procura. A preocupação fundamental de *Claudia* é mostrar, em todas as suas matérias, produtos de beleza, decoração, moda, trabalhos e cozinha que sejam facilmente encontrados no Brasil inteiro. Nossa leitora não fica à beira do sonho, ela satisfaz seus ideais de consumidora acima de tudo consciente e bem orientada. Essa orientação se estende por toda a pauta da revista. O tom amigo de *Claudia* simplifica a linguagem, procurando sempre fazer a leitora

viver melhor no seu lar, com seu marido, seus filhos e consigo mesma, sempre com lições de vida”. Afirma a diretora da redação.

**Quadro I**  
**Composição Socioeconômica das 7 Primeiras Capitais Brasileiras**

PRAÇAS	CLASSES SOCIO-ECONÔMICAS			
	A	B	C	D
	%	%	%	%
São Paulo	11	40	29	20
Rio de Janeiro	8	34	40	18
Belo Horizonte	11	38	28	23
Porto Alegre	10	28	27	25
Recife	9	30	26	35
Salvador	7	33	29	31
Curitiba	8	47	27	18

Fonte: Marplan/76 – Baseado no critério ABA.

De fato, é para esta mulher sem rosto que os 350 mil exemplares da revista se dirigem. Esta mulher casada, com filhos, dona-de-casa tradicional cuja forma privilegiada de atualização e o consumo da moda, quer seja ela roupa, terapia, almofada para se fazer com retalhos ou strognoff. O importante é consumir o moderno; é tentar garantir na aparência visível (a aparência “moderna”) aquilo que na essência é rígido e muito velho.

E *Claudia* permite também um consumo ideologicamente muito importante: a crença na onipotência do individualismo que transforma o mundo em nossa mera representação, pois tudo depende de mim. “Eu faço *Claudia*, explica Maria Cristina Duarte, porque acredito que todas as tarefas de uma dona-de-casa podem ser tão criativas como as de uma jornalista. O que faz uma tarefa criativa, gratificante (e não massacrante e repetitiva) é o modo como

você a encara” (grifo meu). E *Claudia* sempre acha a maneira certa para criar a sensação de criatividade: só que reduz indo a leitora à passividade *consumística* pois, como acentua Flávio Barros, diretor gerente da divisão de publicações femininas da Abril, “levando às leitoras, matérias de serviços e reportagens adequadas aos seus interesses, a revista *Claudia*, hoje, alcança credibilidade cada vez maior, provocando uma identificação mais positiva e duradoura com seu público e um clima muito mais propício à aceitação das mensagens nela veiculadas”. Em linguagem menos floreada, cada vez mais conseguimos influenciar nossas leitoras, conduzindo-as a adotar um determinado padrão de consumo. É por isso, inclusive, que, nos últimos quatro anos, a porcentagem de anúncios diretos dobrou, como se pode ver pela tabela abaixo:

**Quadro J**  
**Total Trimestral de Páginas de Publicidade Vendidas por Claudia**

	1975	1976	1977	1978	1979
19 Trim.	88 pág.	113 pág.	134 pág.	131 pág.	142 pág.
29 Trim.	161 pág.	204 pág.	207 pág.	217 pág.	
39 Trim.	184 pág.	233 pág.	253 pág.	277 pág.	
49 Trim.	245 pág.	278 pág.	376 pág.	404 pág.	
TOTAL	678 pág.	828 pág.	970 pág.	1.029 pág.	

Fonte: Instituto Verificador de Circulação – 3º trim./78.

A leitora NOVA corresponde ao que poderíamos chamar do estereótipo da “mulher liberada”, aquilo que Fátima Ali, diretora de redação, define como “uma nova mulher que está surgindo com as atuais mudanças sociais do país”; uma mulher que trabalha “não só pelo dinheiro, mas porque o trabalho é importante para ela para sua satisfação pessoal”. Ademais, uma mulher que – se é casada – “tem um marido que sabe respeitar suas aspirações”, se não é casada

pretende fazê-lo “só que ela não está morrendo de pressa, com medo de ficar para titia, pois tem bastante atividade própria para se sentir satisfeita. Ela sabe que o amor e uma vida afetiva satisfatória são as coisas mais importantes do mundo. Mas ela quer um marido com quem compartilhar a sua vida e não um marido para construir a sua vida”. Entre outras características de sua leitora, Fatima Ali acentua o fato de que “ela quer viver bem” pois “sabe que tem direito a viajar, de passar fins de semana gostosos, de ir a restaurantes, festas, discotecas. Ela gosta de receber amigos para um whisky e um papo gostoso, gosta de convidar de vez em quando para um jantar caprichado, bem sofisticado e diferente, mas que não seja muito complicado”.

O lazer, o mais convencional – pois reduzido a festas, restaurantes e discotecas – mas sempre apresentado, nas páginas da revista, de forma glamurosa, com a mulher vestida de forma *sexy*, sempre sugerindo um erotismo consumista (pois preso às roupas e ao “décor”). E o maior consumo que a leitora de NOVA faz é do seu próprio corpo. E alguém que “se preocupa com sua aparência: a mulher NOVA quer ser atraente. Ela sabe que isso é importante não somente para atrair um homem, como também é importante para que ela tenha uma presença marcante no seu trabalho e socialmente. Ela quer ficar mais bonita e faz tudo para isso”.

NOVA é das revistas mais paulistas da Editora Abril, como se nota pelos dados do Instituto de Circulação (IVC), 3º trimestre de 1978: 31% de seus 220 mil exemplares são vendidos na capital e 13% no interior de São Paulo, ou seja um total de 44% da edição circula neste Estado. A esmagadora maioria de suas leitoras são jovens, com 72% na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo que 40% situam-se na faixa dos 20/29 anos. Mais da metade das leitoras situa-se nas classes mais altas de renda (39%) na classe A; 17% na classe BI e 31% na classe B2. E, agregando dados de idade e renda temos que 62% das leitoras estão na classe AB, dentro da faixa etária dos 15 aos 29 anos. Além disso, a porcentagem das leitoras NOVA que trabalham como efetivas é relativamente alta: 35%.

No referente à importância da publicidade para NOVA é interessante comparar a opinião dos dois gerentes comerciais das revistas femininas a quem entrevistei: Pier Luigi Bracco, responsável pelo bloco conhecido familiarmente na Abril como “as populares”, na medida em que engloba todas as revistas que publicam foto novelas e Carlos R. Berlinck que se ocupa das “de prestígio” (*Claudia*, NOVA, *Casa Claudia*, etc.). Enquanto o primeiro grupo tem uma estrutura fixa, ou seja, um determinado número de páginas e seções que são constantes, o segundo bloco, principalmente *Claudia*, caracteriza-se por uma extrema flexibilidade imposta, é importante frisar, pela curva de demanda dos anunciantes.

A impressão que se tem, ao folhearmos NOVA, é de uma revista que não vende muitos anúncios, apesar de sua circulação ter aumentado em mais de 60 por cento nos últimos quatro anos. E a razão não deixa de ser interessante: o estilo das chamadas e matérias, além da agressivamente “erótica” apresentação visual, levam com que NOVA não seja considerada como leitura desejável para senhoras... Pier Luigi Bracco falou que NOVA é uma revista que os anunciantes, ou melhor, os publicitários não levam para casa, contrariamente à *Claudia*, pois é considerada muito ousada, daí seu relativo insucesso publicitário. Esta também é a opinião de Otávio Florisbal, especialista em mídia: “Como ainda vivemos numa sociedade conservadora, onde é muito comum chefes de família terem atitudes egoístas, do tipo: ‘empresto o carro pro meu filho paquerar as gatinhas, mas não admito que ninguém bote a mão na minha filha (...)’; fica difícil para certas pessoas entenderem uma proposta editorial mais avançada. E parece-me que é exatamente neste segundo ponto que reside o principal obstáculo ao crescimento publicitário de NOVA, já que na venda em banca ela atende amplamente as necessidades do seu público leitor” (NOVA – Especial para Agências e Anunciantes).

Carlos Berlinck, responsável direto pela publicidade de NOVA, demonstra um otimismo maior, argumentando que “se houve uma certa dificuldade, por parte do público em aceitar uma revista mais

ousada, mais voltada para uma mulher com outra visão, hoje já não existe mais este problema”. Comparando NOVA com *Claudia*, ele concorda que esta última revista é de longe a predileta dos anunciantes, não só porque “é para a dona de casa” mas também porque “ela hoje procura atender a toda a família; ela tem uma política de prestar serviços, de forma atuante”. Mas NOVA vende propaganda “em função de comportamento, de aparência, de beleza e de praticidade pois NOVA é a mulher que apesar de trabalhar é casada e tem filhos e precisa de coisas mais práticas; é uma mulher mais ágil, mais dinâmica.”

*Carícia* é a mais “nacional” das revistas femininas em estudo, se levarmos em conta que a concentração de sua circulação no Estado de São Paulo é menor do que a de NOVA ou *Claudia* (32%; 44% e 42%, respectivamente), assim como o fato de que, conjuntamente com *Capricho*, tem 40% de sua circulação nas cidades do interior do país, em comparação aos 27% de NOVA. Outra característica, muito sua, concerne à juventude dos leitores. De fato, 54% deles estão na faixa dos 15/19 anos e 31%, na dos 20 a 29 anos. Este é um dos motivos de orgulho de Yara Rodrigues Martins, redatora chefe, pois, como bem acentua, “enquanto *Claudia* é revista de mulheres de mais de 30 anos, com a cabeça já formada, nossa leitora é jovem, em formação”.

## Quadro K

## Difusão das Revistas femininas na Capital e no Interior

	BRASIL	CAPITAL (%)	INTERIOR (%)
Claudia	347	67	33
Carícia	311	60	40
Capricho	282	60	40
NOVA	220	72	27

	SÃO PAULO			RIO DE JANEIRO		
	TOTAL (000)	CAPITAL (%)	INTERIOR (%)	TOTAL (000)	CAPITAL (%)	INTERIOR (%)
Claudia	147	28	14	61	16	2
Capricho	101	21	15	44	14	2
Carícia	102	19	13	46	13	2
NOVA	99	31	13	40	16	1

Fonte: Instituto Verificador de Circulação – 3º trim./78.

Também para *Carícia* a maioria dos leitores pertence ao sexo feminino (88%), sendo que 26% são mulheres que trabalham e a mesma porcentagem corresponde a donas-de-casa. Cumpre notar que estes dados, retirados do XX Estudos Marplan, 1978, não registram a porcentagem de estudantes que, dada a idade média dos leitores, deve ser muito alta. Uma outra particularidade de *Carícia* está na maior presença de leitores das classes B e C – num total de 72% – diferentemente dos 57% de leitores de NOVA e 58% dos de Claudia que se situam nas classes AB.



A pequena importância comercial de *Carícia*, no sentido estrito da venda de anúncios, justifica-se, portanto, pelos mesmos índices que a fazem tão bem recebida entre os leitores jovens. Desta maneira, uma revista de menor preço é evidentemente mais acessível do que uma mais cara ao mesmo tempo que corresponde a um público de menor poder aquisitivo que não interessa muito aos anunciantes. Ademais, uma revista que se proponha a vender serviços tem de ter sua circulação restrita a poucas cidades (São Paulo e Rio de Janeiro, na verdade) para assim poder anunciar os locais de compra dos produtos exibidos. Por isto, não é de se estranhar a aparentemente desproporcional diferença existente entre os preços dos anúncios em *Carícia*, em comparação a *Claudia*, que exemplifica bem o caso oposto.

**Quadro L**

**Tabela de Preços do Espaço em Revistas Femininas na Editora Abril  
(Em vigor em 01/07/1979)**

	CLAUDIA	NOVA	CAPRICHIO	CARÍCIA
	(em milhões de cruzeiros)			
1 página P&B (Preto e Branco)	137,3	81,2	92,6	40,9
1 página 4 Cores	223,8	137,9	160,5	71,6

O conteúdo editorial de *Capricho*, segundo a apresentação da revista que Marilda Varejão, redatora chefe, realizou para aqueles que tentarão vender páginas de anúncio, é o seguinte:

A leitora de *Capricho* é uma mulher jovem, de classe média, escolaridade idem, extremamente romântica (ela é leitora de fotonovelas). É pensando no universo desta mulher que fazemos a revista. Cada vez mais procuramos oferecer serviços: a moda que mostramos é jovem, alegre e, o principal, encontrada com facilidade ou possível de ser copiada; nossas receitas de cozinha são simples, práticas, econômicas; ensinamos como a nossa

leitora pode ficar tão bonita quanto as manequins que aparecem nas páginas dedicadas a beleza; as matérias dedicadas a saúde, comportamento sexual ou afetivo, orientação profissional, enfim, todas elas, são sempre informativas e didáticas. Resumindo: da decoração aos trabalhos manuais, dos consultores para assuntos jurídicos e médicos as páginas destinadas a seção *Viver Melhor, Capricho* orienta e estimula a leitora no sentido de equacionar melhor sua vida doméstica, afetiva, profissional e psicológica. Além das matérias de serviço, oferecemos lazer e divertimento: falamos de TV, seus ídolos e suas fofocas no *Confidencial*; oferecemos sonho em nossa fotonovela. Em cada página procuramos evidenciar um contexto romântico (através de títulos, lay-outs, e fotos), mas nada alienante: nossas matérias de comportamento (falamos de sexo, amor, relações de amizade, etc.) ou sobre assuntos da atualidade (divórcio, planejamento familiar, etc.) tendem a despertar na leitora uma maior consciência e vontade de participação nos problemas do cotidiano e da sociedade em que vive.

Coerentemente com a síntese de Marilda Varejão, os dados do XX Estudos Marplan – 1978 registram 49% dos leitores nas classes B1 e B2; 37% na faixa etária dos 15/19 anos e 32% na dos 20/29 anos; uma fraca porcentagem de mulheres que trabalham (24%) e uma mais alta de donas-de-casa (40%).

## **6 – As Condições de Trabalho**

As “redações” – como tecnicamente são denominados os locais de trabalho – das revistas femininas estão todas situadas à rua do Curtume, em São Paulo, perto umas das outras, num edifício que abriga também as publicações técnicas; as masculinas; as seções de marketing e pesquisa de mercado e a direção administrativa. Enfim, o “coração” da Editora Abril. Para quem percorre os cinco andares do edifício com suas centenas de salinhas iguais, o ambiente de trabalho

parece ser o mesmo. É quando se entra em cada um dos santuários – a redação de NOVA; a de *Carícia*, etc. – que as diferenças evidenciam-se.

Mas, antes de determo-nos naquilo que diferencia tratemos um pouco do que aproxima. Em primeiro lugar, as revistas femininas têm seu corpo editorial constituído, na esmagadora maioria, por mulheres. Houve um tempo em que NOVA e *Claudia*, por exemplo, tinham diretores e editores-chefes mas a tendência atual é de predomínio do sexo feminino. Evidentemente isto não implica que a direção de fato do conjunto das femininas (ou de qualquer outra publicação da Editora Abril) escape ao controle da pequena cúpula dominante (cujos altos salários colocam-nos do lado da minoria super-privilegiada) que circunda os proprietários – alguns membros da família Civita. Assim, no expediente das revistas em questão veremos, sempre igual, os seguintes cargos:

Editora Abril  
Editor e Diretor: VICTOR CIVITA Diretores: Edgar  
de Silvio Faria, Richard Civita e Roberto Civita  
Vice-Presidente de Publicações Femininas e Masculinas:  
Thomaz Souto Corrêa Vice-Diretor de Publicações  
Femininas: Flávio de Barros Pinto.

Outros pontos de convergência entre as femininas dizem respeito:

a) ao pseudo-liberalismo que reina na Editora Abril, com seu horário mais flexível para os redatores; com um ambiente de trabalho informal, enfim, sem a rigidez e o formalismo de empresas de outros setores industriais; b) ao centralismo de fato das decisões “editoriais”: as diretoras são, na verdade, onipotentes frente ao restante do corpo editorial, na definição da pauta de matérias, mas seu poder extingue-se aí, dado que são apenas fiéis depositárias, ou melhor, executivas de uma linha editorial previamente traçada. Qualquer transformação um pouco mais profunda depende da decisão da cúpula. Mesmo assim, e talvez principalmente porque nunca experimentam a verdadeira democracia nas relações de trabalho, a chefia editorial idealiza

muito sua gestão, confundindo informalismo com poder de decisão. Desta maneira, em quase todas as redações existe o costume de convocar-se todo o pessoal para a discussão da pauta. Na *Capricho*, segundo sua diretora Marilda Varejão, tais reuniões congregam em torno de 20 pessoas, pois “até mesmo as faxineiras são chamadas”. O que não se diz é que a diretora possui – por força mesmo da definição que a empresa realiza acerca das funções próprias a tal cargo – o poder de convocar ou não tais pessoas e, principalmente, cabe a ela decidir sobre as sugestões. Enfim, estas reuniões de pauta são de caráter meramente consultivo quando não apenas decorativo. (É como participar de eleições com um só partido...); c) as revistas femininas são realizadas por pessoas contratadas pela Abril como funcionárias e pela colaboração de especialistas de diversos tipos e jornalistas trabalhando no regime de “free-lancer”, isto é, por matéria e não por hora de serviço.

O cotidiano em cada uma das redações, entretanto, apresenta peculiaridades notórias. *Carícia*, para iniciarmos, ocupa o menor espaço físico e, também, o menor dos corpos editoriais. É o produto principal de uma redação dupla na medida em que *Love Store* existe como uma espécie de subproduto. Utilizando amplamente do trabalho dos “free-lancers” – entre as quais destaca-se, pela qualidade do texto e pelo espaço que ocupa, Graciela Karman (atualmente também produzindo artigos para *Claudia*). *Carícia* e *Love Story* são, em grande medida, as revistas de maior interesse da Editora Abril. Pouquíssimas pessoas ocupam-se de sua execução – poderíamos mesmo dizer que duas ou três, entre elas a diretora Iara Martins, em grande parte responsável pelo sucesso do estilo *Carícia*. Pois, a maior diferença existente entre *Carícia* e as demais revistas femininas (produzidas pela Editora Abril, Bloch, Vecchi etc.) reside justamente neste pequeno mas significativo fato: eis uma revista made in Brazil (...). Assim, paira na pequena sala do Curtume um clima de satisfação narcisista: estamos criando algo. Algo para os jovens, algo que é muito parecido com o que pensamos, algo em que incorporamos o

que existe de progressista em matéria de conteúdo (Reich é uma das fontes inspiradoras das redatoras) e algo muito moderno em termos de linguagem. E Pier Luigi Bracco, gerente comercial, a quem já nos referimos, reconheceu *Carícia* como “a única revista nacional cem por cento”, aventando a hipótese de sua próxima publicação nos Estados Unidos.

*Claudia*, com um espaço físico bem maior do que as demais redações (sem se falar da presença surrealista de uma cozinha super bem montada, a *Cozinha Claudia*, exalando perfumes saborosos em contraposição ao restaurante dos funcionários da empresa – o Lixão) é a mais tradicional, com uma solícita secretária barrando a entrada dos “não funcionários”. Na redação, aproximadamente dez pessoas fixas, além de especialistas que colaboraram também em outras revistas como Contanza Pascoalato – da seção de modas, Alexandre Nucci (psicologia), Sergio da Silva (veterinário); Bruno Becherueci (livros); Carmen da Silva (“A arte de ser mulher”) e outros.

A porcentagem de redatores e editores ligados à empresa Abril por vínculos empregatícios é maior em NOVA, caracterizada por seu “estilo individualizado” – ou personalista – frente a outras publicações da Abril. Não somente a diretora Fátima Ali – sempre invisível, fechada em sua mini-sala, dentro do espaço já não muito grande da redação, e protegida por sua secretária – cultivava um estilo personalista nas páginas da revista – cada seção tem a foto do responsável, etc. – como é uma das figuras que mais aparece em NOVA. Ademais, é impressionante como o “visual” da redação é bem no estilo “Mulher-NOVA”: em nenhum outro espaço da editora Abril as mulheres são tão bem arrumadas, tão na última moda, tão intimidadoras na sua arrogância de “mulheres-mulher”, enfim, tão imbuídas do “espírito Cosmopolitan”. Dos poucos homens presentes na redação um, significativamente, encarrega-se da parte mais histórica da revista, entrevistando Clarice Herzog; falando de política enfim, trazendo algo de “informações nacionais” para dentro de NOVA. De resto, a redação de NOVA como já foi assinalado,

conta proporcionalmente com um maior número de efetivos do que *Claudia* mas, em compensação, recebe ainda grande parte do material já pronto dos Estados Unidos, cabendo apenas a tradução e adaptação às condições brasileiras.<sup>1</sup>

## 7 – A Vida em Receitas Prontas

Já foi dito que as mulheres necessitam da imprensa feminina por estarem angustiadas com a questão de sua própria identidade – elas temem não saber desempenhar seus papéis –, num contexto em que a revista vem preencher o lugar vazio deixado pela comunicação dos outros tempos, que se estabelecia entre as mulheres de uma mesma família ou de um mesmo quarteirão. Em outras palavras, as leitoras comunicam-se com o universo de valores, supostamente apresentados como “femininos”, na ânsia de acertar, de ser “uma mulher normal” e são as próprias características do mundo moderno – expandindo e homogeneizando hábitos e costumes – que diminuem relativamente a importância de certas categorias de agentes sociais – as mulheres da mesma família, por exemplo – em vantagem de agentes mais qualificados e universais.

Entre as principais características da relação que se estabelece entre revistas-leitoras sobressai esta de reduzir a vida social, material e psíquica em receitas prontas: tudo do que se precisa é conhecê-las e aplicá-las. Ademais,

Logo que se dá um fracasso este é de responsabilidade do indivíduo (mulher) que não estava a altura; jamais o sistema social e colocado em causa e nem mesmo evocado de maneira consequente (BLANQUART, 1978, p. 274).

---

<sup>1</sup> Vide, em anexo ao capítulo, entrevistas com jornalistas de *Carícia*, *Claudia*, *Nova* e *Capricho*.

A leitura das cartas das leitoras, neste sentido, oferece um material ilustrativo tanto do tipo de problema que motiva a consulta quando a forma pela qual ele é exposto e pensado. O material que selecionamos foi retirado do arquivo da revista NOVA (que é a única que guarda organizadamente as cartas), cobrindo anos diferentes; da leitura das cartas mais recentes enviadas a *Capricho*, que são selecionadas segundo seções diversas (beleza, saúde, culinária, conselhos sentimentais, etc.). Tanto *Claudia*, *Carícia* como *Capricho* não possuem arquivos das cartas recebidas que, via de regra, são respondidas por pessoas contratadas como *free-lancer* e depois jogadas fora ou retidas nos arquivos particulares, quando dirigidas a uma pessoa em especial – (Carmen da Silva guarda suas cartas, por exemplo) e algumas cartas que foram publicadas e respondidas em *Carícia*).

Os problemas podem se referir à saúde mas o dominante, nas consultas médicas, são os pedidos de conselhos mais ligados à aparência física, ou seja, problemas estéticos. Parece incrível que alguém de cor preta deseje – e tenha ilusões, quanto aos resultados – mudar de cor, como Isidra, que “quer clarear”; da mesma maneira, parece contraditório que umas se queixem dos seios grandes, enquanto outras estão inconformadas com seus seios pequenos; sem se falar das coxas finas, das coxas grossas, da pele com espinhas, dos pelos nos seios, do excesso de gordura e demais itens do rol das imperfeições físicas (para os homens, minoria entre os leitores de *Capricho*, o problema mais citado é a calvície). O que unifica toda esta correspondência – apesar da diversidade do problema exposto – é a grande convicção que anima os leitores a escreverem: a existência do “defeito” parece constituir o principal empecilho para se encontrar a felicidade; o que equivale a dizer que sua resolução provocará um efeito mágico na vida pessoal de quem escreve. A jovem de 15 anos, de Maceió, fala de suas pernas feias “igual a dos homens”, afirmando que “chego a me trancar do mundo” e que, com estas pernas, “o único jeito seria a morte.” Neide, 23 anos, também é incisiva em seu

depoimento-carta: “queria aprender a viver como pessoas normais. Quero dizer como uma mulher normal. Meu problema é que sou muita cabeluda, especialmente no rosto e por este motivo não consigo ser uma mulher como as outras. Ando na rua achando que todo mundo olha para mim rindo do meu rosto (...) Não tenho amizades com ninguém, nem sequer deixei um Homem tocar em meu rosto. Por favor, o que devo fazer para ser normal?”

Mas a carta mais representativa da relação entre anatomia e felicidade – e, neste caso, incidindo sobre uma parte do corpo da mulher em que o fetichismo mais se desenvolve – é a leitora Dalva, do interior paulista, que diz ter 29 anos e “mentalidade de 15 anos” e 3 filhos, de respectivamente 7, 4 anos e 4 meses. Seu drama: os seios. “Meus seios, minha mãe já dizia que era tudo para um homem, sempre foram flácidos e ele diz que os adora, que me ama, mas não creio”. Hoje roubei 3 livros eróticos de mulheres mas fico chorando ao ver aqueles seios firmes, dourados e esfrego na cara dele, digo: isto é que é seio, olhe que delícia, até eu fico com vontade de pegar e você? Isto é no papel, prefiro o teu e eu fico com ódio porque ele fala para não ofender, mente, não diz nada espontâneo”. E desabafa: “Sou agradável com todos, percebo se há problemas, tento ajudar. Só eu não me encontro, não tenho paz de espírito. Rezo, sou simpática, amiga, companheira, caprichosa, amante, boa mãe, criativa, tudo isto é tão difícil, dar amor, cuidar da casa, janelas, roupas, móveis, flores, empregada, animais, limpar, limpar, lavar, lustrar. Isto me enoja todo o dia”.

Um outro aspecto espanta um pouco: a grande ignorância – e os preconceitos que encontram então um terreno fértil para expandir-se- sobre o próprio corpo e suas funções. Raquel, do Rio Grande do Sul conta que “tenho 17 anos, estou preocupada, pois eu tenho pelos no seio e agora esta começando a nascer no meio do peito (...), acho muito feio, mas tenho medo de depilar e nascer mais. Eu fico pensando se é porque quando eu tinha 14 anos comeci a me masturbar e acho que é consequência disto”.



Mas o assunto mais tratado, principalmente na seção *O Coração Pergunta*, da *Capricho* é o sexo-sentimental. Começando pelas questões limítrofes, entre saúde e psicologia: “Não sei o que devo fazer, se devo contar a verdade aos meus pais e ficar com eles mais, e a vergonha de falar isto. Por isso, eu peço orientação. É o seguinte: tenho 24 anos de casada, e desde esse tempo tenho relações no ânus, eu gosto mas sei que meu marido faz isto comigo por uma obrigação e não por amor e eu aceito ele para satisfazer o desejo dele e porque preciso do dinheiro dele. Mas, acontece que ele não se importa se eu tiver alguma infecção grave ali. Eu não sei como aguento, tenho hemorróidas de carocinhos. Eu gosto mais do ânus do que na vagina, não sei se e porque já estou com 44 anos (...) Mas tenho medo de acontecer alguma coisa grave comigo. Ele vai se defender dizendo que eu aceitava. Ele já disse um dia que sorte dele o dia em que eu morrer. Tenho 6 filhos (...) Será que o senhor pode me ensinar uma dieta para emagrecer?” (carta de uma leitora do Espírito Santo).

A desproporção entre a estória de vida narrada – com um marido que deseja sua morte e o conselho que de fato é pedido – dieta emagrecedora – é ilustrativa da pobreza afetiva, da falta de perspectiva e do isolamento em que estão aquelas que escrevem pois esta carta, como outras, não passa, de fato, de um desabafo. Eloisa, da Praia Grande (SP) conta que seu marido maltrata-a e que “tenho 26 anos e ele 33 e uma filha de 4 anos e ele diz que sou muito velha para ele. Sofre dos nervos e ele não pode me ver feliz, faz de tudo para me contrariar. Temos casa própria. Tenho medo de me separar e que minha filha venha a sofrer com isto”. A relação entre o medo de perder a “segurança” que o casamento, ainda que com surras e mal trato, lhe garante, fica evidenciada na sequência “casa própria” e “medo de largá-lo”. Mais uma vez a leitora joga seu problema de forma caótica, como se a necessidade de expô-lo, de ser escutada por alguém fosse o objetivo de sua carta.

Diferente é a expectativa das leitoras que querem ser introduzidas nos “segredos” da vida sexual, declarando que uma

colega “comentou que os rapazes tem por costume passar a mão sobre os seios. Este tipo de carinho é permitido? Gostaria que você me orientasse e como acariciá-lo e como ser acariciada”, expõe Carmela, enquanto que Carolina, carioca de 14 anos, assim formula suas preocupações: “Agora eu estou com um sério problema pois não sei beijar. Eu quero lhe pedir que me mande uma descrição detalhada do beijo (na boca, é claro) que me diga o que acontece depois que os lábios se unem. Quero que me esclareça como o carinho se comporta e como a menina se comporta, durante o beijo, enfim, quero saber qual os movimentos que a língua de cada um faz”.

Além deste tipo de consulta existe um assunto, relacionado a moral sexual, que constitui o predominante em termos de cartas de leitoras jovens (principalmente entre leitoras de *Carícia* e *Capricho*): a virgindade. Esta questão é tratada de várias perspectivas, a começar pelo próprio dilema: sou ou não sou mais virgem? É possível fazer alguma operação que reconstitua o hímen? “Gostaria de saber quais as transformações que acontecem quando uma moça perde a virgindade, se acontece alguma modificação externa. Queria saber também se é muito fácil isto acontecer, quero dizer, se, no mínimo contato se pode perdê-la? Gostaria de saber também se com um exame médico dá para constatar se uma moça é virgem ou não”, indaga Maria Aparecida, de São Paulo, enquanto que a leitora baiana escreve sob o pseudônimo de K. B. A., dizendo que pensa ter perdido a virgindade e que “estou desesperada”, sem se dizer que “não quero identificar meu nome porque tenho medo de ser publicado e meus pais e amigos saberem de tudo”. Ou Eloisa, paulista de 17 anos que, dois anos atrás, colocou o dedo na vagina e agora tem medo de ter perdido a virgindade com essa “brincadeira de criança sem juízo”, tendo medo de perguntar qualquer coisa para a mãe pois “em casa nunca foi pronunciada a palavra sexo”. Ela ficará noiva brevemente e aflige-se em saber “o que pensará meu noivo quando na primeira noite constatar que não haverá obstáculo nenhum na penetração?”

Outra preocupação das leitoras concerne à possibilidade de soluções mágicas para sua vida privada, principalmente para “salvar o casamento”, ainda quando elas mesmas fornecem todas as referências de que já tentaram de tudo. Assim, do Rio de Janeiro, Darcy escreve para NOVA que é casada, 32 anos, 3 filhos e situação financeira razoável e que “aos olhos dos desinformados, somos um casal quase perfeito mas, entre as quatro paredes, padeço muito”. Há cerca de 3 anos meu marido pouco atende-me sexualmente. Fizemos o possível para motivá-lo: outras posições, felação, sexo anal, etc. No início deu resultado mas, com o correr do tempo, volta o marasmo” (...) “Algum tempo atrás, ainda por sugestão dele, fomos para um motel. Também deu resultado momentâneo. Descobri, com o tempo, que ele ao entrar no motel, dava gorjeta ao garçom para que este nos atendesse aonde e como estivéssemos. Ao ser surpreendida com a presença do garçom, na beira da piscina, ou no chuveiro ou até mesmo na cama em pleno ato sexual, manifestei minha desaprovação”. O marido garantiu que aquilo fazia parte do “atendimento do motel” e, durante algum tempo, o expediente valeu para a melhoria das relações sexuais do casal, e por isto, diz ela, “particularmente, eu não gosto mas, para recuperá-lo, aceito, embora constrangida”. O problema é que o marido agora está praticando sexo grupal e ela, por enquanto ainda não aderiu, mas pede à revista: “Por favor, me dê a orientação que preciso para salvar o pouco que ainda resta do meu casamento”.

## **8 – A Solidão Rompida**

A qualidade das consultas realizadas pelas leitoras de revistas femininas tem de ser entendida, também, pela explicitação de um de seus conteúdos mais importantes: a possibilidade de romper o isolamento, de encontrar uma confidente, de poder abrir-se com alguém. Assim, demonstraríamos grande insensibilidade se não

enxergássemos por detrás de muitos dos pedidos – mesmo aqueles aparentemente banais – uma outra mensagem, que diz qualquer coisa como “olha, eu existo”; você aí, responda-me por favor, preste atenção em mim”. Roland Barthes, com muita propriedade, analisa o sentido das seções de cartas em revistas femininas, apontando para o fato de a imprensa ter se transformado “no centro de uma verdadeira magistratura da Consciência e do Conselho, como na época áurea dos jesuítas. Trata-se de uma moral moderna, isto é, não emancipada pela ciência, para a qual a opinião do especialista é mais requerida do que a do sábio universal.” (1978, p. 75). Restaria saber entretanto, porque a consulente procura este tipo de recurso, o que a leva transferir tanto poder e influência para as mãos dos donos da imprensa. E a resposta não reside, evidentemente, na necessidade de se conhecer o endereço, da loja de roupas ou o nome do creme para as mãos.

A leitura das cartas dirigidas à NOVA constitui, neste sentido, uma fecunda fonte demonstrativa da relação personalizada que pode ser estabelecida entre leitora e revista, enfim, de como obter um clima propício às confidências que terminam sendo verdadeiros depoimentos-balanços que as mulheres fazem de si mesmas e de sua vida. Ligia Maria, do Rio de Janeiro, enviou três cartas, em menos de um mês, para a redação de NOVA, bem exemplificadoras deste “diálogo” que não passa, muitas vezes, de um monólogo: “Meu companheiro diz sempre que não sou feminina, pois a mulher feminina não discute com o marido, ouve e não reclama. Ora, para mim isto é submissão. Se ele falar calmo comigo, sem querer impor, eu não discuto, mas quando ele usa o termo: eu exijo, tem que ser assim porque eu quero, aí eu tento ponderar, mas se ele persistir eu também fico agressiva. Então, nunca serei feminina se depender de ser agradecida e ficar calada”, e assim como expõe seu ponto de vista – em momento algum ela pergunta ou pede apoio para suas declarações – ela conta sua vida sexual descrevendo o primeiro orgasmo, aos 37 anos de idade (ela declara ter 40 no momento em que escreve): “Sabe, com ele eu me realizei como mulher. Em nossas primeiras relações não sentia nada,

mas um belo dia, isto depois de quase dois meses, ao termos relação, eu senti um estrondo tão grande em minha cabeça que parecia que ela havia partido em pedaços e então senti o orgasmo. Minha reação foi chorar muito. Mas foi um choro de alívio e alegria, pois sentia que havia me libertado de algo que me reprimia e não deixava me realizar. Daí em diante tudo ficou normal”. A ânsia de realmente se abrir aparece na segunda carta, escrita alguns dias depois, em que o mesmo momento é assim descrito: “Realmente depois de 2 meses eu senti e quando alcancei o orgasmo a impressão que tive foi que minha cabeça havia estourado e se partido em mil pedaços; neste momento três pessoas vieram a meu pensamento: papai, meu médico e outro que eu havia ido pela primeira vez ao hotel”.

Outras leitoras, como Lilian, escrevem cartas para a redatora de NOVA, Fátima Ali, tratando-a como uma amiga próxima (a relação profissional sempre é encoberta pelo intimismo que se desprende da grande maioria das matérias e artigos, como se tudo não passasse de um bate-papo entre íntimos) a quem dizem: “NOVA para mim é gente, uma mulher, não uma revista. É uma pessoa carinhosa, sensível, amiga, inteligente. Brava, às vezes. NOVA me anima, me dá a cada mês, vontade de fazer coisas novas, reformular meus objetivos, repensar a vida, buscar mais e mais fundo, questionar, de ser melhor. NOVA dá amor, compreende, encoraja. NOVA às vezes tem o seu rosto, às vezes o da Marina ou da Marcia ou tantos outros, tão íntimos (às vezes até um rosto masculino) NOVA imagem da gente mesma, novos planos, novos sonhos, tudo isto vocês tem me trazido há muitos meses. Por isso – e talvez por razões que eu não perceba agora e que você talvez possa perceber – eu te escrevo, ao invés de escrever a uma outra pessoa”.

Esta leitora, cuja carta revela ser uma mulher inteligente, culta e sensível percebe por detrás da revista os rostos das redadoras. Mesmo porque individualizar o corpo redacional faz par te do estilo jornalístico de NOVA. Mas, via de regra, é para NOVA, mito que transforma uma revista em pessoa (em uma mulher que poderia se

chamar assim, NOVA) que a leitora escreve, numa demonstração de antropomorfismo que domina sua visão acerca de uma revista feminina – principalmente em se tratando da predileta. Lillian, paulista de 19 anos, escreve que “aonde eu estiver você sempre estará ao meu lado, porque de você eu não me separo, sou fiel até o fim” e “parabéns a todos da Equipe que ajuda a formar esta mulher que eu amo, esta mulher NOVA”.

E a necessidade de comunicação, de fazer de conta que temos uma amiga de carne e osso que nos aconselha, nos ajuda a tomar decisões, etc., evidencia-se em cartas aonde a leitora tomou uma decisão importante relacionada à sua vida (ela é quem decidiu) mas termina por dividir a responsabilidade com NOVA. Helena é amante de um homem quase 30 anos mais velho do que ela e “decide enfrentar esta relação, com todos os problemas de ser a “outra”, após ter lido um artigo de NOVA. “Foi por essas e outras que eu disse que vocês me ajudaram muito a obter a serenidade e a paz de espírito que me acompanham hoje. Não podendo me abrir com alguém não poderia pedir conselhos ou esclarecimentos com receio que alguém desconfiasse do meu caso. Nem posso imaginar o inferno em que eu vivia! Vivendo como casada sendo solteira e tendo todos aqueles pensamentos e tabus idiotas que uma moça “direita” tem, eu me vi à beira da neurose total. Foi aí que redescobri uma revista guardada no fundo da estante. Folheando-a fui descobrindo artigos que traziam as respostas às minhas perguntas. Descobri como minha relação poderia ser gratificante não só para mim, mas para meu amante e para todos que vivem a nossa volta (...) Na maior parte do tempo vivemos harmoniosamente bem e em grande parte devemos isso a vocês e é por isso que lhes escrevo: para agradecer-lhes por tudo que fizeram por nos (...) Despeço-me desejando a todos muito sucesso para que continuem ajudando mulheres como eu a encontrar um melhor caminho”.

## 9 – As produtoras falam das revistas

*Entrevista com Carmen da Silva<sup>2</sup>, colaboradora permanente de Claudia*

*A experiência pessoal*

Eu vinha de um meio mais adiantado, morei muito tempo fora do Brasil, na Argentina e lá frequentava um círculo muito específico. Não tinha vínculos de família, só me ligava a pessoas com as quais eu tivesse afinidade. Era uma coisa muito seletiva. Eu tinha um grupo de nível muito bom e trabalhava na embaixada brasileira, com um grupo muito especial. Moças que moravam no exterior, sem família, ganhavam bem, moças sós e eu tinha contato com todo o grupo de intelectuais argentinos. Publiquei um livro lá. De modo que meu grupo era um grupo muito adiantado.

Quando cheguei no Brasil, em meados de 1962, comecei a trabalhar num escritório. E foi aí que eu comecei a ter contato com a mulher da classe média brasileira. Não a intelectual. Além disso, aqui no Rio, a gente tem lastros de família, parentes, famílias tradicionalmente conhecidas, pessoas com quem pode haver vínculo afetivo, mas não é a relação por seleção, por afinidade de interesses. Então, eu caí das nuvens quando eu vi a alienação da mulher brasileira, o nível de preocupações da mulher brasileira de classe média. Talvez, na Argentina, no círculo equivalente, fosse o mesmo, mas eu não tinha contato. Ou seja, eu abri os olhos a um tipo de realidade feminina com a qual eu não transava.

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 7/2/78, no Rio de Janeiro, por Maria Lygia Q. de Moraes.

*A arte de ser mulher*

“Quando eu comecei a trabalhar com a Editora Abril fiz uma proposta. Mandeï alguns artigos que tinha escrito para a revista argentina, *Atlantida*. Eles se interessaram por aquele estilo, pelo tipo de trabalho. Estavam com o nome “A Arte de Ser Mulher” em pauta, procurando o que enfiar aí dentro. Eu briguei com o nome, porque achava horrorosamente piegas. Era uma coisa reacionária, boba. Mas eles me davam uma tribuna, não importava o nome.”

Comecei a escrever pensando no tipo de mulher que eu tinha conhecido aqui. A mulher que trabalha ou dona-de-casa que está completamente amarrada pelas limitaçõezinhas burguesas; seu papel feminino. A mulher que tem a família no norte ou nordeste e está no Rio trabalhando, morando sozinha ou com uma colega, mas com toda aquela carga de preconceitos na cabeça. Agindo como livre, porque mora só, não tem controle direto, mas se sentindo horrorosamente culpada e sonhando com a saída tradicional: o casamento.

Comecei a escrever para abrir uma brechazinha nesse tipo de mulher. Naturalmente eu tinha muita preocupação, no princípio, de não ir longe demais. Minha tática era a seguinte: se eu vou um quilômetro adiante das leitoras elas não me seguem, porque não me veem, me perdem na primeira esquina. Se eu vou junto com elas, eu não estou adiantando nada, não estou conduzindo nada. Se eu vou 50 metros adiante, elas vem atrás. Então, eu ia 50 metros adiante. De repente eu tentava ir 51.

*Cartas: a comunicação com as leitoras*

Eu recebi cartas horrorosas de protestos, cartas indignadas. Mas isso nunca me incomodou. Ao contrário, eu achava um sintoma positivo. As cartas indignadas não me preocupavam pelo seguinte:



eu pensava: evidentemente, se eu leio uma besteira, eu posso dizer na hora: Vou desmascarar, mas depois, se eu tenho mais o que fazer, eu digo: Não vou perder tempo. Essas reações indignadas mostram que essa gente está se sentindo muito tocada, muito agredida em uma coisa íntima. Então quer dizer que está tendo resultado. É questão de ir dosando, ir dosando. Então eu tinha reação através das cartas, um pouco depois eu comecei a ter através de convites, de universidades, de centros estudantis, de entidades culturais e mais tarde, entidades femininas, grupos femininos para conferências, debates, palestras. Então, isso sempre foi a pauta da receptividade!!

### *O perfil da leitora*

Os responsáveis por *Claudia* me disseram: a leitora de *Claudia* é burguesia média em ascensão, uma faixa jovem, mas em geral casada, tem também solteira, mas em geral é a jovem senhora. Com filhos pequenos.

Eu já parti daí, naturalmente tratando de desalienar. E sempre com aquela preocupação de não criar anti-corpos. Com a preocupação de ir despertando a consciência, você não pode ir muito longe. Quando eu acabava o artigo para *Claudia*, eu me lembro que eu dizia: agora eu vou me sentar e escrever um livro sobre esse tema. Porque era tanta coisa que tinha que deixar de lado; o tema que sugeria tanta coisa que eu tinha que deixar de lado, que só a nível de livro.

Do ponto de vista psicológico eu fiz uma observação muito interessante. É o seguinte: eu fazia um artigo sobre o tema X; as cartas que vinham a propósito daquele tema podiam se dividir do seguinte modo: 15% versando especificamente sobre o tema do artigo; digamos 45% sobre qualquer tipo de problema (é difícil encontrar um denominador comum); os outros 40% era sobre um só tema que não tinha relação direta com o assunto. Relação direta visível com o assunto. O fator estatístico me chamou a atenção.

Então eu comecei a pensar como eu abordava um determinado tema, quer dizer abordando no plano consciente ia despertar uma reação lá no fundo, no plano inconsciente. De repente surgiu uma quantidade enorme de problemas que estavam latentes no artigo, ou latente nelas e que o artigo tinha tocado. Fui batalhando muito em certos pontos, mas devagar em outros. Eu levei oito anos até empregar a palavra feminismo. Eu não queria empregá-la me justificando, não queria empregá-la em tom apologético e também não queria empregá-la assim às cegas, porque eu sabia que aquilo ia ter uma repercussão muito negativa entre as próprias leitoras. Então eu levei muito tempo, fazendo a dancinha dos sete véus, até assumir. Dois estilos de leitura de Claudia: a leitora e a não leitora de Carmen Silva.

Como é uma revista feita para a dona-de-casa, então eles aceitaram uma leitura para a dona-de-casa, que segundo a redação, o corpo editorial, daria a ela a sensação de estar lendo coisas importantes, sem muito esforço intelectual. E que ao mesmo tempo tocava o seu cotidiano. Eu tive que lutar muito com eles, porque eles puxavam muito a brasa para a sardinha deles, aquela coisa muito tradicional de casamento, de como se entender bem com o marido. Não queria o enfoque habitual: o perfume, o camisão de rendas, mas levar a mulher ao inconformismo.

Houve pessoas que começaram a tomar consciência há 10 ou 15 anos atrás e continuaram. Hoje em dia, eu teria de estar falando já a nível doutrinário, uma coisa muito mais elevada, muito mais radical. Isso não me deram a possibilidade. Uma vez que eu fui lá, se falou, se debateu, eles estiveram muito de acordo. Fiz um primeiro artigo dentro dessa nova orientação, foi a primeira vez que eles me recusaram um artigo. Disseram: Carmen, não dá. Então, eu vi que era da boca para fora aquele negócio de fazer uma coisa mais avançada, mais aberta. Então, eu estou sempre no mesmo plano.

É uma coisa bastante frustrante para mim, mas ao mesmo tempo eu tenho que reconhecer também que é rentável, frutífera. Eu estou sempre no setor de aliciamento. Pegando a que não está

conscientizada ou que tem aí um vislumbre e abrindo a cuca. Uma vez que aquela cuca esta aberta, bom, vai te virar sózinha. Deixa eu pegar outra. Para mim muito frustrante porque eu estou sempre batendo na mesma tecla.

A linguagem já é mais fácil. O entendimento já é mais fácil. E não é aquela luta, eu não estou matando dragões. Mas a verdade é que eu gostaria de ter podido continuar uma espécie de diálogo com as que começaram, com as que despertaram comigo. Agora, eu não posso continuar o diálogo com essa gente. Só na fase pessoal. Revista, não. Essa gente está fazendo seu caminho sozinha, mas eu já não posso abordar essa temática mais avançada na revista.

### *Entrevista com Marilda Varejão<sup>3</sup>, diretora de Capricho*

Como a primeira parte da entrevista girou sobre os resultados de uma pesquisa realizada por *Capricho* n° 463 junto a seus leitores, em fins de 1978, achamos conveniente registrar as perguntas e respostas mais significativas para maior compreensão do discurso de Marilda Varejão. A pesquisa foi introduzida na forma de encarte levando, na introdução, o seguinte recado para as leitoras:

Atenção: *Capricho* quer conversar com você!

Cada dia mais sua revista está preocupada com você, sua casa, seus gostos, sua saúde, seu amor, enfim, com seu jeito de Ser e sua maneira de viver. Sabemos que a melhor maneira de se fazer uma revista perfeita é conversando com você própria para dizer o que quer, não é verdade? Então botamos um questionário amplo, dos mais completos possíveis, que você deve responder com a maior sinceridade, Leia-o atentamente e mande sua resposta o mais rápido possível para *Capricho*, Cx

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada por Cynthia Sarti e Maria Lygia Quartim de Moraes.

Postal 2372, São Paulo. As 5.000 primeiras cartas que chegarem ganharão um BRINDE-SURPRESA (você vai recebê-lo em casa.). E não desanime se achar o questionário trabalhoso. Imagine o que você conseguirá em troca: uma *Capricho* cada vez melhor, feita do jeitinho que você quer. Mais do que isso: uma revista que você ajudou a fazer.

Os questionários foram preenchidos por cerca de 18 mil pessoas e deste total foi selecionada uma amostra de 5 mil pessoas. As porcentagens colocadas em frente as questões selecionadas correspondem, portanto, a esta amostra. Das 45 questões propostas pelo questionário selecionamos 28 que transcrevemos mantendo a numeração original. A porcentagem de respostas escolhidas será colocada entre parênteses.

2. “Aqui temos uma lista das seções que costumam aparecer em revistas. Escreva nos espaços em branco abaixo, os números correspondentes as cinco opções de que você mais gosta”.

- Cartas (21,2%)*
- Fotonovela (65,8%)*
- TV (21,25%)*
- Horóscopo (45,9%)*
- Coração (21,2%)*
- Moda (59,2%)*
- Beleza (40,8%)*
- Decoração (38,3%)*
- Cozinha (31,5%)*
- Saúde (27,8%)*
- Contos (27,6%)*
- Testes (38,4%)*

5. Explique por que você compra *Capricho* (marque com um x uma só resposta)

*Por causa da fotonovela*

*Por causa da fotonovela e dos outros assuntos (74,4%)*

*Por causa dos outros assuntos (23,2%)*

6. Quais os tipos de assuntos que você prefere encontrar nas fotonovelas? (marque com um x uma só resposta)

*Românticos (37,7%)*

*Misteriosos*

*Policiais (13,9%)*

*Violentos*

*Histórias da vida real (45,7%)*

9. O que é importante numa fotonovela? (marque com um x duas respostas)

*Artistas bonitos (14,8%)*

*Uma estória envolvente (76,3%)*

10. Quando você pega ou compra uma nova *Capricho*, o que lê primeiro? (marque com um x só uma resposta)

*Fotonovela (13,1%)*

*Moda (10,3%)*

*Coração Pergunta (9,27%)*

*Horóscopo (30%)*

*Sexo (3,4%)*

15. Qual a sua opinião sobre o “Confidencial” nosso caderno de reportagens sobre assuntos de TV? (marque com um x uma só resposta) .

*Muito bom (52,4%)*

18. Aqui temos uma lista dos assuntos que costumam aparecer em *Capricho* (marque com um x, no espaço em branco, os cinco assuntos mais importantes na revista).

*Fotonovela (61,2%)*  
*Confidencial (25%)*  
*Consultório Médico (41,4%)*  
*Horóscopo (39,8%)*  
*Moda (48,5%)*  
*Cozinha (30%)*  
*Decoração (34,3%)*  
*Sexo/Amor (53,7%)*  
*Saúde/Beleza (47,0%)*

19. Escolha algumas matérias que você gostaria de ver publicadas em *Capricho*, (marque com um x no máximo três respostas)

*Matéria sobre crianças (34,6%)*  
*Matéria sobre orientação sexual (43,8%)*  
*Artigos sobre relacionamento afetivo:  
 amor, amizade, coleguismo (48,1%)*

23. “Sou a favor do divórcio”

*sim (75%) não (24%)*

24. “Gosto de pedir conselhos a minha mãe”

*Sim (72%)*

25. “O papel da moda para a mulher é secundário”

*não (65%)*

26. “O aborto não devia ser proibido”

*sim (53,4%) não (45,3%)*

28. “Acho que as coisas seriam melhores se houvesse mais liberdade sexual no mundo”

*sim (35,4%) não (63,9%)*

29. “Quase todas as pessoas com quem eu ando são amigos e conhecidos de trabalho ou de escola”

*sim* (68,9%)      *não* (30,3%)

30. “A mulher e o homem devem ter o mesmo papel na sociedade”

*sim* (85,7%)      *não* (13,7%)

31. “Prefiro sempre os produtos mais antigos porque são melhores”

*sim* (22,3%)      *não* (73,4%)

32. “Não costumo me abrir muito com meus pais”

*sim* (48,5%)      *não* (50,2%)

33. “Sou uma pessoa moderna”

*sim* (48,5%)

34. “Se o aborto for facilitado legalmente vai acontecer uma desmoralização da vida familiar”

*sim* (60,4%)      *não* (38,8%)

36. “A liberdade sexual que existe hoje em dia é perigosa para os jovens e para a sociedade”

*sim* (55,6%)      *não* (43,8%)

37. “Cada mulher deve ter o seu jeito de se pentear, de se pintar, sem ligar para a moda”.

*sim* (64,6%)      *não* (32,2%)

38. “Mulher separada é sempre mal vista”

*sim* (31,1%)      *não* (67,9%)

39. “As reuniões familiares são importantes para mim”

*sim* (71,3%)      *não* (27,8%)

40. A mulher se realiza na vida como esposa e mãe de família”

*sim (48,5%) não (50,2%)*

41. “Sou uma pessoa conservadora”

*sim (71,4%) não (27,4%)*

43. Qual e a sua idade?

*a. até 19 anos (43,5%)*

*b. de 20 a 29 anos (45,5%)*

*ou seja até 29 anos (89%)*

44. Qual seu estado civil?

*a. casada (21,4%)*

*b. solteira (74,5%)*

#### *Entrevista de Marilda Varejão*

“Como vocês podem observar o público leitor é muito jovem. Até 19 anos temos 43,5%, sendo que começam a ler a revista em geral aos 15 anos, ou até menos. Como as leitoras de 20 a 29 anos correspondem a 45,5% vocês notarão que temos quase a maioria absoluta das leitoras numa faixa de jovens. A grande maioria ainda é estudante ou trabalha fora. A grande maioria (80 %) tem curso entre ginásial e colegial e 13,5% são universitárias. Temos algumas jovens donas-de-casa também, mas o grosso mesmo é estudante, comerciarista, escriturária...”

Elas estão preocupadas com matérias de orientação sobre o comportamento humano, o que envolve sexo, orientação profissional. Basicamente esse tipo de matéria e lazer. A faixa que pede esse tipo de matéria de orientação é de 42,3% contra 23,3% de matérias de lazer, incluindo fotonovelas.



*As leitoras preocupam-se com a virgindade*

“Elas querem orientação sexual, comportamento em relação a amigos, elas são muito desorientadas, eu diria. Elas querem todo tipo de matéria que você dê normas de comportamento humano. Mas o maior problema realmente é a virgindade. Dar ou não dar é o grande problema. Isso a gente pode dizer não em função dessa pesquisa, mas do número de cartas que recebemos. A gente sente uma maior abertura por parte das meninas, elas estariam até dispostas a dar, mas elas ficam muito preocupadas em relação ao companheiro depois. Como eles aceitariam, se eles aceitam... As que deram, querem saber sobre himenoplastia. Virgindade, você sente que é um problema muito sério”.

*A frigidez é considerada doença*

“Algumas escrevem assumindo já uma vida sexual regular. Mas elas não estão preocupadas com o prazer. Podem ter a preocupação com o casamento, ou com uma relação amorosa que está para acabar, assim como a traição do namorado, infidelidade, alguma coisa assim. Elas também têm muito problema de frigidez. Elas se acham frias. Querem saber como é que podem resolver isso. Elas colocam a frigidez como doença, um problema que elas têm, como é que acaba.”

*Queremos abrir a cabeça das leitoras*

“A gente tem consultoria médica, uma seçãozinha chama da “o coração pergunta”. A ideia é realmente fazer a cabeça das meninas; a nossa leitora é uma leitora conservadora. Inclusive essa pesquisa

avaliou a modernidade dela. A gente diria que a modernidade da leitora é média. Ela realmente não é aquela mulher extremamente conservadora, mas ela também não é uma moça liberada. Ela não só acredita, como cultiva, por exemplo, conselhos da mãe, valores familiares. Para ela é importante tudo isso. A modernidade é razoável, média. Elas estão preocupadas com moda, querem andar na moda. Acho que para uso externo, em embalagem, ela é uma menina moderninha, que usa meia soquete, roupinha transadinha, agora o negócio interno, as decisões de vida, aí a família é importante, casamento, tudo isso. Ela ainda é uma mulher bem conservadora.”

#### *A orientação profissional*

“As leitoras que procuram orientação profissional são muito indefinidas ainda. Uma matéria que a gente fez sobre a profissão de secretária teve um índice de leitura altíssimo (nós fizemos uma pesquisa Gallup aquele mês). A nossa ideia é inclusive dar mais matérias assim. Elas escrevem cartas e querem saber aonde poderiam fazer determinados cursos: Senac, cursos por correspondência. Estão à procura de alguma coisa, mas ainda não sabem muito bem o que é. É uma mulher que está querendo começar a batalhar, mas você precisa dar uma orientada, dizer que tipo de coisa ela poderia fazer, onde, como. Ela não tem orientação nenhuma sobre nada. É uma menina muito romântica. *Capricho* tem 27 anos, a gente já conhece mais ou menos o tipo de leitora. Não só pela pesquisa, mas pelas cartas.”

*Capricho transforma-se*

“Ela deixou de ser uma revista só de fotonovela. Eu diria que é hoje uma revista basicamente de serviços para a mulher. É uma revista tão completa, eu diria, que tem até fotonovela, que seria esse lazer que elas estão procurando. Agora elas querem realmente matérias sobre orientação, a orientação sobre tudo, não só orientação sobre comportamento humano, mas orientação de como decorar a casinha dela, como fazer a comida dela, que roupa ela deve vestir, Quer dizer é uma revista de serviços. A gente procura dar sempre uma informação útil a essa mulher. Então a nossa cozinha é voltada para o orçamento dela, que não deve ser muito elástico, pela faixa que a gente atinge. Decoração a gente procura incentivar o bom gosto na maneira como ela vai transar a casa dela, mas com coisas não muito caras. Nós nunca fazemos a revista com aquela decoração de sonho. Com isso a gente não mexe. A gente ensina a fazer móveis, sempre alguma coisa pensando no bolso da menina, no tipo de vida que ela leva e como ela pode melhorar o padrão de vida, dentro do que ela dispõe. Temos consultório médico. “Em nome da lei”, o advogado, “o coração pergunta” que tem também uma leitura incrível.”

*Capricho evolui com a mulher média*

“Eu acho que a evolução não é da *Capricho*, acho que a evolução é da mulher, da mulher média brasileira, que a revista tem que acompanhar. É o alvo dela. Acho que *Capricho* é muito assim mulher média. Uma faixa média da população brasileira. Os problemas que ela enfrenta. É uma mulher que de repente descobriu que precisa trabalhar. É uma mulher que está preocupada com a casa dela também. Tudo é sempre muito didático, tudo o que a gente faz

é ensinando. Por exemplo, beleza, como ela deve cuidar do corpo dela. Desde hábitos de higiene. Porque eu acho que hoje que está acontecendo isso. A evolução é do povo. Agora tem um maior número de pessoas com escovas de dentes. Até uns anos atrás... Na medida em que a gente vai vendo a evolução do povo em geral e da mulher em particular, a gente vai também evoluindo a revista. Claro sempre um pouquinho na frente dela, porque se você fica no mesmo nível que ela você não tem nada para oferecer.”

*A decisão sobre os temas a serem tratados*

“A gente faz uma reunião de pauta, com o pessoal da redação, na qual participam não só os redatores, mas também o pessoal da arte, a secretária, a datilógrafa. Eu acho que é um momento catártico. O cara chega lá e vai botando para fora os problemas dele, que ele vivencia e a gente sente quais são os problemas que estão assim mais evidenciados. Inclusive a nossa datilógrafa é um termômetro ótimo para nós. Acho que ela é uma leitora típica de Capricho. Então a participação dela numa reunião de pauta é da maior importância para mim. Acho mais importante que a de uma editora. Eu vejo o que ela queria ver publicado, o que está angustiando, o que está mexendo com a cabeça dela. Todo mundo que faz a revista participa da reunião, a gente discute alguns assuntos e na verdade a seleção final fica por minha conta. Participam umas 16 a 20 pessoas. Fora as cartas de leitoras que a gente lê muito e vê quais são os problemas delas, que são também origem de matéria.”

*Entrevista com Eda Romio<sup>4</sup> – Editora executiva da NOVA**A experiência pessoal*

“Trabalho aqui há um ano e nove meses mais ou menos. Trabalhei antes 9 anos na *Veja*, desde o nº 0 da *Veja*. E estas são experiências muito diferentes. A *Veja* é uma revista de informação, então para ela, relatar fatos e tentar interpretá-los, ela cumpriu a missão dela. O leitor dela é difuso, pode ser todo mundo, e a NOVA é muito mais específica. É uma revista dirigida à mulher especial entre as mulheres brasileiras. Especial no sentido de que é aquela mulher que está tentando romper barreiras, está tentando ter um comportamento diferente. Encara o trabalho profissional numa boa. Ela quer trabalhar fora. Acha que as aspirações dela não se resumem em casar e ter filhos. É uma coisa muito importante isso, mas não é a única. Ela considera outras formas de se realizar. Na medida em que você trabalha 9 anos numa revista cujo leitor é anônimo, de repente você vem para uma revista onde o leitor é muito mais bem delineado, você é obrigada a ser muito mais objetiva. Para mim, a NOVA é um aprendizado que a *Veja* jamais me deu. Eu não posso mais me dar ao luxo de uma frase bonita e vazia. Nenhuma revista poderia te dar esse luxo, mas te dá. Na *Veja* você pode fazer uma abertura de matéria, pelo som bonito que ela tenha. Na NOVA não, você não pode desperdiçar uma linha em algo que não tenha alguma coisa importante, porque a leitora de NOVA geralmente lê só a NOVA. Ela é assinante da *Veja*, vamos dizer, mas não tem tempo ou não está habituada a ler a revista e a NOVA ela lê. Dentro da Abril existe uma pesquisa de nível de audiência, de leitura das revistas. A NOVA é um dos índices mais altos de leitura. As pessoas começam e terminam de ler as matérias. Coisa de 60% de leitura total. Uma revista como a *Veja* às vezes não

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada por Cynthia Sarti em 27/12/78, em São Paulo.

passa de 20%. A Fátima tem uma frase muito boa, ela diz: quando vocês sentam para escrever uma matéria, o melhor jeito para que essa matéria saia bem é vocês pensarem, primeiro, que estão escrevendo para vocês mesmas, porque vocês são leitoras de NOVA, segundo que vocês estão diante de uma única mulher sentada à sua frente. Não é mais aquela massa disforme. Então a NOVA tem isso. Para mim pessoalmente ela ensinou objetividade, ela me fez ver a diferença entre textos elegantes e textos densos. As duas coisas devem existir juntas, mas se a gente tem que optar, hoje, eu prefiro a densidade e não a elegância. Mas a gente caminha para tentar conseguir as duas coisas. Essa é, mais ou menos, a grande diferença que eu sinto entre as duas”.

#### *NOVA comunica-se com sua leitora pelas cartas e pelas vendas*

“O contato que existe entre a gente? Acho que é basicamente por carta, como eu acho que é todo o contato de uma publicação com seu leitor. Ou outro contato é a venda do veículo. Você mede se está falando uma linguagem que tem público se você vende. Então a NOVA começou há 5 anos atrás inovando não somente em linguagem mas também nos assuntos que ela traz para discussão. Não existia nenhuma publicação dirigida a uma mulher que tentava olhar a vida com olhos menos apavorados. Acreditando mais nela mesma, ou tentando se arriscar mais. A imprensa feminina de 5 anos atrás era de revista tipo *Claudia*, as outras femininas aqui do andar. *Desfile* já devia existir, revistas muito mais voltadas para: fique mais bonita, compre a roupa da moda, a receita. Mulheres inclusive casadas, jovens senhoras como se dizia na época. Nada para uma moça de uns 25 anos, ainda solteira, porque hoje se casa mais tarde, neste país e acho no mundo todo. Uma moça que está em escola, trabalhando e querendo ter uma independência também. Então, a NOVA chegou para esse público.

Ela deu certo assim, ela explodiu, vendeu bem. Começou vendendo acho que 150 mil revistas por mês. Era um número alto. Ela, depois, ficou mais ou menos parada e aí ela conheceu um período de queda, que foi provavelmente uma época em que ela se estagnou. Não cresceu em linguagem, se atrapalhou nos conceitos que ela queria veicular. E finalmente há um ano e meio atrás ela começou, acordou de novo para esse país onde ela é feita.

A equipe toda mudou. Quem fazia a revista mudou, menos a Fátima. A Fátima teve sempre na cabeça esta NOVA de agora. Eu diria que ela tem a NOVA de daqui a um ano também na cabeça, que ainda não é esta. É uma revista caminhando. Ela tinha uma revista na cabeça, mas ela não conseguia executá-la. A revista se perdia no fazer, o resultado acabava não sendo o sonho, ou a ideia primeira e isso levou a revista para um decréscimo de venda. Não era acentuado, mas era alarmante, na medida em que toda a publicação quando conhece um pequeno ocaso de vendas, é sinal de que as coisas não vão bem, às vezes não vão irrecuperavelmente bem. Tem outro detalhe, a NOVA é uma revista inspirada numa revista americana chamada *Cosmopolitan* que é a fórmula editorial de maior sucesso no mundo todo, incluindo todas as revistas. Vende por mês 3 milhões de revistas”.

*O segredo da Cosmopolitan: ser verdadeira*

“*Cosmopolitan* é um espelho perfeito da mulher americana. Sem distorções. o que tem em *Cosmopolitan* é o que você vê na rua em Nova York, é a vitrine da cidade, é o papo que você tem com uma menina que você conversa numa lanchonete, ela reflete o momento da mulher americana. A *Cosmopolitan* é um sucesso espantoso, divulgado por todo o mundo, que existe no mundo todo, com outros títulos. Inclusive na semana passada esteve aqui uma das editoras de *Cosmopolitan* contando que editores suecos estão em negociação com um novo título da *Cosmopolitan* porque eles tem

revistas femininas de muito sucesso tipo *Clandia* lá e eles acham que até 1985 o mercado dessas revistas está completamente tomado e acabado. Não haverá mais consumidores para esse tipo de revista, porque a mulher mudou de tal forma nesses últimos 10 ou 20 anos que não haverá mais consumidores só para esse tipo de revista. Então eles estão interessados em trabalhar com publicações para essas mulheres que estão aparecendo. Então eles já estão pensando o que essas mulheres que agora estão com a vida tão diferente de 10 anos atrás vão ler. E como eles querem continuar ganhando dinheiro, eles querem uma revista que seja comprada por elas. Como a NOVA tem essa fórmula cosmopolitana, às vezes, nessa época em que houve uma queda de vendagem, ela se prendia a uma realidade que não era a nossa. Como nós temos direito de usar matérias americanas: as matérias que nós usamos e, hoje usamos ainda, são basicamente matérias didáticas, aquelas matérias que falam, que tem um fundo psicológico, que tentam explicar algumas reações ou como vou lidar com emoções como raiva, insegurança e timidez que englobam todo o universo; insegurança e timidez e a mesma no mundo todo, mas nos Estados Unidos ela se reflete de um jeito, aqui de outro. Lá uma mulher pode ter insegurança para brigar por uma promoção de gerente a diretora de uma empresa. Aqui a nossa insegurança se manifesta em coisas muito menores. Nossas mulheres ainda não estão nesse tipo de estágio. Enquanto você não encontra o seu espelho, você não se entusiasma. Então, provavelmente o que hoje a gente – olhando para trás – entende é que a NOVA deixou de ser o espelho para a mulher brasileira, ou durante um certo tempo, ela não refletiu realidade, ansiedades, esperanças, nada. Ela passou a ser uma revista sem vínculos com o que estava acontecendo. A Fátima sempre esteve muito atenta para isso e houve um momento em que ela pode realmente virar a mesa e começar a olhar de novo para o país. A partir daí, a revista voltou a subir. Em um ano subiu de 140 mil para 270 mil exemplares. Em um ano e meio.



Nós começamos aqui dentro a trabalhar para isso em junho de 77. Os primeiros resultados (e um processo doloroso de descoberta, de dor física, de cansaço, de estafa) começaram aparecer em novembro de 77. Mas aí a revista já estava vendendo mais. Mesmo quando a gente usava um artigo: ‘Como lidar com a raiva’, que era o mesmo que a gente usaria 2 anos atrás a gente tentava fazê-lo de novo, aqui. Tentava reelaborá-lo, ou: como é a raiva para nós. Em que momentos isso é difícil de lidar para a mulher brasileira. Ela não trabalha tanto quanto a americana, ela não ocupa cargos tão importantes ainda. A renda mensal dela, o dinheiro dela é menor. Ela ainda é muito menos liberada, então tudo isso e hoje pensado dez vezes antes da gente aproveitar uma matéria americana. Quase nada mais se aproveita integralmente. A gente aproveita muitas ideias e refazemos as matérias todas aqui. Uma coisa que eu diria que é muito importante, tem 50% a ver nisso tudo, é que a revista saiu da redação, no sentido de que deixou de ser uma revista feita no gabinete. Hoje todas as nossas matérias são feitas em cima de reportagens. Gente que vai para a rua, entrevista as pessoas, tenta realmente refletir que está acontecendo, o que as pessoas estão pensando e em cima disso a matéria é feita. Então aí, tem um ponto de contato. A revista vendendo mais, para nós é um aval da leitora, “tudo bem, a gente está gostando, é isso”. O segundo ponto são as cartas, mas é realmente uma coisa menor para nós, no sentido de avaliar. A revista vende 250 mil exemplares e recebemos 100, 200 cartas por mês. Elas são reveladoras, mas nunca reveladoras do universo todo da leitora de NOVA.

### *As cartas revelam muito*

“As cartas de NOVA são realmente reveladoras. A leitora diz assim: eu tenho 24 anos, sou secretária de uma empresa média e acho que a NOVA é uma grande amiga. Para nos isso já é um pequeno perfil da leitora. Ou quando ela diz: as músicas da Vanusa,

uma mulher que é consciente das opções que assumiu, marcaram uma fase muito importante para mim. Para nós, também nos revela uma mulher que talvez tenha os problemas que a Vanusa teve, uma mulher que largou o marido, morou com um cara, sem ser casada, num contexto onde isso não era muito habitual, teve filhos, largou-se, parou, voltou. Então isso mostra para nos um problema comum. Ela se identificou com os problemas desse perfil, porque ela deve ter coisas parecidas.”

*O que a leitora quer surge da própria redação*

“A Fátima pediu que todas nos aqui puséssemos no papel o que a gente pensava da gente mesma, ou da leitora de NOVA, a partir do que a gente pensava da gente como leitora de NOVA. Como a gente via a vida da gente hoje, o que a gente estava querendo, o que a gente queria encontrar numa revista, o que a gente queria para a vida da gente. Todas nos botamos em duas laudas como a gente via a vida da gente: o lado afetivo, o lado profissional, o lado familiar. Incrivelmente as coisas todas bateram. Nós somos aqui 20 pessoas e foram 20, 40 laudas canalizadas muito para o lado de que a gente quer ser respeitada como profissional, quase todas falavam isso. A mulher hoje quer maior respeito profissional, ela quer ter as mesmas oportunidades, ela não quer ser tão presa à família como era antigamente, mas ela não quer um rompimento dramático, nem definitivo. Ela quer uma distância legal. Ela quer escolher bem o cara com quem vai viver, ela já não se preocupa tanto em casar de papel passado ou não, mas ela quer um cara, ela quer viver com uma pessoa. Provavelmente por ter visto o pai e a mãe não se darem bem, os casamentos antigos não serem bem resolvidos, o dela ela quer entrar nele com maior conhecimento de causa. Ela quer ler a respeito. Ela tem uma sede de saber coisas. Isso é muito compreensível, se a gente olha para esse país, onde informação ainda é uma grande descoberta, não existe

gente informada, pessoas que leram mais de 20 livros se chama de intelectuais, e compreensível essa sede de informação que ela tem, que a gente tem. Quando eu digo ela é força de expressão.

A mudança começou mesmo no momento em que a gente parou para pensar. Olhávamos uma revista que estava com problemas de vendas, olhávamos pensando porque? Então, esse trabalho que acompanhei muito perto da Fátima, passávamos dias com a revista na mão, centenas de revistas espalhadas no chão da sala dela, tentando ver onde que a gente está errando, aí começaram a aparecer: é uma revista feita em gabinete, é uma revista que não tem vida, na medida em que não se fala com as pessoas lá fora...

Nos começamos a perceber isso, na medida em que você lê 100 vezes o mesmo artigo, tentando olhar o que ele tem de errado, você consegue ver. A gente tem alguma prática. Nossas matérias pareciam muito fechadas dentro de si mesmas. Elas eram muito mais voltadas para problemas e não para soluções. Um dado interessante: na tentativa de copiar a *Cosmopolitan*, se copiava, mas como toda cópia, ou e bem feita ou ela é uma tragédia e a nossa era uma tragédia, porque nos pegávamos nos problemas, então se o tema é timidez, era assim: Ai terrível timidez, que mata. Então se ficava girando em torno da terrível timidez, que coisa horrível... era uma revista meio neurótica, no sentido de que ela não abria horizontes. Daí comparando, revendo as *Cosmopolitan* mil vezes, lendo a exaustão, o modo como elas escreviam e vendo outras revistas, a gente começou a ver que timidez é um assunto nosso, como é assunto para o Japão e a Austrália. O problema é que não é ficar dizendo: oh meu Deus, vou me matar, mas vamos tentar conviver com ela. Na medida que a gente disse: respira fundo, tem solução, não há nada terrível no sul do Equador, a coisa começou a melhorar. As pessoas querem saber que é possível fazer alguma coisa. As pessoas são muito menos acomodadas do que a gente pensa. Elas estão a fim de acenos que você faça e as cartas refletem muito isso, quer dizer, a leitora dizendo: olha, eu li determinado artigo e vi que eu estava dando valor demais

para coisas que não eram tão importantes e resolvi dar a volta por cima. Então a gente acha que está no caminho certo”.

### *NOVA alcança um setor específico da mulher brasileira*

“Eu diria que nesse país tem um único divisor de águas, que é o poder aquisitivo. E divisor de águas para tudo: para você ter acesso a informação, à educação, a um bom casamento, a um bom trabalho, sei lá. Tirando as exceções, as pessoas que se destacam, os gênios, os brilhantismos, falando em termos de média, você fala em poder aquisitivo. A revista NOVA custa Cr\$30,00. Eu acho que isso define o público. Não é uma revista que uma pessoa que ganha um salário mínimo possa comprar. Ela pode é ser lida por essa pessoa em 4? 3? mãos. Isso acontece muito. Agora o público consumidor dela, é quem pode pagar Cr\$30,00 uma revista e isso é caro. É o preço da *Cosmopolitan* nos EUA. Se você faz a conta de que lá a renda per capita é infinitamente maior do que aqui, você vê que isso limita bastante. Quem é a leitora que pode pagar Cr\$ 30,00: ela se concentra em cidades grandes, basicamente Rio e São Paulo. Não tenho os dados certos, mas acho que ela deve ser vendida 70% nessas cidades. Ela é comprada por mulheres que trabalham; 60% de mulheres que tem uma atividade própria. Elas não são independentes economicamente. A maioria é solteira (uns 80%); moram com pai e mãe (a maioria); têm trabalhos intermediários. E uma leitora jovem, basicamente dos 17 aos 30 anos de idade. Ela está em começo de carreira. Profissões médias e estudantes, fazendo estágios. Esse rótulo: leitora de NOVA-secretária é muito comum, mas ele é irreal; não há tantas secretárias assim nesse país a ponto de compor o universo das leitoras de NOVA. Mas nesse nível de profissão existem muitas. E pessoas que estão estudando e fazendo coisas encaminhadas para a profissão. Profissão é um item na NOVA muito importante. Através de matérias sobre mulheres bem sucedidas nas mais diversas profissões, a gente tenta

abrir caminhos. Tivemos relações públicas, em março vamos ter as eleitas que estão fazendo política. Todo mês nós temos uma matéria de carreira. Há uma pequena porcentagem de mulheres casadas questão jovens, na maioria, mas são muito diferentes das mulheres casadas que compram *Claudia*, por exemplo. A jovem senhora casada que compra *Claudia* compra pelo que a revista pode lhe dar de trabalhos manuais, para botar a casa dela mais bonita. A nossa não, a nossa leva ela a alguma agitação, então a mulher casada que compra NOVA é aquela que esta interessada em ter uma vida maior do que só a vida de casada. Não que a NOVA diga que essa história de ser casada não e legal, até em fevereiro a gente tem uma matéria chamada ‘Profissão dona-de-casa’. A gente diz: se existe uma coisa que a gente tem que preservar na vida da gente é uma coerência, uma paz interior, e essa paz, para muitas mulheres, está no fato delas acharem uma delícia ficar cuidando da casa, mande para o inferno todas as liberais desse mundo que vem dizer que você precisa sair da sua casa e ter um trabalho infeliz lá fora”.

### *A virgindade é problema para a leitora de NOVA*

“Quando eu disse, tentando traçar o perfil da leitora de NOVA, que ela quer se afastar da família, mas sem romper. Aí compõe tudo. A família como uma instituição é sempre repressora, ela sempre vai dizer: você só pode dar depois que você casar. Lá dentro dela, ela deve estar sacando que isso não tem muita importância, (...) se você considera que virgindade talvez seja um problema que inquieta uma leitora mais jovem, tudo bem. Agora, se você considera que a leitora de NOVA está compreendida numa média de 25 anos e que as mulheres desse momento de 25 anos são muito ferradas, porque elas herdaram toda a repressão da década passada e tem pela frente toda a liberdade que esta década promete, elas são extremamente divididas, elas são talvez mais inseguras. Eu acredito que uma menina

de 17 anos é mais segura a respeito de problemas morais, porque ela encontrou as coisas mais definidas e provavelmente não teve tanta pressão sobre ela. Agora quem está hoje com cerca de 30 anos ou 25 teve um grande massacre.”

“Então, eu acho que a NOVA funciona como uma válvula de escape para essa leitora. Um ponto forte da NOVA é abordar esses assuntos todos. Aliás a NOVA foi pioneira em trazer esses assuntos à baila, em 1972 por aí e trazer do jeito que trouxe, sem regras fixas, sem dizer: a moda hoje é não ser mais virgem, você é uma louca se você for; nem o contrário. Tentando fazer as pessoas olhar para dentro de si mesmas. Se você foi educada rigidamente, se você tem pai e mãe castradores, que policiam e te cobram coisas e você está sofrendo muito para romper com isso e todas as tuas amigas que resolveram o problema da virgindade, você começa a se sentir compelida com isso, é um sofrimento a mais que você acrescenta a esta pessoa se disser tudo bem, vamos dar, é moda. Então, que sofra menos. Se a gente tem um slogan, eu diria que é esse: Sofra menos. Tudo que faz sofrer é errado, nos temos realmente vocação à felicidade. Ser humano nasce para tentar ser feliz. Você está sofrendo porque é virgem, dê. Esse terreno é muito frágil, para se ditar regras. E tão pessoal, cada caso é diferente. A NOVA tem seus rótulos de ser uma revista liberal, pregadora e não é nada disso. Talvez ela tenha algum dia uma linguagem um pouco fútil, mas não é nada disso.”

### *Não existe assunto tabu para NOVA*

NOVA tem o princípio de que se deve falar, se deve questionar tudo. Sexo não é assunto que se deve falar trancada num quarto, com luz apagada. É uma coisa que faz parte da vida da gente. Nós vivemos com isso. Temos, então, todos os meses uma matéria que fala sobre sexo.

A NOVA tenta ser cada vez mais o que a gente chama de uma revista de comportamento. Ela não é uma revista didática, não é uma revista de informação. Nos temos todo mês: uma matéria de sexo, é um assunto que nós fazemos questão de falar; uma matéria que fala de emoção, tipo timidez e insegurança: uma matéria didática sobre a vida afetiva. Uma matéria que trate de relacionamento amoroso. Perfis de pessoas famosas, o critério é o de fama e uma pessoa que tenha alguma coisa a ver com a NOVA. Neste número tem Sidnei Magal que é um cantor que leva multidões ao delírio, as mulheres acham ele maravilhoso, ele requebra, as pessoas dizem que ele é sexy, então tem a ver com um tipo. E a Shirley MacLaine, que é uma mulher ativa, dinâmica, brigadora, que procura caminhos sempre novos para ela: uma mulher NOVA. Temos, além disso, matérias de saúde todo mês, matérias sobre carreiras, os serviços: moda, beleza, decoração, culinária até, que é o lado tradicional da mulher, a preocupação tradicional da mulher e que nós achamos que está certo. Uma mulher de hoje também se preocupa com isso. O teste, que é o passatempo, como outras revistas tem palavras cruzadas, nos temos o teste e o horóscopo.

Ademais temos a ficção: sempre um autor muito célebre, conhecido. Ou best-seller, ou um clássico. Nos sabemos que o brasileiro e a brasileira (bote a nisso) lê muito pouco. Um best-seller no Brasil é uma tiragem de 3 mil exemplares. Você calcula como se lê pouco neste país. E a mulher lê muito menos. Pelas cartas que a gente recebe, ela demonstra uma vontade muito grande de conhecer coisas, em tudo, principalmente em literatura. Elas querem conhecer os clássicos que elas ouvem falar e querem saber quem é. A nossa ficção se divide em: medalhões e mulheres que escrevem. o nosso desejo é ter todo mês um conto de alguém famoso e um conto de uma mulher que escrevesse, famosa, também. Depois as seções fixas: cinema, discos, livros, o Divã do Analista.

*Feminismo é rótulo mal visto no Brasil*

“Feminismo nos EUA é como você ser filiada ao partido republicano, ao partido democrata. É uma opção de vida que você fez e não há grandes limitações. Não te segrega, não te afasta da sociedade, não te tira amigos, namorado, ninguém bota o dedo em riste para você. É um país democrático, onde as coisas são muito diferentes. No Brasil, o feminismo chegou, a imagem chegou com a passeata da queima dos sutiãs. Para o brasileiro e a brasileira, ao contrário dos EUA onde ser feminista é ser uma mulher preocupada, atenta, informada, você dizer eu sou feminista, imediatamente o que ocorre para as pessoas é: provavelmente ela é lésbica, ou ela teve algum grande desgosto amoroso, ou ela é ambiciosa, só pensa em profissão, ela quer subir na vida a qualquer custo e outras preferências tão desairosas quanto essas. É assim que nessa nossa cabeça e o eco da palavra feminismo, então é nesse sentido que a Fátima sempre deixa claro que NOVA jamais vai se incorporar em qualquer corrente.

Eu sou muito empolgada para falar, mas eu não acho que a NOVA é uma revista perfeita. Como eu estou muito envolvida com ela, ela é muito à minha imagem e semelhança, porque a gente esta mexendo muito com ela, eu acho que ela tem um longo caminho pela frente. Principalmente, ela não pode ser estável, porque se ela pretende ser um espelho nosso, ela não pode ser estável, porque nós estamos mudando a cada dia. As mulheres americanas e europeias mudam muito menos do que nós. As mudanças que elas tiveram aconteceram na década de 60, culminando em 68. Nós não passamos por isso. As coisas chegaram através dos jornais deturpadas, quer dizer, feminismo é queimar sutiãs em praça pública, etc.; e a gente está caminhando ainda. A gente esta num processo de caleidoscópio, você vira um pouco e tem outra imagem, então e bobagem querer que a NOVA seja uma revista com feição definida. Mesmo assim, se você lê a NOVA com atenção você vê que ela é uma revista que prega horizontes abertos para a mulher. Prega no sentido de dizer: você



pode sim; tudo é possível. É uma posição aberta, e como a mulher brasileira. Até amedrontada às vezes. Acho a NOVA um pouco covarde, com medo de arriscar coisas, propor um ponto de vista mais definido. E tem um detalhe nessa história, e que ao contrário de uma revista como *Playboy*, com a qual muita gente faz paralelo com a NOVA não entendo como, mas *Playboy* é uma revista alternativa para o homem. Ele geralmente lê jornal diariamente. Lê *Veja*, *Isto É*, *Manchete*, sei lá. Ele é uma pessoa informada por outros meios. A NOVA não tem a função de ser alternativa. Às vezes é a única revista que a leitora lê, então ela não pode se dar ao luxo de brincadeiras gratuitas. Ela não pode se dar ao luxo, inclusive de defender alguma coisa que não está muito bem pensada. Porque a gente está sabendo de mulheres que leem um artigo e resolvem mudar de vida por causa dele. Uma mulher que leu um artigo que dizia que era ótimo tentar a vida numa outra cidade, então ela arrumou a mala e foi. Então é muito perigoso ditar regras por aí. Nesse ponto, acho que a gente é muito tímida. Nós vivemos num país onde não há estatísticas, números, sem as coisas mais elementares de dados para você poder calçar o seu ponto de vista. É muito difícil no Brasil você ter dados concretos de apoio para, dizer esse ponto de vista que eu estou defendendo está muito bem calçado. Foi aprovado, testado. Então somos cobaias mesmo.

As seções mais lidas são as de sexo e emoções. Eu acrescentaria ainda os perfis. Há uma diferença entre as leitoras do Rio e de São Paulo. Os cariocas leem mais a coluna de discos e mecosmo cinema e livros. As paulistas leem livros em primeiro lugar. As cariocas leem títulos e legendas e geralmente não leem texto. As paulistas leem textos integralmente. A paulista lê muito mais, isso é uma coisa que já está clara na nossa cabeça. Os picadinhos (como Nova Conta Tudo) tem excelente nível de leitura. Política foi muito mal lida quando a gente não sabia apresentar, quando a gente apresentava como *Veja* apresenta: blocos de matérias. Na hora em que nos paramos para pensar em como vender na forma de embalar esses assuntos,

o índice de leitura subiu muito. Perguntas e respostas é uma fórmula consagrada. o que é conciso, curto, rápido e preciso tem sucesso. O teste sobre política, na época da sucessão presidencial foi um grande sucesso. Quando nós percebemos que o assunto em si é pesado e que por isso precisa ser muito bem trabalhado, nós acertamos. A NOVA chegou a ter um jornal que foi um fracasso. Não tinha nada a ver com o resto da revista. A matéria sobre multinacionais foi um sucesso. A matéria sobre terrorismo, muito mal embalada, foi um fracasso.

Eu acho que a imprensa brasileira não descobriu quão importante é a embalagem para uma revista. A televisão já descobriu. A imprensa americana faz isso deslumbrantemente, vide a *Cosmopolitan*, cujo sucesso e embalar com perfeição é embalar refletindo uma realidade dela. No Brasil, o brasileiro confia muito na intuição. O brasileiro não se preocupa em ser lido. O trabalho do jornalista se encerra quando ele entrega o artigo”.

### *O poder na redação de NOVA*

A Fátima é a diretora e tem todos os poderes de decisão da revista. Responde aos diretores do grupo feminino, mas é um contato muito elástico. Nenhuma decisão editorial depende deles para questões financeiras. Editorialmente, ela tem toda a revista nas mãos. Depois dela, tem o meu cargo, editora executiva. Eu leio a revista toda. Vou contar a história de uma maneira diferente. Como nasce a revista, a partir daí se explicam as funções da revista. A NOVA nasce todas as segundas-feiras numa reunião que a gente chama de ideia. Todos participamos, a secretária, o boyzinho, todo mundo vem com ideias de matérias, todas as ideias são lidas e passadas para a Fátima, que depois seleciona as que ela, com sua experiência, acredita que devem entrar na revista, o resto ela joga fora mesmo. Faz um comentário rápido e preciso sobre as matérias que ela

separa. Essa matéria passa a fazer parte da pauta de um mês. Nós fechamos o número com 2 meses de antecedência por problemas de gráfica. Aí elas vem para as minhas mãos. Eu reúno os 4 editores, eles escolhem as que eles gostariam de fechar; passo para as mãos deles as recomendações da Fátima, faço os meus comentários e eles elaboram a pauta e passam para o chefe de reportagem que é a pessoa encarregada de encontrar o executor da matéria, que em geral, é “*free-lancer*”. Às vezes os editores vão também para rua. Trabalhamos com jornalistas de outros lugares. Sempre com “*frilas*”. As matérias de política a gente tenta dar para quem cobre a área de política dos jornais e revistas. As matérias de economia, imposto de renda que nos temos esse mês foi feita pelo especialista de *Veja*.

Contei tudo isso para você ver que tipo de decisão cabe à Fátima e à mim. Depois de passar para eles, depois que a matéria é encomendada, ela volta. Uma vez aprovada, uma vez que o chefe de reportagem acha que esta tudo bem, a matéria vai para o editor para a finalização, volta para mim, leio a matéria, devolvo ou não, caso ela precise de alguma coisa. Quando eu aprovo vai para a Fátima que é a pessoa que tem todo o poder de vetar, de arrumar, de mexer. Nós temos os 4 editores que finalizam as matérias, são editores de textos. A NOVA não tem um corpo de repórteres. Só tem editores. Os repórteres são todos “*frilas*”. Contratados para cada matéria.

### *A Censura prévia*

“Nós temos censura prévia. Toda a revista é mandada pra Brasília, através do malote. Eles exerceram censura total à revista até a época em que houve aquele abrandamento da censura, quando foi? Na época da eleição do Figueiredo? Sei lá, há uns quatro meses atrás. Aí eles suspenderam a censura política da revista. Agora há só censura de costumes, o que para nos é grave, porque nos praticamente

somos uma revista de costumes. E temos problemas muito sérios. Nós tivemos censurada integralmente uma matéria muito didática, sem nenhum problema, chamada ‘o que falar do complexo de Lolita’, homens que se apaixonam por ninfetas.”

*Entrevista com Ines Knaut, editora de Carícia e Love Story*

“Estou em *Carícia* faz dois anos é acho que ela mudou desde o momento que entrei pois foi o mesmo tempo em que entrou Yara, a redatora-chefe. A gente veio com um tipo de estilo e de ideia muito semelhantes. Minha impressão é que antes a revista era mais aberta, abrangendo um leque mais amplo de assuntos o que, aparentemente, dava uma maior riqueza para ela. Por exemplo, em um dos últimos números antes das modificações ela tinha uma matéria sobre uma viagem ao rio São Francisco. Ora, esta é uma matéria que acho válida, mas um pouco distante do padrão de vida que supomos que a leitora tenha. A leitora de *Carícia* não parece ser alguém que já está pondo o pé na estrada, fazendo uma viagem pelo São Francisco. Ela é uma leitora mais para dentro, ela não é uma garota *Pop*, nem *NOVA*; ela esta começando a sair de dentro dela, ainda não atravessou a porta. Assim diminuimos o leque de assuntos. Eu me lembro bem que quando entrei em *Carícia* estava vindo de jornal, da Editora Três, com uma visão ainda na base de artigos no estilo “como descolar seu primeiro emprego”; “como andar de bicicleta”, enfim matérias mais de modo de vida do que emocionais. E, agora, o forte da revista é a linha emocional. Eu pensava também em introduzir artigos de cunho político-social. Alguém na redação me alertou, e estou de acordo, que antes de você ser um ser social, um ser político, você precisa estar bem consigo mesma. Especialmente no caso da leitora de *Carícia* que é uma adolescente que precisa entrar dentro de si mesma, se conhecer, se entender, saber transar um relacionamento mais próximo... Acho que é prematuro. Pra uma leitora adolescente você entrar numa área

maior do que ela com o namorado dela; ela com os pais, com os colegas da escola, enfim, ela mais num mundinho pequeno. Você vê revistas estrangeiras que estão mais na linha de colocar posições políticas. Coisas no gênero da ligação entre sexo e político, como vi no *Nouvel Observateur*. Mas nós não temos público para isto e o leitor de *Carícia* no caso, está longe de chegar nisso. Por isto, fomos fechando o leque de assuntos.”

### *A fotonovela é secundária em Carícia*

“A fotonovela, é bem possível, já teve uma importância bem maior dentro de *Carícia*. Como a maioria das pesquisas são feitas através dos departamentos comerciais, muita coisa chega para a gente pelo próprio comportamento do anunciante. Para se ter uma ideia, até 4 meses atrás os anunciantes faziam questão fechada de colocar um anúncio no meio da fotonovela. Esta atitude começa a se modificar. Eles estão pedindo páginas de matérias, volta e meia temos de reformular o esquema da revista para atendê-los. Nos últimos números, especialmente, tivemos de mudar a estrutura das matérias em função dos anúncios. Isto porque, apesar da revista sobreviver sem anúncios, pois ela se paga com a venda da banca, não dá para desprezá-los.

O departamento de fotonovela funciona independentemente, nós não temos controle, já recebemos prontas as fotonovelas que temos de publicar. Agora, é interessante notar que nas cartas, que chegam todas para a gente, não aparecem pedidos para se publicar fotonovelas com tal ou qual ator. Enfim, não me parece que a leitora faça isto por ter preconceito intelectual em relação às fotonovelas logo, a ausência delas nas cartas indica apenas que tem para a leitora. Ou seja, os textos pesam mais do que as fotonovelas”.

*As cartas das leitoras*

Uma característica importante que as cartas de leitoras apresentam diz respeito ao tipo de problema que é colocado. Os problemas da área sexual são os que mais impressionam por serem os mais fortes e os mais envolvidos em tabus e preconceitos. Aquela dúvida constante “será que ainda sou virgem” e coisas no estilo. O tema da virgindade está sempre presente e fica até difícil para nós estarmos sempre produzindo matérias a este respeito. Assim, o caderno especial começou em cima das cartas, de leitoras que precisam rapidamente respostas para certas questões. Neste sentido temos matérias didáticas para consulta e outras de estilo mais lúdico, ensinando como enfrentar homens do tipo machão; romântico, etc.

A seção “Escolha sua profissão” também é muito orientada pelas perguntas de cartas, apesar de que a grande maioria destas últimas chega para o “Correio do Coração” e “Sexo e Saúde”. Pelas cartas você percebe que a leitora está basicamente envolvida em problemas emocionais, dentro de um mundinho muito pequeno.

*As matérias são criadas de duas maneiras*

As revistas na área das femininas são feitas fundamentalmente por uma editora e uma redatora que estão o tempo todo dentro da redação, nesta rua do Curtume, fazendo o mesmo percurso para ir ao trabalho e olhando mais o mundo pela televisão. O pessoal que escreve está mais andando nas ruas, em contato com os problemas. E assim, as matérias podem surgir de dois lados: os repórteres podem sugerir assuntos e temas a partir do que estão observando e, de outro lado dentro da redação, ocorrem ideias a partir de discussões ou de cartas de leitoras, estas últimas, diga-se de passagem, têm sido uma fonte inesgotável para matérias.

*A definição da linha editorial*

Não temos reunião de pauta, eu é que defino a pauta. Eu componho a revista na minha cabeça e já passo a pauta segundo esta concepção. Com isto, evito que os assuntos batam uns nos outros ou, então, que entrem em contradição. Mas recebo muitas sugestões dos repórteres que trabalham todos como *free-lancers*.

Todos os artigos de *Carícia* e *Love Story* são assinados e isto é importante por duas razões. Comercialmente, quando lemos alguma coisa assinada, por exemplo por Bia Hofman, a matéria ganha em credibilidade e a leitora sabe para quem se dirigir apoiando ou criticando. Além disso, quando a assinatura aparece fica claro que aquelas ideias são da responsabilidade do autor. Com isto a revista fica mais democrática. Mas de qualquer maneira, a revista tem certos parâmetros: não é possível, por exemplo, aparecer uma matéria a favor do aborto e outra contra.

Na medida em que você endossa o aborto a nível de revista você também está endossando o sexo sem responsabilidade. É claro que, a nível pessoal, quando uma leitora telefona desesperada, que vai perder a casa que vai ficar na sarjeta, etc., você até pode tomar atitude de achar que a única solução é um aborto. Mas é sempre uma questão difícil de resolver. Mas dentro da revista a gente deixa bem claro que aborto é uma coisa perigosa, com risco de vida para a mãe, para a criança. Enfim, adotamos uma posição editorial contrária. Além disso existe o problema legal, o aborto não é uma coisa liberada e a Abril não colocaria em banca uma matéria favorável ao aborto. Mas não é só isto: é uma posição pessoal mesmo.

Existem outros aspectos que achamos importantes ressaltar, às vezes, até em tom de brincadeira, se bem que no fundo a coisa é séria. Mandar a leitora para psiquiatra, para fazer análise ou terapia não está com nada. A gente fala como brincadeira mas é um absurdo você comprar uma revista que te manda para a terapia.

*Carícia: uma concepção de vida*

É muito bom trabalhar em *Carícia*. É uma coisa muito próxima da gente: tenho a impressão, inclusive, que os *free-lancers* nos procuram porque estão identificados com o estilo da revista. Parece que todo mundo está na mesma. Repare por exemplo que existe uma concepção por detrás de todas as matérias de sexo: ele sempre aparece ligado ao amor. Falar de sexo mecânico é uma matéria de saúde. Não existe sexo livre na revista, nós não estamos nesta. O sexo com responsabilidade e com amor é o que defendemos. Responsabilidade com você mesma, com o outro, enfim com a relação entre pessoas. Apesar de termos feito matéria em que o sexo aparece desligado do amor pois não é possível negar que o sexo pode ser feito sem amor, assim como o amor pode existir sem sexo. *Carícia* é uma revista moralista. É preconceito dizer que não é pois ela tem uma linha ética, uma linha moral bem definida. E se você pensar que esta é uma revista para adolescentes eu acredito que este fato é positivo. Afinal, temos uma geração liberada, como que é a de hoje, e a gente poderia achar isto uma maravilha, após tanta repressão. Mas a liberdade em que esta geração se criou terminou por lhe trazer uma angústia que era difícil de prever: ela termina por querer parâmetros. Ela diz “me segura por amor de Deus”, pois se posso tudo o que não posso? Nesta medida acho que a linha da revista é positiva, pois contém preceitos morais, o que acho legal. Pois é difícil viver sem conceitos morais.

*Os leitores são jovens*

Por pesquisas sabemos que nossos leitores são da classe B alta, a maioria é constituída por estudantes. Agora, este é um perfil mais econômico do que cultural. Pois recebemos cartas pessimamente escritas e até parece que provêm dos que não



tiveram educação escolar. Mas o problema é que inúmeras escolas não estão ensinando adequadamente. Mas trata-se de gente que foi criada no melhor, com Nescau. Enfim, pessoas que têm condições. Pois é um engano pensar que *Carícia* porque tem fotonovela, é uma revista de empregada. Muita gente chega com esta ideia, pelo conceito que a maior parte das pessoas – pelo menos entre intelectuais - é que só empregada lê fotonovela. Ora, pode ser que o nível cultural da classe B tenha terminado por descer ao da classe C. Aliás, fico furiosa quando vem um pós-graduado achando que está fazendo um favor em escrever uma matéria para *Carícia*. Nós todos, na redação, também temos pós-graduação. E é preciso entender a importância de escrever para jovens. Pois os adolescentes vivem uma crise e é só nestes momentos que as pessoas se modificam. Trabalhar com pessoas em crise é algo valiosíssimo e, ao mesmo tempo, muito delicado. Não é passatempo.

Nós temos bastante clareza que nosso público é constituído por jovens de 14 a 18 anos e conhecemos sua cabeça. Isto é, temos aquela parcela que é completamente ignorante e a outra que tem conhecimentos ou pseudo conhecimentos mas que não consegue agir adequadamente. Aí a gente precisa abrir – e eu digo bem, abrir – as mensagens das matérias, isto é, acho que nossas matérias são muito abertas. Tenho até uma dúvida: será que não são abertas demais do ponto de vista do leque de opções? Se o teu problema é tal existem estas e aquelas opções: com isto deixamos sempre a escolha para a leitora. É muito raro que coloquemos uma regra. Neste sentido, nossa relação com a leitora é muito diferente daquela que existe nas revistas americanas, que colocam “how to do x or y”, enfim, que estão sempre propondo soluções prontas, no estilo de “como vencer na vida sem fazer grande esforço”. Imagino que para muitas leitoras seja um consolo receber uma regra que ela pensa poder resolver seu problema. Só que dentro do meu modo de pensar não dá para ficar propondo regras: e ser desonesto com a leitora pois esta mesma regra pode só estar tapando o sol com a peneira.

*Carícia é única no gênero*

Acho que não existe uma revista que dê continuidade, para uma faixa de idade mais elevada, ao estilo da proposta de *Carícia*. Alguns dizem que NOVA faz isto, mas não estou de acordo. Algumas matérias dentro da NOVA podem seguir nosso estilo, dar o mesmo tratamento ao assunto, Mas o tom geral de NOVA é absolutamente divergente: ela é uma revista norte-americana, enquanto *Carícia* é mais europeia. Aliás, isto pode ser reflexo de nós mesmas: fiz filosofia e na Faculdade a influência vem da França.

Outro aspecto muito próprio de *Carícia* é que todas as leitoras têm em comum o fato de serem adolescentes, de estarem vivendo sua adolescência. Depois que cada uma sair desta etapa pode seguir um caminho diferente: estar numa de *Capricho*, ou encarar uma de NOVA. A proposta da revista é tão aberta que me nina pode escolher ser uma menina *Capricho* ou uma mulher NOVA ou ser uma mulher que lê *Veja*. Nós não temos intenção de encaminhá-la para um outro veículo.

*Carícia* é tão especial em sua abertura que muitas vezes recebo recados para “maneirar”. Veja, por exemplo, uma matéria que escrevi há pouco tempo. Ela tem muito de mim mesma: é sobre a solidão. Normalmente, nas revistas do estilo norte-americano, a solução é tratada com receitas tipo “vá ao cabeleireiro”, “compre um vestido novo” e assim por diante. E a matéria de *Carícia* diz o contrário: está só? Curta neste momento preciso de sua vida. Aprenda a ser só, a se conhecer como indivíduo. Enfim, é uma abordagem anti-imprensa feminina tradicional. Outra coisa existe algo mais sofrido que o fim do primeiro amor? A gente fica se perguntando aonde errou, enfim é uma desgraça. Agora, você vai dizer para esta menina que está azarada da vida que arrume muitos namorados pois nada melhor para curar um amor terminado? Acho que é um desrespeito, uma ofensa para leitora tal tipo de colocação. E nós respeitamos o leitor.

Já vi em muitas redações o leitor ser tratado como um chato quando telefona fica aquele empurra-empurra para se livrar dele. Nós ficamos papeando horas, sacando as pessoas, temos respeito por eles. E nós precisamos deles, além do mais.



## UMA RELEITURA DAS REVISTAS FEMININAS

Apesar de quase quatro décadas terem decorrido, a leitura atual da *Claudia* e da NOVA não se diferencia muito das edições do final dos anos oitenta. A maior novidade, na verdade, parecer ser o fato que as revistas agora também estão online e podem ser baixadas nos tablets. Mas o modelo de leitora de ambas enquadra-se perfeitamente naquele apresentado por sua editoras nas entrevistas realizadas em 1978. Em poucas palavras: a leitora da *Claudia* é uma mulher mais conservadora e interessada em conselhos e receitas relacionadas à vida doméstica e familiar; a leitora da NOVA mais aberta para as questões da sexualidade ao mesmo tempo que busca conselhos relacionados à vida profissional.

## O que permanece similar

A permanência dessas duas revistas, com origens e propostas tão distintas, merece algumas considerações. *Claudia*, de 1961, foi a revista de minha geração e a coluna de Carmen da Silva (com o infeliz nome de *A arte de ser mulher*) era uma leitura obrigatória. Entrevistei Carmen no seu apartamento em Copacabana em 1978. Nessa entrevista, ela conta dos limites conservadores da direção da revista e de sua frustração por não poder avançar em temas mais polêmicos. E também fala da mesma sensação que eu tive quando voltei para o Brasil, após seis anos no exterior: como a sociedade brasileira era ignorante e conservadora, cheia de preconceitos, especialmente a famosa “elite paulista” que, segundo o extraordinário ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, é a maior desgraça da América Latina.

Com o lançamento de NOVA em 1973, a tendência ao engessamento de cada revista em um segmento distinto de mulher, numa caricatura atualizada da oposição a santa e a puta, acentuou ainda mais o estilo conservador de *Claudia*. Nesse sentido, ocorreu o oposto do prognóstico de editores suecos da *Cosmopolitan* segundo o qual:

Até 1985 o mercado dessas revistas (no gênero de *Claudia*) está completamente tomado e acabado. Não haverá mais consumidoras para esse tipo de revista, porque a a mulher mudou de tal forma nesses últimos anos 10 ou 20 anos que não haverá mais consumidoras só para esse tipo de revistas.

A realidade de 2015 é que *Claudia* continua sendo a mais lida e vendida revista feminina brasileira, a preferida dos anunciantes. O site da revista, em abril de 2015, trazia os seguintes dados:

*Claudia* é a maior marca feminina do Brasil. Líder desde seu lançamento, há 53 anos é a companheira das mulheres em vários momentos de suas vidas, oferecendo informação, inspiração, reflexão e soluções que as ajudem

na busca da melhor versão de si mesmas. Por estar tão próxima do cotidiano e das necessidades de suas mais de 1.7 milhão de leitoras, *Claudia* estabelece com elas uma forte conexão emocional, que se traduz em um enorme engajamento dessa comunidade com a marca. Em seus vários pontos de contato com essa audiência, *Claudia* trata de diversos assuntos, como comportamento, moda, beleza, saúde e bem-estar, carreira, família, culinária e decoração. É a marca porta-voz da mulher brasileira, independentemente de sua idade, classe social ou região.

Tiragem: 414.915

Assinaturas: 287.787

Avulsas: 58.797

Circulação Líquida: 346.584

Fonte: IVC Dez/2014

Total de Leitores: 1.298.359

Fonte: Projeção Brasil de Leitores consolidado 2014

Já o perfil da leitoras, tal como divulgado no site da Abril, é bem revelador da “meia idade” da revista. É a única revista feminina na qual 32% das leitoras tem mais de 50 anos. O que significa mais de 120 mil mulheres! Fieis leitoras de há muito, mostrando o perfil conservador das classes médias do Sudeste e Sul.

## O que mudou

*Carícia* parou de ser editada no final dos anos 80. Na minha opinião, era a melhor das revistas para adolescentes, pelo respeito com que tratava suas leitoras, pela excelente editoria da jornalista Inês Knaut, pela qualidade dos textos e pelo fato deles serem assinados, pois, como bem observou Inês em sua entrevista, isso permitia que se criassem laços de confiança com o leitor. As matérias assinadas pela jornalista Graciela Karman eram as minhas preferidas, por exemplo.

O desaparecimento de *Carícia* parece estar relacionado ao fato de que a Editora Abril parou de publicar fotonovelas em 1981 e a

revista *Capricho* assumiu um estilo editorial mais próximo de *Carícia*, tornando-se a partir da década dos anos 90 a mais lida das revistas para a jovens. A revista *Capricho*, no seu site, assim se apresenta para os leitores:

Só na revista *Capricho* você encontra tudo sobre seus ídolos, moda, beleza e comportamento. Do seu jeito. A cada mês, a moda que você pode usar, os truques de beleza que bombam o seu visual, as dicas para lidar melhor com os garotos, as amigas e a família e mais: conteúdo exclusivo sobre os seus ídolos favoritos.

Já no Publiabril – o portal de Publicidade da Abril, a revista é descrita como:

A *Capricho* é a ÚNICA marca do universo teen a estar presente na vida da adolescente brasileira onde quer que ela esteja.

Hoje são mais de 1,8 milhões de leitoras por edição. A revista é líder absoluta na comunicação com as garotas brasileiras! Traz, mensalmente, tudo que as adolescentes querem saber de uma maneira objetiva, clara e informal. As páginas de *Capricho* oferecem uma combinação de alto apelo, com uma fórmula que vai ao encontro das necessidades das adolescentes: celebridades, moda e beleza, comportamento, atualidades diversão e entretenimento. Sua abordagem acolhe e, ao mesmo tempo, alerta e orienta a leitora, criando intimidade com o público.

Paralelo ao sucesso da revista, a marca *Capricho* também tem grande poder no mundo digital. *Capricho.com.br* é uns dos maiores sites do mundo. Em mobile, mais de 100 mil assinaturas pagas de SMS e MMS *Capricho*. A *Capricho* também está presente nas redes sociais mais acessadas pela menina como: facebook, twitter, instagram e youtube, e também está presente toda semana no celular da garota com a *Capricho Week*.

*Capricho* destaca-se, também, pelos eventos que levam para as leitoras experiências na plataforma live, como o grande sucesso



No *Capricho* e *Balada Capricho*. Todo ano se renovando, os eventos da marca são aguardados por milhares de adolescentes.

Além de tudo isso, *Capricho* conta uma operação de licenciamento com mais de 10 milhões de produtos vendidos em 2013.

O portal da Abril traz o perfil das leitoras (94% do seu público) pertencentes às classes B (43%) e C (44%); morando na região Sudeste (58%) e Sul (17%) e muito jovens (25% entre 10 e 14 anos e 40% entre 15 e 19 anos). Esses dados são fundamentais para as empresas decidirem aonde colocar seus produtos. E os jovens são um mercado que permitiu à revista excelentes cifras de negócios.

Já NOVA, criada em 1973, quando se limitava a imitar a original *Cosmopolitan* não decolou no Brasil. Coube à Fatima Ali, que já era editora chefe e crítica respeito à congênera americana, repensar uma proposta mais próxima da (menos liberal e menos informada) leitora brasileira. Em abril de 2015, a revista sofre uma nova mudança. NOVA foi repaginada, segundo a propaganda da Editora Abril, assumindo sua verdadeira identidade, passando a se chamar *Cosmopolitan*, como as demais congêneres no resto do mundo. A propaganda dessa mudança fala de uma linha editorial mais elegante e sutil, pois a revista não quer ser mais conhecida pelo excesso de artigos sobre sexo. Digamos que a vulgaridade das capas e das ilustrações sofreu uma ligeira melhora, no estilo de sexy-chic. A *Cosmopolitan ex-NOVA* assim é definida no portal da Abril:

*Cosmopolitan Brasil* é voltada para a mulher jovem, independente, vaidosa e com muita atitude. Estimula a ousadia e coragem para enfrentar desafios, a busca pelo prazer sem culpa e a autoconfiança para chegar aonde quiser. Todos os meses, traz o melhor conteúdo de beleza para suas leitoras, com as novidades de mercado e tudo que é tendência. Além disso, traz grandes matérias sobre relacionamento e sexo, carreira, moda e corpo e saúde.

Tiragem: 216.831  
Assinaturas: 127.934  
Avulsas: 42.899

Circulação Líquida: 170.833

Fonte: IVC Dez/2014

Total de Leitores: 671.013

Fonte: Projeção Brasil de Leitores consolidado 2014

Em termos estatísticos, NOVA/*Cosmopolitan*, como as demais revistas pesquisadas, vende principalmente na região sudeste do país (58%) e sul (17%) e para as classes B (55%) e classe C (28%). Suas leitoras (33% entre 25-34 anos e 30% entre 35-44 anos) são mais velhas do que as de *Capricho* e mais novas do que as leitoras de *Claudia*.

Em conclusão, nas últimas décadas a Editora Abril consolidou um império jornalístico, com revistas impressas e digitais, abrangendo uma enorme gama de assuntos e especialidades e exercendo um quase monopólio com respeito a revistas femininas, cada vez mais especializadas em um tipo de público das regiões mais ricas do país, e principalmente nas classes médias, as revistas diferenciam principalmente por uma questão de faixa etária, em que a jovem compra *Capricho*, sua mãe é leitora da NOVA-*Cosmopolitan* e sua avó é fiel à *Claudia*. As linhas editoriais são ditadas pelos interesses comerciais e exatamente por isso buscam atrair e agradar suas leitoras. Logo, as matérias têm de ser fáceis de ler, bem apresentadas, com temas da atualidade tratados de maneira palatável, tudo muito de acordo com a inequívoca opção pela direita, em termos políticos, do clã Civita.

## A MAGIA DOS CONTOS DE AMOR

*Ser o que sou todo o dia  
nesta cidade infernal:  
cigana, poeta e vadia,  
e ser, por que não?, imoral.*  
(Marlui, Aprendendo a Nadar)

Sacha estava ansiosa para chegar a La Valaise, encantadora aldeia ao sul da França, onde esperava esquecer seu frustrado romance com Nigel. Porém, não sabia que aquela fuga iria mudar o rumo de sua vida. Quem era Tor e aqueles outros russos que a mantinham prisioneira em tão misteriosas circunstâncias? Sacha tentou por varias vezes fugir. Tudo em vão (...) Tor, o eslavo intrigante e perturbador, neutralizara tranqui-lamente seus esforços inúteis. Mas a reconquista da liberdade seria o bastante para ocultar as novas

revelações de seu coração? (Mary Wibberley, Armadilha Amorosa, *Sabrina* n. 19 – texto da contracapa).

Catherine jamais se sentiu tão insegura toda sua vida. E, para piorar as coisas, seus pulsos estavam respondendo da maneira a mais perturbadora à distante e inegável aura de masculinidade que parecia emanar dele. Aquelas mãos fortes e morenas que suportavam o queixo, e a pele profundamente bronzeada no colarinho da camisa branca (...) havia coisas demais em Stefan Medopolis que perturbavam (Rebecca Straton, O Semideus, *Sabrina* n. 61, p. 51/2).

## 1 – Rememorando

Não conheci qualquer mulher que levasse a sério as estórias de amor conhecidas como “água-com-açúcar”. Na minha adolescência, ainda era moda a leitura de M. Delly e Ardel: a interminável coleção permitia que as mulheres de minha família me apresentassem com livros que, em seguida, pediam emprestado. Havia um verdadeiro circuito de leituras estabelecido entre nós: sabíamos o que cada uma tinha para evitar compras repetidas.

Quase vinte anos depois, o fenômeno continua, quando a televisão (e as telenovelas) pareciam ter tornado obsoleto o conto de amor de minha adolescência. Como poderia a heroína aristocrática – virgem e assexuada – concorrer com a Júlia (Sônia Braga) do *Dancing Days*? Ex-presidiária, mães solteira, amantes que a sustentam... Júlia, no conto de amor, só poderia protagonizar a “Outra” – a má; a anti-heroína. Pois bem, no mesmo ano em que Júlia é a heroína que comoveu até 30 milhões de telespectadores, contos de amor, no velho estilo Ardel/Delly, invadem o mercado editorial feminino.

É claro que existe algo em comum entre a heroína do *Dancing Days* e a heroína de *Sabrina*: ambas vivem o mesmo mito de Cinderela. Só que a segunda utiliza a velha roupagem dos contos de amor. E é

tão distante da vida real que não deixa ambiguidades sobre o caráter fictício do enredo. Constitui – expressa e explicitamente – uma leitura de evasão.

E o velho circuito se refaz: dada a inflação, três mulheres da família compram um dos títulos que compõem a coleção das “mais belas histórias de amor” da Editora Abril: *Sabrina*, *Júlia* e a recém lançada *Bianca*. Se outros títulos surgirem tratarão de colocar uma parente a mais em nosso circuito pois, como bem esclarece Pier Luigi Bracco, diretor/editor destas revistas, “quem lê uma, lê todas”. (entrevista realizada na Editora Abril no dia 19/6/79).

Zélia Gattai, descrevendo os serões de sua infância, na cidade de São Paulo de fins da Primeira República, conta da reação paterna frente às reuniões femininas que Angelina, sua mãe, presidia, às tardes, com mulheres da vizinhança que faziam crochê ou tricô, enquanto escutavam a leitura de romances de folhetim.

Papai não entendia e ficava intrigado com as contradições intelectuais da mulher. Como podia ela, pessoa de bom gosto literário, que ficava até altas horas da noite – para poder concentrar-se no silêncio – lendo livros de Victor Hugo, de Zola, de Kropotkin, de Eça de Queiroz, versos de Guerra Junqueira –, gostar também dos romances em fascículos? (GATTAI, 1979, p. 110).

Quando a via reunida com outras mulheres, cada qual mais ignorante, ouvindo as filhas lerem as “idiotices” dos folhetins – ele que zelava tanto pela elevação cultural das filhas, algumas vezes ela mesmo lendo “Expulsa na Noite de Nupcias” ou “Morta na noite de Nupcias” balançando a cabeça, repetia: “Como é que Angelina pode gostar tanto dessas bobagens?” Francamente, tal disparate não podia entrar-lhe na cabeça, escapava-lhe não encontrava explicação. Chegou a discutir e mesmo criticá-la acerbamente, a boicotá-la pedindo-lhe favores ou chamando-a no exato momento em que ela se deliciava, em plena leitura coletiva, no melhor da festa, na hora do suspense. A essas dúvidas, a essa implicância do marido, dona Angelina respondia simplesmente que os folhetins descansavam a cabeça, distraiam sem nenhum compromisso. E que isso lhe era muito necessário, fazia-lhe bem. Que a deixasse em paz com seus romances em fascículos. Adorava lê-los!

A citação longa justifica-se por ser tão evocativa e representativa dos hábitos familiares de uma pequena burguesia urbana, nas primeiras décadas do século XX. Outras memórias, ou mesmo a leitura de documentos da época, constituem provas adicionais da importância da leitura de folhetins (mais tarde, a audiência do rádio) para o lazer feminino. Presas as quatro paredes da casa, as mulheres “saem” através do imaginário, do fictício, fugindo, ao mesmo tempo, da ansiedade provocada pelo “desconhecido (que simbolicamente, representa o rompimento com o *status quo* da esposa-dona-de-casa-e-mãe) ao prender seu voo a uma trajetória certa – a do romance águia com açúcar onde a mocinha sempre acaba nos braços do mocinho. Esta busca sempre renovada do mesmo enredo, esta “compulsão à repetição” da leitora mistificadora; da mistificação do amor entre dois sexos, esta atividade, por assim dizer, faz parte de algo que provisoriamente chamaremos de “cultura feminina”, em oposição à “cultura masculina” representada pelo futebol – conversa no bar – literatura policial.

Assim, este misto de desconforto com perplexidade demonstrado pelo pai de Zélia Gattai – da mesma maneira que a resposta da mãe – constitui expressão peculiar e típica das reações dos homens e das mulheres, respectivamente, frente à leitura amorosa, dos contos de amor às fotonovelas. Esta identidade de “culturas” ou práticas sociais resiste ao tempo e mesmo, muitas vezes, às diferenças existentes entre as classes sociais: os homens continuam predominando nos bares e campos de futebol (ou, mesmo, em torno da televisão para ver os jogos), enquanto as mulheres são as maiores consumidoras da leitura amorosa. Trata-se, portanto, de buscar as determinações mais essenciais – entre todas que fundamentam uma determinada prática social – desta sexualização do lazer e, em especial, lançar hipóteses acerca da qualidade da relação que as mulheres mantêm com a “imprensa do coração”.

Desta maneira, nossa preocupação neste texto será analisar o universo das “mais belas histórias do amor” da Editora Abril,

levando em consideração (a) sua forma de mercadoria capitalista; (b) seu papel de veiculador de ideologias; (c) a estruturação da narrativa e suas principais características; (d) a concepção de família, principalmente no tocante aos papéis sexuais; (e) sua proposta de relação afetiva entre homens e mulheres.

## 2 – O homem e a mulher segundo a Mills & Boon

Lady Bruton muitas vezes suspendia o juízo acerca dos homens, em consideração ao misterioso acordo em que eles, e não as mulheres, parecem encontrar-se com as leis do universo; sabem como encarar as coisas; sabem como dizê-las (...) (Virginia Woolf, 1980, p. 106/7).

Os heróis e heroínas das “mais belas histórias de amor” da Abril (Mills & Boon) são feitos à imagem e semelhança daquilo que a empresa editorial acredita ser o sonho daquela leitora que se supõe ser a leitora típica. Em poucas palavras, para as leitoras inglesas do interior (a massa majoritária das leitoras) – jovens, diga-se de passagem – cria-se uma heroína que é inglesa (tornando assim o personagem mais “próximo”) e que viverá – em *circunstâncias* totalmente *sui-generis* – a grande aventura amorosa, em lugares exóticos com os “príncipes encantados”: *latin lovers*, muito viris, fortes e morenos. Para as leitoras de outros países, como é o caso da *tradução* brasileira, a irrealidade do conto torna-se ainda maior pois é a própria nacionalidade da heroína que é “estrangeira” ao passo que os tais lugares exóticos podem bem ser o Rio de Janeiro.

A partir de uma amostra que corresponde a mais de quarenta por cento de todos os contos publicados no período setembro 78/ agosto 80, extraímos um determinado número de informações que nos permitem quantificar a estrutura da narrativa amorosa da *Sabrina*. Como se pode observar nas cinco tabelas (em anexo), 25 números

desta publicação são analisados tendo em vista a comparação das seguintes características: nome da história (em português e no original inglês) ordem de publicação; nome do casal amoroso (com a explicitação da situação familiar da heroína); profissão de ambos; nacionalidade; idade; tipo físico e local em que a estória ocorre.

Os títulos – apesar das diferenças entre o original e a tradução – remetem ao amor/paixão (em seis deles a palavra aparece); as situações misteriosas/imprevisíveis; ao embate amoroso “nas garras do falcão”; “a lei do mais forte”, “adorável tirano” ou simplesmente, a uma característica da heroína (“vida de bailarina”). Via de regra, não existe uma relação explícita entre o título – dada sua generalidade – e o texto. *Entre o amor e o ódio*, por exemplo, é um título compatível com praticamente todas as estórias pois é neste espaço que se situa a relação dos heróis.

Os nomes próprios dos personagens tentam fugir aos triviais João e Maria ou mesmo John, Peter, Mary, Helen, etc., sendo a estereotípia mais pronunciada no caso do herói – supostamente um estrangeiro, logo portador de nome “exótico” – que pode ser Mazzaro; Ron, Andreas ou Tor. Os nomes dos personagens, por sua vez, prendem-se à nacionalidade, que é majoritariamente estrangeira no caso dos heróis (75%), como já foi assinalado é inglesa (85%), no caso das heroínas que, no máximo, são originárias de países de fala inglesa (americanas e irlandesas). Os heróis, contrariamente, podem falar russo, espanhol, francês ou grego. O amante, como vemos, é “exótico” – um estrangeiro de outras terras, como nos contos de princesas encantadas.

A idade dos personagens principais – o casal – também ilustra a estereotípia do “amante típico”. A primeira constatação a ser feita concerne a impossibilidade de amor entre uma mulher da mesma idade ou mais velha do que o homem. A mais velha das heroínas tem 25 anos de idade é, ao menos, quatro anos mais moça do que o galã mais jovem. Em compensação, o galã mais velho poderia, com seus 42 anos, ser pai da heroína mais jovem (17 anos), caso tivesse se



casado com a idade da heroína mais velha. A idade média do herói é de 33 anos e meio, exatamente dez anos a mais do que a idade média da heroína, sendo que a distância que separa a heroína mais jovem da mais velha é de oito anos, enquanto que para os homens esta diferença sobe a 13 anos.

A lista de profissões registra, em primeiro lugar, a enorme disparidade entre profissões masculinas e femininas, assim como, a posição social superior do herói frente à heroína e à inexistência de operários ou assalariados médios entre os heróis. Nossas heroínas podem ser, como a vida real, secretárias, enfermeiras, estudantes ou bibliotecárias ou, ainda, não terem profissão determinada. Mas, mesmo quando são médicas, o herói terá uma posição superior (por exemplo a médica estaria subordinada ao comandante do navio onde ela trabalha). Os heróis terão ligação direta com posições de poder econômico e de autoridade: são comandantes de navios; diretores (de cinema, de escola, de companhia construtora, de empresa) nobres, proprietários fundiários e mesmo ciganos (que é tanto profissão como nacionalidade nestas histórias).

Excluir os pobres de ambos os sexos do universo daqueles que podem amar significa, como todos sabemos, ao menos para nosso país, excluir a grande maioria da população. Fixar em uma década a distância ideal entre a idade da heroína e a do herói implica, também, em enfatizar a subordinação da mulher ao homem. Em outras palavras, a autoridade do mais velho sobre o mais novo constitui-se em uma forma de situação autoritária, reforçando o autoritarismo inerente à relação homem/mulher. As mulheres são subordinadas porque são mulheres (esta é uma das tautologias mais frequentemente empregadas contra o sexo feminino); porque são mais jovens; porque são mais pobres; por que estão mais abaixo na pirâmide profissional. Os critérios discriminadores combinam-se; portanto, reforçando-se mutuamente.

A análise das diversas categorias que compõem os personagens revela também o predomínio da moral sexual conservadora, desde

que inexistente a possibilidade de uma heroína que não tenha sido desvirginada pelo próprio marido. Uma única mãe solteira termina por se casar com o pai da criança, reparando assim sua situação maculada. Afora os casos em que os heróis se casam logo no início da estória (constituindo uma exceção) as heroínas todas são solteiras. Pobres, viúvas, separadas, divorciadas ou casadas (quando não com o herói): estão expulsas do paraíso amoroso. Mas aí, a situação se assemelha à masculina; os solteiros também são maioria entre os homens. E, enquanto existe uma simpática convivência com os possíveis pecadilhos masculinos a moral sexual feminina tem de ser ilibada. Castidade, teu nome é mulher!

A situação familiar, como trataremos mais adiante, aparece principalmente para caracterizar a maior ou menor vulnerabilidade da heroína frente ao poderio do herói. Como a proteção materna é, implicitamente, uma espécie de talismã, as nossas heroínas são, em sua maioria já órfãs de pais, ou então, de mãe. Frágil pela graça de seu próprio sexo; inferiorizada pela idade; profissão, *status* econômico e órfã, a heroína está pronta para sofrer as agruras do amor.

Já sabemos que é jovem: será bonita? Os atributos físicos, como era de se esperar, são bastante e diferencialmente valorizados para ambos os heróis. Algumas regras: ela sempre é mais clara do que ele (loira, em geral), bonita (sem ser excepcionalmente bonita) com algum traço mais marcante, tipo olhos grandes; cabelos brilhantes, etc. o galã é tipicamente um latino: moreno, forte e insinuante. Aparece sempre ligado ao exercício da força de maneira a caracterizar-se como muito viril; de forte masculinidade e estereótipas do gênero. A cor da pele do galã, quase que invariavelmente, é morena (ou bronzeada), atributo considerável irresistível do ponto de vista da inglesa branco-cremoso. A musculatura é valorizada no homem e o charme, ou graça, na mulher.

À exclusão referenciada por critérios de idade, classe social e sexo soma-se à total omissão de indivíduos de cor negra, amarela ou vermelha. Não obstante, os locais serão “exóticos”; da Austrália

e Nova Zelândia à Itália e interior da França; das ilhas gregas ao México e Califórnia; do interior do Peru a uma viagem ao polo sul. Estes são, em suma, os correspondentes adultos das “terra s e povos distantes” das estórias do “era uma vez”. A literatura das “minorias” – literatura infantil e literatura feminina – aproxima-se até no estilo do devaneio proposto.

Os elementos da narrativa encontram-se, assim, dispostos a nossos olhos: o herói – 33 anos e meio, moreno, forte, rico e/ou poderoso –; a heroína – 23 anos e meio, profissão tradicional feminina, órfã e desprotegida, além de bonita e loira – os locais exóticos (permitindo costumes mais “exóticos” ainda, como casamentos ciganos; raptos orientais; prisões domiciliares – semi-feudalismo, – no interior do Peru) que fazem a heroína reviver cenas no estilo do velho cinema do sheik ocidentalizado que rapta a mocinha. A heroína apresenta-se sempre disponível: não existe nenhuma relação familiar ou profissional mais permanente. Os locais, em geral, constituem o *habitat* do herói; a heroína é que se desloca até ele tornando-se, como estrangeira, mais dependente dos humores do herói. Desgarrada de tudo e de todos, sofre, sem remissão, os arbítrios da situação amorosa imposta pela presença marcante e dominante do herói.

Falamos dos personagens; dos locais que constituem o pano de fundo; do enredo, constituído pela trama amorosa exclusivamente. Outras pessoas não passam de acessórios à história e ao romance do casal/herói: amigos distantes (a mulher/heroína não tem amigos e amigas que a possam socorrer nas horas difíceis); familiares e, mais particularmente, o “outro” (um pretendente da heroína) e/ou a “outra” (uma pretendente ou amante do herói). As referências políticas serão mínimas, como veremos adiante, além do que aparece mais implicitamente: a defesa da propriedade privada; o racismo; a riqueza material como símbolo de sucesso na vida, etc. Apresentamos o elenco, o enredo e os títulos, passemos agora para a linguagem e as proposições sobre papéis sexuais, amor, casamento, família e sexualidade.

### 3 – As leis do Amor

Ele me amava, mas não tinha dote,  
 só os cabelos pretíssimos e um beleza  
 de príncipe de estórias encantadas.  
 Não tem importância, falou a meu pai,  
 se é só por isto, espere.  
 Foi-se com uma bandeira.  
 e juntou ouro para me comprar três vezes.  
 Na volta me achou casada com D. Cristóvão.  
 Estimo que sejam felizes, disse.  
 O melhor do amor é sua memória, disse meu pai.  
 Demoraste tanto, que... disse D. Cristóvão.  
 Só eu não disse nada,  
 nem antes, nem depois.  
 (*Enredo para um tema*, Adélia Prado, 1979).

O homem é o eixo do universo feminino quando se trata de analisar o conteúdo das revistas para mulheres. Chefe de família, marido, pai, noivo, patrão: não importa a função. Para cada uma dos papéis masculinos existira o equivalente feminino, a ser devidamente preparado e domesticado pela vida real. Na fantasia do conto de amor só interessa ressaltar o curto período de tempo em que o herói se interessa pela heroína, realiza sua conquista e casa-se com ela. Uma variante pode ser obtida através do casamento prévio à conquista. Ou seja, por uma circunstância qualquer (em geral, circunstâncias completamente absurdas) a heroína é obrigada a se casar com o herói mas, depois de algumas provas (que dão a especificidade da estória), o casal se amará para todo o sempre.

Shani, por exemplo (*Cinzas do Passado*), vive com o pai, bondoso e distraído, órfã de mãe, esperando que se cumpra a previsão paterna: ‘O homem chegará num dia maravilhoso, olhará para você e saberá que você pertence a ele’ (p. 12). O homem, Andreas, um médico grego, exige que o pai de Shani, que numa bebedeira receitou um remédio errado, matando o paciente recém operado, lhe dê sua filha em casamento em troca de seu silêncio. A filha resolve se sacrificar para que o grego não denuncie seu pai. O “grego”, no caso, equivale

ao fetichismo do estrangeiro (uma espécie de racismo bajulador, onde os defeitos se tornam qualidade), do selvagem, do homem verdadeiramente homem. Nas sequências abaixo vemos a fragilidade dos argumentos que sustentam a decisão do sacrifício e, em seguida, o paradigma da relação amorosa a partir do primeiro contato do casal após a cerimônia do matrimônio:

Estava muito pálida, mas belíssima, apesar disso. Mais tarde, na recepção, ao lado do noivo, imaginava se alguma outra noiva tinha se sentido tão desolada como ela. Os olhos de seu pai encontraram os seus e neles também havia a mais profunda tristeza. Tinha preferido arcar com consequências de seu erro, do que sacrificá-la, mas a decisão tinha sido de Shani. O sofrimento de seu pai com a perda de sua mãe ainda era grande, mas ele gostava de seu trabalho, e como se mantinha quase sempre ocupado, tinha pouco tempo livre para ficar recordando. Se fosse acusado abertamente e caísse em desgraça, teria uma vida de ociosidade forçada, essa vida não valeria a pena ser vivida. Não desejando que isso acontecesse, Shani tomou sua decisão e dela não arredou pé. Casaria com Andreas, mas também faria com que ele se arrependesse do dia em que fizera aquele ultimato a seu pai (p. 18).

Estranha lógica, estranho sacrifício! O masoquismo da heroína não desaparece somente pela formulação da ameaça. Na estória, ela aprenderá a amar o homem que a chantageou, rendendo-se a seus encantos viris. Aliás, por incrível que pareça, a heroína ainda terá de penitenciar-se (*fazer o mea culpa*) por não ter cedido mais cedo:

Shani estava pálida e com medo. Que tipo de homem era esse com que havia casado? Um estrangeiro, moreno e sinistro (SIC), em cujas veias corriam o sangue dos antepassados, adoradores de imagens (p. 19).

Era capaz de qualquer tortura, esse grego desumano cujo desejo por ela havia estragado a paz em que tanto ela quanto o seu pai (...)

Direito? Eu tenho direito de fazer o que quiser com você! Tenho os direitos de um marido, e para lhe mostrar vou exercer-los assim (...) Não terminou suas palavras, puxou-a contra ele e deu-lhe um abraço tão forte que a fez sentir-se como se estivesse presa entre barras de aço.

Seus lábios possuíram os dela sem piedade, e para sua imaginação aterrorizada, queimando de desejo (p. 30).

A violência é uma presença permanente nas estórias de amor. Ao contrario da música, trata-se, aqui, de rimar amor e dor. Além, de sucessivas provas de mal disfarçada brutalidade com que o herói trata sua amada, esta, bem conforme a dupla moral sexual, só sente desejo quando ama mas, apesar de muito desejada pelo marido, acredita não ser amada. Assim, a heroína demonstra, em geral, uma completa cegueira em relação aos sentimentos do marido:

(...) mesmo que Andreas não a amasse, ele havia provado ser um amante gentil, cuja ternura a surpreendera. Certamente, pensou, ele não poderia ganhá-la só fazendo amor! Isso não era base sólida para nenhum casamento. (p. 76) Logo que voltasse iria procurá-lo; saberia então que, longe, de odiá-lo como imaginava, estava, pelo contrario, sentindo-se bem diferente em relação a ele. Seria feliz ao lado dele e talvez até chegasse a amá-lo com o tempo (p. 81).

Incapaz de entender o sentido das ações do marido Shani, frente à suspeita de que ele a engana, desenvolve todo um raciocínio em que a misoginia (o homem “naturalmente” necessitando de vida sexual ativa, contrariamente à mulher) mistura-se com o racismo:

Será que depois de se conformar com a ideia de que Shani nunca seria sua, tinha decidido satisfazer seus desejos tendo um caso com outra mulher? Um leve caso desse tipo era comum entre homens gregos, e eles invariavelmente escolhiam mulheres estrangeiras, pois nunca iriam macular a castidade de suas próprias mulheres.

Antes de poder ser feliz, nos braços do amado, Shani ainda sofre sua prepotência no trabalho (pois ele, como muita das heroínas, trabalha sob as ordens do marido que é, também, patrão):

Trabalhar com Andreas tinha sido difícil antes, mas depois da cena na sala de cirurgia tinha ficado positivamente desagradável (...) No trabalho, Andreas gritava com ela o tempo todo, e fora do trabalho

adotava uma atitude de completa indiferença (p. 102).

Fica grávida após uma noite de amor (uma única); esconde a gravidez do marido e faz as seguintes reflexões sobre o sexo da criança:

Queria um menino e achava que ele seria parecido com ela. Se fosse menina iria ser como Andreas, morena, de traços marcantes e mãos sensíveis. Sim, ela decidiu, preferia uma menina. Andreas, é claro, iria querer um menino, porque todos os homens gregos preferem um menino como primeiro filho (...) Mas um menino sem pai teria problemas mais tarde, quando precisasse de companhia. Uma menina não sentiria falta do pai tanto assim, então era preferível uma menina! (p. 97).

Ferida acidentalmente, Shani perde a criança e é o marido que a opera. Quando acorda da anestesia, Shani acusa o marido pela perda que sofreu:

– Então agora deve estar satisfeito. Tirou de mim tudo o que eu tinha – Seu tom, amargo e acusatório, fez com que ele se encolhesse. – Espero que se considere pago por qualquer coisa de mal que eu tinha feito a você – Pela primeira vez na vida falava injustamente, mas estava ainda muito mal, para pensar como é que Andreas estava ali ou como é que ela mesma havia sido levada para Monikomo. De fato, sua dor era tão grande que Andreas teve que lhe dar outra injeção e dentro de minutos estava novamente insensível para tudo à sua volta (p. 118/9).

Estamos chegando ao clímax. Depois de ter passado pela violência de um casamento forçado; de uma noite de “amor” forçado; de ciúmes pelos “casos leves” próprios aos gregos de sangue quente; enfim, depois de ter sofrido a prepotência e violência de Andreas, Shani, por palavras que a narradora considera injusta – mas é a primeira injustiça de toda sua vida! –, tudo esquece quando percebe que o marido a ama e, então, inverte-se o sentido das coisas. As poucas palavras “injustas” pronunciadas passam a pesar mais do que todas as arbitrariedades que seu marido lhe infringiu:

Cheia de remorsos pelas palavras que lhe havia dito logo que recuperara a consciência, Shani sentiu os olhos cheios de lágrimas novamente. O que ele deveria ter passado – seu próprio marido, tendo que operá-la porque não havia mais ninguém habilitado –, lutando para salvar sua vida como tantas vezes havia lutado para salvar a vida dos outros? – você nunca vai se esquecer do que eu disse – Chorou angustiada – Não vai, até morrer! (e ela esquecia do casamento forçado? mostrara ele sinais de arrependimento por esta violência? chorara angustiado imaginando que ela não esqueceria?) – Eu já me esqueci. Você estava muito doente e não sabia o que estava dizendo. Como ele era gentil! Nem um pouco parecido com o monstro que aparentava ser na noite que fugira dele, nem com o homem que a assustara com uma atitude selvagem e possessiva. – Tenho sido tola, desde o começo, Andreas – sussurrou (p. 121).

Assim, tola foi ela de não ceder desde o início: deveria ter se casado e achado ótimo. Afinal, Andreas a amava. E como, sabendo-se amada, e não apenas “desejada” (sic) poderia ela se negar a este amor? Ainda mais que Andreas lhe explica que a amara à primeira vista, tal como o pai de Shani a sua mulher. Tal explicação parece, à escritora, suficiente. Não parece perceber o absurdo da proposição: o herói amado a heroína tem de ser, necessariamente, correspondido... Eis a regra amorosa na ordem falocrática. Nas linhas finais, Shani propõe ao marido (“espiando para ele por baixo das pestanas”) uma lua de mel. E, pasmem, fica extremamente grata a ele (que é médico) pela resposta:

– Não vai haver lua-de-mel antes que seu médico permita. Ela engoliu em seco. Como podia ter imaginado que o único interesse dela tinha sido o desejo? (...) Olhos cheios de amor fitavam o rosto do marido. Sorrindo, ele pegou sua mão e levou-a aos lábios. FIM (p. 124).

A violência exercida contra a heroína, em nome do amor, constituiu um tema sempre presente nas estórias, como já assinalamos. Rosalie, jovem herdeira que, por caprichos do tio que cuida de sua herança, tem de trabalhar (com o irmão, cumpre ressaltar) nas férias



que passa na Espanha, também é raptada pelo herói, em vingança por causa da fuga de sua noiva com o irmão de Rosalie. Paralelamente ao palpitante enredo, a escritora vai falando dos lugares e pessoas. O herói é visto como um possível modelo por Rosalie, que é pintora por vocação. *Os traços severos, com certo toque selvagem, apelavam para a sensibilidade artística que havia nela. Gostaria de pintá-lo como um conquistador, enfatizando a crueldade insinuada pelo desenho firme dos lábios e a curva arrogante das narinas.* Assim, a descrição de um Cortez sanguinário corresponde ao herói que, diga-se de passagem, é um nobre que a olha com desprezo, fazendo-a sentir, quando o servia na mesa do hotel, *o peso de sua posição inferior. Ela, que tinha o direito a estar sentada à aquela mesa como um dos hóspedes, usando um vestido tão caro e chique quanto o de Consuelo!*

O nome da estória, em português, é *Herança Maldita*, ficando sem resposta o porquê da escolha. Referência à herança (tão bem-vinda na verdade) que ela receberia daí a três anos? Ou o fato de ter “herdado” o ódio do herói por seu irmão? Não importa, a arbitrariedade do título, da estória e do herói compensam-se mutuamente. A heroína, para variar, começa temendo até mesmo fisicamente o homem amado: *Rosalie sentiu um calafrio percorrer sua coluna. O brilho ameaçador era inconfundível. O corpo dele parecia ter a força do aço e ela sabia que fisicamente não poderia enfrentá-lo* (p. 23).

Mas o homem que vai submetê-la não é um espanhol qualquer, como bem esclarece o seguinte parágrafo:

Rosalie esperava encontrar o amor na Espanha, mas havia se decepcionado com vários homens que conhecera. Eram todos baixos, de um moreno feio e só queriam se aproveitar, portanto, ela continuava arredia e indiferente, como sempre fora com os homens. Tinha vários tipos, enquanto trabalhava no país, mas nenhum lhe pareceu interessante. Jovens vendedores, compradores, contadores e outros, mas todos só lhe davam atenção porque sabiam do dinheiro do pai que ficaria com ela (p. 23).

Além de racista, o texto consegue ser “classista”: os jovens comerciários e contadores só poderiam ser apresentados como aproveitadores pois, na verdade, já estavam previamente desclassificados enquanto possíveis heróis. Afinal, Rosalie encontrara Don Rafael, um nobre de castelo e tudo! Um pouco bruto, é certo, mas isto termina por aparecer como qualidade viril:

A mão dele machucava seu pulso e os olhos dele eram cruéis (...). Ela estava bem perto do corpo musculoso e elegante do conde e, apesar de estar em pânico, aquela presença viril, tão próxima, começava a afetá-la de outra forma (p. 24/5).

Após mantê-la como prisioneira em seu castelo, Don Rafael revela o seu amor, explicando a presença de uma rival com o comentário: *Ela é só uma conhecida sem importância. Um homem não consegue ficar sozinho* (p. 17). Rosalie, na cena final, comemora o primeiro aniversário de casamento (a cena anterior, da reconciliação, termina com a seguinte frase: *Lá, entre os desenhos e telas acabadas de Rosalie, ele a beijou como deveria*) e os resultados do já citado beijo:

– A nós, Rafael, neste primeiro aniversário de casamento! Ele fez o brinde, sorrindo.  
 – Arrepentida? – perguntou, largando o copo.  
 – Nem um pouco! Só que agora talvez tenha de parar uns tempos com a pintura, porque no ano que vem vou estar muito ocupada ... agora que...  
 – Quer dizer que você esta? ...  
 Ela fez que sim com a cabeça e perguntou.  
 – Está feliz?  
 Rafael envolveu-a nos braços.  
 – Eu já estava tão feliz murmurou ele com voz trêmula - agora vou transbordar de felicidade!  
 Rosalie ergueu o rosto para receber nos lábios dele o beijo e teve absoluta certeza de que encontrara seu verdadeiro destino. FIM (p. 127).

A intimidade entre marido e mulher é tão pequena que nunca se fala diretamente sobre as coisas mais concretas do amor e do cotidiano. Tudo é sugerido, insinuado. Depois de algumas cenas de cunho mais erótico (quando se fala de desejo) baixa-se um véu sobre o

casal. Às vezes, como na presente estória, a gravidez é utilizada como signo de consumação do ato sexual, ao mesmo tempo em que coloca a sexualidade feminina em seu devido lugar: á serviço da reprodução. A mulher interromperá seu trabalho; dedicar-se-á ainda mais ao lar, ao marido e aos filhos. O amor subjugado à domesticidade.

*O Paraíso selvagem*, além das particularidades comuns a todas as estórias, como a violência masculina; a submissão feminina, etc. constitui um dos relatos em que uma postura racista é explicitada durante toda a narrativa:

Temple sentia sobre ela aqueles olhares misteriosos dos asiáticos. Não se acostumara ainda aquela expressão sombria e enigmática que aquele povo tinha nos olhos (p. 9/10).

Houve uma época em que a ilha era uma possessão dos holandeses. As Índias Orientais foram território dos Países Baixos. Um antepassado meu chamava a ilha de paraíso tropical, mas isso foi na época em que os holandeses eram donos de tudo por aqui, quando havia muita riqueza para ser conquistada.

– Olhou pensativo para Temple – Então os japoneses invadiram o território e uma escuridão desceu sobre a ilha (p. 16).

Com passos largos, Ryk atravessou o convés, e Temple assistiu fascinada como ele pegou e segurou o homem que empunhava a faca, torcendo seu braço até que este soltasse a arma. O asiático, gemendo, massageou seu pulso dolorido ao ouvir voz forte de Ryk que, no dialeto daquelas pessoas, mandava que se acalmasse antes que o imediato do navio aparecesse (p. 21).

Os asiáticos selvagens e enigmáticos, falando dialetos: é própria colonizadora branca falando dos povos inferiores... O mais divertido é ver um invasor/colonizador se referir ao outro, como no caso do holandês falando do japonês, o racismo mescla-se ao desprezo com que são tratados os: empregados domésticos – categoria profissional inferior. Assim, Ryk cede à Temple, que ficara trabalhando como bibliotecária na ilha paradisíaca, uma casa e “uma criada” (p. 27),

enquanto tomam um chá servido pelo fiel Ranji que depositou a bandeja, fez uma profunda reverência e saiu (p. 28).

O mesmo autoritarismo patronal revela-se na relação homem/mulher em *Mais uma vez, adeus!* aonde, também por vingança contra o padrasto da pobre órfã Yvnis que o atropelara, deixando-o sem um braço, o famoso maestro Gard, com o dobro da idade da moça, obrigando-a a se casar com ele, revivendo a história de Pigmalião:

Gard não tirou seus olhos dos dela, dominando-a, fazendo com que compreendesse, com aquele olhar interminável, que pretendia cumprir tudo o que dissera (p. 37).

Ele podia não sentir o menor amor por Yvnis, mas pretendia tornar-se seu amante quando estivessem casados. Ele já afirmara suas condições (...) a garota precisava de um lar e ele queria um filho. A exigência estava presente em seus olhos. Um filho perfeito para compensar sua própria imperfeição (p. 46).

(...) – Se ao menos eu o conhecesse melhor (...) – Novamente um tremor lhe percorreu o corpo, ao sentir a pressão dos dedos de Gard em sua cintura, segurando-a com uma espécie de curiosidade no olhar um tanto cruel. Ela lhe pertencia e ele não tinha intenção de dizer nada em contrário, ou de deixá-la ir-se embora daquele lugar. Não se importava nem um pouco que ela o achasse mais assustador do que fascinante. Parecia-lhe que ele desfrutava o medo que ela sentia.

– Existem certos terrores que apenas uma menina conhece disse ele. Este fato é fascinante, para um homem, esta é que é a verdade nua e crua. Minha menininha, você tem que aprender sobre a vida, mais cedo ou mais tarde, e é melhor isto comigo do que com algum jovem sacristão ou um estudante qualquer que possa lhe ar apenas dois cômodos conjugados, um banheiro compartilhado com outras pessoas e uma aparência preocupada e rabugenta, antes de você completar trinta anos. Acredite-me, fico feliz por ter sua virtude só para mim (p. 45).

A heroína (ou mártir, pois o cinismo das declarações do herói não são para sossegar ninguém quanto às suas inclinações sádicas) que é descrita, no início como tão franzina como um gato, com

imensos olhos verdes que brilhavam pelo desespero da solidão (p. 7) quase ao final já passou da categoria felina a dos passeriformes: Seus olhos estavam fixos nos dela, subjugando-a tão facilmente como se fosse um pássaro (p. 125).

Além da misoginia que impregna o discurso masculino em geral, as referências as outras mulheres também são feitas de maneira preconceituosa. Assim, Stella, ex-namorada do maestro, é vista como uma pessoa sem qualidades, por ser atriz e bonita:

(...) Stella com certeza faria tudo para acabar com aquele noivado, pois as belas atrizes normalmente são cheias de si e não gostam de ver os homens, que arrasaram emocionalmente, serem amparados por outras mulheres (p. 51).

Irene, cunhada de 27 anos da heroína Raquel, em *Uma prova de amor*, é assim descrita:

Alta, muito magra e com traços angulosos, ela não se parecia com os outros membros da família. Talvez o fato de não ter-se casado tivesse feito com que ficasse mais azeda (...) Sempre tinha se sentido a mais feia da família e se ressentia disso terrivelmente (p. 41).

Excepcionalmente, o drama político e social das classes e povos oprimidos pode servir de fundo a um romance tradicional (rapaz raptado/sequestrando a moça que termina se apaixonando mesmo assim – ou por isto mesmo...). Na estória de Vanessa no Perú, Ramon alia-se aos pobres sem terra, ensinando-lhes o trabalho comunitário. A perspectiva, no entanto, apesar de bem intencionada, não escapa ao racismo e ao autoritarismo do branco superior que traz a civilização para os menos dotados, como se observa neste trecho de *Na trilha do Sol*:

– Se não fosse por Ramon – disse padre Martin lentamente a maior parte do meu rebanho teria morrido de inanição há muito tempo. Ele tem feito tudo nesta aldeia e ela está sob sua inteira responsabilidade. Mesmo quando as famílias índias vêm de quilômetros para ficar

aqui durante a pior época do ano, sempre lhes são dados comida e agasalhos. Mais importante ainda, ele está educando as crianças (p. 99).

Exibindo uma moralidade bastante contraditória, os heróis, após todas as violências que cometeram contra suas amadas, são sempre os que se “controlam” quando a paixão é muita e existe o perigo de uma relação sexual prévia ao casamento civil/ religioso. Assim, Ramon, organizador das massas oprimidas (e raptor da mulher amada), frente ao ato de entrega de Vanessa, declara:

– Vou conversar com o padre Martín para que arranje todas as coisas para o nosso casamento. Até lá, vai ficar com Consuelo. Não confio em mim, para que você fique aqui. (p. 128).

Graças à sabedoria de Ramon, Vanessa não teve de passar pela experiência amarga de Rachel, em *Acordes do coração*, que, passando a noite na casa de Joel, quando este sofria de forte enxaqueca, acordou com o olhar sensual do dito cujo:

Ela nunca o perdoou, nem a si mesma, pelo que aconteceu em seguida. Mas fora inevitável. Com a cabeça sonolenta, o corpo relaxado devido ao sono repousante, teria sido desumana se não correspondesse ao desejo dele. Além do mais, ela o amava, desejava-o tanto ou mais que ele e, quando Joel a levantou nos braços e levou-a para o quarto, tudo lhe pareceu perfeitamente normal (p. 60).

Só que Joel não a pede em casamento, para repararem a falta. Então, como sempre acontece com as heroínas, *três semanas depois, Rachel descobriu que havia outra consequência grave por aquela noite de inconsciência. Estava grávida, sem dinheiro, e inteiramente decidida a não pedir ajuda a Joel* (p. 60). Aí, expia sua falta dedicando-se à filha (que tem uma deficiência sanguínea) por anos a fio, até que o herói, depois de algumas peripécias, casa-se com ela.

Dadas as temíveis consequências, as heroínas sempre sentem como prova de amor o “controle” masculino, nestas ocasiões de

paixão. Assim, Elaine, “rejeitada” até que estivessem casados, comenta o episódio da seguinte maneira, em *Entre o amor e ódio*:

Ela não podia acreditar. No fundo do coração, sempre desejara que um homem gostasse tanto dela a ponto de pedi-la em casamento antes de possuí-la fisicamente, mas não podia acreditar que aquele homem fosse Ivan (p. 95).

Elaine renuncia ao trabalho (secretária de Londres), para se dedicar a família, tal como se depreende do diálogo que se dá entre Yvan e ela:

- Quer dizer que você realmente me aceita como marido? E está decidida a ser uma esposa tranquila e doméstica, que cozinha e toma conta da casa?
- Pelo menos enquanto você não me trair com outra mulher ...
- Por que haveria, se ao voltar para casa vou encontrá-la lá e sei que você pode me dar todo o prazer que eu desejo?
- Jura, Ivan?
- Juro, Eliane (p. 122).

Como este final, é o grande objetivo/destino da mulher – o amor sempre desembocando no casamento e na constituição de uma família, nos moldes tradicionais – os contos de amor, ademais de insistirem nas delícias da vida familiar com o homem amado, criticam quaisquer veleidades emancipacionistas:

Em sua corrida para a emancipação as mulheres ocidentais se privaram da arte da feminilidade. (...) você tem de rejeitar todo pensamento de emancipação se quiser experimentar a perfeita unidade encarada por nossas mulheres com seu direito (p. 38).

Estas são algumas das lições que Rom, o cigano, ensina para a jovem Marielle, em *A noiva comprada*. Além disso, exalta o sentimento de posse masculino, quando declara que:

Nada pode proporcionar a um homem maior satisfação do que domar os impulsos de quem se opõe a ele, seja um veado selvagem ou uma mulher obstinada – ambos tornam a caçada mais excitante (p. 75).

A heroína sucumbe a tanta força viril, mas, inquieta, pergunta-se, torturada pelas dúvidas: o desejo de Rom, naquela noite, tinha sido motivado pelo amor ou tratava-se unicamente de um apetite nascido dos instintos naturais do homem? (p. 118).

Como, nestas estórias, a mulher só deseja quando ama, a angústia por conhecer o verdadeiro sentimento por trás da paixão de uma noite de amor é só feminina. Os homens – os heróis – não tem tais dúvidas relativamente a suas amadas. Disposta a tudo deixar para seguir o cigano Rom “até os confins da terra” (p. 84) Marielle é recompensada com a informação de que ele desejava “um lar estável e uma família” (p. 119). Aí, então, processa-se o encontro épico entre os dois heróis amorosos, com a comunhão amorosa sendo selada pela completa submissão da mulher:

Seu coração batia em uníssono com a música, e finalmente ela se pendeu a um abandono total no momento em que o braço dele comprimiu tanto que o vigor de Rom e sua fragilidade fundiram-se.

Seu beijo era de uma audácia cigana e procurava respostas nas profundezas de sua alma. O desejo nasceu entre ambos e inundou suas veias de clamor que exigia rendição à sua atração poderosa. No início, ele estava zangado demais, consumido demais pelo desejo de castigá-la, ao sentir que ela não reagia com agressividade, afastou os seus lábios dos dela. Não encontrou nenhum traço de resistência, e os lábios de Marielle permaneceram abertos, à espera dele. Com um murmúrio de agradável surpresa, voltou a beijá-la com renovado fervor, a fim de assegurar a sua vitória. A batalha já estava ganha, mas ele retardou de propósito o abraço, a fim de poder saborear até o fim aquela doçura que lhe tinha sido negada durante tanto tempo. Seus lábios percorreram o pescoço, o rosto e as pálpebras de Marielle comunicando o desejo que sentia, selvagem e parcialmente domado. Sob sua mão, o coração da jovem batia como o de um pássaro cativo, e enquanto ela respondia ao seu toque, sentiu dentro de si um ardor capaz de garantir a seus sentidos em pânico que Rom jamais se decepcionaria com ela. Deleitou-se ao se ver envolvida por aquela força avassaladora, aninhada naqueles braços que podiam facilmente dobrar o seu corpo frágil em dois e, no entanto, mostrava-se



ternos, apesar da paixão raramente ser tão suave Você é minha! Até o fim dos tempos você será minha? -ele murmurou como um leão domado pela doçura. (...) Vadni Ratsa! Aquilo que a lenda romani contava era verdade: por mais que ela escapasse do seu capturador, sempre regressaria! Rom seu capturador. Ele, sem a menor dúvida, capturara seu coração. (...) Marielle entregou-se totalmente, mais do que disposta a corresponder à paixão que sentia nascer em Rom. Aquele homem da natureza não se contentaria em esperar durante muito tempo mas sempre que a quisesse ela estaria ali, pronta para assegurar-lhe que jamais teria motivos para se arrepende do preço pago por sua noiva (p. 120).

**Anexo**

Principais Características dos Heróis; Heroínas; Heroínas e Circunstâncias do seu Encontro Amoroso em 25 Números de Sabrina

Nome da História	n.º	Casal	Idade	Profissão	Nacionalidade	Estado Civil	Tipo Físico	Local da História
“Armadilha Amorosa” (The Man at la Valaise) Mary Wibberley	19	Sacha (órfã)	22	Indeterm.	Inglesa	Solteiro	Alta, loira, olhos azuis, ingênuos	La Falaise, França
		Tor	30	Agente	Russo	Solteiro	Alto, moreno, olhos cinza	
“Na Trilha do Sol” (The Savage Aristocrat) Roberta Leigh	23	Vanessa	23	Vendedora Butique	Inglesa	Solteira	Elegante, alta, clara	Lima e Interior do Peru
		Ramón	33	Fazendeiro	Peruano	Solteira	Moreno, alto, forte, bronzeado, peito peludo	
“Entre o Amor e o Ódio” (Dangerous Pretense) Flora Kidd	26	Elaine (órfã)	23	Auxiliar de Escritório	Inglesa	Casados, Elaine deixou Ivan, mas volta	Loira, olhos castanhos	Interior da França, Lombardia
		Ivan	30	Adm. de Fazenda de Vinhos	Francês		Grisalho, musculoso, bronzeado, olhos azuis	
“A Morada da Felicidade” (A Gift for a Lion) Sara Craven	29	Joanna (órfã)	25	Aristocrata	Inglesa	Noiva	Alta, ruiva, bonita	Ilha do Mediterrâneo, Sarracena
		Léo	35	Financista, Sr. Feudal	Italiano	Solteiro	Castanho, alourado, alto, forte	
“Cinzas do Passado” (Waves of Fires) Anne Hampsen	31	Shani	23	Enfermeira	Inglesa	Casada com Andreas, fugiu na Noite de Núpcias	Loira, alta, olhos azuis	Chipre
		Andreas	33	Médico	Grego		Moreno, alto, rosto duro	

“Labirinto Paixões” (Avenging Angel) Helen Bianchin	32	Terese (orfã)	25	Enfermeira	Australiana	Solteira	Clara, sem maiores atrativos	Austrália
		Manuel	34	Diretor	Espanhol	Solteiro	Moreno, corpo avantajado	
“O Barco das Ilusões Perdidas” (Not Wanted on Voyage) Kay Thorpe	33	Tracy (Orfã)	25	Médica	Inglesa	Solteira	Bonita	Viagem ao Polo Sul
		Dereck	36	Comandante de Navio	Inglês		Alto, forte, olhos azuis	
“A Lei do Mais Forte”(Dark Star) Nenda Helliard	35	Leigh	24	Secretária	Inglesa	Noiva	Ruiva, olhos azuis	Inglaterra e México
		Ruiz	35	Diretor de Empresa	Mexicano	Solteiro	Moreno, alto, forte	
“Nas Garras do Falcão”(The Medici Lover) Anne Mather	37	Suzane	24	Executiva de Hotel	Inglesa	Solteira	Cabelo mel, olhos castanhos	Veneza e interior da cidade
		Mazzaro	40	Conde	Italiano	Casado	Moreno, alto, olhos verdes, cicatriz no rosto, defeito nas costas	
“Vida de Bailarina”(The Whispering Grove) Mergery Hilton	41	Toni (orfã)	24	Bailarina	Inglesa	Solteira	Morena, elegante	Ilha de Salamandra
		Justin	36	Adm. de Fazenda	Inglês	Viúvo	Magro, bronzado, grisalho	
“Uma luz nas trevas”(The Ivory Cane) Janet Dailey	43	Melina (orfã)	22	Pintora	Americana	Solteira	Bonita, mas cega por causa de acidente	São Francisco, Califórnia
		Bay	38	Milionário	Americano	Solteiro	Bonito, alto, ombros largos	
“Incerto Amanhã”	44	Julie (orfã)	18	Nobre	Inglesa	Solteira	Esbelta, loira mediana	Ilha Grega
		Doneus	29	Pescador (nobre)	Grego	Solteiro	Moreno, atlético, cicatriz no rosto	
“O Castelo das Ilusões” (Crow of Willow) Elizabeth Ashton	45	Halcyon (orfã)	Jovem	Escritora	Inglesa	Solteira	Alta, morena, olhos verdes. magra, bonita	Interior da França – Vale do Loire
		Raoul	+ Velho	Nobre Falido	Francês	Noivo	Olhos cor de âmbar, alto, forte, magro	

“A Nova com Prada” (Bartered Bride) Margaret Rome	46	Marielle (órfã)	Jovem	Bailarina	Inglesa	Solteira	Loira, bonita, olhos cinza	Varsóvia e Interior da Polônia
		Ron	42	Cigano	Cigano	Solteiro	Moreno	
“Mais uma vez Adeus” (The Little Nobody) Violet Winspear	47	Yvnis	18	Estudante	Inglesa	Solteira	Olhos verdes, bonita	Seawitch - Propriedade Rural
		Gard	36	Maestro	Inglês	Solteiro	Bonito, mas perdeu um braço	
“Coração de Pedra” (Flowers in Stony Places) Marjorie Lewty	49	Samantha (órfã)	23	Secretária	Inglesa	Solteira	Tipo Comum	Interior da Inglaterra
		Adam	+ Velho	Diretor do Colégio	Inglês	Solteiro	Galã, alto, forte, loiro	
“Em Busca do Amor Perdido” (Bride at Whangatapu) Robyn Donald	51	Fiona (órfã)	23	Secretária	Inglesa	Mãe-solteira	Bela, morena	Nova Zelândia
		Logan	31	Bibliotecário	Inglês	Solteiro (pai da criança)	Bonito, morena	
“Adorável Tirano” (Lucifer’s Angel) Vilet Winspear	53	Fay	+ou- 20	Enfermeira	Inglesa	Casada com Lew	Feinha, loiro, olhos azuis	Hollywood
		Lew	34	Diretor de Cinema	Americano	Casado com Fay	Moreno, alto	
“Corações Indomáveis” (Master of Falcon’s Head) Anne Mather	54	Tamar (órfã)	25	Artista	Inglesa	Solteira	Charmosa, mas não era bonita	Irlanda
		Ross	40	Historiador		Viúvo	Magro e bonito	
“Paraíso Selvagem” (Palace of Peacocks) Vilet Winspear	55	Temple	38	Bibliotecária	Inglesa	Solteira	Morena, alta	Java
		Ryk	+ Jovem	Dono de uma Ilha	Holandês	Solteiro	Viril, másculo, bronzeado, forte	
“Uma Prova de Amor”	56	Raquel	25	não define	Inglesa	Casada com Andre	Castanha, olhos verdes, mediana	Interior da Inglaterra
		Andre	40	Chefe de Clã	Inglês	Casado com Raquel	Morena alto, magro, bronzeado	

“O Sol por Testemunha” (Sauvage Land)	57	Coley (órfã)	19	Garçonete	Americana	Solteira	Rosto comum, cabelos mals cuidados	Interior do Texas
		Jason	32	Capataz	Americano	Solteiro	Moreno, alto	
“Herança Maldita” (The Willing Hostage) Elizabeth Ashton	58	Rosalie (órfã)	22	Estudante	Inglesa	Solteira	Elegante castanha brill.	Nova Castela
		Rafael + Velho		Nobre Arruinado	Espanhol	Solteiro	Moreno, traços selvagens	
“O Oásis do Amor” (Bride of the Rife) Margaret Rome	59	Sara (órfã)	21	Aventureira	Inglesa	Solteira	Olhos verdes, cabelos cobre	Navio de luxo indo para Tanger
		Felipe + Velho		Nobre-rico	Espanhol	Solteiro	Grande e moreno	
“O Preço da Felicidade” (Living at Adam) Anne Mather	60	Maria	17	Estudante	Irlandesa	Solteira	Cabelos, cast., olhos âmbar	Londres
		Adam	+ de 30	Médico	Inglês	Solteiro	Esbelto, olhos cinza profundo	



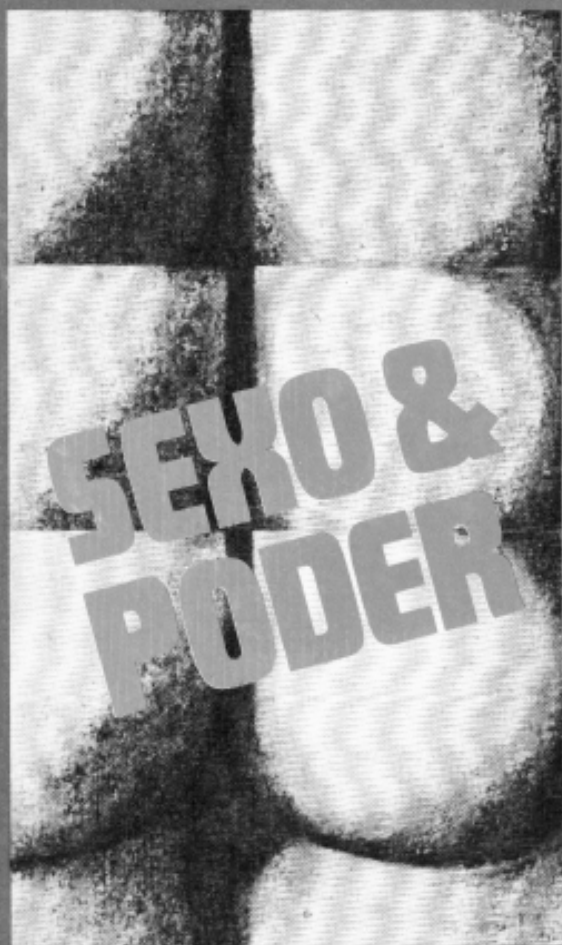
## 4. A “nova” moral sexual das revistas femininas\*

MARIA QUARTIM DE MORAES



\* Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas.

*Cadernos do Presente*



**editora brasiliense**



## A “NOVA” MORAL SEXUAL DAS REVISTAS FEMININAS<sup>1</sup>

Orlando transformara-se em mulher, não há que negar. Mas, em tudo o mais, continuava precisamente o que tinha sido. A mudança de sexo, embora alterando o seu futuro, nada alterava de sua identidade.

(...) Senhor, pensou, acalmando-se, espreguiçando-se, debaixo do seu toldo, – decerto isto é um gênero de vida agradável e indolente. Mas, pensou dando um pontapé, estas saias em roda dos calcanhares são uma praga. No entanto, o estofado – (brocado florido) é o mais lindo do mundo. Nunca vi minha pele, e aqui pousou a mão no joelho, tão favorecida como agora. Poderia, contudo, saltar do navio e nadar com roupas destas? Não. De modo que teria de confiar na proteção de um marinheiro. Tenho alguma objeção a fazer? Perguntou a si mesma, encontrando o primeiro nó na lisa meada do argumento.

---

<sup>1</sup> A nova moral sexual das revistas femininas in *Sexo e Poder* (Ed. Guido Mantega). São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, pp. 67-83.

Recordava como tinha insistido, nos seus tempos de rapaz, em que as mulheres devem ser obedientes, castas, perfumadas e caprichosamente enfeitadas. – Agora, tenho que pagar com o meu corpo por aquelas exigências –, refletiu. – Pois as mulheres não são (a julgar pela minha própria curta experiência do sexo) obedientes, castas, perfumadas e caprichosamente enfeitadas por natureza. Só podem conseguir estas graças, sem as quais não lhes é dado desfrutar nenhuma das delícias da vida, mediante a mais enfadonha disciplina – . (Virgínia Woolf, *Orlando*, Editora Nova Fronteira, 1978, p. 77 e 87).

De todas as inúmeras armadilhas prontas para aprisionar nosso sexo não existe maior do que a sensação de solidão, impotência e fracasso individual com que enfrentamos as dificuldades em vivermos nosso “destino de mulher”. A dificuldade em encontrar a própria identidade no quadro estreito das “características psicologicamente específicas da mulher” – pois afinal, ser mulher é provocar paixões, criar filhos ou cozinhar? Ou são todas estas coisas? – só é superada por esta de situarmo-nos socialmente, *de nos entendermos como mais uma sofrendo os mesmos problemas e vivendo as mesmas perplexidades*.

De fato, todas aspiramos às delícias do amor. Quem não quer amar e ser amada? Mas conhecemos a realidade amorosa de forma ambivalente, pois temos que nos submeter aos ritos: por que tantas exigências menores, tanta encenação e dramatização? Será impossível desfrutar do amor sem os artifícios da maquiagem, da moda, dos maneirismos, dos gestos estereotipados e da voz afetada (ou “cálidamente infantil”, como dizem os romances água-com-açúcar)? E sem a subordinação à lógica da dominação, obrigando-nos ao desempenho exclusivo de um tipo de sexualidade: a do corpo erótico que só existe na medida em que o Outro o valoriza?

A sexualidade feminina é prisioneira, portanto, dos estreitos limites sociais em que se desenrola a vida da mulher. A sociedade fragmenta o indivíduo tanto por causa do modo em que as condições materiais de existência são produzidas e reproduzidas (separação do produtor dos meios de produção; atividade econômica orientada pela busca do lucro e não pela satisfação das necessidades do

homem), quanto pela divisão sexual das atividades e da vida social de modo geral. A esfera pública, o mundo do trabalho, da política, do poder e da autoridade é essencialmente masculina, enquanto que a “realização pessoal” da mulher encontra-se comprometida com o espaço em que se situa a esfera privada (a casa, o lar). E se a dicotomia público/privado é vivenciada pelo homem de maneira a privilegiar a “realização” no trabalho (no público) e, secundariamente, no privado (lar mulher e filhos sendo sinônimos de “repouso e refúgio do guerreiro”), a mulher recebe a esfera privada como *locus* apropriado para a história de sua vida.

Se em períodos passados a unidade doméstica constituía a célula produtiva das sociedades, a separação histórica entre lar e local de trabalho processou-se concomitantemente às transformações no processo de produção, levando à perda de importância do papel econômico da família. Enquanto a produção fora de casa tornou-se sinônimo de trabalho, as atividades realizadas na esfera do lar passaram a ser consideradas como prolongamentos naturais das características específicas (biológicas) do sexo feminino. Assim como é natural (igual a fato biológico) que a mulher carregue no ventre o feto, estabeleceu-se a “naturalidade” da ligação privilegiada da mulher com a criança: a maioria dos homens consideraria ridícula (e “antinatural”) a hipótese de dedicar-se em tempo integral a seus filhos, enquanto suas mulheres fossem trabalhar. Ademais, menos envolvido no universo de relações pessoais estreitas que é a família, o homem distingue, ou melhor, diferencia sua “realização pessoal” enquanto profissional frente aos papéis de marido e/ou pai. Não parece sem cabimento escutar de um homem a clássica frase: “Casei-me e encontrei no casamento minha realização”? No entanto, muitos acreditam que uma mulher bem sucedida profissionalmente mas que não tenha filhos, por exemplo, só pode ser uma frustrada.

E este é um dos níveis em que a mulher vive a ambivalência de sua situação social: o trabalho doméstico o “seu” trabalho como

mulher perdeu toda a aparência de atividade produtiva, pois realiza-se fora do processo capitalista de produção e circulação de mercadorias, as quais são valorizadas segundo uma escala de preços monetários. Mas as tarefas domésticas absorvem tempo e dispêndio de energia, apesar de estarem mistificadas sob a capa do “natural”, da “vocação” feminina. E, na medida que seu trabalho não lhe garante nem mesmo a identidade de trabalhadora, a mulher defronta-se com o homem que “a sustenta” em situação de inferioridade: é ele quem trabalha e deve ser respeitado na volta do serviço. “Silêncio, o papai está cansado.”

Como a casa é o local socialmente indicado como próprio ao exercício das atividades femininas, o trabalho doméstico não somente impossibilita o encontro de indivíduos sofrendo a mesma opressão (como a empresa o faz, facilitando a tomada de consciência e a organização reivindicatória), como termina por perder toda e qualquer conotação econômica: a casa não é local de trabalho e sim o repouso tranquilo deste mundo frio e cruel. Felizes são as mulheres, garantem alguns, que não precisam enfrentar as dificuldades do “lá fora”, pois estão “protegidas no lar”. E, de fato, para a grande maioria das pessoas a casa é o lugar no qual a afetividade, por mais deformadas que sejam as relações pessoais, existe. Trabalhando no que não gostam, levando uma vida cujos objetivos foram fixados por forças outras que os próprios indivíduos, engolindo insatisfações o dia inteiro, convivendo com o autoritarismo e acovardando-se diante das regras estabelecidas, como colocar paixão e se entregar às atividades do cotidiano? Como permitir que o desejo, que a força criadora aflorem? Tudo o que foi recalcado, engolido, não vivido, estoura exigente nas relações no interior da família. Mulheres, tentem dar sentido para a vida de vossos maridos; façam que ele se sintam como reis em sua casa!

## O casamento acima de tudo

Algumas mulheres se valem de suas tarefas fora do lar como pretexto para negligenciar as ocupações domésticas. Os filhos são entregues à babá, as necessidades do marido confiadas aos caprichos das empregadas, o orçamento da casa delegado ao capricho dos fornecedores tudo fica ao deus-dará; sem fiscalização, porque a mulher se nega a ‘aterrissar’ nas pequenas coisas. Esses casos são bastante raros, felizmente. (...) Pessoalmente, costumo desconfiar da qualidade dos êxitos externos das mulheres que descuidam suas atividades elementares com a desculpa de suas ocupações importantes. (Carmen da Silva, A favor... não contra os HOMENS!, *Cláudia*, n. 30, 1964).

Alguns textos falam por si: este acima é um bom exemplo da apologia da relação mágica da mulher com as ocupações domésticas. Uma mulher que não se ocupe da casa, não importa qual seja a importância do trabalho que exerce “fora do lar”, está sob suspeição, é a culpada de um crime. Pois ser mulher, na concepção tradicionalista de revistas do gênero *Cláudia*, é ser, antes de mais nada, dona de casa perfeita. Assim, se a mulher quiser garantir sua independência econômica pelo trabalho remunerado, tudo bem, desde que também cuide da casa. Abaixo a divisão igualitária das tarefas domésticas, que vivam os privilégios masculinos: eis *Cláudia*. E o que acontece no dia em que esta funcionária exemplar que, antes de sair ao trabalho já cuidou da casa para que seus “deveres elementares” fossem cumpridos, precisa também ser a amante ideal? Ou seja, quando não basta mais ser mãe extremada, esposa atenciosa e dona de casa exemplar. Esta leitora de *Cláudia* (e de suas congêneres como *Desfile*, *Mais*, *Manequim*, etc.) que, através de sua revista predileta, no começo da década dos anos 60, aprendia a temer “as experiências pré matrimoniais”, pois “as moças muito namoradeiras raramente se tornam mulheres tranqüilas” (*Cláudia*, n. 6, 1962), hoje, recebe aulas de “como salvar seu casamento e os conselhos de outras leitoras na difícil tarefa do “agarre o seu homem”.

Assim, Cristina C. Costok é a escolhida, no número de janeiro de 1979, para a “saúdavel troca de informações” entre as leitoras de *Cláudia*, no seu objetivo comum de alcançar um “casamento feliz”. Descrita como “uma mulher de 26 anos, formada em Letras, secretária da CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais, e mineira, mora em Belo Horizonte, tem um filho de 2 anos”, esta leitora expõe suas “descobertas”, fruto “de toda a experiência da vida conjugal”, da qual selecionaremos as mais diretamente relacionadas à vida afetiva e sexual:

A mulher deve procurar, sempre que possível, não se despir na frente do marido, pois se o fizer com muita frequência, ele se acostumará com sua nudez e passará a não valorizar seu corpo. Contudo, se não tiver outra alternativa, ela deve estar preparada, vestindo, por exemplo, um belo conjunto íntimo, com uma tanga bem insinuante. Neste caso, em se tratando de uma peça nova, precisa fazer de tudo para chamar-lhe a atenção.

Outros conselhos sugerem camisolas novas “com decotes insinuantes” e estimulam a mulher a “estar sempre bela perto dos seus amigos, pois elogios feitos por terceiros ficarão gravados nas lembranças dele”, e assim por diante. Quanto à atitude das mulheres frente ao mundo, a perspectiva da leitora (e da revista, de modo geral) é que o ponto de referência primordial é o homem. É por sua causa que “a mulher deve ler jornais, revistas e livros para se inteirar dos acontecimentos do mundo”, pois “isso facilitará o diálogo com o marido”. Mas, cuidado para não deixá-lo “inferiorizado diante de terceiros, mesmo quando estiverem discutindo um assunto que você domina melhor: você pode expressar suas opiniões sem desmerecê-lo”.

A dona-de-casa eficiente e mãe exemplar, pois estas continuam sendo tarefas a cumprir, aprende a arte da sedução, entendida como anulamento da mulher frente ao marido ou, então, pequenas aparências que simulam um erotismo de classe média. A importância da embalagem da mercadoria pois, ao utilizar a expressão “valorizar seu corpo”, a mercantilização da relação sexual fica subentendida,

reduzindo-se a sexualidade feminina ao despertar da atração de outrem. É melancólico que uma universitária de 26 anos venha a público expor (e expor-se) conselhos tão banais quanto preconceituosos e, principalmente, que tenha a ilusão de encontrar neles a chave para a felicidade.

Mas as leitoras de *Cláudia* já foram previamente definidas, por suas características sociais, de idade, etc., como donas de casa da burguesia. Mulheres educadas na consideração de que a sexualidade é sinônimo de casamento e reprodução biológica. Mulheres que se sentem desamparadas, hoje, frente à “erotização” do casamento: elas foram traídas em sua crença de que bastava ser dona de casa eficiente, mãe dedicada e esposa compreensiva para ser feliz, como nos romances. E sua revista predileta diz exatamente o que elas *querem e podem* escutar sem traumas, pois o que está em questão é salvar as “instituições básicas da sociedade” (o casamento entre elas) e não proposições novas que coloquem formas alternativas e mais satisfatórias de relações entre os dois sexos, ou quaisquer transformações na sociedade em que vivemos.

Dá *Cláudia* ter se especializado na “modernização” da família. De um lado, inaugurando uma seção de pericultura, em comemoração ao Ano Internacional da Criança, no estilo de “todo o mês você vai receber orientação de como cuidar bem do seu filho”. Do outro, tentando recuperar o casamento, criando seções do tipo “Como salvei meu Casamento”, em que a leitora conta sua experiência e a psicóloga sexóloga tira conclusões didáticas, para consumo generalizado. “E o que apreender de Renata (professora) que descreve um angustiante e, felizmente, já superado episódio de sua vida conjugal” como declara a “chamada” da matéria? Muita coisa. Por exemplo: “1. Não viver através do outro. Ter vida própria. Não necessariamente trabalhar fora, mas ter interesses próprios e gratificantes em si mesmos”; “2. Se surgir ‘outra’ na vida do marido, evitar pânico. Não o expulse de casa. Analise sua parcela de responsabilidade em toda a situação”; “3. Enfrente a

realidade. Sem fugir”; “4. Converse bastante com o cônjuge sobre o problema conjugal. Sem paixões”; “5. Depois, esqueça o assunto”; “6. O relacionamento do casal é investimento constante. No outro; em si mesma”. (*Cláudia*, n. 206, novembro de 78).

A tônica deste, como de todos os outros conselhos já publicados, é a mesma: sempre existe alguma coisa que você pode fazer para salvar seu casamento (não se questiona a validade ou oportunidade desse “salvamento”). O estilo é da psicologia otimista para as massas”, de origem notoriamente norte americana: misto de banalização, lugares comuns e, fundamentalmente, a redução dos problemas pessoais a questiúnculas em que a saída termina por depender exclusivamente de um “comportamento positivo”. Na vida real, infelizmente, os estereótipos não bastam: você pode não ter nenhuma “parcela de responsabilidade” e seu marido apaixonar-se por outra. E daí? Como ter “vida própria” e ao mesmo tempo não precisar “necessariamente trabalhar fora”? Eis questões fora do interesse da revista. Pois a mensagem é esta: o casamento tem de ser salvo. E cabe à “orientadora” (que se apresenta respaldada pela “ciência”, pois é psicóloga ou sexóloga) explicar para a leitora que “não há porque temer o diálogo. As situações de confronto podem ser usadas para crescimento individual e fazer com que o vínculo matrimonial saia fortalecido da crise” (*Cláudia*, n. 203, agosto de 78). Em poucas palavras, não se trata de qualquer tipo de amadurecimento, mas sim daquele que fortalece o vínculo matrimonial. O contrário não está em cogitação.

### **Linda, leve e solta!**

A leitora de revistas como *Carícia* (e de outras mais ou menos parecidas, como *Love Story*, *Carinho*, *Romance e Ciúme*), jovem dos 15 aos 19 anos, já recebe uma “mensagem” bem mais flexível no tocante



à sexualidade. Desta maneira, lhe é dito que, em matéria de sexo, “certo é o que você quer e gosta enquanto existe amor” (*Carícia*, n. 50). O namoro, a masturbação, o primeiro beijo, a perda da virgindade e o orgasmo são assuntos privilegiados e, via de regra, tratados de uma forma arejada, ou seja, sem muito moralismo e desvinculando a questão do prazer dos imperativos da reprodução biológica.

Enquanto a leitora de *Cláudia* e congêneres é, antes de mais nada, a “mãe”, colocando seu corpo ao serviço quase que exclusivo da maternidade, a *jovem Carícia* sabe que “o orgasmo não é um privilégio: é um direito”, que a mulher é “responsável por seu próprio prazer” e a importância de “familiarizar-se com seu próprio corpo e com as maneiras com que ele recebe melhor os estímulos sexuais” (*Carícia*, n. 45).

A jovem é levada a não aceitar os preconceitos relacionados à virgindade, pois “amor de verdade não liga para detalhes de anatomia” e que “a gente é o que é, graças a tudo quanto viveu. Inclusive, graças a tudo quanto a gente já deu e recebeu de amor, não importa de que forma tenha acontecido essa troca” (*Carícia*, n. 46). Ou ainda, a não aceitar o julgamento de que “no sexo há atitudes puras e outras sujas. Que o homem só deve ‘permitir se certas coisas’ com ‘certas mulheres’”, pois “nenhuma parte do corpo, nenhum uso do corpo é capaz de sujar ou diminuir quando a relação é satisfatória, espontânea, sincera de ambas as partes. E pode ser uma prova de consideração e confiança o fato dele compartilhar com a esposa os mais profundos desejos e fantasias” (*Carícia*, n. 50).

Esta é a faceta mais progressista da *Carícia*, pois o reverso da medalha é a abstração irresponsável das condições concretas de existência das leitoras. Pois, é preciso tirar as consequências dos próprios conselhos dados: como a jovem pode desfrutar tranqüilamente do início de sua vida sexual adulta quando o perigo da gravidez está rondando por aí? O que propor quando os anticoncepcionais não forem corretamente empregados ou quando

falharem? Dados da ONU registram mais de 2 milhões de abortos clandestinos anuais no país, com as conseqüências dramáticas de uma intervenção cirúrgica realizada fora do ambiente hospitalar. É impossível, portanto, ignorar o fato de que a sexualidade “bem transada” supõe a existência de condições que antecedem e sucedem ao ato sexual.

Se o sexo, ou melhor, a introdução à sexualidade adulta, constitui o eixo editorial de revistas para adolescentes, enquanto as mães-donas de casa ocupam-se com a moda, novos pratos de cozinha, como fazer uma almofada e outras delícias do gênero, as mulheres “liberadas” lêem NOVA. Em poucas palavras: a fórmula mundialmente consagrada da Hearst Corporation, do como transformar-se em uma Mulher-Sexy. Aquela que assume todos os estereótipos sociais sobre a feminilidade, entendida como objeto sexual que “se assume”.

A mulher NOVA (deveríamos dizer *Cosmopolitan* que é o título mais utilizado em outros lugares do mundo) é jovem, no estilo europeu de juventude que inclui a faixa dos 30 anos, charmosa, bonita (entendendo que a beleza pode ser conquistada através de “10 cirurgias plásticas que podem fazer você mais bonita”, NOVA, n. 54, e “Dez idéias geniais para mudar e melhorar sua aparência”, NOVA n. 64, etc.) e atualizada acerca das últimas novidades sobre relações sexuais. Neste sentido, ela é estimulada a decidir sobre sua própria vida sexual, na base do “não importa o que as outras pessoas dizem, não importa nem mesmo aquilo em que, secretamente, você acredita.” Porque, em sexo, nenhum ato é errado ou imoral, desde que não fira ninguém”. Mais ainda, “procure descobrir as áreas sensíveis do seu corpo e o prazer que elas podem lhe proporcionar, tocando a si mesma” e “use estas descobertas para, durante o amor, guiar seu parceiro e você mesma” (NOVA, n. 64).

Esta abertura no tratamento da sexualidade corresponde a um evidente progresso frente à concepção dominante de que este é um assunto “sujo”, para ser tratado aos cochichos, nos cantos escuros.

Mas é apenas uma das perspectivas através das quais NOVA discute a questão sexual: as outras terminarão por reduzir bastante o alcance pretensamente inovador de sua proposta editorial. Pois a mulher NOVA é “realista”, procurando o orgasmo ao mesmo tempo em que é aconselhada a levar em conta “quando se troca um marido por outro homem” em alguns “detalhes importantes”, como, por exemplo, “trocar um homem rico por outro homem não tão rico pode ser um desastre fatal”, pois “todo um estilo de vida não se muda de uma hora para outra” (NOVA, n. 59).

A leitora de NOVA é levada a acreditar, ademais, que todos os problemas podem ser resolvidos desde que se tenha a receita certa. Assim, é instruída em “como deixar de amá-lo quando o caso não tem mesmo esperança” (NOVA, n. 67); de como “qualquer mulher (mesmo a mais feinha) pode ter um incrível poder sexual sobre os homens” (NOVA, n. 66); de “como passar por essas fases em que tudo vai mal o trabalho chato, o amor sem esperança, a vida sem graça: saia dessa fossa!” (NOVA, n. 66) e o que fazer “quando você descobre que o homem que você adora (e em quem tanto confia) está tendo um caso” (NOVA, n. 53). Em poucas palavras, todos os problemas de uma mulher terminam por se reduzirem a questões uncilas ou banalidades que podem ser resolvidas com algumas fórmulas mágicas.

Circunscrever a vida real das mulheres nos limites estreitos de figuras biônicas (as manequins que ilustram a revista parecem mais bonecas do que mulheres) que tudo conseguem resolver, que sempre são belas, jovens e vitoriosas, constitui a tônica editorial de NOVA e similares. Revistas em que as condições de existência de uma minoria privilegiada terminam por serem apresentadas como “a” forma “natural” de viver: revistas em que a inflação, o desemprego, e os inúmeros problemas que os cidadãos e as cidadãs enfrentam cotidianamente não merecem nenhuma referência.

E esta absoluta descaracterização das próprias condições sociais em que homens e mulheres relacionam-se sexualmente, esta

abstração da História, este descompromisso com a realidade cotidiana comprometem toda a possibilidade de tais revistas cumprirem efetivamente um papel informativo, crítico e esclarecedor para suas leitoras. Pois, no final das contas, a base do sucesso da mulher *Nova* reside na compreensão de que: “*Ser sexy é, primeiramente, aceitar-se como mulher, com todas as suas funções femininas.*” E, no teste que ajudará a descobrir quantos pontos você alcança na escala da mulher sexy, as questões e alternativas corretas são as seguintes:

- 1) Você tem, ou gostaria de ter:
  - b) *um gato que vive se enroscando em suas pernas;*
- 2) Você costuma dormir:
  - a) *nua;*
- 3) Você acha que a masturbação é:
  - c) *um modo de obter prazer em qualquer idade;*
- 4) Você se veste e se penteia com cuidado:
  - c) *para agradar aos homens;*
- 5) Qual destas experiências você considera mais fascinante:
  - b) *sair com um casaco de peles, sem mais nada por baixo;*
- 6) Você conhece um homem muito atraente, mas pouco exigente em matéria de sexo. Você, então:
  - c) *desiste dele;*
- 7) Você diria que sente por seus órgãos sexuais:
  - c) *curiosidade, fascínio;*
- 8) Você fica sabendo do romance entre uma mulher de 40 anos com um homem de 25:
  - b) *morre de inveja dessa paixão arrebatadora;*
- 9) Qual a sua atitude quanto a flertes:
  - c) *flerta sempre, e um jogo que lhe agrada;*
- 10) O que mais a atrai, fisicamente, num homem, é:
  - a) *a barba ligeiramente por fazer.* “

(NOVA, n. 53)

*A “ciência” a serviço das revistas femininas*

A multiplicação das ciências ditas sociais, dos sociólogos aos psicólogos, sexólogos, pedagogos, etc. concomitantemente com a expansão das atribuições das ciências médico biológicas, terminaram por introduzir um especialista para cada tipo de relação humana. Em outras palavras, um ato tão simples como a amamentação, por exemplo, passa a exigir o beneplácito do pediatra; as mães educam seus filhos com a assessoria de psicólogas, pedagogas e outras; os casais buscam as terapias sexuais, enfim: a “Ciência” invadiu tudo.

Já vimos, anteriormente, a maneira pela qual a sexóloga pontifica lugares comuns cuja importância acaba por depender exatamente do título de quem a pronuncia, isto é, a(o) “especialista” transforma-se numa espécie de tribunal de última instância, pronto a distinguir o bem do mal, o certo do errado. Neste sentido, todas estas ciências forneceram um material altamente sofisticado de mistificação social e reprodução de valores tradicionais.

Na verdade, a eficácia do discurso e práticas médicas, relativamente ao amor, sexo, educação das crianças e saúde, é enorme, comparativamente aos instrumentos mais caracteristicamente repressivos (proibições e sanções que dizem respeito ao direito, à moral e à religião, devidamente preservados e defendidos por seus respectivos “funcionários”: juizes, polícias, padres, etc.) que estão postos à disposição da ideologia e dos interesses dominantes. Assim, o discurso e a prática do “saber científico”, por exemplo, reforçam a necessidade da presença da mãe nos primeiros anos de vida: a mãe que deixa seu filho em creches é uma pessoa que se explica e justifica (ou seja, com um sentimento de culpa) muito mais do que outras cujos filhos são entregues às empregadas domésticas. A psicologia e a psicanálise vulgares, por sua vez, antes de serem críticas à estrutura autoritária da família, terminam sendo o reforço da “boa família” (não é a instituição que importa: são as pessoas...) ao descobrir atrás

das perturbações e neuroses razões do tipo “mal relacionamento com a figura materna”, “não resolução adequada do complexo de Édipo” e assim por diante.

Transformar todos os problemas humanos em casos aparentemente desconectados da realidade social, assim como insinuar sua possibilidade de resolução desde que se procure “o” especialista “certo”, constituem práticas correntes das revistas femininas. E se um público mais jovem e de menor poder aquisitivo pode ser satisfeito com conselhos de pessoas (tia Margô, Joana de tal, etc.) as leitoras de *Cláudia*, *Mais*, *Desfile* e congêneres são orientadas por profissionais.

Entre esses “especialistas” destaca-se Flávio Gikovate, uma espécie de psicólogo das multidões (pequeno burguesas) que defende concepções extremamente reacionárias sob a capa de um certo liberalismo e, principalmente, apoiando-se na “ciência”. Assim, Gikovate acredita na natureza humana imutável que impõe atribuições distintas às mulheres e aos homens. “Segundo penso, a necessidade de realização profissional para o homem está mais íntima e profundamente relacionada com a sua natureza do que na mulher. Corresponde a um elemento naturalmente mais agressivo e competitivo presente no homem, do mesmo modo que nos machos dos mamíferos em geral.” No que concerne à “mulher, a beleza e a sensualidade são fontes de auto afirmação tão importantes quanto o trabalho (...) e isto não só no que diz respeito à avaliação dos homens, como também em relação à autoimagem” (*Mais*, n. 66).

Reforçando os estereótipos correntes, Gikovate apela para a biologia para garantir que “o homem tem seu desejo sexual despertado pela estimulação visual; isto do ponto de vista biológico; sua atenção recai sobre uma mulher que desperte nele o interesse por ser bonita, atraente ou extravagante” (*Mais*, n. 68). Coitadas das mulheres que, em sua esmagadora maioria, não preenchem os requisitos daquilo que hoje se entende por beleza... Gikovate, perfeito porta-voz do falocratismo “científico”, reduz a sexualidade feminina a um reflexo do desejo masculino, declarando que a “mulher, apenas

no seu aspecto biológico, tem seu desejo sexual despertado ao se perceber desejada pelos homens” e que “o primeiro aspecto da sexualidade feminina é passivo” (*Mais*, n. 68). E apavora-se com a “crise de valores que atingiu um número significativo de pessoas no Ocidente”, acentuando que “a situação global me parece cada vez mais calamitosa” pois o modo tradicional de organização familiar” foi posto em xeque e “tudo foi destruído e desqualificado, como preconceito ou machismo” (*Mais*, n. 62). A culpa de quem é? Das mulheres, é claro. Principalmente das feministas, pois “o feminismo gerou determinados textos onde se percebia um terrível ódio contra os homens e inclusive uma tendência a propor como solução, em muitos casos, a homossexualidade feminina”. Pior ainda, esta atitude das mulheres “intimidou muito certos rapazes mais sensíveis” que acabaram também por optar pelo homossexualismo. E, como se não bastassem todos estes crimes: “a própria postura feminina diante do sexo, agora mais agressiva e cheia de iniciativas, pode ser outro importante fator de intimidação” (*Mais*, dezembro de 78). Em suma e resumo: bom mesmo eram os tempos de nossos avós.

## Concluindo

Frente à riqueza dos questionamentos e proposições do movimento de mulheres, em diversas partes do mundo, o conteúdo editorial das revistas ditas femininas continua extremamente medíocre. Pois reduz a leitora a uma consumidora deslumbrada com os últimos modismos em sua *Carta ao Anunciante* n. 117, a Editora Abril refere-se às mulheres que lêem *Cláudia* da seguinte maneira: “*Nossa leitora não sonha. Consome.*” ou, então, a uma aluna atenciosa e dócil diante do “saber científico”. E nada mais autoritário e impositivo do que estas “verdades”, jogadas do alto da cátedra de

personagens do estilo Gikovate e companhia. De resto, técnicas de manipulação do corpo; redução do prazer sexual a algumas fórmulas “infalíveis”; ênfase na importância do casamento e, principalmente, nas verdades estabelecidas.

Muito pouco a esperar, portanto, de tais revistas. Ainda mais que a nova moral sexual, baseada na igualdade entre os sexos, supõe uma revolução cultural que só pode ser concebida nos marcos da transformação radical da sociedade em que vivemos. E é este caráter subversivo do feminismo que assusta a todos aqueles que, por sua posição de classe ou de sexo, desfrutam dos privilégios das minorias dominantes.



## MARXISMO E FEMINISMO

### Introdução

A bibliografia básica de uma militante feminista nos anos setenta incluía obrigatoriamente autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. Em seu cuidadoso estudo sobre a participação do feminismo brasileiro nas lutas pela democracia, *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives*, Alvarez (1990, p. 98) comenta que “by the late 1960s and early 1970s, female participants of student movement organizations and militant organizations of the Left began meeting in small groups usually to discuss Marxist-feminist text from The United States and

Europe”<sup>1</sup> e, em nota de rodapé, cita nominalmente *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir e *Mulheres, a revolução mais longa*, de Juliet Mitchell.

As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo. Era importante formular um discurso contra o pensamento conservador que preconizava a conformidade da mulher com seu destino de mãe e esposa. A defesa da “família” como instituição universal e não histórica faz parte do ideário patriarcal que era preciso combater. As teses de Marx e Engels sobre as origens históricas da família e da propriedade privada constituem uma contribuição básica para a formulação da “teoria da opressão”.

## **1 – Marx e Engels: a opressão da mulher como produto histórico**

O tema da opressão da mulher tem presença marcante nos escritos políticos e filosóficos de Marx e Engels, que tomavam a situação da mulher como índice do grau de desenvolvimento social. “Dizei-me como vivem as mulheres e eu vos direi de que sociedade se trata”. Com o livro de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1970), a condição social da mulher ganha um relevo especial pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Neste sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica”, que seria retomado e retrabalhado pelas feministas dos anos 60 e 70.

---

<sup>1</sup> Tradução minha: “No final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, mulheres participantes do movimento estudantil e militantes de organizações de esquerda começaram a reunir-se em pequenos grupos para discutir textos do feminismo marxista europeu e norte americano”.

É na *Ideologia alemã*, de 1846, que a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização processa-se no interior do próprio processo de trabalho pois, como assinalam Marx e Engels, a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas as outras, – e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade (ENGELS, 1977).

No *Manifesto comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. “Os burgueses protestam contra a proposta de abolição da família”, comentam Marx e Engels, porque não reconhecem que a família só pode existir para os ricos, “desde que a grande indústria destruiu todo o laço de família para o proletariado e transformou as crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho” (MARX, 1965, p. 178).

Na introdução de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), Engels destaca a importância das teses antropológicas de Morgan “que descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx”. Não obstante o fato de que pesquisas posteriores demonstraram o simplismo de seu protótipo de evolução familiar, Morgan teve o mérito de defender a historicidade da instituição familiar, em oposição ao pensamento conservador que a via como instituição permanente, “natural”. Engels, por sua vez, desmistifica a pretensa identidade da família

com a natureza humana, mostrando que seu aparecimento coincide com o desenvolvimento da propriedade privada e que é seu caráter flexível que lhe permite adaptar-se aos sucessivos sistemas sociais e continuar existindo.

Apoiando-se nos dados de Morgan, Engels afirma que o desenvolvimento das forças produtivas – isto é o aumento da produtividade do trabalho – ao permitir a produção de um excedente econômico, detonou também a luta pela posse dos bens acumulados, assim como estimulou as primeiras relações de troca (e as guerras pelos bens dos vizinhos). Estas são as circunstâncias em que se desenvolve a exploração do homem pelo homem, tendo na escravidão sua forma mais radical. Quanto mais se processa a separação entre cidade e campo e entre a produção social e a doméstica, mais se deteriora a situação da mulher. Ao mesmo tempo, quanto maior a magnitude da riqueza acumulada, tanto maior o conflito em torno de sua transmissão. A maternidade, limitando temporariamente a mobilidade da mulher, especialmente na gravidez e na amamentação, seria a base da divisão sexual do trabalho que hoje chamamos de “modelo patriarcal”. Afastadas da esfera criadora da riqueza social e submetidas ao poder masculino, as mulheres permaneceram sem o controle do poder econômico, enquanto os homens estabeleciam, através da violência e da persuasão, as regras do jogo.

A perda do poder materno foi acompanhada pela submissão da mulher ao marido; da mãe ao pai. O homem, para assegurar-se de sua descendência, passou a exigir a fidelidade da mulher. As conseqüências da monogamia compulsória para as mulheres foram desastrosas: “O homem empunhou as rédeas da casa, a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, simples instrumento de reprodução”, ressalta Engels. Ademais, o fruto do trabalho feminino, que em sociedades primitivas aparecia como socialmente necessário vai se transformar, nas sociedades mercantis, em trabalho doméstico. Assim, a instituição da família monogâmica, com o advento da sociedade de classes, reduz a produção doméstica a

um serviço privado, feito por cada mulher, no interior de cada unidade familiar. A partir de então a vida social cinde-se em duas esferas: a pública, domínio dos homens, que sofrerá grandes transformações no decorrer da História e a esfera privada, lugar da família, domínio da mulher, que se vê, pois, excluída de qualquer participação social que ultrapasse os limites do seu “lar”.

É por esse conjunto de fatos que a questão da família torna-se crucial para a compreensão do lugar hierarquicamente inferior ocupado pelas mulheres nas sociedades de classes. A ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como construção social e das relações entre os sexos marcadas pela divisão social do trabalho. Com Engels, as feministas puderam apontar o caráter específico da relação entre os sexos na família como explicativo para o estatuto social das mulheres.

## **2 – A segunda geração de marxistas e o feminismo**

### *As Internacionais Comunistas e a questão da mulher*

Historicamente, a III Internacional Comunista corresponde ao período de consolidação do socialismo na União das Repúblicas Soviéticas – URSS e a uma necessidade de demarcação com respeito aos socialdemocratas (coniventes com a guerra imperialista dos anos 1914-18) e à II Internacional. A defesa da ditadura do proletariado, como primeira etapa para a construção do socialismo, destoa muito do estatuto mais libertário e utópico da I Internacional, que preconizava o fim de qualquer domínio de classe. Não obstante tais diferenças, observa-se a mesma crença na iminência da revolução socialista, ou, nas palavras das resoluções do 2º Congresso (Petrogrado, julho de 1920) que hoje soam tragicômicas:

O proletariado mundial está às vésperas de uma luta decisiva. A época em que vivemos é uma época de ação direta contra a burguesia. Aproxima-se a hora decisiva. Logo mais, em todos os países onde existe um movimento operário consciente, a classe operária terá de enfrentar uma série de duros combates, de armas nas mãos. Neste momento, mais do que nunca, a classe operária deve se preparar para esta luta, sem perder uma só hora de seu tempo precioso (Quatre premiers congrès de l'Internationale, p. 4).

A leitura das atas dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, realizados entre 1919-23, mostra que a primeira referência específica do comunismo oficial com respeito às mulheres se dá no Terceiro Congresso, que coincidiu com a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Comunistas. Nas teses para a propaganda entre as mulheres fica bem claro que o principal interesse consistia em impedir que elas se aliassem às forças consideradas atrasadas. O trabalho político específico era tentar ganhar as mulheres para a causa do comunismo:

Sempre que a questão da conquista do poder surgir diretamente, os partidos comunistas devem avaliar o grande perigo que representam para a revolução as grandes massas inertes que não foram treinadas pelos movimentos de donas de casas, de empregadas e de camponeses e continuam presas às concepções burguesas, da Igreja e aos preconceitos, sem qualquer ligação com o grande movimento de liberação que é o comunismo. As massas femininas do Oriente e do Ocidente, permanecendo fora destes movimentos, constituem inevitavelmente um apoio para a burguesia e para a propaganda contrarrevolucionária. A experiência da revolução húngara, no decorrer da qual a inconsciência das massas femininas desempenhou um triste papel, deve servir de aviso ao proletariado dos países subdesenvolvidos que estão entrando na via da revolução social (Quatre premiers congrès de l'Internationale, p. 4).

Em outras palavras, a 2ª Conferência alertava para os riscos de não se atuar politicamente junto às mulheres e o papel reacionário

que elas assumiriam se não rompessem com as forças do atraso: a família burguesa e a moral religiosa cristã. Ao falar dos riscos da inconsciência feminina, o documento alerta para as mulheres que eram, ao mesmo tempo, produtos inferiorizados da sociedade burguesa e reprodutoras desta mesma ideologia.

Assim, não havia dúvidas quanto ao objetivo da luta das mulheres: sua “dupla opressão” só se resolveria no quadro da ditadura do proletariado. “A luta da mulher contra sua dupla opressão – o capitalismo e a dependência familiar e doméstica – deve assumir, na próxima fase de seu desenvolvimento, um caráter internacional, transformando-se na luta do proletariado dos dois sexos pela ditadura e o regime dos soviets, sob a bandeira da III Internacional”, conclui o documento da III Internacional.

Finalmente, as mulheres comunistas deveriam abster-se de qualquer espécie de colaboração com as “feministas burguesas” e, evidentemente com os “oportunistas” da II Internacional (que caíra na mão da social democracia, levando aos comunistas do bloco soviético a formarem a III Internacional). Se o objetivo principal do trabalho político da III Internacional junto às mulheres residia exatamente em resgatá-las para a causa do comunistas, caberia aos Partidos Comunistas de todos os países a responsabilidade por este trabalho. Nesse sentido, o método de ação correspondente, envolveria os seguintes aspectos:

1. Conceder às mulheres o título de membros iguais em direitos e deveres a todos os demais no Partido e nas demais organizações proletárias (...)
2. Entender a importância da participação ativa das mulheres em todos os ramos da luta proletária (incluindo a defesa militar), na edificação das novas bases sociais, na organização da produção e da existência segundo os princípios comunistas.
3. Reconhecer a função social da maternidade bem como aplicar todas as medidas necessárias à defesa da mulher na sua qualidade de mãe
4. (Quatre premiers congrès de l'Internationale, p. 4).

Em resumo, não obstante reconhecerem a especificidade da situação feminina, os comunistas da III Internacional opunham-se

firmemente à qualquer forma de organização política feminina fora do espaço dos Partidos Comunistas. Na verdade, o movimento comunista oficial reservava à mulher o papel subalterno de colaboração com a única e verdadeira vanguarda proletária: o proletariado, no masculino. Não é pois de se estranhar que tanto a teoria como a prática das feministas dos anos setenta partissem de uma crítica ao movimento comunista oficial, como veremos adiante.

### *Alexandra Kollontai e o feminismo marxista*

Muitas foram as mulheres que, nos tempos modernos, dedicaram suas vidas à causa da transformação revolucionária da sociedade, quer seja sob a bandeira do anarquismo, como Emma Goldman (LOBO, 1983), do socialismo, como Flora Tristan ou do comunismo, como Rosa de Luxemburgo e Alexandra Kollontai. A mais relevante contribuição dos marxistas da geração seguinte a Marx/Engels verifica-se no campo das lutas de classes concretas. Exponentes do movimento comunista internacional, Rosa de Luxemburgo (1871-1919) e Alexandra Kollontai (1872-1952) dedicaram grande parte de suas vidas à causa socialista, tanto na criação dos partidos comunistas na Alemanha e Rússia quanto, após a vitória da revolução bolchevique, à tarefa de construção de uma nova sociedade. Atuaram, ademais, na luta pela emancipação da mulher, escrevendo, debatendo, organizando trabalhadoras e socialistas nos movimentos de mulheres socialistas.

Rosa de Luxemburgo é descrita, por Perry Anderson (1977, p. 18), como “a cabeça pensante do partido socialdemocrata na Polônia e a mais eminentes fundadora do Partido Comunista Alemão”. Como outros representantes de sua geração – Lenin, Bauer, Hilferding, Trotsky e outros – demonstrou precocidade pois ela, como os demais, já tinha escrito uma obra teórica fundamental antes dos 30 anos. Perry



Anderson destaca o brilho intelectual de Rosa e de sua obra-prima *A acumulação do capital*, publicada às vésperas da Primeira Guerra Mundial, tendo exatamente como tema o papel das colônias na expansão dos países capitalistas avançados.

Rosa, “a vermelha”, aliava uma notável cabeça teórica aos dotes de oradora e agitadora. Em 1893, aos 21 anos de idade, organizou, conjuntamente com Clara Zektin – que dirigia havia dois anos a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino operário alemão – as primeiras associações operárias femininas e associações de mulheres socialistas que, posteriormente, se agrupariam numa federação (KOLLONTAI, 1982, p. 52). Em 1907, Rosa de Luxemburgo e Clara Zetkin, por ocasião da 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, foram coautoras de uma resolução (aprovada) em que se exigia “direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança” (1982, p. 52). O brutal assassinato de Rosa de Luxemburgo significou uma perda para o movimento comunista e, especificamente, para a emancipação da mulher.

Alexandra de Kollontai, entusiasta discípula de Rosa de Luxemburgo, nasceu na Rússia, foi a caçula amada e mimada de uma família de posses, recebendo formação teórica na própria casa paterna, com uma professora vinculada às camadas revolucionárias russas. Casou-se por amor, segundo ela, e teve um filho mas, três anos depois de casada, “a existência de dona de casa e esposa se converteu numa espécie de jaula” (KOLLONTAI, 1982, p. 52) levando-a a se envolver com o movimento operário revolucionário russo ao mesmo tempo em que prosseguia em seus estudos.

Eu lia muito, estudava assiduamente todos os problemas sociais, assistia conferências e trabalhava em sociedades semilegais para a educação popular. Eram os anos de florescimento do marxismo na Rússia (1893-6). (...) A concepção materialista da história me era algo familiar; desde minha primeira juventude me sentia atraída pela escola realista. Era uma entusiasta seguidora de Darwin e Boelsche (KOLLONTAI, 1982, p. 52).

Alexandra Kollontai estudou na Suíça e na Inglaterra, filiou-se ao Partido Social Democrata Russo desenvolvendo intensa atividade política na primeira década do nosso século. É testemunha da violenta repressão policial exercida pelo czar: “O domingo sangrento de 1905 surpreendeu-me na rua. Eu me dirigia com os manifestantes para o Palácio de Inverno e a visão do massacre cruel de operários desarmados ficou para sempre em minha memória”, conta Kollontai (1982, p.16). Seguiram-se anos difíceis para a oposição, assim, em 1908, quando defensoras burguesas dos direitos femininos convocam para o Primeiro Congresso de Mulheres de toda a Rússia, os bolcheviques, apontando as limitações da propostas, declaram-se contra sua participação. Alexandra Kollontai, não obstante, procurou fazer com que as operárias socialistas participassem, em pequenos grupos.

Conseguí levar a cabo este projeto, recorda ela em sua autobiografia, não sem resistências. Meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos “feministas” e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres. Naquela época, não sabiam ainda valorizar em absoluto o papel extraordinário que cabia às trabalhadoras, às mulheres economicamente independentes, na luta política (KOLLONTAI, 1982, p. 52).

Em resposta à militância de Kollontai a polícia política russa aumenta o cerco em sua volta, forçando-a a exilar-se na Alemanha, onde ingressou no Partido Social-Democrata, militando como “oradora popular” e escritora até 1917. Data de 1909 o aparecimento dos *Elementos sociais da questão da mulher*, a maior obra (também em tamanho, com mais de 400 páginas) de Alexandra sobre a condição da mulher. Ao referir-se ao tema da evolução e declínio da família, a autora utiliza os escritos de Engels e *A Mulher e o Socialismo* de Augusto Babel. Às teses consagradas pelo socialismo sobre o assunto, Kollontai adiciona dados e informações sobre a situação da mulher russa. Alexandra Kollontai sempre foi adversária do que

ela considerava ser a estreiteza das reivindicações das feministas burguesas, cujo programa restringia-se à separação entre casamento civil e religioso e dos bens, assim como procedimentos mais rápidos para o divórcio.

Vejam os que propõem o partido operário como medidas imediatas às mulheres trabalhadoras esmagadas por um duplo fardo: as obrigações domésticas e o trabalho na fábrica. Contrariamente às feministas este partido não alimenta a esperança de obter uma solução radical à questão familiar e ao problema da maternidade no quadro da sociedade capitalista atual: por isto não tem nas mãos umas destas “fórmulas mágicas” em que as feministas são pródigas. Mas ele sabe que por uma série de medidas sociais e políticas é possível aliviar a penosa situação das mulheres e das mães, de proteger a saúde e mesmo a vida da geração futura. Estas melhorias devem, em primeiro lugar, favorecer a aceleração do processo econômico que destrói a pequena unidade econômica familiar e que, tirando as preocupações com as tarefas domésticas – que pesam as mulheres trabalhadoras – e transferindo-as para coletividades especialmente adaptadas; em segundo lugar, elas têm por tarefas defender os interesses da criança e da mãe, de promover uma legislação protetora, incluindo o seguro materno; em terceiro lugar, finalmente estas medidas devem estimular a transferência do cuidado da nova geração da família para o Estado ou administração local, à condição expressa bem entendido, que ambos sejam plenamente democráticos. É claro que estas reivindicações só podem efetivar-se à medida em que o nível de vida do proletariado tiver aumentado como consequência das conquistas gerais da classe operária; no caso contrário, com a miséria e a ausência de direitos, nada poderá aliviar de forma tangível o fardo da mulher casada (KOLLONTAI, 1982, p. 95-96).

A leitura atenta do programa defendido por Kollontai justifica o tamanho da citação. Com efeito, encontram-se aí sintetizados os pontos mais importantes das reivindicações das feministas brasileiras, muitas vezes com as mesmas palavras. No primeiro editorial do *Nós Mulheres*, de 1976, as editoras denunciavam a situação das mulheres ao mesmo tempo que distinguiam as diferenças de classe.

Nós Mulheres somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre hoje uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas de casa persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a fazer o serviço doméstico porque têm dinheiro para contratar alguém que faça esse serviço por ela. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades pela sociedade (*Nós Mulheres*, n. 1, São Paulo, 1976, p. 2).

Assim, reencontramos o alvo privilegiado da preocupação das feministas marxistas: as mulheres trabalhadoras das classes pobres. A mesma convicção de que sem a autonomia financeira da mulher não há condições para a igualdade entre os sexos e que a solução para o trabalho doméstico é sua “socialização”. Além do reconhecimento da importância do trabalho doméstico, as feministas do *Nós Mulheres* conclamavam os homens a se unirem às lutas das mulheres: “Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e que os filhos que temos são dele e que devem assumir conosco as responsabilidades caseiras.” Este ponto, diga-se de passagem, sempre provocou discussões internas. Pois não obstante estarem de acordo, como Kollontai, de que as reformas só poderiam efetivar-se em democracias socialistas, as marxistas brasileiras conheciam bem os resultados do imobilismo político embutido na tese do “primeiro a revolução socialista, depois a questão da mulher”, tão cara ao movimento comunista internacional. Estavam convencidas, a partir da própria experiência pessoal – nenhuma das participantes do *Nós Mulheres* tinha abandonado seu filho aos cuidados do marido, como Kollontai – de que era fundamental enfrentar o conflito dentro de casa. Não era justo que a mulher trabalhadora tivesse sempre de arcar com a responsabilidade doméstica, quando ela também voltava exaurida depois das horas no trabalho e nos transportes coletivos.

Em um aspecto crucial as teses das feministas do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher* coincidiam exatamente com o programa formulado por Kollontai cerca de sessenta anos atrás no tocante à questão social. Mesmo nos dias atuais, quando confrontamos as conquistas garantidas pela Constituição de 1988 e a pequena parcela da população que pode desfrutá-las na prática, temos de concordar com Kollontai quando ela diz que com a miséria nenhuma legislação de proteção, nenhuma assistência materna pode, de fato, “aliviar de forma tangível o fardo da mulher casada” (KOLLONTAI, 1982, p. 96).

Com a vitória dos comunistas, Kollontai é nomeada Comissária do Povo da Previdência Social, isto é, o correspondente a um ministério. Nesse sentido, sua principal tarefa consistia nos seguintes pontos:

(...) Por meio de decretos, a situação dos inválidos de guerra; em suprimir a religião no ensino ministrado às meninas, cujos colégios dependiam do Ministério (...) em implantar o direito de que as próprias alunas administrassem seus colégios. Em transformar os antigos orfanatos em residências estatais para crianças (...) em criar os primeiros alojamentos para os pobres e menores e sobretudo, em organizar (...) um sistema de sanatórios gratuitos por todo o país (KOLLONTAI, 1982, p. 34).

Além dos problemas econômicos que enfrentava seu país, esgotado pelas guerras externas e internas, Alexandra Kollontai teve de afrontar o moralismo vigente, que pesava especialmente sobre a mulher. Ela atacou o que chamava de mentalidades atrasadas, defendendo uma nova mulher que trabalha, é independente e abdica da vida familiar burguesa (não será por coincidência que este perfil correspondia exatamente à própria Kollontai). Ao analisar as novas heroínas dos romances contemporâneos, ela comenta que “a mulher transforma-se gradualmente de objeto da tragédia da alma masculina em sujeito de sua própria tragédia” (STORA-SANDOR, 1973, p. 132).

O destaque do tema da mulher trabalhadora não se reduz, no entanto, à questão dos direitos trabalhistas e à necessidade de socialização do trabalho doméstico. Kollontai, com muita sensibilidade, captou outro aspecto da opressão feminina, tal como ela formula em *A nova moral e a classe operária*, de 1918. Kollontai acreditava que esta nova moral e a nova mulher acompanhariam o processo de integração feminina à esfera da produção social. Acreditava na capacidade do operariado em dar origem a uma nova moral em que a dedicação ao bem comum e à solidariedade entre homens e mulheres suplantaria o amor egoísta e antissocial da ideologia burguesa. Assim, em *A ideologia proletária e o amor*, Kollontai afirma que a classe operária deve ter presente:

A importância da emoção amorosa como um fator que pode ser utilizado em benefício da coletividade. Que o amor não é, de modo algum, um fenômeno “privado”, simplesmente um caso de dois “corações” que se amam, que ele encerra um princípio de ligação precioso para a coletividade, disto temos testemunho no que, em todas as etapas de seu desenvolvimento histórico, a humanidade editou normas que determinam quando e em que condições o amor seria “legítimo” (...) e quando seria “culpável”. A tarefa da ideologia proletária não é arrancar Eros das relações sociais, mas simplesmente de guarnece-lo com flechas de uma nova têmpera, educar o sentimento de amor entre os sexos no espírito de uma grande nova força psíquica: a solidariedade-camaradagem (STORASANDOR, 1973, p. 202-203).

A contemporaneidade de dois temas assinalados por Kollontai – a crise das relações entre os dois sexos, especialmente visível a partir da própria contestação feminista ao modelo familiar tradicional (Kollontai diria “burguês”) e a questão das possibilidades de se preservar Eros nas relações sociais (que aponta para a abordagem psicanalítica e as possibilidades de construção de uma sociedade que não ocasione tanto mal-estar para seus membros) são formulações que demonstram a sensibilidade de Kollontai. No entanto, a adesão das marxistas brasileiras privilegiou mais a dimensão social da obra

de Kollontai do que propriamente sua visão sobre a nova qualidade da relação homem/mulher.

### **3 – O marxismo ocidental e a questão da mulher: Simone de Beauvoir**

O deslocamento do eixo teórico do marxismo da Europa Oriental para a ocidental é fruto tanto do ressecamento da produção teórica do marxismo oficial, quanto do “boom” econômico sem precedentes que conheceu o capitalismo após a 2ª Guerra, como nota Perry Anderson (1977). A prosperidade econômica e a estabilidade democrática, a partir da nova ordem europeia dos dois blocos, deixavam poucas esperanças com respeito a irrupções operárias revolucionárias nas principais potências da Europa ocidental. Também as dificuldades de construção do socialismo na URSS levavam com que as teses da “revolução permanente” fossem preteridas em nome da defesa do socialismo no bloco soviético.

Neste contexto, processa-se uma nítida diferenciação entre a produção comunista oficial (em que o Cominter é a correia de transmissão da hegemonia política da URSS sobre o movimento comunista internacional) e a influência teórica do marxismo ocidental, fortemente marcado pelas temáticas “super – estruturais”, como a questão da ideologia, por exemplo. As respostas às novas questões que se seguiram à ascensão do nazismo e do “bonapartismo moderno” – entre outras decepções impostas às forças progressistas nos anos trinta – impulsionaram muitos intelectuais de formação marxista à busca de outras dimensões do conhecimento, que não a economia política (ANDERSON, 1977, p. 40).

O encontro entre o marxismo e a psicanálise – com a teoria freudiana do inconsciente – permitiu submeter a sociedade capitalista à uma crítica da cultura, vale dizer, a enfatizar as instâncias simbólicas

e ideológicas na análise da sociedade capitalista contemporânea. O impacto ainda atuante da psicanálise sobre a sociologia contemporânea, que não seria a mesma sem os trabalhos inspirados na “Escola de Frankfurt” ou no estruturalismo althusseriano, demonstra a atualidade das descobertas de Sigmund Freud.

A Escola de Frankfurt é um exemplo dos limites e da importância da contribuição do marxismo ocidental que, na opinião de Pery Anderson e de José Guilherme Merquior, se despolitiza, na medida em que os intelectuais marxistas se afastam do movimento concreto das massas e partidos operários. Contudo, é inegável que os estudos realizados por Adorno, Horkheimer, Eric Fromm sobre a família marcaram toda uma geração universitária e serviram de referências para os estudos de orientação feminista.

Herbert Marcuse, entre todos os frankfurtianos, foi o que exerceu uma influência mais direta sobre as vanguardas universitárias norte-americanas dos anos setenta. Lecionando em Berkeley, centro da contestação radical nos Estados Unidos nos anos 1960, estimulado pelo calor político das manifestações pelos direitos civis e contra a guerra no Vietnã, tornou-se o porta-voz da denúncia da pobreza moral e da apatia da sociedade norte-americana (exemplo da “dessublimação repressiva”). Suas teses não conformistas fizeram sucesso e eram familiares às feministas norte-americanas.

Mas, a maior contribuição, dentro do marxismo ocidental, encontra-se na obra de Simone de Beauvoir<sup>2</sup>, nascida do diálogo da filosofia existencialista francesa com o marxismo. De fato, pode-

---

<sup>2</sup> Nascida em Paris, em 1908, formou-se em filosofia em 1929 e foi professora até 1943, quando publicou seu primeiro romance, *A Convidada*. A partir de então dedicou-se exclusivamente a divulgar suas ideias políticas – fortemente influenciada pelo existencialismo – viajando por várias partes do mundo e escrevendo, entre outros, o romance *Todos os homens são mortais* e vários tomos de memórias (*Memórias de uma moça bem comportada*; *Na força da idade* e *Sob o signo da História*). Companheira e mulher do filósofo Jean Paul Sartre, estiveram juntos até que a morte os separasse, dando o exemplo de uma relação duradoura.



se dizer, a justo título, que *O segundo sexo*, é o corão ou a bíblia das feministas do mundo inteiro. Poucos trabalhos escritos por uma mulher foram tão lidos e discutidos em tantas partes do mundo e poucas mulheres conheceram tanto sucesso e reconhecimento intelectual como Simone de Beauvoir.

*O Segundo Sexo* foi o livro-revelação para mulheres de diferentes gerações nos anos sessenta e setenta e, até hoje, mantém o seu sabor. Permitiu, antes de mais nada, que a questão da mulher emergisse com alguma legitimidade. Simone de Beauvoir ressaltava que o sexo feminino era pensado como “o outro”, sem identidade própria, pois as mulheres estavam presas à armadilha da domesticidade e da maternidade, apresentadas como “naturais” quando na verdade eram imposições sociais. Ninguém nasce mulher, a famosa frase, queria sublinhar que ninguém nasce dona de casa ou mãe: a gente torna-se mulher. Para Simone de Beauvoir, a fonte da verdadeira criação era intelectual, o que a tornava uma crítica feroz da vida doméstica, da família e da maternidade, até seus últimos dias.

Todos os atributos cantados em prosa e verso com o valor de “especificamente femininos” eram apontados como tarefas repetitivas, sem nenhuma transcendência, armadilhas e prisões onde as mulheres desperdiçavam suas energias. Os valores respeitadas por Simone de Beauvoir sempre foram “masculinos”: trabalho e autonomia. Não é de se estranhar que a recusa da maternidade apareça como condição *sine qua non* da “libertação da mulher.” Em entrevista concedida aos 77 anos, Simone de Beauvoir reafirmava:

Eu não recuso a maternidade. Acho apenas que é uma armadilha. O que se deve condenar não são as mães, mas a ideologia que incita as mulheres a serem mães e as condições em que devem sê-lo. Junta-se a isso uma mistificação perigosa da relação mãe-filho. Mesmo que uma mulher tenha vontade de ter filhos, deve refletir muito porque a maternidade, atualmente, é uma verdadeira escravidão. (...) Se queremos ser independentes, o importante é ter uma profissão: esta é uma condição imprescindível. O trabalho não é uma panacéia. Sei muito bem que o

trabalho, como é hoje, tem dois lados: um alienante e outro libertador que, por consequência, as mulheres têm frequentemente de escolher entre duas alienações: a do trabalho e a doméstica. Contudo, o trabalho não é apenas uma panacéia mas é, apesar de tudo, a primeira condição para a independência (BEAUVOIR, 1985, p.52).

Os capítulos iniciais do *O segundo sexo* tentam demonstrar que não existe um destino fisiológico, psicológico ou econômico, a partir da discussão com os dados fornecidos pela biologia, a psicanálise e o materialismo histórico. Os dados da biologia, diz Simone de Beauvoir, não podem ser isolados do contexto econômico, social e psicológico, “pois se o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo, ele só é uma realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade”(1960,p. 23). Em outras palavras, o valor atribuído ao corpo feminino e a seus produtos é um fato social, um produto da sociabilidade. A biologia, portanto, é insuficiente para responder à questão: “por que a mulher é o Outro?” (BEAUVOIR, 1960, p. 57).

A psicanálise, segundo Simone de Beauvoir, apesar de afirmar que “não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito” também não responde à questão da alteridade “pois o próprio Freud admite que o prestígio do pênis explica-se pela soberania do pai e confessa que ignora a origem da supremacia do macho”(BEAUVOIR, 1960, p. 70). Freud parte daquilo que teria deser explicado: como os homens tomaram o poder, transformando o falo em seu símbolo? Na verdade, a psicanálise está impossibilitada de pensar a mulher adequadamente. Para nós, diz Simone de Beauvoir, a mulher define-se “como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo cuja estrutura econômica e social é indispensável conhecer” (1960, p. 72).

Assim, chegamos ao materialismo histórico. Simone de Beauvoir comenta que esta teoria põe em evidência muitas verdades

importantes. “A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *antíphisis*, ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; ela efetua-se objetivamente na *praxis*” (BEAUVOIR, 1960, p. 75). Simone de Beauvoir reafirma o fato de que os dados biológicos só importam na medida da consciência que a mulher tem de si mesma – e do valor socialmente atribuído às suas características físicas. Neste sentido, é indiscutível que dois traços caracterizam a mulher: “seu domínio sobre o mundo é menos extenso do que o do homem; ela é mais estreitamente submetida à espécie” (1960, p. 73). Ora, uma vez que estes traços são os mais atenuados pelo desenvolvimento da técnica, torna-se evidente que eles não significam uma condição permanente.

Esta, aliás, é a perspectiva adotada por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, quando explica a sujeição da mulher ao homem pelo desenvolvimento da divisão “natural” do trabalho; pelo aparecimento do excedente econômico e pela transmissão da propriedade através da herança. É nesta brecha – a possibilidade do acúmulo e apropriação privada do excedente – que as mulheres sofreram sua grande derrota histórica, como foi visto.

Simone de Beauvoir toma como ponto de partida a ontogênese da alteridade: a mulher é o Outro (a diferença), lugar exclusivo e excludente. Não há simetria possível, por mais que os valores femininos sejam exaltados. Vivendo na França no período da ascensão do estruturalismo, Simone de Beauvoir assimilaria muito bem as teses de Lévi-Strauss, no *Anthropologie structurale* – especialmente referidas ao sistemas de parentesco como sistemas de trocas de mulheres. A sociedade, assegura Simone de Beauvoir, “sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mão dos homens” (1960, p. 91).

Em outras palavras, as mulheres constituem o objeto privilegiado de nomeação do Outro. Ao contrário do que postula Engels, as mulheres aparecem submetidas ao homem mesmo antes

da propriedade privada se instaurar. A subordinação econômica é uma das formas que assume o poder do homem sobre a mulher. O domínio masculino sobre a esfera pública evidencia-se em todos os casos estudados. Aí reside o limite da análise marxista que toma como causa determinante aquilo que é uma das formas de manifestação deste que foi o destino comum das mulheres porque portadoras de um lugar privilegiado (que ao mesmo tempo fragiliza) na reprodução da espécie. A todo-poderosa mãe é também a fêmea cujo corpo gera outro e que precisa, no longo período de desenvolvimento que a cria humana leva para amadurecer, de apoio para sobreviver. Desta maneira, o erro dos marxistas foi ter confundido dois aspectos da alteridade.

Na medida em que a mulher é considerado o Outro absoluto – qualquer que seja sua magia – torna-se impossível encará-la como sujeito. As mulheres nunca se constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens (BEAUVOIR, 1960, p. 91).

Do momento em que o átomo da relação familiar é o intercâmbio das mulheres, realizado pelos homens, não existe outro lugar para as mulheres senão uma alteridade sem autonomia. Jacques Lacan, a quem, diga-se de passagem, Simone de Beauvoir respeitosamente cita como dr. Lacan, também nomeia o lugar do Outro como o lugar da Falta, dando um conteúdo universal à posição da mulher. Em ambos os casos, não se coloca a questão do porquê coube à mulher a sina de simbolizar o Outro. Em outras palavras, permanece sem resposta a questão sugerida no título do livro: por que somos o segundo sexo? Simone de Beauvoir, inicialmente, afirma que:

O triunfo do patriarcado não é nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico (é exatamente o que ela diz: privilégio biológico) permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeito soberanos. Eles nunca abdicaram do privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher mas reconquistaram-na à seguir. Condenada a desempenhar o

papel do Outro, a mulher estava condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela quem escolhe o seu destino. ‘Os homens fazem os seus deuses; as mulheres adoram-nos’, diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua lei (BEAUVOIR, 1960, p. 98).

É estranho encontrar o argumento da biologia, quando a própria Simone de Beauvoir insistia anteriormente que o importante é o valor socialmente atribuído às diferenças sexuais. Na verdade, ela parte do mesmo ponto de vista da ideologia conservadora: a “debilidade “fisiológica da mulher, vale dizer, sua função reprodutiva e o “privilégio masculino”. Assim, o problema é universal na medida em que o papel da mulher na reprodução da vida torna-a mais próxima da Natureza, enquanto o desempenho do homem na produção econômica torna-o propenso à Cultura. A mitologia de Simone de Beauvoir supõe que o desenvolvimento da produtividade do trabalho levou o homem a um domínio da Natureza que a mulher não alcançou, desvalorizando-se conseqüentemente aos olhos dos homens.

Nela o homem não reconheceu um semelhante porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida. Desde que não a adotava, desde que a mulher conservava a seus olhos a dimensão do Outro, o homem só podia tornar-se seu opressor. (BEAUVOIR, 1960, p. 98)

A partir daí, estabelece-se, segundo Simone de Beauvoir, a dialética da desigualdade: o homem oprime a mulher para sentir-se mais poderoso e quanto mais poderoso se torna, mais ela decai. Particularmente, quando se torna proprietário do solo, é que reivindica também a propriedade da mulher. “Antes ele era possuído pelo mana, pela terra: agora ele tem uma alma, terras, liberto da Mulher, quer uma mulher e uma posteridade para si próprio”. Reencontramos, aqui, a mesmíssima análise de Engels, o que também causa um certo

espanto, pois Simone de Beauvoir, assim como fizera com a biologia, rejeitara a explicação que o materialismo histórico construíra para explicar a opressão feminina. Esta compulsão masculina de querer “uma posteridade para si”, aparece no pensamento da autora tão inexplicavelmente quanto em Engels. Eis, com novas roupas, a razão para a coincidência entre propriedade privada, transmissão de herança e monogamia. O texto a seguir revela esta apropriação das teses de Engels por Simone de Beauvoir.

Quer [o homem] que o trabalho familiar que utiliza em proveitos de seus campos seja totalmente seu e, para isso, é preciso que os trabalhadores lhe pertençam: escraviza a mulher e os filhos. Precisa de herdeiros através dos quais se prolongará sua vida terrestre (...). Assim, a partir do dia em que a agricultura deixa de ser uma operação essencialmente mágica e se torna antes de mais nada um trabalho criador, o homem descobre-se como força geradora; reivindica os filhos ao mesmo tempo que a colheita (BEAUVOIR, 1960, p. 99).

Voltamos pois ao ponto de partida. A pretensa maior produtividade masculina no trabalho (que se justifica na crença que Simone de Beauvoir professa da inferioridade da capacidade de trabalho feminina) foi simbolicamente convertida em uma superioridade sobre as mulheres. A tal ponto que temos uma espécie de “efeito gangorra: “quanto mais poderoso o homem se torna, mais a mulher decai. Reencontramos, pois, a velha argumentação de Bachoffem/Engels: “Não há, nos tempos primitivos, uma revolução ideológica mais importante do que a que substitui pela agnação a filiação uterina; a partir de então a mãe é relegada à função de ama, de serva, e a soberania do pai: ele é quem detém os direitos e os transmite” (1960, p. 98). Simone de Beauvoir retorna, assim, à questão da herança, formulada nos mesmos termos de Engels, isto é supondo a existência do matriarcado que, com o advento da propriedade privada, é superado pelo patriarcalismo. Desta maneira, ela vai construindo uma espécie de metafísica da propriedade que a levará às raízes ontológicas da opressão feminina, utilizando, diga-

se de passagem, o mesmo evolucionismo histórico que lhe parecera insuficiente em Engels.

A impressão que se tem, ao longo das páginas, é que Simone de Beauvoir não enxerga qualquer possibilidade de libertação da mulher a partir daquilo que caracterizaria exatamente os papéis femininos. Se a regra da subordinação da mulher tem a mesma universalidade suposta por Lévi-Strauss, nas *Estruturas elementares do parentesco*, então pode-se falar de uma opressão da mulher antecedendo qualquer outra hierarquia social. A diferença entre os sexos torna-se imanentemente hierárquica, até quando o homem desfrutar do privilégio biológico, como assinala Simone de Beauvoir. Ora, tal privilégio como sabemos, é o de não engravidar. Logo, transformar as condições objetivas que alimentam a esfera do simbólico social, suporia, por exemplo, que as mulheres dedicassem seu máximo investimento à carreira profissional e considerassem que a maternidade é uma armadilha. De fato, uma discípula radical de Simone de Beauvoir, a norte-americana Shulamith Firestone, vai, uma década depois, reafirmar a mesma rejeição à maternidade, preconizando uma reforma na biologia feminina: a libertação da mulher com o bebê de proveta!<sup>3</sup>

Em *O segundo sexo* – como em quase todos os romances de Simone de Beauvoir – esta sensação de desconforto com a condição feminina é o eixo articulador, revelando muito da experiência pessoal da autora. No segundo tomo da obra, que tem o sugestivo título de a “experiência vivida”, a grande derrota do sexo feminino é localizada exatamente naqueles atributos constitutivos da feminilidade. A liberdade humana, no existencialismo de Simone de Beauvoir,

---

<sup>3</sup> Defendo, em oposição, uma certa “imanência” do corpo feminino, concebendo a maternidade como um momento altamente positivo na vivência do “ser mulher”. Neste sentido, só posso rejeitar uma libertação que desconhece a profunda imbricação do biológico no social. A “humanização” da mulher não pode supor a negação de seu corpo biológico.

é sempre uma transcendência conseguida através da criação intelectual. Ora, na medida em que Simone de Beauvoir nega qualquer possibilidade de transcendência na vida doméstica e, especialmente, na maternidade, a biologia feminina é a grande armadilha contra a mulher. Aliás, é exatamente esta negação da maternidade que está na raiz da rejeição silenciosa das mulheres às teses de Simone de Beauvoir. A epígrafe do segundo tomo de *O segundo sexo* ajuda a decifrar o lugar da mulher no universo mental (misógino) de Simone de Beauvoir:

Que desgraça ser mulher! Entretanto  
a pior desgraça quando se é  
é, no fundo, não compreender que sê-lo  
é uma desgraça.  
(Kiergaard)

#### 4 – A geração dos anos 60 e 70: marxismo e feminismo radical

As conquistas de direitos de cidadania obtidas pelas mulheres nas últimas décadas, especialmente nos países do mundo ocidental, correspondem em grande medida às bandeiras de luta desfraldadas nos anos 60. Em países como a França e a Itália, nos quais o divórcio e/ou o aborto não eram permitidos, porque afetam valores conservadores ligados à Igreja Católica, a luta feminista assumiu proporções nacionais, obrigando a definição dos partidos, dos sindicatos, da sociedade civil, em suma. Em outros países, a questão das desigualdades salariais e da dupla jornada de trabalho receberam maiores atenções. Assim, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas e da democracia política, mais específicas são as “bandeiras”. O movimento feminista, por sua vez, emergiu do seio de um ativo movimento estudantil, num momento histórico marcado pela aparição dos chamados “grupos minoritários”, como o movimento negro e o movimento homossexual. Via de regra, todos



estes movimentos questionavam os valores dominantes do mundo ocidental rico (e imperialista), solidarizando-se com as guerras de libertação, como ocorreu com a Argélia e o Vietnã, sem falar no apoio à revolução cubana. Em cidades como Berkeley, o melhor exemplo do que de mais avançado aconteceu nos movimentos pelos direitos civis, o imperialismo norte-americano sofreu uma derrota política interna, dada a resistência da juventude universitária. Foram anos de internacionalismo, de solidariedade e da descoberta das identidades: a mulher é o negro do mundo, cantava Yoko Ono, enquanto que os “Black Panthers” contrapunham que os negros são o Vietnã dentro dos Estados Unidos.

### *Juliet Mitchell e a libertação da mulher*

A estadia de Juliet Mitchell em São Paulo, em 1968, passou quase que totalmente despercebida, pois coincidiu com a radicalização da luta contra a ditadura militar, tendo como vanguarda os estudantes radicais de várias cidades brasileiras. A famosa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo fora tomada pelos estudantes que ocupavam as salas em debates políticos: discutiam as formas de luta para a derrubada da ditadura. Os cursos de férias, dados em julho, abrangiam discussões sobre táticas de guerrilha, enquanto as “comissões paritárias” de professores e alunos regiam o departamento de Filosofia e, com menor força, o de Ciências Sociais. Tudo isso um pouco antes que o incêndio, provocado pelos estudantes de direita do Mackenzie e pela polícia, pusesse fim ao histórico período da rua Maria Antonia.

Dois anos antes da vinda de Juliet Mitchell a São Paulo, a *New Left Review* publicara seu artigo *Women: the longest revolution* (traduzido com o título de Mulheres, a revolução mais longa, pela revista *Civilização Brasileira*) que considero, sem sombra de dúvida, o mais importante texto teórico do feminismo marxista. Esse artigo e outros escritos

sobre o mesmo tema foram publicados no *Woman's estate*, em 1971 (a tradução francesa, da Editons de Femmes, é de 1974). Profundamente “engajada”, como se dizia nos idos dos sessenta, Juliet era uma típica intelectual da “nova” esquerda, para quem teoria e prática caminhavam juntas.

Assim, o *Woman's estate* é, antes de mais nada, uma obra política escrita por uma militante de formação teórica marxista. Depois de agradecimentos ao movimento de libertação da mulher por tudo o que faria no futuro e ao que já estava fazendo no presente, Juliet Mitchell, no prefácio do *Woman's estate*<sup>4</sup> (1971), fala da extensão atingida pelo movimento feminista no começo da década de 70, em quase todos os países democráticos liberais do mundo capitalista avançado. Apesar da radicalidade das proposições e da amplitude do movimento, nossa autora constata uma estranha benevolência por parte da mídia. Todos os movimentos que lhe antecederam tiveram de ser clandestinos, ao menos nos momentos cruciais. Ora, diz ela, não parece justo que a mídia conceda tanta publicidade ao Movimento de Libertação da Mulher, isto é, justamente para um movimento que, ao menos em teoria e organização, é o mais revolucionário que jamais existiu. E que pode fazer em público as declarações mais revolucionárias sem que ninguém pareça se incomodar com isto (MITCHELL, 1971, p. 13)<sup>5</sup>.

Eis aí a razão do texto: um questionamento à sociedade que leva tão pouco a sério a mulher é fundamentalmente um questionamento acerca da natureza do próprio movimento. Se a pergunta de Simone de Beauvoir era – “por que somos o Outro?” – que também poderia ser formulada como “por que nos coube a desgraça de ser mulher?” a tentativa de resposta levou a muitas

---

<sup>4</sup> O livro não foi traduzido para o português: traduzi os trechos citados da edição inglesa de 1971. Os trechos originais aparecem em notas de rodapé.

<sup>5</sup> No original: It is not just that the media gives Women's Liberation publicity, it is that, in concept and organization, it is the most public revolutionary movement ever to have existed. Able, too, to make the most revolutionary statements in public without anyone seeming bothered.

centenas de páginas de fatos, mitos e vivências sem apresentar outra alternativa que não a própria negação da feminilidade e uma vaga esperança no socialismo. Diferentemente do conformismo político subjacente às análises de Simone de Beauvoir, o ponto de partida de Juliet Mitchell, no ardor de seus 26 anos, eram as seguintes questões:

Para onde vamos? Ou, mais simplesmente, o movimento que se diz revolucionário em suas intenções está se transformando numa organização revolucionária? O que isto significa em termos de sua estrutura interna e de suas alianças externas? Devemos contrapor a análise feminista que considera as mulheres como as mais oprimidas das pessoas e, logo, as potencialmente mais revolucionárias, ao ponto de vista marxista de que a classe operária é “a” classe revolucionária no capitalismo? E se assim for, quais serão as consequências? Qual é a relação entre a luta de classes e as lutas dos oprimidos? Qual é “a” política da opressão? (MITCHELL, 1971, p. 13-14)<sup>6</sup>.

A primeira parte do livro é dedicada, portanto, ao movimento de mulheres. A tese fundamental de Juliet Mitchell é de que o feminismo surgido em meados dos anos 60 inaugura algo de novo com respeito às outras lutas feministas anteriores: uma nova radicalidade. De fato, houve a tomada de consciência de que o oprimido também era opressor da mulher, como acontecia no caso dos militantes negros norte-americanos, cujo líder, Stokeley Carmichael ironicamente dizia que era na horizontal que a mulher ocupava seu lugar na revolução. A opressão da mulher aparecia, então, como sendo a mais geral de todas. Para Shulamith Firestone

---

<sup>6</sup> No original: Where are we going? Quite simply, is the movement, which claims to be revolutionary in intention moving towards the formation of itself as a revolutionary organization? What would this mean in terms of its internal structure and external alliances? Is the feminist concept of women as the most fundamentally oppressed people and hence potentially the most revolutionary to be counterposed to the Marxist position of the working class as the revolutionary class under capitalism? If so, with what consequences? What is the relationship between class-struggle and the struggles of the oppressed? What are the politics of oppression?

(*Dialectic of sex*), e outras feministas sexistas norte-americanas, a derrubada do poder masculino e a libertação da mulher constituíam o principal objetivo da revolução.

Juliet Mitchell começa por analisar as fontes das quais emergiu a energia revolucionária dos anos 60, mostrando como a pobreza das mulheres nos países mais ricos do mundo e a carência cultural e emocional as aproximava dos estudantes e dos jovens. Assim, no quadro mais geral da Luta pelos Direitos Civis, as lutas mais próximas eram travadas pelos negros, estudantes e *hippies*. Todos estes movimentos, não obstante uma base local, tiravam sua inspiração das lutas pela paz e pelo fim das guerras no Terceiro Mundo (Argélia, Cuba e Vietnã). Isto é, tinham uma perspectiva internacionalista.

As mulheres, observa Mitchell, constituem o grupo político o mais “internacional”, pois são metade da humanidade, e no entanto, sua opressão tem lugar no domínio mas restrito e específico possível: o lar. Desta maneira, há um encontro entre vida pessoal e vida política. Assim como a ampliação das universidades, que permitiu a extensão do movimento universitário, possibilitou a criação de uma vanguarda radical – em contraste com o “aburguesamento” de vários segmentos da classe operária – também entre as mulheres de classe média (universitárias) criou-se uma vanguarda feminista. Nem poderia deixar de ser diferente, pondera Mitchell, pois a miséria e a ignorância mantêm a maior parte das mulheres na impotência de sua opressão. O movimento de libertação das mulheres enfrenta, nesta medida, tarefas titânicas, pois a opressão da mulher manifesta-se tanto na miséria econômica quanto na cultural, em todas as classes sociais e em todos os movimentos radicais. E quando se trata da situação das mulheres, os amigos transformam-se em inimigos. São estas as descobertas de que o Movimento tem de dar conta, na teoria e na prática (MITCHELL, 1971, p. 39)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> No original: that women’s oppression manifests itself in economic and cultural deprivation, that oppressed women are found in all exploited minorities, in all

Este preconceito ou rejeição à questão da mulher estimulou às militantes políticas feministas a formarem grupos exclusivamente femininos. E, na medida em que foram os próprios revolucionários os primeiros a tratar o feminismo com desconsideração, foi necessário defender o separatismo, isto é a exclusão de elementos do sexo masculino. É possível, concorda Juliet Mitchell, que a política separatista do Movimento de Libertação da Mulher provenha de uma das manifestações mais importantes da opressão da mulher: a falta de confiança em si mesmas. Mas é exatamente aí que se confirma a tese central do Movimento: as mulheres são oprimidas enquanto grupo e não obstante o fato de que os grupos oprimidos devam relacionar-se é fundamental que cada grupo desenvolva por si mesmo a análise e a compreensão de sua opressão (MITCHELL, 1971, p. 58)<sup>8</sup>.

Estas seriam, em resumo, as principais características do feminismo dos anos 60 nos centros capitalistas desenvolvidos: a organização das mulheres, tendo como articuladoras as intelectuais e mulheres das classes médias ilustradas; uma política de proximidade com outros grupos oprimidos, mas com o “separatismo” que, posteriormente, constituiu um dos pilares da proposta política de autonomia do movimento de mulheres.

A partir deste quadro geral de referências, Juliet Mitchell vai introduzir a temática da necessidade de uma teoria da opressão específica da mulher. Naquele então, o feminismo internacional dividia-se em duas tendências divergentes: de um lado, as feministas

---

social classes, in all radical movements. That on the issues of the position of women, friends are foes. It is with the realizations that the theory and practice of the movement has to contend.

<sup>8</sup>No original: The separatist politics of Women's Liberation may have come out of one of the chief manifestation of women's oppression: their diffidence: but it certainly debauches straight into its center theory - that is women as a group that are oppressed, and that, though all oppressed group should work to a point of solidarity with each other, their own understanding of their own station comes from their own analysis.

radicais (ou sexistas), norte-americanas em sua maioria, que partiam da premissa que o inimigo é o homem da sociedade patriarcal, falocrática, etc. (como Kate Millet, S. Firestone e outras); de outro as feministas socialistas (atuantes na França, Itália e Inglaterra), que preconizavam a incapacidade da antiga teoria em dar conta da situação da mulher, ao mesmo tempo que sua metodologia permitia novas análises e que “a teoria das classes sociais e a necessidade de fazer a revolução (baseada nesta teoria mas concedendo um lugar proeminente à opressão da mulher) são fundamentais” (MITCHELL, 1971, p. 75).

Na condição de feminista socialista, Juliet Mitchell passa em revista a análise da mulher na teoria socialista, afirmando que a subordinação do sexo feminino foi reconhecida pela grande maioria dos pensadores socialistas do século XIX, mas com uma formulação genérica e abstrata. A própria contribuição de Marx a este respeito permaneceu mais no nível filosófico, como acontece em *A sagrada família* quando aponta a situação da mulher como o mais poderoso índice do progresso humano sobre o animal, do cultural sobre o natural. Neste sentido, permaneceu, como Fourier, no aspecto simbólico da opressão da mulher, concedendo uma importância universal ao problema mas, ao mesmo tempo, privando-o de substância. A mulher nos escritos do jovem Marx, aponta Juliet, “transforma-se numa entidade antropológica, numa categoria ontológica da espécie a mais abstrata” (MITCHELL, 1971, p. 79).

Em *O capital*, obra da maturidade, Marx coloca a questão da mulher na sua historicidade quando, por exemplo, ao analisar os diferentes tipos de família, afirma, corretamente, que é um absurdo imaginar que a estrutura familiar germânico-cristã pudesse corresponder a uma estrutura familiar definitiva cujo modelo fosse aplicável à família da Grécia ou do Oriente. Ao mesmo tempo que confere historicidade à família, Marx “embute” a mulher na questão da família, isto é, passa das generalidades filosóficas da juventude para a redução do problema da mulher à evolução histórica da família.

Mesmo na *Origem da Família* de Engels, que teve boas intuições sobre a questão da mulher, a ênfase maior é concedida à questão da propriedade privada, que explicaria o início da opressão, levando à herança, à monogamia, etc. A razão para a submissão da mulher, por sua vez, é encontrada em sua menor força física, o que equivale a dizer que o incremento da produtividade de sua força de trabalho é condição de sua libertação. Por isso, Engels privilegia a integração da mulher à esfera produtiva (a indústria pública, em suas palavras) e a supressão da família conjugal enquanto unidade econômica da sociedade. Ao contrário de Simone de Beauvoir, Juliet Mitchell leva adiante sua crítica a Engels, mostrando como este, afinal, permanece no reducionismo econômico.

Diante desse quadro, conclui Mitchell, torna-se imperioso para as feministas socialistas a elaboração de uma teoria da opressão de todas as mulheres, sem por isto perder de vista a especificidade histórica de cada aspecto da situação. “É preciso que partamos das questões colocadas pelas feministas para chegarmos a produzir respostas marxistas” (MITCHELL, 1971, p. 99).

É na segunda parte do livro que Juliet Mitchell tentará dar respostas marxistas no tratamento da opressão da mulher. Ela pondera, inicialmente, que o feminismo radical faz da opressão “o” problema quando se trata de saber por que as mulheres foram sempre oprimidas e como são oprimidas. Pois a teoria da opressão tem de dar conta do caráter geral da opressão feminina sem perder de vista, no entanto, sua especificidade histórica.

A situação das mulheres é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são a metade da humanidade. Elas não podem ser exploradas e oprimidas de maneira análoga às classes e grupos explorados – operários, negros, etc. Enquanto não houver uma revolução na produção, as condições e emprego continuaram decidindo a sorte da mulher neste mundo de homens. “Ademais, à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas

no trabalho, relegadas à casa: estas duas posições compõem sua opressão” (MITCHELL, 1971, p. 99)<sup>9</sup>.

Essa vai ser a chave da análise de Juliet Mitchell: a partir da dialética produção/reprodução social (aqui pensada como reprodução da espécie em condições históricas determinadas). O lugar subalterno que a mulher ocupa na produção teria sua contrapartida no poder que exerceria no seu “reino”, a família. Com isso, acusa Juliet Mitchell, não se coloca a questão do que é família, quando sob esta forma “natural” temos um produto social. Mas a ideologia do “natural” visa justamente obscurecer a historicidade da família e das funções nela desempenhadas pelas mulheres.

Fala-se da mulher, da família como se fossem sempre as mesmas (...) Assim, a análise da feminilidade e da família devem se desvencilhar da ideologia da permanência e de sua unificação em um todo monolítico: mãe e filho, lugar de mulher. seu destino natural (MITCHELL, 1971, p. 100).

A ideia de destino natural tem de ser desconstruída e, neste sentido, a teoria socialista do passado não chegou a isolar os diferentes elementos da condição feminina que formam uma estrutura complexa e não uma unidade simples. Assim, Juliet Mitchell considera essencial renunciar à ideia de que as condições da mulher decorrem unicamente da economia, com formula Engels, ou possa ser equacionada como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos. “É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados”. De

---

<sup>9</sup> No original: The situation of woman is different from that of any other oppressed social group: they are half of the human species. In some ways they are exploited and oppressed like, and along with, other exploited classes or oppressed groups – the working class, Blacks, etc.. But women are offered a universe of their own: the family. Women are exploited at work, and relegated to the home: the two positions compound their oppression.



fato, as variações da condição feminina dependem da combinação específica destes elementos.

Numa totalidade complexa, cada elemento independente tem sua própria realidade autônoma, se bem que seja determinado, mas somente em última instância, pela base econômica. Uma tal totalidade complexa demonstra que na sociedade nenhuma contradição é simples. Cada setor pode se movimentar diferentemente, a síntese destas diferenças na estrutura global implica que muitas vezes as contradições se anulam e, outras vezes, reforçam-se mutuamente. Porque a unidade da condição feminina, em qualquer tempo, é o produto de várias estruturas, que se deslocam, ela é sempre “sobre determinada”<sup>10</sup> (MITCHELL, 1971, p. 100).

A referência ao termo freudiano sobre determinação, introduzido por Louis Althusser (FRANÇOIS, 1994), dá conta da influência da teoria psicanalítica sobre os marxistas dos anos 60. A própria Juliet Mitchell, no *Woman's estate*, critica o movimento feminista norte-americano por sua rejeição à Freud, dizendo que esta rejeição é de “ordem moral.” Ora, diz Juliet Mitchell, a psicanálise, ao explorar o inconsciente e os constructos da vida mental, trabalha num terreno no qual a forma fenomênica predominante é a família. E o estudo da mulher exige uma teoria que consiga explicar como a mulher se torna mulher e o homem, homem. Entre o domínio biológico e o domínio social, a família é uma fronteira que pertence ao campo da psicanálise e que dá origem à diferença sexual (MITCHELL, 1971, p. 167)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup>No original: In a complex totality each independent sector has its own autonomous reality though each is ultimately, but only ultimately, determined by the economy factor. This complex totality means that no contradiction is ever simple. As each sector can move ta different pace, the synthesis of the different time-scales is the total structure menas that sometimes contradictions cancel each other out. Because the unity of woman's condition at any time is in this way the product of several structures, moving at different paces, it is always ‘overdetermined’.

<sup>11</sup>No original: Psychoanalysis, exploring the unconscious and the constructs of mental life, works on the terrain of wich the dominant pehomenal forms is the

Juliet Mitchell chega, assim, ao nó górdio da questão: a psicanálise, como ciência do inconsciente, fornece a chave teórica para a questão das diferenças sexuais.

## Bibliografia

ALVAREZ, S. E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition on democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

ANDERSON, Perry. *Sur le marxisme occidental*. Paris, Maspéro, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. *Não se nasce mulher, Torna-se mulher*. Revista Claudia, n. 291, 1985, p. 52.

\_\_\_\_\_. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª Edição, 1960.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo - 2. O canto do cisne: de 1967 a nossos dias*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p. 213-215.

ENGELS, Frederick. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira, 1977.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulhe emancipada*. São Paulo, Editora Proposta, 1980.

---

family. In studying women we cannot neglect the methods of a science of the mind, a theory that attempts to explain how women become women and men, men. The borderline between the biological and the social which finds expression in the family is the land that psychoanalysis sets out to chart, it is hinterland where sexual distinction originates.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1970.

MARX, K. *Oeuvres*. Paris, Pléiade, 1965.

MITCHELL, Juliet. *Woman's estate*. Londres. Penguin Books, 1971.

Nós Mulheres, n. 1, São Paulo, 1976.

Quatre premiers congrès de l'Internationale, p. 4.

STORA-SANDOR, Judith. *Alexandra Kollontai: marxisme et révolution sexuelle*. Paris, Maspero, 1973.



## PSICANÁLISE E FEMINISMO

A negação de qualquer determinação com respeito aos papéis impostos pela mulher pela sociedade, ou seja, a recusa da naturalização das relações sociais, exigia uma teoria da subjetividade que provasse que o destino da mulher não está inscrito em sua corpo mas em seu grupo social. Somos frutos de nossa sociabilidade. E temos de enfrentar o fato de que a mulher é o agente socializador por excelência, como sempre pontificou a sociologia funcionalista. Transformar a situação da mulher levanta a exigência de uma socialização diferente daquela que é a regra atualmente. Como a mulher, vítima da opressão, poderia forjar uma nova identidade que lhe permitisse romper com a cadeia da reprodução do machismo?

As feministas logo se dariam conta de que é mais fácil propor e transformar instituições do que pessoas, pois a chamada revolução

interna depende de circunstâncias que nem sempre são da alçada da decisão racional. A importância da psicanálise para o feminismo advém do fato de que ela é uma teoria científica cujo objetivo – a vida psíquica inconsciente é o desvendamento do processo de construção da subjetividade. Oferece, portanto, uma resposta para a questão de como alguém “torna-se mulher”. Ademais, a psicanálise é também uma prática terapêutica que busca o autoconhecimento e a “reconstrução psíquica”.

No entanto, as feministas norte-americanas nunca tiveram uma relação das mais fáceis com a psicanálise e, especialmente, com os poucos textos escritos por Freud sobre a questão, sobre o “enigma” da sexualidade feminina. Juliet Mitchell explica ataques das feministas mais como rejeição da orientação ideológica assumida pela psicanálise ianque – à orientação adaptativa assumida pela “psicologia do ego” – do que propriamente aos pontos de vista de Freud. Em outras palavras, a irritação das feministas dirigia-se na verdade à orientação conservadora das práticas terapêuticas daqueles que se pretendiam freudianos nos EUA. Neste sentido, a oposição era muito mais ideológica do que teórica.

Já no caso das feministas brasileiras a mais provável razão era o desconhecimento da teoria e da prática psicanalíticas. A maior parte das feministas travou contato com a obra de Freud ou através de Simone de Beauvoir da americana Kate Millet, *Sexpolitics*, em que Freud é denunciado como um inimigo da causa. Posteriormente, por força da próprio incremento do número de psicanalistas de sexo feminino, novas abordagens foram feitas, especialmente na França, sem se falar das releituras de Freud, como a intentada por Juliet Mitchell no seu também antológico *Feminism and psychoanalysis*.

## 1 – A teoria social de Freud e as influências teóricas da psicanálise

A primeira explicação que se pode dar pelo desconhecimento de Freud e sua “proscrição” dos currículos de ciências sociais relaciona-se ao fato de Freud, com acentuação de Lacan, ter revolucionado o próprio conceito de ciência. Esta foi sua maior heresia, da ótica da sociologia acadêmica<sup>1</sup>. Já Freud explicava a resistência à suas descobertas ao mal estar que ela provoca em todos que confiavam na racionalidade do homem, movido pelas forças conscientes e claras de sua mente. Depois de ter sido obrigada a reconhecer, com Copérnico, que a Terra não era o centro do universo e, com Darwin, que o homem não passa de macaco mais bem desenvolvido, a humanidade não poderia receber sem resistência a novidade do “inconsciente” – da existência de forças psíquicas que escapam ao controle do racional. Sem se falar de outros escândalos, como falar da sexualidade infantil e do caráter polimórfico-perverso da sexualidade.

A maior contribuição de Freud reside exatamente em estudar o processo de produção da identidade bem como os caminhos e vicissitudes implicados no conhece-te a ti mesmo. Se Marx introduziu o conflito como motor da vida social, Freud vai descobrir a origem dos conflitos mais antigos e mais gerais, concernentes ao processo de individuação: a ambivalência do amor e do ódio; a dialética da pulsão da vida e da pulsão da morte. Se a lei objetiva do processo econômico reproduz a riqueza e a miséria, exploradores e explorados, a dinâmica dos primeiros anos de vida vai determinar indivíduos com capacidade psíquicas em que predominam os

---

<sup>1</sup> Devo a João Gabriel Teixeira, sociólogo da UNB, a reflexão sobre a “proscrição” de Freud com respeito aos currículos universitários brasileiros.

componentes vitais (eróticos) ou, contrariamente, a destrutividade, ora dirigida contra si mesmo, ora dirigida contra os demais.

Diferentemente do marxismo, teoria crítica do capitalismo, o freudismo dá os instrumentos para a crítica cultural: ele mostra os fundamentos infantis das religiões ao mesmo tempo que supera os preconceitos da moral cristã da inocência infantil (assim entendendo a negação de uma sexualidade infantil: as crianças dessexualizadas porque o sexo é “pecado”). O freudismo chega mesmo explicar as oposições entre “amor e imperativos sociais” pelo caráter radical da paixão amorosa contém um elemento “antissocial”: a vida social exige sempre algum tipo de renúncia pessoal.

## 2 – Tornar-se Mulher, segundo a teoria psicanalítica

A importância da psicanálise para o feminismo advém do fato de que ela é uma teoria científica cujo objetivo – a vida psíquica inconsciente – é o desvendamento do processo de construção da subjetividade. Oferece, portanto, uma resposta para a questão de como alguém “torna-se mulher”.

Muito antes de Simone de Beauvoir imortalizar a frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” Freud, em *Novas lições introdutórias à Psicanálise* (1932) afirmava que: “Não corresponde à especificidade da Psicanálise responder o que é a mulher – coisa que seria para nossa ciência um trabalho quase que impraticável mas investigar como da disposição bissexual infantil surge uma mulher” (Freud, 1973, p. 3165). Nesta investigação o processo de identificação desempenha papel crucial, como trataremos a seguir.

O termo identificação, no dicionário filosófico de Lalande (1968), tem um sentido transitivo (reconhecer como idêntico) e outro reflexivo (identificar-se com). O conceito psicanalítico de identidade aproxima-se muito mais deste segundo sentido reflexivo. No



dicionário psicanalítico de Laplanche e Pontalis (1967), a problemática da construção do humano através dos processos de identificação recebe a seguinte formulação: o conceito de identificação assumiu progressivamente na obra de Freud o valor central que faz dela, mais do que um mecanismo psicológico entre outros, a operação pela qual o indivíduo humano se constitui.

No começo, somos indiferenciados. Não sabemos de nós mesmos, pois não nos diferenciamos do outro. O incesto, diz Helio Pellegrino, é a grande tentação da infância. A criança, na fantasia, busca preservar, a todo o preço, a forte intimidade carnal que a liga, inicialmente à mãe e, depois, ao pai. “O incesto pretende, em última análise, negar o corte separador que nos arranca da mãe e do pai e nos joga no mundo, na solidão da errância, do risco e da dor” (1988, p. 70).

Num primeiro momento, não distinguimos a mãe de nós mesmos; quando esta distinção começa a se impor, tentamos, desesperadamente, manter a fantasia de que a mãe nos pertence com exclusividade; a presença do pai e o respeito/temor que inspira nos obriga a reconhecer que a mãe não nos pertence, reprimir no peito este querer e postegar para mais diante o desejo de intimidade e prazer inspirado na relação com a mãe, nosso primeiro objeto de amor. O pai, impondo sua autoridade, salva a criança do “matriarcado” (ou de uma relação psicótica com a mãe) e a torna apta para enfrentar a “realidade externa”, vale dizer, a sociedade e suas normas.

O nascimento é um corte separador crucial. Ele implica uma experiência bio-psicológico-existencial de caráter fundador, fonte e origem da angústia humana. A criança, após o nascimento, tenta negá-lo, pela fantasia de fusão com a mãe. Na situação edípica, pela interdição do incesto, é que o processo do nascimento afinal se consuma. Através da função paterna fica cortado o cordão que liga o filho à mãe. Nesta medida, o Édipo castra mãe e filho, e planta em ambos uma incompletude que terá de ser sustentada – e suportada – como condição estruturante do desejo e da liberdade.

(...) A interdição do incesto é a Lei da Cultura – ou a Lei do Pai. Ela cria uma gramática primordial sem cujos termos o esforço civilizatório seria impossível. Sendo, por um lado, uma exigência crucial e necessária, frustra, por outro, as grandes – e inaugurais – paixões da infância (1988, p. 71).

O processo de individuação é, portanto, regido pela dialética da restrição dos desejos atuais para melhor satisfação de desejos futuros. Dada a falta de limites das exigências infantis – somos uma máquina desejante – é preciso um longo processo de adaptação às frustrações; de reinvestimentos libidinais e de sublimação. A cultura constrói-se a partir das restrições necessárias ao desejo individual. A vida social, diz Freud (1973, p. 3026), origina-se da substituição do poderio individual para o da comunidade, representando a passagem para a Cultura.

### *A lei materna*

Do ponto de vista dos processos de ordem psíquica responsáveis por nossa história pessoal, as primeiras experiências são “instituintes”, especialmente aquelas referidas à relação mãe-filho. “Quando alguém foi indiscutivelmente o favorito de sua mãe, conserva através de toda a vida aquela segurança conquistadora e confiança no êxito”, afirma Freud a propósito de uma recordação infantil de Goethe, concluindo que o criador de Fausto poderia ter começado sua biografia com a seguinte observação: “toda minha força tem sua raiz em minha relação com minha mãe” (1973, p. 2443). Através de símbolos distintos a proeminência da relação mãe-filho vai fazer com que o protótipo da relação amorosa seja a criança sendo amamentada no seio materno e que, na vida adulta, a busca do objeto de amor esteja impregnada por esta relação primeira.

Se a criança de peito fosse capaz de comunicar suas sensações, declararia, logo de início, que o ato de mamar no peito materno é o mais importante de sua vida. Não sem certa surpresa averiguamos, por meio da psicanálise, quão profunda é a importância psíquica deste ato, cujas marcas persistem durante toda a vida (FREUD, 1973, 2443).

Nossos primeiros (e ainda atuantes) prazeres relacionam-se, portanto, à alimentação e, no caso do aleitamento materno, à amamentação. Ser bem cuidado, nesta idade, implica primordialmente em ser bem alimentado pois o bebê passa dormindo grande parte do tempo. A importância deste vínculo – entre o bebê e aquela que cuida dele e o alimenta – dispensa comentários e refere-se não só à ingestão de alimentos, mas à transmissão de afetividade através do contato corporal.

De acordo com a psicanálise, até uma idade que se situa, em média, nos três anos (a fase pé-edípica, no dizer de Freud), a mãe constitui o objeto de amor dos filhos, seja a criança do sexo masculino ou feminino. Nestes primeiros anos, nada distingue a evolução psíquica da menina com relação ao menino: ambos estão mais ligados à mãe do que ao pai, desejando-a só para si. Neste sentido, a teoria psicanalítica não somente privilegia as primeiras vivências como também concede um papel privilegiado à relação mãe-filho.

Ao investigar os caminhos através dos quais as diferenças anatômicas transformam-se em identidades masculinas e femininas, Freud comenta que as fases iniciais da evolução da libido parecem ser comuns a ambos os sexos e que, não obstante a hipótese de que as meninas mostrariam menor impulso agressivo “a análise das brincadeiras infantis mostrou a nossos colegas analistas que os impulsos agressivos das meninas não deixam nada a desejar com respeito à quantidade e violência” (FREUD, 1973, p. 3167). Dito de outro modo, nesta fase, nenhum comportamento “passivo” caracteriza a menina, comparativamente ao menino. De tal maneira que temos de reconhecer que a mulherzinha é um homenzinho.

*A lei paterna*

A questão desloca-se pois para o momento de ruptura com esta indiscriminação infantil, vale dizer: o que faz com que a mulherzinha deixe de ser um homenzinho? É então que Freud introduz a passagem do primado da hegemonia materna para o poder masculino, simbolizado na equação pênis = falo, tal como propõe a leitura lacaniana. Freud não entra em considerações sobre o porquê desta equação, limitando-se a enunciar um fato recorrente nas terapias psicanalíticas: as reações distintas de meninos e meninas frente às diferenças anatômicas.

Assim, os meninos, frente a um corpo em que falta algo, passam a temer secretamente a perda do seu próprio pênis, enquanto que as meninas sentem inveja, querendo ter um também. Em termos psicanalíticos isto quer dizer que o menino teme a castração enquanto a menina se sente castrada. O menino, tentando evitar a castração, desenvolve um comportamento mais submisso com relação ao pai (o rival na posse da mãe) e aprende a esperar sua vez, isto é, acata a Lei para poder sobreviver socialmente. Aprende a sublimar, isto é, a controlar o impulso à satisfação imediata dos desejos, submetendo-se às regras da sociedade.

O menino renuncia à mãe, mas não à mulher enquanto objeto de amor. Seu primeiro objeto, neste sentido, permanece, pois superar o complexo de Édipo é abdicar sexualmente da mãe e amar outra mulher, dentro do rol das socialmente acessíveis. Existe, desde o começo, um forte apelo à heterossexualidade, desde que o primeiro objeto de amor do menino é do sexo oposto.

A menina, que até então se comportou como um menino, segundo Freud, considera sua castração como falha (uma espécie de defeito de fabricação) e culpa a mãe por tal fato. Freud diz que ficou surpreso ao descobrir, por meio da análise, que a menina responsabiliza a mãe por esta

carência de pênis e que não a perdoa por tal desvantagem. Ao mesmo tempo, não perde as esperanças de ter uma coisinha assim. Movida portanto por um poderoso ressentimento, a menina aparta-se da mãe, e busca substituí-la por outra figura – o pai. O descobrimento de sua castração constitui um ponto crucial na evolução da menina. Partem dele três caminhos da evolução: um conduz à inibição sexual ou à neurose; o outro, à transformação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade; e o outro, finalmente, à feminilidade normal (FREUD, 1973, p. 3173).

A menina renuncia a seu primeiro objeto de amor por raiva e despeito: o afastamento da mãe não se dá de uma só vez, pois a menina a princípio considera sua castração como infortúnio pessoal e só paulatinamente vai estendendo-a a outras criaturas femininas e, por último, também à mãe. O objeto de amor era a mãe fálica. Com a descoberta de que a mãe é castrada é possível abandoná-la como objeto amoroso e então os motivos de hostilidade, durante tanto tempo acumulados, vencem em toda a linha (FREUD, 1973, p. 3173).

Como vimos, a vinculação do menino à mãe, naquilo que implica o desejo de tê-la para si e transforma o pai num rival a ser enfrentado, passa pelo complexo de Édipo e é superado através do respeito à Lei paterna, a partir da constituição de uma instância moral que Freud chama de super-eu. A menina, por sua vez, só entra no Édipo após ter rejeitado a mãe: não por temor à lei paterna, mas por culpar a mãe pela falta do pênis.

No que concerne à relação entre complexo de Édipo e de castração surge um contraste fundamental entre ambos os sexos. Enquanto que o complexo de Édipo do menino se aniquila no complexo de castração, o da menina é possibilitado e iniciado pelo complexo de castração. Esta contradição se explica se considerarmos que o complexo de castração atua sempre no sentido ditado por seu próprio conteúdo: inibe e restringe a masculinidade, estimula a feminilidade. A divergência que existe nesta fase entre o desenvolvimento sexual masculino e o feminino é uma compreensível consequência

da diferenciação anatômica entre os genitais e da situação psíquica nela implícita; equivale à diferença entre uma castração realizada e uma mera ameaça de castração. Portanto, nossa comprovação é tão óbvia no essencial que bem poderíamos tê-la previsto (FREUD, 1973, p. 2902).

Em seguida, Freud relembra que a importância do complexo de Édipo faz com que a maneira pela qual entramos e saímos dele tenha profundas repercussões. O medo da perda do pênis é diferente da raiva da ausência do pênis, assim, as meninas têm menos a temer ou, melhor, não conhecem o medo à perda do genital – cujo fantasma assusta aos meninos, levando a que o complexo de Édipo, segundo Freud, seja aniquilado e que o super-eu seja seu herdeiro. Partindo do suposto de que o pênis é valorizado pelo papel que desempenha na reprodução da espécie, cabe interpretar a catástrofe do complexo de Édipo – “o abandono do incesto, a instituição da consciência e da moral – como vitória da geração, da raça sobre o indivíduo” (FREUD, 1973, p. 2903).

Já com as meninas é diferente pois faltam motivos para o aniquilamento do complexo de Édipo:

Assim, este escapa do destino que lhe é reservado no caso do menino: pode ser abandonado lentamente ou liquidado por meio da repressão, ou seus efeitos podem persistir por muito tempo na vida psíquica normal da mulher. Ainda que vacile em expressá-lo se me impõe a noção de que o nível ético normal é distinto na mulher com respeito ao homem. O super-eu nunca chega a ser nela tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens afetivas como esperamos que seja no homem. Certos traços caracterológicos que o críticos de todos os tempo jogam na cara da mulher – que ela tem menor sentido de justiça do que o homem, que resiste mais a submeter-se às grandes necessidades da vida, que é mais propensa a deixar-se guiar em seus juízos por sentimentos de afeto e de hostilidade – todos eles poderiam ser facilmente explicados pelas distintas formações do super-eu que acabamos de inferir (FREUD, 1973, p. 2902).

Segundo as próprias palavras de Freud, portanto, o intrincado caminho que leva à feminilidade normal faz com que a mulher seja menos estruturada do que o homem, vale dizer, sua consciência moral seria menos rígida do que a masculina e em seus julgamentos os sentimentos são levados mais em conta. Quando fala de sua “vacilação”, Freud está se referindo ao fato de que não deseja dar munção para os partidários da inferioridade da mulher, que abundam em sua época. Mas, na verdade, dependendo da interpretação, pode até ser uma vantagem para a mulher está sua maior flexibilidade e capacidade de reestruturar-se. Na interpretação oposta, evidentemente, esta menor estruturação superegóica equivale a uma menor capacidade de socialização e de absorção de princípios morais.

### 3 – O (des)encontro homem / mulher

*Sigmund Freud*

É de se supor que a constituição da família esteve vinculada a uma certa evolução sofrida pela necessidade de satisfação sexual: esta, ao invés de apresentar-se como uma hóspede ocasional que se instala da nossa casa para depois não dar sinais de vida por muito tempo, converteu-se, contrariamente, num inquilino permanente do indivíduo. Com isto, o macho teve motivos para conservar perto de si a fêmea, ou, em termos mais gerais, aos objetos sexuais; as fêmeas, por sua vez, não querendo se separar de sua prole inerte, também se viram obrigadas a permanecer, no interesse destas, junto do macho mais forte. (...) A vida dos homens em comum adquiriu pois duplo fundamento: por um lado, a obrigação do trabalho imposta pelas necessidades exteriores; por outro, pelo poder do amor, que impedia o homem de prescindir de seu objeto sexual, a e mulher, por sua vez, desta parte saída de seu seio que é o filho (FREUD, 1973, p. 3039).

A mitologia freudiana sobre as origens da família compartilha com o marxismo a ideia de que a uma organização “espontânea” da família – o macho querendo a fêmea e esta precisando proteger a prole – que se institucionaliza a partir de um “pacto”, através do qual se cria a Cultura. Para Freud, o pacto é o dos irmãos, que depois de terem matado o pai, organizam as regras do controle das mulheres. Da mesma maneira, o “amor” – a busca da satisfação sexual- que era a base da constituição da família – tem de ser transformado em um sentimento que reforce a solidariedade grupal. Assim, paradoxalmente, o amor que impele à união do macho e da fêmea, deve ser mantido sob controle para que se mantenha a Cultura.

Tal divórcio entre amor e cultura parece, pois, inevitável. (...) Começa por manifestar-se como um conflito entre a família e a comunidade social mais ampla à qual pertence o indivíduo. Vimos que uma das principais finalidades perseguidas pela cultura é a aglutinação dos homens em grandes unidades; mas a família não está disposta a renunciar ao indivíduo. Quanto mais íntimos os vínculos entre os membros de uma família, tanto maior sua inclinação para isolar-se dos demais e tão mais difícil será o ingresso em esferas sociais mais amplas. (...) A segunda discórdia é causada pelas mulheres que não tardam a opor-se à corrente cultural, exercendo sua influência deletéria e conservadora. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual; a obra cultural, em oposição, converte-se cada vez mais em tarefa masculina (FREUD, 1973, p. 3041).

Do pensamento freudiano sobre os papéis divergentes que assumem homens e mulheres no desenvolvimento das sociedades humanas, algumas considerações devem ser destacadas por constituírem alguns pressupostos de caráter “estrutural”. Freud deixa bem claro que todo amor tem uma base sexual, quando afirma que a imprecisão com que a linguagem emprega o termo ‘amor’ justifica-se genericamente. Costuma-se chamar assim a relação entre o homem e a mulher que fundaram uma família sobre a base das necessidades genitais; mas também se denomina “amor” aos sentimentos positivos entre pais e filhos, entre irmãos e irmãs, apesar de que estes vínculos



devam ser considerados como amor de fim inibido, como carinho. Acontece simplesmente que o amor coartado em seu fim foi em sua origem um amor plenamente sexual, e continua sendo no inconsciente humano. Ambas as tendências amorosas, a sensual e a de fim inibido, transcendem os limites da família e estabelecem novos vínculos com seres até agora desconhecidos. O amor genital leva à formação de novas famílias; o fim inibido às “amizades”, que têm valor na cultura, por escapar de muitas restrições do amor genital, como, por exemplo, seu caráter exclusivo. Entretanto, a relação entre o amor e a cultura deixa de ser unívoca no curso da evolução: por um lado, o primeiro se opõe aos interesses da segunda, que por sua vez o ameaça com sensíveis restrições (FREUD, 1973, p. 3041).

Além da oposição entre os imperativos do amor e os da Cultura, Freud aponta claramente para uma assimetria entre homem e mulher com referência ao amor, ponto de partida da família. Enquanto que no caso do homem este amor é de caráter genital, corresponde ao desejo de ter perto de si o objeto sexual; no caso da mulher o amor é de caráter coartado, vale dizer, é carinho para com o filho. Em outras palavras, o homem ama (ou quer) a mulher e a mulher ama (ou quer) o filho. Eis aqui o ponto de partida... do desencontro.

*Jacques Lacan*

Mais le fin de la vérité, la vérité vraie, est  
qu'entre homme et femme ça ne marche pas  
(LACAN, s.d., p. 16)

Eis como Lacan coloca essa questão fundamental: quais as condições de possibilidade de relação entre homem e mulher? Pois quando Lacan diz que entre homem e mulher as coisas não rolam, está afirmando a impossibilidade de um encontro. Isto porque, segundo ele, “(...) o homem, uma mulher (...) não são nada mais que

significantes (...) daí, (...) enquanto encarnação distinta do sexo, eles recebem sua função. O Outro, na minha linguagem, só pode ser o outro sexo” (LACAN, 1988, p. 56) Lacan pensa, portanto, os homens (e mulheres) com o mesmo grau de “despersonalização” que Althusser (aliás, seu paciente na vida real) pensava os “suportes” das relações sociais de produção. Só que na linguagem de Lacan esta estrutura baseada no primado do Falo (em uma ordem simbólica de predomínio do masculino e seus símbolos fálicos) é completamente aleatória. Vale dizer, enquanto o estruturalismo de Althusser não rompe completamente com a teoria social de Marx, logo, com o materialismo histórico, para Lacan não existe o processo de construção histórica e sim a instauração, arbitrária, de um sistema de significantes.

nenhum significante se produz como eterno, o significante repudia a categoria de eterno e, no entanto, singularmente, ele é por si mesmo. Não é claro para vocês que ele participa, para empregar uma abordagem platônica, desse nada a partir de onde a ideia criacionista nos diz que algo de absolutamente original foi feito *ex nihilo*? Não haverá aí alguma coisa que lhes apareça. Na Gênese? Ela não nos conta outra coisa senão a criação – de nada, com efeito – do quê? – de nada mais que significantes. Uma vez surgida essa criação, ela se articula pela nomeação do que é. Não está aí a criação de sua essência? E quando Aristóteles não pode deixar de enunciar que se jamais houve alguma coisa foi desde sempre que ela estava aí, não se tratará, na ideia criacionista, da criação a partir do nada, e, portanto, do significante? (LACAN, 1988, p. 56)

Nada impede, portanto, a instauração de novos significantes para designar a diferença. Lacan aponta para esta possibilidade. Mas seu objeto são os nossos significantes – do mundo ocidental contemporâneo. E, neste sentido, há poucas esperanças para que o homem e a mulher possam encontrar-se de fato. Lacan é sarcástico com respeito ao *nós dois somos um só*, dizendo que todo mundo sabe, com certeza, que jamais aconteceu, entre dois, que eles sejam só um,

mas, enfim, nós dois somos um só. É daí que parte a ideia do amor. É verdadeiramente a maneira mais grosseira de dar à relação sexual, a esse termo que manifestamente escapa, ao seu significado (LACAN, 1988, p. 56).

Nossa sociedade manietou a relação sexual na ilusão de que o amor é “nós dois somos um só”, vale dizer, uma enorme empulhação, pois cada um de nós continuará sendo só. A imagem da fusão de dois em um é portanto o significante (que não reflete qualquer imanência) da relação sexual.

O começo da sabedoria deveria ser começar a perceber que é nisso que o velho pai Freud rompeu caminhos. Foi daí que parti, pois isto, a mim mesmo, me tocou um pouquinho. Aliás, poderia tocar qualquer um, né?, ao perceber que o amor, se é verdade que ele tem relação com o Um, não faz ninguém sair de si mesmo. Se é isto, só isto, nada mais do que isto, que Freud disse ao introduzir a função do amor narcísico, todo mundo sente, sentiu, que o problema é de como é que pode haver um amor por um outro (LACAN, 1988, p. 64-5).

Assim, o homem e a mulher fazem parte de uma cadeia de significantes, que não são eternos, mas que foram criados *ex nihilo*, e que não possuem portanto qualquer imanência, qualquer substancialidade. O homem é impensável fora de sua sociedade, de sua cultura, pois, como diz Lacan:

A cultura enquanto distinta da sociedade, isto não existe. (...) No fim das contas, há apenas isto, o liame social. Eu o designo com o termo discurso, porque não há outro meio de designá-lo, uma vez que se percebeu que o liame social só se instaura por ancorar-se na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime, se situa sobre aquilo que formiga, isto é, o ser falante (LACAN, 1988, p. 74).

A linguagem estrutura o social – e o sexual – pois é através dela que o mundo “natural” ganha inteligibilidade. Quis o destino – sabe-se lá por arte de quem – que a mulher simboliza e a carência humana. Fosse a marca visível (o signo) da impossibilidade de

totalidade do humano. Em outras palavras, a mulher, através de um efeito metonímico, representa a Falta. O homem projeta nela suas próprias carências. “Em termos proporcionais, a mulher está para a fala assim como o homem está para o todo” (GALLOP, 1982).

#### 4 – COMO A MULHER TRANSFORMA SUA IDENTIDADE?

Se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, cercada de mulheres e homens que se lhe afigurassem iguais sem equívoco, o sentido do “complexo de castração” e do “complexo de Édipo” seria profundamente modificado (...) Não se trata, bem entendido, de suprimir com uma penada todas as dificuldades que a criança tem de vencer para se transformar num adulto; a educação mais inteligente, mais tolerante não a poderá dispensar de realizar sua própria experiência à sua própria custa; o que se pode pedir é que não se acumulem gratuitamente obstáculos em seu caminho. (BEAUVOIR, 1960, p. 496)

Eis o “xis” da questão: derrubar os obstáculos adicionais que a sociedade coloca na vida das mulheres. Simone de Beauvoir, sem sombra de dúvidas, estava perfeitamente cônica de que as mulheres de seu tempo já estavam rompendo com as barreiras e que “parece mais ou menos certo que atingirão dentro de um tempo mais ou menos longo a perfeita igualdade econômica e social, o que acarretará uma metamorfose interior” (BEAUVOIR, 1960, p. 497).

Não há esperanças de mudança sem a transformação das práticas e representações sociais. A conquista da autonomia financeira, como reiterada e unanimemente repetiam as diversas correntes feministas, é a condição *sine qua non*. Através do trabalho, as mulheres cortam os laços de dependência com os homens, tornando-se disponíveis para parcerias em que os laços afetivos sejam os determinantes. Ademais,

podem centrar sua vida num projeto que viabilize a maior felicidade possível. Pois aqui reside um aspecto fundamental na discussão das possibilidades. Como disse Simone de Beauvoir, facilitar ao máximo a vida dos seres humanos não significa ter a ilusão de que não haverá sofrimento e dor. Significa, apenas, não colocar obstáculos adicionais na vida dos indivíduos.

Ora, a natureza da repressão sexual sofrida pela mulher nas sociedades que conhecemos corresponde exatamente a uma destes “obstáculos” que, colocados insidiosamente no começo da corrida, derrubam as corredoras logo de saída. As mulheres têm uma dívida de gratidão com Freud por ele ter mostrado os estragos internos causados pela moral sexual burguesa. Em um dos ensaios que justificam a inclusão do freudismo nas teorias sociológicas mais importante no nosso século, *A moral sexual e a neurose moderna* (1908), Freud diz:

A conduta sexual de uma pessoa constitui o “protótipo” de todas suas demais reações. Supomos que os homens que conquistam energeticamente seu objeto sexual utilizarão a mesma energia para perseguir outros fins. Em compensação, aqueles que em nome de toda uma série de considerações renunciam a satisfazer seus poderosos impulsos sexuais deverão ser, em outras ocasiões, mais resignados do que ativos. Nas mulheres, pode-se comprovar facilmente um caso especial deste princípio na condição prototípica da vida sexual com respeito ao desempenho das demais funções. A educação lhes proíbe toda a elaboração intelectual dos problemas sexuais que sempre inspiram máxima curiosidade, e as amedronta com a afirmação de que tal curiosidade é pouco feminina e denota uma disposição viciosa. Esta intimidação corta sua atividade intelectual e rebaixa, em seu ânimo, o valor de todo o conhecimento, pois a proibição de pensar se estende para além da esfera sexual (...). Não creio que a antítese biológica entre trabalho intelectual e atividade sexual explique a “debilidade mental fisiológica” da mulher, como pretende Moebius, em sua discutida obra. Em compensação, opino que a indubitável inferioridade

intelectual de tantas mulheres tem de ser atribuída à coerção mental necessária para sua coerção sexual (FREUD, 1973, p. 1259).

É a coerção social – a verdadeira castração que sofrem as mulheres da época de Freud – o instrumento utilizado para a domesticação das mulheres de seu tempo, sendo seu objetivo a coerção sexual. Mulheres a quem se proíbe pensar criticamente.

A curiosidade é coisa antifeminina, assim como o interesse pelo corpo é sinal de um pendor pecaminoso. Os vícios infantis, punidos até mesmo com ferro em brasa como relembra Simone de Beauvoir. A mulher, com sua curiosidade coartada e com um tão pequeno número de experiências permitidas socialmente, permanece cercada por obstáculos externos e proibições internalizadas. O rompimento com os limites impostos supõe portanto uma dupla libertação: por um lado, o alargamento das possibilidades oferecidas pela vida social e, por outro, o rompimento com os valores internalizados, o que exige um longo processo de interiorização e reelaboração da própria história.

## Bibliografia

AULAGNIER, Piera. Remarques sur la féminité et ses avatars. In: *Le désir et la perversion*. Paris, Ed. du Seuil, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960.

\_\_\_\_\_. *Sob o signo da História*. (2 volume). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 84, p. 3-311, 1990.

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley, University of California Press, 1978.

DEAUBONNET, Françoise. *Les femmes avant le patriarcat*. Paris. Editions Payot, 1976.

FIRESTONE, Shulamith. *Dialectique du sexe*. Paris, Stock, 1970.

FRANCHETO, Bruna *et alii*. “Antropologia e feminismo”. *In: Perspectivas antropológicas da mulher*. n. 1. R. Janeiro, Zahar Editores, 1981.

FRIEDAN, Betty. *La femme mystifiée*. (The feminine mystique) Paris, Ed. Gonthier, 1964.

FREUD, Sigmund. *Obras completas* (3 vol. ) Madrid, Biblioteca Nueva, 1973.

FOREMAN, Ann. *La femineidad como alienación: marxismo y psicoanalisis*. Madrid/Bogotá, Editorial Debate/Editorial Pluma, 1979.

GALLOP, Jane. *The daughters's seduction: feminism and psychoanalysis*. New York, Cornell University Press, 1982.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. (Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas). São Paulo, Editora UNESP, 1992.

GOFFMAN, Erving. “La ritualisation de la féminité”. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 14, p. 34-50, 1977.

KOLLONTAI, Alexandra. *Conférences sur la libération des femmes*. Paris, Editions de la brèche, 1978.

\_\_\_\_\_. *Marxisme et révolution sexuelle*. Paris, Maspéro, 1973.

\_\_\_\_\_. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo, Editora Proposta, 1980.

LACAN, J. Livro 20: *Mais, ainda. O seminário*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1982.

MITCHELL, Juliet. *Woman's estate*. Londres, Penguin Books, 1971.

\_\_\_\_\_. *L'Age de femme*. Paris, Editons des Femmes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Psycoanalysis and feminism*. New York, Allen Lane and Pantheon Books, 1974.

\_\_\_\_\_. *Feminine sexuality: Jacques Lacan and the École Freudienne*. New York, Pantheon Books, 1985.

MONTRELAY, Michèle. *L'ombre et le nom*. Paris, Editions du Minuit, 1977.

MORAES, M. L. Quartim de. *Mulheres em movimento*. São Paulo, Conselho da Condição Feminina, 1985.

\_\_\_\_\_. *A experiência feminista dos anos setenta*. São Paulo, Textos UNESP, 1990.

ROWBOTHAN, Sheila. *Féminisme et révolution*, Paris, Petite Biliothèque Payot, 1973.

\_\_\_\_\_. *Hidden from History*. London, Pluto Press, 1977.

STORA-SANDOR, Judith. *Alexandra Kollontai: marxisme et révolution sexuelle*. Paris, Maspéro, 1973.



## **FAMÍLIA E FEMINISMO: O ENCONTRO HOMEM/MULHER COMO PERSPECTIVA<sup>1</sup>**

Só o neurótico carrega consigo seu passado e decide que sua vida é como um romance que, uma vez escrito, não pode ser modificado.

Se tenho a tendência, hoje, agora que sou uma mulher madura, a romper com aqueles que ferem, não será por que, em seguida à primeira ferida (a deserção de meu pai), desenvolvi uma faculdade de apreensão hipersensível que me leva a partir em primeiro lugar? Assim como o criminoso se lembra unicamente dos males que a sociedade lhe causou, jamais dos sinais de amizade que recebeu, também

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na revista *Perspectivas*, São Paulo, 1985, p. 143-152.

a criança que quer tudo e não obtém senão uma fração relativa sente um ressentimento excessivo. (...)

As crianças, como os criminosos, são ditadores absolutos, como todos sabemos. Mas com a visão da psicanálise, um novo aspecto das relações foi descoberto, uma nova relação com os pais, nascida da compreensão de nosso próprio papel na interpretação de suas ações. Renunciamos às exigências amorosas infantis, começamos a enxergar nossos pais como seres humanos falíveis. (...)

A ideia, a noção de que não se é amado é dolorosa, mas a compreensão de que fomos amados nos únicos termos possíveis para nossos pais, da única maneira que eles sabiam (...) é ainda mais dolorosa, porém cura. As rupturas, as separações, as perdas podem ser agravadas por exageros devido a um ideal que nos fixamos, crianças: uma exigência de um amor total, sem falhas, exclusivo, fanático, todo para si.

Podem existir exigências extremadas, podemos fazer escolhas inflexíveis, mas nunca culpar aqueles que não podem atendê-las! (...)

A vida não consiste em estar no centro, mas estar em contato com os outros. Estar no centro da atenção é uma prerrogativa da criança. (NIN, 1979, p. 48-49).

## **Antecedentes**

Em sua introdução à bibliografia anotada sobre o tema “Mulher e Família”, abrangendo obras publicadas até o ano de 1976, Lia Fukui comenta:

Em suma, excetuando-se algumas colocações breves sobre o trabalho da mulher na família, tem-se a nítida da impressão de que os autores, ao tratar do tema, não saem dos estereótipos e dos modelos presentes na ideologia dominante.” (p. 150)

Não é por mera coincidência que, menos de sete anos passados desta data que marcou o início da Década da Mulher, a bibliografia

sobre o tema que tenha se avolumado, com contribuições originais e perspectivas novas. Uma série de pesquisas voltadas ao estudo de caso (e o importante papel desempenhado pelos Concursos de Pesquisa sobre a Mulher, da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas/, o aparecimento de publicações inteiramente dedicadas à questão, como o *Caderno de Debates* n. 6, de 1980, da Editora Brasiliense; o *Caderno de Pesquisas* n. 37, de maio de 1981, da Fundação Carlos Chagas; minha própria tese de doutoramento – Família e feminismo: reflexões sobre papéis feministas na imprensa para mulheres. USP, 1981; o artigo de Eunice Durham – A Família e a reprodução humana – *Perspectivas antropológicas da mulher*, n. 3, 1983, entre outros, fazem parte do novo espaço teórico a partir do qual pensamos a profunda historicidade desta instituição, cuja forma mais propagada em nossa sociedade é família nuclear, conjugal. Assim, como não estar de acordo com Fukui e Bruschini quando apontam para a importância do fato das unidades familiares passarem “a ter relevância como objetivo de estudo em toda sua especificidade e não mais como um recurso de explicação ou categoria adicional de análise” e de que “ao invés de uma abordagem ancorada no plano do “deve ser”, que tem orientado a teoria e a prática, na direção da normatização e do estabelecimento de controles sociais, procura-se de fato apreender o real significado da diversidade e da especificidade das diferentes estruturas familiares num determinado contexto social” (FUKUI, 1976, p. 3-4).

Sabemos o importante passo que foi “individualizar” a família como objeto de estudo, ir criando um novo corpo teórico a partir de categorias extraídas da própria realidade. Cada vez mais pensamos na especificidade das famílias, na infinidade de arranjos que a satisfação das exigências vitais, relacionadas à produção da própria subsistência e a reprodução biológica, serve de base. Reconhecemos nesta discussão questionamentos literalmente brotados de nossas entranhas.

Acredito que não seja exagero afirmar que parte ponderável dos nossos estudos foram inspirados ou dialogam com os avanços e recuos do movimento de mulheres, especialmente de sua fração feminista. Se hoje estamos discutindo a questão em um encontro científico, entre especialistas das ciências sociais, ontem, muitas de nós, estávamos reunidas em grupos ou movimentos reivindicatórios, pedindo igualdade de direitos jurídicos, laborais e cívicos, além de encabeçarmos a luta pela anistia e contra o custo de vida. É por isto que o tema família, que significa experiências pessoais tão diversas, coloca a importância do rigor científico, da superação da estreiteza da visão fundada mais no terreno do “gostaria que fosse assim” do que no terreno do real.

E para quem achar excessivo o significado político que dou à discussão da família, das relações interpessoais, gostaria de recordar que em nosso grupo de mulheres, constituído por brasileiras residentes na França, em 1973/4, o grande divisor de águas era o tema família como eixo fundamental de estudo para entendermos a questão feminina. As militantes “políticas” tratavam com indisfarçada hostilidade as discussões que não comesçassem pelo reconhecimento de que a “libertação” da mulher começaria uma vez vitoriosa a revolução socialista. Os grupos de reflexão eram estigmatizados até terem se convertido no mais ativo instrumento de discussão política, no Exterior, naqueles anos que antecederam à anistia. Isto tudo pode aparecer distante e caricatural, visto à distância, mas o machismo (que no caso consistia numa atitude doutrinária, dogmática e repetitiva diante da vida) de militantes da esquerda brasileira (de ambos sexos) é grandemente responsável pela prática isolacionista de alguns grupos feministas. Cansadas de ouvirem sem ser escutadas houve como quer uma desistência da discussão em conjunto com os homens. A prática de grupos exclusivamente de mulheres proliferou rapidamente, facilitada por outras circunstâncias que não cabe aqui discutir. O importante é registrar essa dificuldade

de diálogos; as batalhas sucessivas para a conquista de um espaço nosso.

A discussão sobre os rumos da instituição familiar, presente explícita ou implicitamente nos textos sobre a família, como tudo aquilo que diz respeito ao cotidiano, corre o risco de não sair do senso comum. De generalizações pseudocientíficas a partir de uma experiências de vida não suficientemente elaborada para permitir a apreensão de estruturas menos visíveis. Localizando-se no espaço das práticas habituais – sob um mesmo teto – um determinado número de pessoas (ligadas por laços de parentesco) comem e dormem, ao mesmo tempo que sonham, sofrem, amam e odeiam. Unidade habitacional; espaço de reprodução de parte de nossa força de trabalho; espaço de reprodução biológica, ... a lista poderia se estender muito. Mas o que quero é chamar a atenção para a ambivalência do universo familiar, onde necessidades vitais, que dizem respeito à nossa vida material, são satisfeitas a partir de relações pessoas em que as emoções contam decisivamente. Não se trata de um adulto cuidando de uma criança: este adulto desempenha um papel de um “pai” ou de uma “mãe”, pode acreditar que o filho é uma coisa sua e que aos pais cabe decidir sobre a vida dos filhos. As crianças, por sua vez, também são vorazes, querem o amor exclusivo, são regidas, como todos nós, pelo princípio do prazer, por Eros. Mas, terão de conhecer a perda, a renúncia, a postergação. Enfrentar Tanatos. Terão de abandonar os sonhos de onipotência e reconhecer a carência. Difícil portanto pensarmos em termos de teoria da instituição familiar sem recurso aos conhecimentos de psicanálise. Que nos ensina que a repetição, a incapacidade de produzir discursos novos relaciona-se com a nossa incapacidade de produzir novas representações, no medo do Outro que condena à repetição do já conhecido. Dai também o caráter ambivalente do feminismo:

A natureza da intervenção que ele propõe e realiza sobre os valores de determinada sociedade opera no sentido de garantir espaços sociais para a atuação

das mulheres, sejam elas feministas ou não. Reside exatamente aí o efeito de mudança, pois que, ampliando-se a arena de participação real, os interesses feministas ganham espaços de representação. É sob sua inspiração que as mulheres se firmam como sujeito social. Contudo a, a mulher, como sujeito social que se afirma, não é uma realidade homogênea e monolítica, mas vive, existe na concretude das diferenças sociais e culturais que a constituem (FRANCETTO, 1981, p. 43)

## **Realidades de hoje**

Entre o modelo dominante de família – forma de organização da vida doméstica a partir de pessoas aparentadas que apresenta a maior incidência quantitativa, o modelo ideológico – a família pensada como papai/mamãe/filhos solteiros morando na mesma casa – e as inúmeras possibilidades de organização da vida material, da vida profissional e da vida afetiva existem todas aquelas diferenças que separam as construções teóricas do dinamismo e complexidade do real.

Houve o momento da ruptura: do encontro com a idealizada, sonhada e temida solidão. Rompemos, pouco a pouco, com nossas diferentes famílias: a de nossos pais, a de nossos grupos políticos e as nossas próprias, dizendo: somos capazes de criar um mundo melhor. Não nos sentimos solidárias com os papéis que nos foram socialmente atribuídos, não queremos ser identificadas, nem a nossos pais, nem a nossos filhos, nem a nosso marido. Tampouco a nossas mães. E fomos muitas as que saímos de nossos pais para a casa de nossos maridos. A cerimônia religiosa era bem significativa: entrávamos na igreja pelas mãos de nossos pais e saíamos de braços com nossos maridos. Pouco ou nenhuma experiência de vida sexual adulta. Vagas e idealizadas noções de amor. Conhecemos rompimentos, novas tentativas de relações com as pessoas: construir um universo afetivo

adulto, sem os fantasmas e as fantasias infantis, mas nem por isto menos mágico.

Não cabe dúvidas de que a realidade é bem mais dinâmica do que a capacidade da ciência em entendê-la. Para as mulheres que vivem nas cidades do mundo ocidental cristão dois fatos são fundamentais, dentro do quadro das condicionantes das mudanças na vida privada e familiar: o trabalho fora de casa e a descoberta e industrialização dos anticoncepcionais.

De fato, enquanto a pequena produção familiar, de marcante presença na agricultura brasileira, permite o desempenho num mesmo espaço físico de atividades relacionadas a produção de bens e serviços para o consumo próprio (incluindo-se as tarefas mais propriamente de cunho doméstico) e para a venda, o trabalho em unidades produtivas externas à residência separa radicalmente jornada produtiva/profissional de jornada doméstica. Ao mesmo tempo, enquanto as trabalhadoras das classes dominadas conheceram desde sempre esta “dupla jornada”, as filhas das camadas médias urbanas puderam contar com empregadas, isto é, com uma carga mais reduzida de tarefas domésticas. Mas esta situação foi e é muito desigual: sabemos como é diminuta a porcentagem de unidades familiares que dispõem do auxílio permanente do trabalho doméstico remunerado, o que significa que para maior parte das trabalhadoras urbanas a dupla jornada é uma realidade visível.

A experiência da vida profissional implicou, então, tanto na possibilidade de desfazer os laços de dependência financeira com o “provedor” masculino – pai ou marido – abrindo a alternativa de maior igualitarismo na gestão da vida doméstica, quando introduziu uma tensão nova nas relações homem/mulher pois que o poder masculino localizava-se no poder econômico. Em outras palavras, algo muito substancial mudou, *do lado das mulheres*. Por outro lado, a realidade da dupla jornada, em situação de igualdade no tocante ao orçamento financeiro levou a reflexão sobre responsabilidades respectivas no cuidado da casa. Existem casos em que se optou,

inclusive, pela dispensa de empregadas domésticas fixas, de forma a evitar as prováveis deformações que a relação patroa/empregada supões, outros, como inúmeros jovens casais, dividem hoje as tarefas relacionadas ao cotidiano, lavando, passando, cuidando de plantas, cozinhando etc. sem distinção de sexo. Mas na grande maioria dos casos, completamente despreparados para enfrentar a vida doméstica, os homens colocam-se ainda na posição de crianças que esperam ser servidas. Ao mesmo tempo, a difusão dos serviços industrializados nos ramos do comer, vestir, limpeza etc. (e aí é chocante a diferença de vida das classes médias em S. Paulo e em Salvador) e a simplificação de hábitos e costumes possibilitaram a diminuição relativa das tarefas domésticas. Mas, de qualquer ângulo que se observe a questão, parece evidente que foram as mulheres que impulsionaram para a mudança, na vida privada, na vida política, questionando os papéis familiares domésticos.

O acesso dos anticoncepcionais tem sido outro importante estímulo para a contestação dos papéis familiares. Se bem que na prática esse é um problema que está longe de ser resolvido pois a reprodução envolve componentes psicológicos conscientes e inconscientes de maneira que fica difícil estabelecer os motivos da decisão de engravidar (que pode ou não estar relacionada ao desejo de ter filhos). Ademais, apesar de ter aberto a possibilidade da separação entre sexualidades e reprodução biológica, o acesso aos anticoncepcionais – especialmente aqueles que alteram as funções hormonais – trouxe consequências ainda imprevisíveis para a saúde da mulher. Mas, fixemo-nos, por hora, nos seus aspectos positivos: as mulheres puderam conhecer a vida sexual adulta – explorar os territórios do desejo – sem que as duras responsabilidades de uma gravidez indesejada lhes ameaçassem. Esta é uma conquista importante. Nunca, como agora, homens e mulheres puderam se encontrar em condições tão simétricas: não preciso de um homem para pagar as contas nem ele precisa de mim para lavar suas roupas, temos nossas profissões e cada um sua vida profissional, amigos em



comum e amigos próprios. É a possibilidade do encontro do homem e da mulher na base do reconhecimento que a importância do outro diz respeito ao espaço afetivo, a troca em termos de amor.

O que não podemos esquecer é que este encontro se faz num espaço socialmente determinado, povoado por fantasmas, pelos não-ditos, pelo reprimido. As mulheres conhecem a dualidade “sexo para fins reprodutivos” e “sexo pelo prazer” no próprio conteúdo de suas representações amorosas: o sexo puro (que a coloca no lugar de santa, da mãe) e o sexo sujo (relacionado ao fantasma da prostituição). Falo da dualidade mãe/prostituta que marca o espaço do imaginário feminino. A leitura da “História de O.”, de Pauline Réage ou as cenas do “Belle de Jour” de Buñuel ilustram o que quero dizer. A sexualidade feminina fragmenta-se em dois comportamentos extremos: o ser “mãe assexuada” e o ser uma “perdida”, na própria medida em que a moral vigente valoriza as capacidades reprodutivas femininas ao mesmo tempo em que estigmatiza as manifestações do desejo feminino como desviantes, jogando-as para o campo das perversões patológicas. Por outro lado, ao reduzir a sexualidade feminina aos objetivos da procriação, sem que homens estejam sujeitos à mesma lei, cria-se a dupla moral sexual que, para Freud, era a melhor prova prática da arbitrariedade das normas sociais. “A dupla moral sexual existente para o homem é a melhor confissão de que a própria sociedade que promulgou os preceitos restritivos não acredita na possibilidade de seu cumprimento.” (FREUD, 1973, p.1926). Em outras palavras, a divisão das mulheres em duas categorias fundamentais: “as mães” – mulheres com as quais o ato sexual é “puro”, voltado para a procriação (ou tendo-a como referência importante) e as “prostitutas” – aquelas com as quais é permitido o sexo “sujo”. Não se trata, portanto, apenas da diferença entre mulheres que se submeteram ao ato sexual por imposições legais (o casamento assegura ao marido o uso do corpo da mulher guardadas certas regras, evidentemente) ou, então por imposições monetárias. As consequências da existência das relações sexuais pagas, do exercício

violentador e deformador de submeter o corpo de uma mulher aos caprichos do pagante, são muito mais profundas e irreversíveis do que a moral burguesa poderia supor. De fato, a dicotomia mãe/prostituta se estabelece na cabeça de cada mulher: o espaço de expressão de sua libido encontra-se delimitado pela deserotização do “ser mãe” (em termos da moral vigente) e pela violência do “ser prostituta”. Mais ainda, para fugir ao estigma – que só ameaça as mulheres, cujos órgãos sexuais passam a ser sacralizados pois nenhum homem se sente diminuído por colocar seu corpo em contato íntimo com uma mulher, enquanto o oposto não é verdadeiro – a mulher camufla o seu desejo na forma exclusiva do Amor romântico” (MORAES, 1981, p. 48).

Assim, os anticoncepcionais puderam oferecer apenas as “condições materiais” para a liberação da sexualidade dos entraves representados pela reprodução biológica, pois, manietadas pela camisa de força da repressão sexual, as mulheres oscilam entre um comportamento de Cinderela esperando pelo príncipe encantado e o de Messalinas, imaginando que o número de homens consumidos comprova seu poder de atração feminina. Não existe nada de errado com o príncipe, pois todos transfiguramos o objeto de amor quando estamos apaixonados, no entanto, a impossibilidade de tornar-se sujeito do próprio desejo o que levaria Cinderela a sair para a luta por seu príncipe, ao invés de esperar o duvidoso acaso – a mulher coloca-se no espaço daquela que deseja porque é desejada: ela cede, não se entrega. Desconhecendo o próprio corpo, do qual se distancia pela interferência de saberes específicos e competentes que lhe determinam o sentido das coisas, as mulheres foram perdendo a confiança na experiência, na intuição, assim como foi se apagando a memória histórica sobre si mesma, seus amores infantis, seus temores, suas experiências primeiras. A virgem da moral acidental cristã é, antes de mais nada, um efebo, uma mulher sem feminilidade.

A fantasia do “eu não queria, fui obrigada” tem como outro lado da moeda a loucura da violência: existem aqueles que só se

colocam na posição de homens, isto é, só conseguem relacionar-se com mulheres na base da violência. O horror da vítima faz parte do prazer do estuprador. E sabemos que a vida familiar está cheia de estupro, de pais, de tios, de outros adultos do sexo masculino. E é por que muitas mulheres conheceram esta violência de muito perto que hoje vivem em um mundo fechado aos homens. Não querem a reconciliação.

Por isto que o feminismo é uma luta pela ternura, pois quem ama não mata. Quer libertar as mulheres do monolitismo dos modelos. Sejam eles estéticos, teóricos ou de qualquer outra natureza. A liberdade é estar bem consigo e ter espaço para ser sem disfarces. Sem as máscaras que denunciam as histerias incuráveis.

## O espaço do desejo

O segundo caminho, aquele que Freud chama “a feminilidade normal”, implica que ela (a mulher) possa fazer deste brilho que o desejo faz iluminar no olhar do homem, a própria fonte de seu investimento narcísico pois, não esqueçamos, só se pode amar quando se ama a si próprio. Ela poderá aceitar que é como sujeito de carência (e não como objeto, posição inaceitável a não ser uma perversão do sentido e dos sentidos) que ela pode encontrar seu lugar de desejada. A feminilidade não seria mais o véu enganador ou a arma que ela brande, mas a oferta e o dom por excelência. Que ela possa amá-lo (apesar de que ele também possa ser carente) desde que ele a ame, em retorno, não obstante sua carência: eis o que será para ela a reafirmação narcísica, o dom pedido ao parceiro (AULAGNIER, 1967, p. 57).

No plano do simbólico poder-se-ia dizer que o espaço do Desejo, sob o domínio da Lei masculina, é cenário do seguinte encontro: *A* (Ele) e *a* (Ela). Ele é o Sujeito Desejante. Completo, senhor do falo. Para ele qualquer “a” tem o mesmo interesse, toda

sela são intercambiáveis pois são apenas meio de expressão de sua potência; elas, de quem a carência é tão conhecida (a inveja do pênis). Incompleta, invejosa da perfeição masculina ela é o objetivo do desejo do Desejante. Nesta posição ela não pode reconhecer o próprio desejo, assumir-se em tanto que Sujeito Desejante, ao mesmo tempo que não consegue enxergar a carência do Outro. Ela também supõe que seja dele “o” lugar do Desejo e sonha com um lugar em que também é senhora; imagina poder ser o Objeto do Desejo por excelência. Aquela capaz de ocupar a posição da: Desejada por todos. O lugar que se imagina ser o do Prazer. Se não, outro lugar cobiçado é o de ser “a” desejada exclusivamente. Querer ser objeto exclusivo do Amor. Estar obcecada em ser “a” amada, sem sequer se colocar a questão se ama ou não, por sua vez.

Sob a Lei do Dom o encontro seria muito diferente. Ambos sujeitos do próprio desejo, conhecendo-se carentes e reconhecendo a carência do outro. A e B: diferentes mas não desiguais. Porque só assumindo a própria carência é que conhece o espaço do Outro, dos Outros. Saímos de nós mesmos e nos abrimos para o outro. Transformando a própria carência em dádiva, e recebendo o dom da carência alheia. Mas acostumados com o cenário da desigualdade, da mistificação: como podem se encontrar, na base de relações de simetria, homens e mulheres ávidos por ostentar a própria onipotência, tentando desesperadamente manter-se na posição infantil de centro do universo, de eternos receptores?

A questão que se coloca hoje, quase como um divisor de águas dentro do movimento das mulheres, é a do encontro (ou do divórcio definitivo) com o homem. Pois não é o “casamento” que está em crise, tão simplesmente e sim as relações entre os dois sexos, naquilo que elas têm de mais íntimo. Em outras palavras, se a mulher tem sido mistificada por um “modelo sexual” que a desconhece com o sujeito de desejo próprio, não é tentando se colocar no lugar do homem – o dono do Desejo – que sua posição se torna mais verdadeira, mais

propensa a realiza-la. Na verdade, ao ocupar o papel masculino, neste cenário da Lei do Falo, ela terá sido duplamente mistificada pois será levada a crer que não é mais carente. Como se existisse um espaço em que não há nada mais a desejar, fora do descanso da morte.

As mulheres que confundem liberdade com a situação de desgastar-se em relações superficiais e infundáveis são tão pouco gratificadas na sua vida afetiva quanto as esposas deserotizadas que se submetem, friamente, ao ato sexual com o marido. Ambas desacreditam, há muito, do amor. E, quando muitos homens sentem-se mais à vontade com as mulheres por poderem exibir a própria carência, isto é, quando se esta ampliando o espaço e os cenários dos encontros entre dois sexos, permanecer no papel de fêmea agressiva, a caçadora de homens é tão violento (do ponto de vista do homem que é assediado por uma voracidade que não sabe escutar um *não*) quanto o machismo masculino. São pessoas acostumadas a instrumentalizar as outras, incapazes de amar. Estas considerações, que estão longe de esgotar a complexidade do encontro mulher/homem no plano da vida sexual e afetiva, ajudam a esclarecer o peso relativo que dou à questão dos anticoncepcionais, possibilitando a completa dissociação entre o ato sexual e ato reprodutivo. Na verdade, trata-se mais de chamar a atenção para a raiz mais profunda das relações, fazendo um esforço para evitar que, em nome da “libertação” da mulher sejam instaurados novos modelos, tão indesejáveis quanto possam ser os modelos de conduta afetiva. O seu amor, ame-o e deixe-o livre para amar, já cantava Gil há muito.

As possibilidades de encontro são dificultadas pelos fantasmas do passado. São pessoas tentando viver de maneira nova dentro de estruturas e instituições velhas. Além disso, dentro de cada um de nós, cresce o conflito entre nossos modelos e nossa realidade; o desejo de ser aprovada por todos e a dificuldade de se curvar às exigências protocolares; entre aquilo que nos ensinaram a crer e o

depoimento eloquente de nossa própria experiência. E isto, como vimos, é particularmente complicado no campo do desejo, das relações afetivas. Associamos as figuras e o espaço masculino às pessoas de nossos pais, irmãos, enfim dos adultos e crianças do sexo masculino com que nos relacionamos na infância.

Para muitas parece não ter existido nenhuma figura masculina muito significativa no aprendizado do amor: os homens ocupam o lugar da violência ou, então, da irresponsabilidade. São os pais bêbados espancando mulheres e filhos na calada da noite. São os eternos filhos da mamãe, não querendo deixar de ser o bebê faminto, sempre no seio materno. Carrascos, algozes, infantis, dependentes... Para atender a suas demandas regressivas a mulher só pode ocupar o lugar perverso da escrava masoquista ou o da super-mãe. A ideia de homem se confunde com as características dos homens conhecidos e odiados. Também aqui se estabelece a impossibilidade de abrir espaço para o Outro: é o juízo expresso na forma de “os homens são todos iguais”. Vive-se em um universo povoado de representações negativas, dominado pelo ressentimento, pela eterna mágoa, onde não há encontro possível. Nem consigo mesmo.

### **A maternidade e a paternidade como categoria afetiva**

Quanto os filhos começam a chegar, algo de fundamental muda na vida de um homem e uma mulher que, unidos pelos laços do amor, coabitam e compartilham de um mesmo cotidiano doméstico. Em todas as sociedades o cuidado das crianças compete naturalmente aos adultos: e a forma pela qual esta relação se estabelece varia de sociedade para sociedade. Historiadores como Ariès e Shorter têm insistido na atenção especial às crianças como um dos traços específicos da família moderna, assim como na configuração triangular mãe/pai/filho (o famoso triângulo edípico) reside a estruturação psíquica

própria a lei do incesto em nossa sociedade. Poster, conceitua família como “uma estrutura emocional, com relativa autonomia, a qual constitui hierarquias de idade e sexo em formas psicológicas. A família é concebida como um sistema de objetos de amor. Os padrões de criação dos filhos são teorizados como processo de interação, concentrando-se nos primeiros três estágios de desenvolvimento (oral, anal e genital). Nessas interações um padrão de autoridade e amor é instituído pelos adultos, formando a base para as estratégias de criação dos filhos. Finalmente, pode ser discernido um padrão de identificação que consolida os vínculos entre os adultos e as crianças. Quando estas categorias são estudadas em detalhe, torna-se inteligível uma estrutura concreta de família” (POSTER, 1979, p. 173).

Se a socialização fundamental se processa nos primeiros anos de vida e se, juridicamente, são os pais biológicos os responsáveis, perante o corpo social, por seus filhos, então a importância de uma política da família (que em Cuba tem sido uma preocupação marcante. Como aconteceu com seu progressista Código) concerne a todos os membros da sociedade. É importante que os pais possam criar relações de amor, de responsabilidade mútua, ao mesmo tempo em que educam seu filho para a vida social, para o contato com os Outros.

Ora, no quadro de nossa tradicional divisão social do trabalho, a criação dos filhos é tarefa “naturalmente” feminina. A mãe biológica transforma-se na mãe social o que, no modelo familiar vigente, “implica numa carga moral, da qual é mais difícil se escapar. É a mulher como mãe que vai criar as meninas para serem mães e os meninos para trabalharem fora. É ela que vai se dedicar de corpo e alma para que seus filhos cresçam bem, todos tenham saúde e reine a harmonia em sua casa” (SARTI; MORAES, 1980, p. 37). E a contrapartida de tanto devotamento é que “a maternidade acaba se transformando num substitutivo do trabalho e a criação é encarada pela mãe como o seu objeto de criação. A mãe anula, assim, a si própria, pois renuncia a sua autonomia para se realizar no outro – seu

filho – e necessariamente vai ter com a criança uma relação de posse, onde ela deva estar sob seu total controle, extensão de seu eu. É claro que numa relação desse tipo a manifestação de autonomia da criança é uma ameaça para a própria existência da mãe” (SARTI; MORAES, 1980, p. 38).

A mãe toda poderosa, devoradora dos filhos, pode se esconder atrás da aparência de um desinteressado devotamento amoroso. Pais omissos e ausentes terminam por fazer da maternidade uma experiência de intimidade afetiva com os filhos (com seus exageros e perversões) sem equivalente. Uma só figura adulta passa a simbolizar todos os conteúdos que, teoricamente, corresponderiam à soma das funções maternas e paternas. O adulto e a criança passam a estabelecer uma relação de “dois sobreviventes”, que é a leitura que faço da temática do *Kramer versus Kramer*. Debatendo a crise da família, T. Hantzchel comenta, a propósito do citado filme, que “a mulher sai à procura de coisas significativas, só que o homem entra na exclusão da mulher; acho que o objetivo último é o homem e a mulher incluídos na relação. Não o homem entrando porque a mulher está saindo e então, de repente, ele descobre sua possibilidade” (HANTZCHEL, 1981, p. 70).

Muitos homens abandonam completamente seus filhos quando se separam de suas mulheres. Muitas mulheres, por sua vez, engravidam sem maiores preocupações com a adesão masculina, transformando a criança numa posse exclusiva, impedindo na prática que seu filho tenha um pai que o ame, que o deseje. Acho que dá para entender as circunstâncias históricas que levaram a *Pasionara* a propor “mulheres, tenham seus filhos sem o estorvo de vossos maridos”. Mas chegou o momento de pensar melhor essa questão do “meu” filho. Que só deveria existir quando corporificasse um desejo comum, uma mulher e um homem assumindo a responsabilidade afetiva por este nascimento.

A nova realidade, que a crise econômica apressa a criar, é que as mulheres não vão mais voltar, em caráter definitivo (pois a gravidez



implica sempre numa queda de atividades profissionais), para o recolhimento do lar. A tendência crescente é a da socialização se processar também com o recurso de creches, escolas nos dois termos e/ou pelo apoio de amigos próximos e/ou pessoas da família. Já falamos que a saída da mulher para o trabalho extra lar permitiu ao homem encarar como responsabilidade conjunta a criação dos filhos. O amor paterno, o reencontro com a intimidade infantil, os sabores e dissabores do cotidiano compartilhados são temas da atualidade, tratados nas telenovelas brasileiras.

Na vida real, as novas gerações estão crescendo em situações familiares muito diferentes do clássico padrão conjugal: estão aprendendo a dissociar a ideia de pai da ideia de marido da mãe, assim como a ideia de mãe da ideia da mulher do pai. A coabitação com os novos maridos ou companheiros da mãe, a própria vivência da vida sexual da mãe podem significar experiências enriquecedoras, pela ampliação do espaço afetivo sem perda da presença materna ou paterna. A criança reconhece a autonomia do espaço afetivo dos adultos que é uma maneira de poder fixar seus próprios limites, por sua vez. Para que a separação dos pais possa se tornar uma situação de mais ganhos do que perdas é importante que as crianças possam saber: que têm um pai e uma mãe, não obstante as dificuldades de relação atual que estes dois possam sentir reciprocamente. Quando o filho é fruto de uma opção afetiva está criado um laço de amor que se renova pela vida.

## Bibliografia

AULAGNIER, P. Remarques sur la feminité et ses avatars. *In: Le desir et la perversion*. Paris, Ed. Du Seuil, 1967.

FRANCHETTO, B. *et alii*. Antropologia e feminismo. *In: Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. v. 1.

FREUD, S. La moral sexual, cultura y la nervosidad moderna. *In: Obras completas*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. v. 3.

FUKUI, L. Mulher e família. *In: Bibliografia anotada sobre a mulher*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 148-85.

FUKUI, L. & BRUSCHINI, M. C. A. Família em questão. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 3-4, 1981.

HANTZCHEL, T. & NÓBREGA, J. Em crise a família?: temas em debates. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 65-70, 1981. (Entrevista concedida as psicólogas Lia Fukui e M. Cristina Bruschini).

MORAES, M. L. Q. de. Família e feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 44-51, 1981.

NIN, A. *Journal: 1955/56*. Paris, Stock, 1977.

POSTER. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

MORAES, MLQ DE & SARTI, C.A. Aí a porca torce o rabo. *In BRUSCHINI, C. A., org. Vivência: história, sexualidade e Imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1980, p. 19-57.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
**SETOR DE PUBLICAÇÕES**  
**TRAJETÓRIA 9**  
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”  
13081– 970 – Campinas – São Paulo – Brasil

**Endereço para correspondência**

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rua Cora Coralina n. 100.

CEP: 13083-896 – Campinas – SP

Tel. / Fax.: Publicações (19) 3521.1603 / Livraria (19) 3521.1604

pub\_ifch@unicamp.br

<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>

<http://www.facebook.com/publifch>

O conteúdo é de total responsabilidade do autor